



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



JAISSON OLIVEIRA DA SILVA

# À EPOPÉIA DOS TITÃS DO PAMPA:

HISTORIOGRAFIA E NARRATIVA ÉPICA NA *HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO*, DE ALFREDO VARELLA.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Porto Alegre

2010

JAISSON OLIVEIRA DA SILVA

**A EPOPÉIA DOS TITÃS DO PAMPA:  
HISTORIOGRAFIA E NARRATIVA ÉPICA NA *HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO*, DE  
ALFREDO VARELLA.**

Dissertação apresentada à banca avaliadora como parte das exigências do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Cristina de Matos Rodrigues

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

Prof. Dr. Temístocles Cezar

Jaisson Oliveira da Silva

A epopéia dos Titãs do Pampa: historiografia e narrativa épica na *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela.

Dissertação apresentada à banca avaliadora como parte das exigências do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre,

Rio Grande do Sul, 2010.

*Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Cristina de Matos Rodrigues*

---

Orientadora – Prof.<sup>a</sup> Adjunta da UFRGS.

*Prof. Dr. Carlos Henrique Armani*

---

Prof. Adjunto da UFCSPA

*Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas*

---

Prof. Adjunto da UFRGS.

*Prof. Dr. Temístocles Cezar*

---

Prof. Adjunto da UFRGS.

## AGRADECIMENTOS

---

Uma dissertação quase sempre é um trabalho penoso. Numa curiosa relação com o próprio tema desse trabalho, eu ousaria dizer que foi uma “epopéia” à parte, que só não foi mais difícil pela presença e ajuda de muitas pessoas.

Começo os agradecimentos pelos meus pais, Julio e Aira, porque de fato eles são o começo de tudo. Sem o apoio incondicional de ambos, nenhuma linha deste trabalho teria sido escrita. Agradeço também ao meu irmão Jaderson, pelo já longo convívio de uma vida e pelos tantos e intermináveis diálogos filosóficos, políticos, acadêmicos, musicais... E a minha irmã Jucielle, que apesar da distância, é presença sempre constante em mim.

Agradeço imensamente a um amigo que tranqüilamente eu poderia chamar de irmão: o Márcio, companheiro desde os tempos de banda e futebol na longínqua Rio Pardo, viveu esse trabalho comigo, agüentando meus rompantes filosóficos desde há muito. A ele um saudoso obrigado! Um agradecimento também especial ao amigo Icaro se faz necessário, pelos intermináveis debates, teóricos e cotidianos, já compartilhados desde que começamos nossa jornada pelas desventuras da história. Sua sensibilidade e perspicácia são capazes de inspirar até mesmo o mais ignaro dos viventes! Também ao amigo Chico, *un rasgo gardeliano*, pela amizade fraterna erigida nesses dois anos de mestrado; aos amigos Telles, Bibiana e Lívia, provas vivas de que um mestrado também pode gerar grandes amizades! À amiga Daniele, por todos os momentos compartilhados ontem, hoje e sempre. E aos demais colegas e professores do mestrado, em especial o professor Anderson, ao qual esse trabalho deve muito.

Agradeço também à disponibilidade e atenção dos professores da banca, Anderson, Temístocles e Carlos Armani, que prontamente aceitaram o convite. Agradeço também à UFRGS como um todo e ao PPGH, pelo apoio ao desenvolvimento do trabalho. O agradecimento é também extensivo ao CNPq, pela bolsa que viabilizou esse estudo, e ao Departamento de Metodologia de Ensino da UFSM, pelo convívio, apoio e compreensão

para com este inexperiente professor substituto. Também às alunas do curso de Pedagogia da UFSM, pelo convívio e experiência de troca de saberes proporcionada.

Um obrigado seria pouco para expressar minha gratidão à professora Mara, cujos conselhos foram muito mais do que simples sugestões intelectuais. Sua paciência e extremo zelo para com o seu primeiro orientando de mestrado denotam não apenas um profissionalismo sério, mas também um cuidado característico à sua sempre afetuosa e prestativa presença. A ela meu “muito obrigado”!

Finalizo com uma pessoa a quem devo não um, mas milhares de agradecimentos. Seus olhos críticos e apaixonados são um alento para minha alma e me moveram até aqui. Lis não apenas leu e revisou este trabalho. Ela tem lido a mim, desde que nos conhecemos. A ela dedico essa dissertação, com carinho e com amor.

O senhor, de quem é o oráculo em Delfos, nem diz  
nem oculta, mas significa.<sup>1</sup> (Heráclito)

Não há nenhuma meta que coloque um fim na  
historia, mas apenas metas finitas dos homens, que  
se encontram na história. Essa é a verdade que a  
consciência histórica anuncia. O que é, contudo, a  
consciência histórica, esse novo sexto sentido do  
homem? Ela traz para o homem uma ampliação  
grandiosa de seu mundo – em torno de todos os  
mundos que já existiram e que ele compreende? Ou  
será que ela significa muito mais justamente a  
perda do “mundo”, uma vez que ela ensina o  
homem a olhar para o mundo com mil olhos?<sup>2</sup>  
(Hans-Georg Gadamer)

---

<sup>1</sup> Fragmento 93, in: *Os Pré-socráticos: fragmentos e comentários*. 2. ed. Trad. José Cavalcante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

<sup>2</sup> GADAMER, Hans-Georg. Os Limites da Razão Histórica. In: \_\_\_\_\_. *Hermenêutica em Retrospectiva*. V. II – A Virada Hermenêutica. Trad.: Marco Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 139.

<sup>3</sup> A imagem da capa acompanha o Tomo I, de *História da Grande Revolução*, entre as páginas 102 e 103. Se intitula: *De la vieja raza*, quadro a óleo de Blanez.

## RESUMO E ABSTRACT

---

### Resumo

Este trabalho analisa a *História da Grande Revolução* (1933), do historiador Alfredo Varella (1864-1943). A obra é uma das mais copiosas a respeito da guerra civil farroupilha e traz em sua escrita comparações explícitas com o *épos* clássico das poesias homéricas e modulações típicas do padrão de epopéia. Apesar da enfática opção do autor pelos preceitos de uma história científica, Varella narrou a Revolução Farroupilha como a “Guerra da Nova Troya”, numa história que almejava ser científica ao mesmo tempo em que ostentava cores épicas. O trabalho procura explorar essa aparentemente contraditória relação, debatendo, para isso, teorias da historiografia, apreciações sobre o gênero épico e algumas reflexões do âmbito da filosofia hermenêutica.

### Abstract

This study analyses the *História da Grande Revolução* (1933), written by Alfredo Varella (1864-1943). The work is one of the most copious about the “farroupilha” civil war and brings in his writing explicit comparisons with the classic *épos* of the Homeric poems and modulations typical of the epic pattern. Despite the emphatic author's choice by the precepts of scientific history, Varella narrated the “Revolução Farroupilha” as the “New War of Troy”, in a history that longed to be scientific while sported epic colors. The work explores this seemingly contradictory relationship, arguing for this, theories of historiography, assessments of the epic genre and some reflections from the scope of philosophical hermeneutics.



# SUMÁRIO

---

PRÓLOGO: DO QUE SE FAZ A HISTÓRIA .....	09
---	----

## CAPÍTULO 1

FACES DA HISTÓRIA, FACES DO HISTORIADOR: A TEORIA DA HISTORIOGRAFIA E O SUJEITO QUE ESCREVE O PASSADO .....	19
---	----

1.1. O particular: Alfredo Varella, historiador da “Grande Revolução” .....	23
1.1.1. <i>Aspectos da trajetória, do contexto e da obra de Varella</i> .....	23
1.1.2. <i>O campo das análises historiográficas no RS e a avaliação da obra varelliana</i> .....	29
1.2. O universal: a escrita do passado e o historiador como <i>ser-no-mundo</i> .....	38
1.2.1. <i>A epistemologia da história e a aporia da representação do passado</i> .....	39
1.2.2. <i>A abertura do homem ao mundo através da história</i> .....	46
1.2.3. <i>Linguagem como casa-do-ser; historiografia como linguagem</i> .....	55

## CAPÍTULO 2

ÉPISTEMOLOGIA, MÉTODO E LINGUAGEM NO CONHECIMENTO HISTÓRICO: A AMBIÇÃO VERITATIVA DE UM HISTORIADOR CIENTISTA .....	64
---	----

2.1. O autor assume as prerrogativas epistemológicas de uma história-verdade .....	65
2.1.1. <i>A “região dos historiadores” e a história científica</i> .....	65
2.1.2. <i>A definição da história no rastro dos princípios metódicos</i> .....	77
2.2. Varella e Tucídides, a linguagem e o universal na história .....	86
2.2.1. <i>Uma analogia subterrânea: “modernidades tucidideanas”</i> .....	90
2.2.2. <i>Reviver o passado glorioso na escrita</i> .....	97

## CAPÍTULO 3

A POÉTICA DA REPRESENTAÇÃO HISTORIADORA: A MATÉRIA ÉPICA DA “GRANDE REVOLUÇÃO”.....	102
---	-----

3.1. Olhares do estilo sobre os signos do épico .....	103
3.2. A matéria épica na formação do complexo vital rio-grandense .....	113
3.3. Heróis da saga “extremenha”: os semideuses do Pampa .....	126
3.4. <i>Farrapçada</i> : ser ou não ser o Homero da epopéia sulina? .....	135

## CAPÍTULO 4

DO MUNDO DA VIDA E DO MUNDO DO TEXTO: NAS CERCANIAS DE UM <i>KAIROS</i> .....	148
---	-----

4.1. Varella e a dialética entre a experiência e a utopia no saber histórico .....	152
4.2. O escrutínio dos pares: o mundo do texto encontra o mundo dos leitores .....	169
4.2.1. <i>A polêmica ao redor da História da Grande Revolução</i> .....	169
4.2.2. <i>A leitura de um estilo: a consolidação de uma história épica</i> .....	178

EPÍLOGO: ENTRE O SER E O SABER HISTÓRICO .....	185
--	-----

REFERÊNCIAS.....	190
------------------	-----



## PRÓLOGO

---

### DO QUE SE FAZ A HISTÓRIA?

Nas paisagens claras e silenciosas das estâncias do distrito de Pedras Brancas, berço das estratégias que dariam início à guerra civil mais longa da história do Brasil, um fato marca a confluência da memória com o mito, cujo amálgama a narrativa se encarregou habilmente de realizar. Já encerrada a guerra, cavalgando na direção de sua fazenda, José Gomes de Vasconcelos Jardim, homem forte da República Rio-Grandense e companheiro de Bento Gonçalves, interrompe a cavalgada antes de chegar à sua morada para visitar a estância vizinha, do velho Azambuja, que ao perceber a chegada do amigo em seus domínios logo exclama: “— Fez-se a paz, sempre, tio José?” O sereno revolucionário, atônito, no mesmo instante dá meia-volta, monta em silêncio seu cavalo e segue viagem, com as lágrimas visivelmente compondo a sua face.

A cena, que o historiador Alfredo Varella garante ter ouvido fielmente da boca de um “coetaneo das ultimas aventuras dos heroes de 35”<sup>4</sup>, parece completar seu sentido quando o autor a costura diretamente com outra cena, amplamente mais conhecida, em que o herói, ao ouvir do aedo a narrativa de seus feitos esplêndidos, toma seu manto de púrpura e cobre a cabeça, escondendo o semblante molhado pelo pranto que lhe escapa dos olhos: Ulisses não pôde conter a emoção ao ouvir serem narrados os fatos dos quais fora protagonista<sup>5</sup>. Num breve instante, dois tempos quase que incomunicáveis acabam intimamente ligados: o tempo mítico grego, das narrativas de Homero, e os sucessos dos “titãs pampeanos”, esboçados numa intriga cuja arquitetura reproduz, na exuberância de heróis que carregam consigo o fio entre o passado e o seu presente, um tempo absoluto que parece apontar para a eternidade. Os sucessos da “Nova Troya”<sup>6</sup>, depois de dez anos de batalhas tão épicas quanto aquelas descritas por Homero, enfim, encontram o epílogo, representado na figura do ex-

---

<sup>4</sup> VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. O Cyclo Farroupilha no Brasil. (6 tomos.). T. VI. Porto Alegre: Globo, 1933, p. 304.

<sup>5</sup> Canto VIII da *Odisséia*. Versão usada para consulta: HOMERO. *Odisséia*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. Da *Iliada*, a versão consultada é da mesma edição: HOMERO. *Iliada*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

<sup>6</sup> O termo é frequentemente usado por Varella ao longo de suas obras. O comentamos e referenciamos na seqüência do trabalho.

presidente da república, com os olhos em lágrimas, a soluçar sobre o lombo do cavalo as agruras de uma “grande esperança desvanecida”<sup>7</sup>.

Em outros momentos, no campo das análises historiográficas, um elemento dessa grandeza poderia ser considerado um mero clichê de composição, detalhe menor ou mesmo irrelevante em relação às preocupações políticas do autor, essas sim constituindo um objeto legítimo (o que, às vezes, significava único) de uma investigação a respeito de uma obra de história. Para todo um conjunto de estudos historiográficos, preocupados em descrever os universos de inserção política dos autores através de deduções aparentemente bem aparelhadas, mas essencialmente lineares e homogeneizantes, a própria escrita da história, enquanto momento distinto de constituição de sentido e articulação discursiva para efetivação da representação do passado, não era mais do que uma forma através da qual os conteúdos, dimensionados pela metragem das intenções políticas e interesses de classe, eram dados a ler para um público. O processo de construção de uma narrativa historiográfica tendia a ser visto, portanto, de uma forma planificada, na qual a economia cognitiva da obra aparecia como regida pelas ambições políticas demarcadas contextualmente e pelos reflexos mais ou menos conscientes das posições de classe.

Essa tendência interpretativa regeu algumas das apreciações feitas sobre a obra de Varella, sobretudo, em relação a suas supostas tendências separatistas e ao fervor platinista dos seus escritos históricos<sup>8</sup>. Essa dissertação objetivou tratar a obra desse peculiar historiador rio-grandense sob outro ponto de vista, considerando-a no seu processo de produção enquanto uma representação historiográfica, ou seja, de uma representação escrita sobre o passado articulada sob a pretensão de validade factual e sob a intenção poética de quem tece uma intriga. Nosso intuito aqui é justamente percorrer a aparente dualidade que há entre o historiador que define suas prioridades epistemológicas como regentes da história e ao mesmo tempo lança mão de estratégias estético-retóricas para dar unidade ao seu enredo. Muito além de uma mera contradição ou daquilo que outrora se convencionou definir como um ecletismo ingênuo, talvez nos seja possível mostrar que ambas opções, no contexto historiográfico de Varella, não são mutuamente excludentes e estão, pelo contrário, mais próximas do que costumamos admitir.

---

<sup>7</sup> VARELLA (1933 – T. VI), op. Cit., p. 305.

<sup>8</sup> Ver GUTFREIND, Ieda. **A construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925 a 1975.** Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1989. Fora publicada pela primeira vez em 1992; a segunda edição é de 1998. Edição de referência: GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. Essa questão é tratada com mais detalhes no *Capítulo 1*.

A hipótese, contudo, não é exclusiva ou mesmo uma descoberta surpreendente no campo das análises historiográficas. Basta pensarmos na complexidade representada no ato comum de narrar uma história, que em sua brutal simplicidade enseja uma possibilidade fértil de compreendermos a própria condição de *ser histórico* que vive e narra sua história, mas que também é capaz de narrar e experimentar esteticamente através da narrativa um tempo que não é o seu. Essa asserção, a despeito de sua singeleza, remete-nos ao enigma reencenado na brilhante citação do filósofo alemão Hans-Georg Gadamer usada em nossa epígrafe, e que tem a ver justamente com a profusão de sentido que a idéia de *história* nos desperta. O que ganhamos e o que perdemos na medida em que nos instituímos enquanto consciência histórica? Talvez seja este o problema mais complexo, o mistério mais inextrincável da condição humana de ser e se saber *histórico*. Enigma esse que atravessa igualmente a história estabelecida enquanto campo de saber, uma vez que fora justamente na particularidade/singularidade dos eventos pesquisados que ela assentou as bases de sua justificativa epistêmica. Fazemos, enfim, eco a pergunta de Gadamer: o que a história nos desvela desse mundo se, enfim, sua matéria é sempre tão particular, irrepetível, contingente? Ela nos diz algo de universal, ainda que sua essência seja a visada ao contingente? Ela quer dizer? Ela precisa dizer? Ou ela simplesmente sempre diz, ainda que não almeje?

Seja como for, os homens fazem a história. Embora em situações que não necessariamente tiveram a oportunidade de escolher<sup>9</sup>, eles a fazem, em duplo sentido: experimentam sua vida em conexão com o mundo e, por carregarem consigo a consciência do agora e a dupla maravilha da memória e da espera, são capazes de produzir narrativas e sentidos *históricos*. Sabemos que vivemos histórias dentro de uma história que nos parece maior conquanto sejamos capazes de narrar as nossas ações conjugadas com as de outros, desenroladas no palco da vida, da vida de hoje, da de ontem. E há tantas histórias quantos sujeitos aptos a *fazê-las*, a *narrá-las*. Viver sem tecer histórias (pensando o termo na acepção mais cotidiana) parece algo improvável para os seres humanos. Como se reconheceriam em relação ao mundo? Como poderiam observá-lo como espectadores atentos ou tentar mudá-lo, compreendendo-se, enfim, como *seres no mundo*?

Até aqui, mais dúvidas, e nada nos indica que elas possam ser facilmente sanadas por um historiador. Se em outros âmbitos intelectuais tais perguntas talvez sejam consideradas passíveis de escárnio, para aqueles que fazem da escrita dos atos pretéritos uma profissão de

---

<sup>9</sup> A referência aqui dialoga com a célebre e insubstituível frase de Karl Marx no prólogo de seu *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte*. MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 7. Ed. Trad.: Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

fé elas são germinais. Principalmente, porque apesar de todo o processamento teórico-metodológico operado pelo historiógrafo profissional – todo um aparato epistêmico confiável adquirido nas sucessivas gerações de formação disciplinar que lhe permite a confiança de que seu saber será mais verdadeiro que as nossas narrativas cotidianas temperadas pela memória – ele continua, enfim, a partilhar do mesmo anseio seminal de representação que alimenta o mais coloquial relato testemunhal: voltar-se àquilo que jaz como uma ausência perturbadora de ações realizadas outrora, para representar aquilo que pretende que seja o *passado*.

A história é dos homens e faz-se dos homens ao mesmo tempo em que os *faz*, como uma espécie de nutriente imprescindível para a própria condição de seres que se reconhecem no mundo desalienando-se da condição primitiva de apenas e puramente estar vivo. A consciência histórica da qual nos falou Gadamer constitui-se nessa necessidade de projetar-se para além da ação imediata, compor no lapso presencial e fugidivo do cotidiano algo que soe como um emaranhado de diferentes tempos, conectados pelo espírito humano que é capaz de imaginá-los, configurá-los no presente.

O célebre historiador Marc Bloch foi capaz de experimentar de uma maneira tragicamente intensa esse jogo entre a própria historicidade e a história como um ofício. Nas agruras de um cativo de onde não sairia com vida, não titubeou em reafirmar algo que já ressonava no cenário das humanidades de seu tempo: “o objeto da história é, por natureza, o *homem*”. O historiador é o ogro da lenda a farejar sua caça, a carne humana; tudo que os homens fazem em sua vida em sociedade está sujeito a ser interceptado pelo faro aguçado desse profissional necrófilo. E nesse caso, ousamos dizer, se os homens produzem história (enquanto narrativa, saber), esses produtos também são matéria a ser tratada pela historiografia: o olfato do pesquisador do pretérito, tamanha sua acuidade, volta e meia sente cheiro de sua própria história e da de outros, beirando os arrabaldes de uma *historiae historiae*, uma *história da história*.

O campo da ciência histórica que se preocupa em analisar o desenvolvimento da própria disciplina, da prática historiográfica no tempo e das mudanças paradigmáticas, epistemológicas e sociais, intrínsecas ao processo de desenvolvimento do ofício do historiador, é relativamente novo<sup>10</sup>. E carrega consigo não apenas o fardo de historicizar e caracterizar a produção do conhecimento histórico, mas também a imperecível luta contra

---

<sup>10</sup> BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 27-64.

ou a favor do seu próprio juízo acerca do que é o fazer historiográfico. Um historiador que analisa a historiografia produzida em outros contextos e espaços, também se vê subitamente num divã a praticar uma espécie curiosa de auto-análise. Ele lida com pressupostos teóricos de outros tempos e sujeitos já imbuídos dos seus próprios, tornando impossível evitar a comparação, o diálogo, a coexistência entre eles, ainda que tácita e silenciosa. Nessa dialética entre histórias do presente e histórias do passado, ele não deixa de também caminhar por entre trilhas especulativas, debruçando-se sobre os problemas que rondam o fazer histórico no universo conceitual e nos problemas metateóricos, que sempre anseiam transcender o particular histórico, embora nunca se dissociem dele.

Enfim, é um campo em que a tensão entre o particular e o universal instiga, em infundável confronto, a irresolúvel dúvida acima colocada por Gadamer. A idéia de necessidade de passado não deixa de inquietar todo o historiador que olha para a historiografia, para a memória e para os testemunhos, afinal, este impulso estranhamente universal de voltar-se para as coisas passadas atravessa de ponta a ponta a historiografia, ou seja, a prática e o resultado do ofício do historiador<sup>11</sup>. Para o historiador que tem a historiografia como objeto é difícil eximir-se da reflexão a respeito do próprio ato em si de contar a história, não apenas aquele específico que ele verifica num momento imediato, como o que procuraremos interpretar, mas aquilo que se aproximaria a um *eidos*<sup>12</sup>, ou a miragem de uma essência desse impulso de representação do passado.

Dirão alguns que esse pensamento é ilegítimo, porque perigosamente audacioso para a história. Deixar tais reflexões para os filósofos sempre foi mais prudente e menos trabalhoso. Afinal, o céu da filosofia foi durante tanto tempo um lugar quase inacessível ao historiador, tão distante e perigoso que este se resignou a ignorá-lo quase que por completo, ao fazer de sua prática difusa uma ciência no século XIX, com os pés providencialmente

---

<sup>11</sup> Certa confusão conceitual faz parte do campo de estudos sobre historiografia. Há autores que consideram o uso do termo *historiografia* para designar – além do sentido tradicional de história escrita ou ciência da produção de conhecimento histórico – o ramo da ciência histórica que estuda a própria dinâmica da produção do conhecimento histórico, ou seja, como sinônimo para uma “história da historiografia”. Entretanto, concordamos, dentre outros, com Aróstegui, que rejeita essa correlação e, considerando-a uma inadequação conceitual, recoloca o termo *historiografia* apenas no seu sentido de conhecimento histórico escrito e processo de produção desse conhecimento. Dessa forma, optamos por usar a noção de *análise historiográfica* ou *história da historiografia* ao nos referirmos a este campo específico da ciência histórica. Ver: ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica. Teoria e Método*. Trad. Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006, apresentação e cap. I, especialmente.

<sup>12</sup> Na fenomenologia husserliana *Eidos* é a estrutura invariante cuja presença constante define a essência do objeto. As essências se referem ao sentido do ser do fenômeno, ou seja, aquilo que é recorrente dentro da multiplicidade de possibilidades imaginativas do ato intencional da consciência em relação ao ente. Usamos o conceito não em sua plenitude filosófica, mas para apontar para a questão fundamental que ronda o trabalho do historiador da historiografia, a saber, o ato de representação do passado em si. Ver: HUSSERL, Edmund. *A Idéia da Fenomenologia*. Trad.: Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, sd.

fincados no chão da historicidade. Diziam os primeiros historiadores cientistas que a sua tarefa era aprimorar ao máximo a busca e a apresentação fiel do passado, sem teleologias, sem intenções ou elucubrações, sem utopias e talvez nem mesmo intelecções: apenas o passado como ele havia sido, toda sua multiplicidade, sua facticidade intrinsecamente contingente, colocada diante dos homens do presente, através de uma semântica neutra. Ao fim e ao cabo, a história erigia um firme alicerce na própria idéia de historicidade, o particular passível de ser conhecido, aquilo que lhe garantia a diferença epistêmica necessária para ser um campo de saber definitivamente independente.

É justamente nesse ponto que somos interpelados por uma questão colocada pelo filósofo Jean-Paul Sartre, quando se surpreendia com o caráter intrinsecamente dialético da história: como esta estranha disciplina, que pretende compreender sociedades e ações pretéritas, pode almejar engendrar algo que possa ser considerado uma intelecção do passado ao atribuir para si apenas a tarefa de dizer toda a singularidade da multiplicidade dos atos humanos? Ela não acabaria, enfim, nesse intuito que beira uma equívocidade, procedendo a “totalizações sem totalizador” para poder, de fato, ter do passado algo que poderia realmente ser considerado como uma *intelecção*?<sup>13</sup>

Reside neste prolixo dilema a questão que estimulou, enquanto um problema geral, nosso trabalho: o que fazem os historiadores, quando fazem história? Todo historiador certamente já se propôs essa questão fulminante, embora poucos tenham se atrevido a respondê-la de forma mais conclusiva. Nos referenciais mais contemporâneos da teoria da historiografia, a questão foi colocada nestes mesmos termos por Michel de Certeau e tornou-se um abre-alas obrigatório para os estudos sobre a historiografia. No texto clássico em que define a *operação historiográfica*, Certeau construiu um esquema particularmente sedutor, com um modelo triádico que caracterizava a história como *lugar de produção*, uma *prática “científica”* e uma *escrita*. Três fases distintas, embora nunca dissociadas. As pretensões subjetivas e as generalidades edificantes seriam substituídas pela síntese do lugar, o momento-espço no qual a história consegue articular a linguagem ao corpo social através de uma *prática* mediada por métodos, pelos quais o historiador procede a uma dialética de socialização do natural e naturalização das relações sociais.<sup>14</sup> O historiador seria, assim, aquele que apanha objetos descontextualizados para lhes dar coerência e com eles fazer a

---

<sup>13</sup> SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Trad.: Guilherme Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 885.

<sup>14</sup> CERTEAU, Michel de. *A Operação historiográfica*. In: *A escrita da História*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 79.

história. Mas essa prática é uma prática dos desvios, não mais a busca pela totalidade do real; e a impertinência dos desvios lança o historiador à etapa derradeira de seu trabalho, quando é preciso torná-lo uma escrita final, irrompendo-se aí um verdadeiro paradoxo: a escrita historiadora não comporta a heterogeneidade da operação de pesquisa e dos modos de explicação, pois a escrita tem seus limites de articulação, uma requisição de continuidade que parece não suportar a complexidade dos desvios e significados presentes no mundo. A história escrita é, então, a imagem invertida do espelho. Um modo único de inserir a experiência (passada) em outra experiência (a prática do historiador no presente), que é simbólica e “substitui a autoridade de um saber por um trabalho de pesquisa”.<sup>15</sup>

No rastro do fértil pensamento de Certeau, poderíamos perguntar se a história não estaria então impedida de se considerar um saber epistemologicamente referendado, já que pensá-la na complexidade de uma escrita pode ser um golpe indefensável na pressuposição tácita de realismo que acompanha aquele que diz “Foi assim!”. Esse não é, contudo, um problema novo. Essa dúvida corrosiva já tem sido suscitada com densidade e tem provocado as mais exarcebadas reações desde o advento do chamado *Linguistic Turn*. Na esteira desse movimento temos, por exemplo, o pensamento de Hayden White. Sua *Meta-história* é um dos marcos da refutação da epistemologia histórica, com a proposição de uma teoria tropológica em que toda ambição epistêmica é ignorada em função de uma análise tipológica dos tropos lingüísticos.<sup>16</sup> Os critérios de cientificidade não seriam mais debatidos senão dentro daquilo que os tornava partes de uma estratégia de criação da verdade.

Se em vasta medida essa reflexão pôde contribuir para a quebra de certos preciosismos epistêmicos da historiografia e, principalmente, para minar a confiança tácita e irrefletida que tomava conta do trabalho mais empirista do ofício historiográfico, também ensejou manifestações iconoclastas. Pensar a história exatamente nas mesmas proposições das representações literárias acabaria por ser tão arriscado quanto separá-las em absoluto. Sem assumirmos a pretensão de equilibrarmos esse dilema, o apresentamos como um problema capaz de nos lançar no encalço da prática da escrita do passado, numa aventura interpretativa de uma pequena parte da historiografia produzida no Rio Grande do Sul, ainda no período de consolidação institucional da disciplina no estado, quando ela era feita

---

<sup>15</sup> CERTEAU, Op. Cit., p. 96. Aqui se pode remeter ao trabalho da história, que comporta filtros teórico-metodológicos, sobrepondo-se assim à memória, que seria qualificada apenas pela autoridade do testemunho que viu, presenciou, e guardou a imagem da experiência consigo. Paul Ricoeur também trabalha enfaticamente esse vínculo, mostrando que é a própria capacidade de comportar uma epistemologia que dá a história o poder de querer ser o remédio (embora às vezes seja muito mais um veneno) da memória. RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 152-153.

<sup>16</sup> Ver notas 70 a 74 do *Capítulo 1*.



fora da academia por homens que incumbidos, desafiados ou simplesmente tomados pelo desejo de trazer ao seu presente os fatos e as circunstâncias do passado, tornavam-se *historiadores*. *Alfredo Augusto Varella de Vilares* foi um destes homens, historiador e polemista por convicção que deixou uma imensa obra sobre a história sulina, da qual uma pequena – embora substancial – parte será percorrida por este trabalho dissertativo. A obra magna de Varella, a *História da Grande Revolução* (1933), é uma obra em que a relação entre a ambição epistêmica e a imergência poética é não apenas visível como produtora de sentido. Nela, ambas não apenas convivem, mas se combinam na estruturação de uma obra que, mesmo como um exemplo particular, nos ajudar a refletir sobre o problema da operação historiográfica em suas generalidades mais universais.

Embora Varella já tenha sido analisado em trabalhos anteriores, acreditamos que a riqueza, a diversidade e a intensidade de sua produção e de sua trajetória, e, sobretudo, do contexto em que elas se inseriam, justificam plenamente um trabalho monográfico específico. O objetivo dessa empreitada investigativa não é – que possamos já dizer de imediato – dizer o Outro desse sujeito-historiador tão distante de nós e tampouco criar aqui uma biografia intelectual, um estudo de trajetória ou algo próximo a uma história das idéias. Talvez nenhuma destas abarcantes definições – e ao mesmo tempo nuances de cada uma delas – possa integrar nosso objetivo geral. Preferimos por seguir o texto de Varella percorrendo no mesmo compasso um autor implicado na narrativa e um sujeito histórico escrevendo sobre a história – a de muitos homens e tempos, mas também a sua própria.

Nessa jornada nos é lícito admitir desde então, na forma de uma antecipação tênue, que a tradicional diferença que opõe um trabalho de contextualização ao trabalho de exegese textual, mostra-se como um falso ou, pelo menos, desinteressado debate. Isso porque desta dicotomia pode-se supor que um texto jamais poderia dizer algo a respeito da experiência de quem o escreve, sobre o mundo que o permite ser gestado – sem que se faça, necessariamente, o tradicional percurso de elencar fatores determinantes e linearmente causais entre a vida e o texto. Nossa argumentação pretende pôr à prova uma de nossas mais elementares convicções: não só o texto é capaz de dizer algo sobre o mundo como ele faz parte da experiência mais originária do ser, a linguagem, capaz de inserir-lhe, e desvelar diante de seus olhos, esse mundo que é o seu próprio.

Se lançarmos algumas hipóteses, a proposta não é protegê-las de antemão e, provavelmente, nem defendê-las irredutivelmente ao final. Pô-las à prova, colocando diante de nós um texto sem a pretensão romântica de desvendar um autor oculto sob sua

arquitetura semântica, talvez, seja um caminho menos pretensioso. Tentaremos pôr frente a frente, desde o primeiro momento, algumas pressuposições sobre o impulso universal de representar o passado (para si mesmo e para os outros) e o historiador em particular, Alfredo Varella, a escrever uma espécie de epopéia moderna dos farroupilhas em forma de uma copiosa e poética história.

O primeiro capítulo enseja os primeiros passos dessa dialética entre uma teoria mais geral sobre a produção e a natureza da historiografia e o nosso historiador em particular. Num primeiro momento apontamos para alguns fragmentos da trajetória e do conjunto da obra do autor e situamos alguns trabalhos de importância que o comentaram, direta ou tangencialmente. Na sequência, esboçamos um quadro teórico geral propondo a consideração do ato de escrita da história como um ato de imersão no mundo através da linguagem historiadora, vista também como uma forma de *ser no mundo* através da obra historiográfica.

No segundo capítulo procuramos fazer uma leitura de Varella sob a perspectiva de sua ambição veritativa. As suas principais convicções epistemológicas e teórico-metodológicas são revisitadas, assim como algumas de suas inspirações em relação ao como deveria ser feita a história. Dentre essas, salientamos o aporte da epistemologia moderna em sua obra, na figura do inglês Francis Bacon e sua teoria dos ídolos, frequentemente citada e comentada na *História da Grande Revolução* e em outras obras varellianas. Chamamos atenção também para sua incursão nas obras dos historiadores antigos, focando, sobretudo, na sua leitura e apropriação das contundentes precauções de Luciano de Samósata e naquilo que nos pareceu uma assimilação velada de algumas características presentes no grego Tucídides. Dessa forma, procuramos mostrar em que medida Varella defende a idéia de produzir uma história absolutamente referendada por cânones do saber histórico, que fosse um conhecimento da verdade sobre o passado capaz de dar a ver os sucessos pretéritos através da linguagem historiográfica.

O terceiro capítulo incide mais diretamente sobre a idéia da representação historiadora. Nessa etapa, mostramos a outra face da obra varelliana, obstinada em ser uma representação verdadeira, mas ao mesmo tempo fiel à grandeza épica dos “titãs” farroupilhas. Tratava-se de fazer trabalhar o estilo para que a obra fosse imunizada contra a ação arrasadora do tempo e, nesse caso, o caminho encontrado por Varella era a inspiração nos signos da epopéia clássica de Homero. Procuramos, assim, abordar alguns aspectos mais

gerais sobre o gênero épico para então tentar dimensionar o processo de semiotização épica presente na *História da Grande Revolução*.

No quarto e último capítulo refletimos acerca do processo pelo qual uma história torna-se viva no seio da sociedade que a permite ser engendrada. Mais especificamente, nos utilizamos do conceito de *kairos* (tempo pleno), na maneira como foi retomado por Jörn Rüsen, para pensar a conjunção que Varella opera entre a ambição veritativa e os requisitos do estilo configurando a Revolução Farroupilha como um tempo pleno da história brasileira. É a partir dessa preocupação que buscamos também traçar uma incipiente análise da recepção e dos debates que sucederam a publicação de sua obra. A forma como foi avaliada por alguns intelectuais e a dinâmica do conflito que ele assumirá publicamente com historiadores como Souza Docca aparece numa tentativa de perceber nuances de algumas leituras feitas da obra do polêmico historiador, dando uma atenção especial para a leitura do seu estilo. Embora Varella fizesse questão de anunciar que o estilo para ele era menos importante que a utilidade e a verdade de uma obra, ele parecia zelar cuidadosamente, ainda que de forma submersa, pelo estilo pacientemente cosido em sua história épica. Não apenas suas respostas endossam esse zelo, mas também os depoimentos que anexa em suas obras de réplica, quase todos elogiosos em relação à beleza e maestria de sua linguagem historiadora, à forma como ele havia conseguido dar a esse tempo épico da moderna história brasileira.

Varella escreveu uma história que trazia em si as marcas de uma obra lançada ao futuro, feita para eternizar consigo os feitos farroupilhas nela retratados através da representação de um tempo novo e imperecível da história do país. A aspiração eternizante contida no impulso germinal de representação do passado é aqui o nosso ponto de partida teórico e historiográfico, na medida em que nos debruçamos sobre um historiador, mas igualmente aos aspectos mais elementares do processo de construção do saber histórico em geral. As páginas que se seguem não pretendem granjear os louros devidos a trabalho interpretativo de fôlego; esperamos sim colocar ao leitor não somente um texto, mas *com o texto* possibilitar as refigurações da leitura e permitir que também o nosso mundo e a compreensão que fazemos dele possam se mostrar diante e através de nossa escrita.

# CAPÍTULO I

---

## FACES DA HISTÓRIA, FACES DO HISTORIADOR: A TEORIA DA HISTORIOGRAFIA E O SUJEITO QUE ESCREVE O PASSADO

O francês Paul Ricœur, talvez um dos filósofos que mais ousou tratar de questões pertinentes ao campo da história, afirmou em uma de suas mais instigantes obras: “a história é, do começo ao fim, escrita.”<sup>17</sup> Isso significa dizer que a escrita é um patamar já transposto pela historiografia em relação à memória, e é nesse âmbito que a história, enquanto saber organizado, processa-se através da operação tríplice de constituição do conhecimento histórico, composta pelas fases do *arquivamento*, da *explicação/compreensão* e da *representação*.<sup>18</sup>

Dessa construção teórica, depreende-se que a história, enquanto conhecimento, está atrelada a um processo que engloba um momento de seleção e análise de vestígios, a mediação de um esquema de explicação-compreensão, e enfim a aquisição de uma forma textual definitiva, ao virar um livro ou um artigo *de história*. Nesse sentido, cabe ressaltar, desde já, que acompanhamos Ricœur ao dizer que o passado, enquanto uma facticidade já não mais presente e, por definição, diferente do mundo circundante presente, não pode ser plenamente acessado e nem mesmo colocado na dimensão estreita e polissêmica de um texto, como se a operação pudesse ser em si mesmo um trabalho de cópia fiel da realidade. Numa assertiva desse caráter, estaria, necessariamente, implicada a aceção de que a história poderia ser feita mediante uma suposta neutralização do sujeito cognoscente, ou em outras palavras, numa total objetivação. Todavia, pode a história ser feita de um não-lugar epistemológico, se toda sua operação requer uma imersão conjunta do autor com uma série de fatores seletivos, cognitivos, estéticos e políticos que não podem ser simplesmente dados por inexistentes em qualquer texto de história, ainda que o próprio autor venha a proclamar sua total asepsia em relação àquela forma textual que produziu?

---

<sup>17</sup> RICŒUR (2007), Op. cit., p. 148.

<sup>18</sup> RICŒUR (2007), Op. cit., p. 146-147.

Pensamos ser justo apresentar essa ponderação logo de início – mesmo que ela eventualmente retorne ao longo do texto – porque serve (ou deveria servir) ao historiador da historiografia em duas frentes: para considerar seu “objeto”, que na verdade é outro sujeito,<sup>19</sup> e para considerar a si mesmo, também não apenas como um sujeito do conhecimento, mas como *ser-no-mundo*<sup>20</sup>. Não é raro vermos, sobretudo nesse campo peculiar do conhecimento histórico que é a história da historiografia, o uso de preceitos teóricos para considerar o historiador analisado que parecem não ter validade alguma se direcionados ao próprio trabalho daquele historiador que está na posição de analista – como se a clivagem espaço-temporal cindisse aquilo que é elementar e que, nesse caso, liga o historiador de hoje com o de ontem, que é o próprio fato de olhar para o passado e tentar tornar presentificar uma ausência<sup>21</sup>. A despeito das diferenças contextuais que separam estes dois sujeitos, o impulso de representar o passado os une, e toda teoria que ousar ensaiar uma qualificação para tal impulso acabará tocando em ambos. Significa dizer que nós também não estamos em um não-lugar e que toda e qualquer teoria da historiografia também toca em pontos sensíveis de nossa própria compreensão, já desde o primeiro instante de concepção de um trabalho. Parece-nos interessante pensar que na verdade há,

---

<sup>19</sup> Sobre essa questão, ver GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. V. I. Trad. Enio Paulo Gianchini. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 665-672.

<sup>20</sup> Ao usar a célebre expressão heideggeriana *ser-no-mundo* (*In-der-Welt-sein*), é necessário que se faça algumas considerações. É oportuno precisar que a escolha do termo vai ao encontro da proposta de se perceber o processo de feitura do conhecimento histórico não apenas sob a perspectiva epistemológica. A questão sobre o sentido do *ser* colocada por Heidegger precede justamente a teoria do conhecimento, ou a fundamentação sobre o que e como se pode conhecer. A ênfase de *Ser e Tempo* recai sobre o *Dasein*, ou seja, o *ser-aí* que nós somos e que não pode ser compreendido nos mesmos termos de um sujeito para o qual haveria um objeto. O caráter fático desse *Dasein* é diferente do caráter fático de um ser mineral, por exemplo. (para usar o exemplo do próprio Heidegger); a facticidade desse *Dasein* implica necessariamente um *estar-no-mundo* ou *ser-no-mundo* “*en forma tal que este ente se pueda comprender como ligado en su ‘destino’ al ser del ente que comparece para él dentro de su propio mundo*”. HEIDEGGER, Martin. *Ser y Tiempo*. Trad.: Jorge Eduardo Rivera. Santiago do Chile: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Edição Digital disponível em <www.philosophia.cl>, p. 65. (Nessa edição o tradutor opta por traduzir a expressão como *estar-no-mundo*, para enfatizar o aspecto existencial das estruturas definidas por Heidegger. Não entramos no mérito dessa escolha, lendo ambas as versões como indistintas para o nosso intuito). Esse sentido aprimorado por Heidegger remete não a uma presença simples, considerada em sua empiricidade tradicional, mas antes de um modo de *habitar o mundo*. Há, portanto, uma mundanização do compreender que pretende arruinar a pretensão de objetivização do sujeito cognoscente na busca por “um elo com o real mais fundamental que a relação sujeito-objeto”. RICŒUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 40. O uso que fazemos do conceito sugere, portanto, uma dificuldade que vemos em admitir o historiador tão-somente como um sujeito cognoscente absoluto e desenraizado, como se os fundamentos do saber histórico pudessem anteceder a interpretação do ente histórico em função de sua historicidade. HEIDEGGER, op. Cit., p. 21. Na seqüência abordaremos novamente essa questão.

<sup>21</sup> Paul Ricœur usa a expressão com freqüência em *A Memória, a História, o Esquecimento*. Ao ensaiar, nesta obra, sua fenomenologia da memória, ele debate pela primeira vez a chamada aporia da imaginação-memória dos antigos. São duas as versões da aporia: a versão *platônica* do *eikón* (a representação presente de uma coisa ausente) e a *aristotélica* (a representação de algo anteriormente percebido). O problema do *eikón* retorna constantemente na obra, uma vez que a própria História, em um dado momento de sua operação epistêmica, vê-se claramente perante a tarefa de presentificar algo que é ontologicamente ausente e esse parece ser algo contido na própria definição geral do ato de *historiar*. Ver: RICŒUR (2007), Op. cit., p. 26, 35-37, 56, *passim*.

nesse caso, dois sujeitos epistemológicos que, apesar do tempo e da experiência que os separam, “dialogam” e na raiz desse diálogo reside uma interessante forma de dialética, aquela que movimentam a relação entre o universal (como campo do possível) e o particular (como campo do fático).

Em maior ou menor grau, teorias da história quase sempre tentam se projetar ao universal, uma vez que é isso que as torna robustas. Não se está a dizer que as teorias devem buscar, necessariamente, a totalização: muito pelo contrário, elas praticam um jogo intrincado num tabuleiro com peças que representam o particular, o único, o específico; mas que se movimentam levando-se sempre em conta uma visão total, na qual residem o categórico ou o antropologicamente viável. Antes de buscar saber algo em específico sobre uma experiência particular do passado – como são todas as experiências verificáveis pela história, ao menos enquanto matéria de saber – o historiador precisa sempre estar municiado de teorizações construídas com base em características repetidas em outros casos particulares, habilmente articuladas pelo jogo de indução e dedução que viabiliza a síntese das experiências únicas em conceitos que possam almejar alguma validade projetada ao “possível”. O que não é o mesmo que buscar o conceito ou a definição absoluta de algo. Tais esquemas teóricos servem na verdade como pontos de partida, permitindo ao historiador pensar sobre aquela experiência particular que ele ainda não investigou intensamente, arquitetando hipóteses e rascunhando modelos a serem testados. Após concluir sua pesquisa, sem dúvida ele terá alterado, discutido, negado ou confirmado certos aspectos trazidos por essas teorias. No entanto, por mais divergente que possa ter sido a experiência por ele pesquisada em comparação com os modelos teóricos, ele não se despede deles: a história não resiste à tentação de se projetar para além da experiência representada, pois contém a aspiração de que as suas conclusões não sejam apenas as conclusões breves de um estudo de caso. Por mais específicas ou descritivas que sejam, essas conclusões acabam conservando algo que transborda o próprio foco, porque, enfim, a história também quer explicar o presente e para isso um fato não pode ser só um fato, isolado, incomunicável; tem que ser também algo sobre o tempo, sobre os homens e sobre o mundo; abrir as comportas em direção ao desconhecido do futuro, agasalhada com todas as implicações éticas e morais que igualmente atravessam o ato de escrever sobre o passado.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> A dimensão ética do conhecimento histórico foi trabalhada por Ricœur em *A Memória, a História, o Esquecimento*, com ênfase na terceira parte, intitulada de “A condição histórica”. Se pudermos arriscar aqui sintetizar uma das conclusões mais importantes de Ricœur a respeito dessa relação, nos parece lícito afirmar que para ele a história, com o efetivo poder de fomentar a consciência histórica humana, seria o caminho para uma concepção não totalizante, embora universal, da moral. A combinação dos papéis de estudante do

Esse jogo entre o particular e o universal, entre a teoria e a experiência almejada, permite que a História não seja aquela laconicamente definida por Aristóteles, em sua célebre *Poética*: a História trata apenas do que aconteceu, enquanto a Poesia trata do que poderia acontecer, diferença que faz da Poesia mais filosófica e mais séria – o que pode significar também ser mais humanamente útil – que a História<sup>23</sup>. Tal questão retumbou ao longo dos séculos de maneira que ainda podemos pensar em sua atualidade: enfim é a História apenas uma pseudociência que deve descrever os fatos ontologicamente imutáveis e particulares do passado? Até que ponto ela pode (ou quer?) ir além?

Na órbita desse questionamento, ressaltamos que o presente trabalho não envolve apenas a história de um historiador e de suas obras. Se de fato o ímpeto de olhar para o passado é a força de tração desse texto dissertativo, sem dúvida nos parece lícito também formular ou testar hipóteses acerca do universal, que aqui é o próprio ato de historiar. Esse capítulo apresenta, num primeiro momento, o historiador-sujeito que é o foco da nossa pesquisa, com algumas pinceladas biográficas, o contexto de publicação de suas obras e sobre como ele fora tratado até então pelas análises historiográficas. Alfredo Varela é nossa experiência particular, se não como alvo de uma biografia intelectual ou de um estudo de trajetória – que não são objetivos do nosso estudo –, como um sujeito que produziu uma história: um texto sobre o qual nos debruçamos. E é esse ato de produzir uma obra de história que nos autoriza a estabelecer uma interface com uma segunda etapa do capítulo, que fala sobre a teoria da historiografia e dos universais antropológicos que a rondam. É nossa intenção, nesse momento, mostrar esses dois lados como dois pares de uma dança, em duas subseções distintas. A esperança é de que eles possam realmente dançar com certa destreza, tão logo chegemos aos capítulos posteriores.

---

passado, filósofo do tempo e poeta da representação teria sido, para o autor francês, apenas possível na modernidade, o tempo da globalização da cultura, internacionalização da política e universalização da moral. Essa fusão de três horizontes na figura do historiador apresenta-se como uma maneira de apropriar-se dos enigmas e paradoxos do mundo e reunir, ética e epistemologicamente, tanto a pesquisa histórica quanto a filosofia da história, para criar uma consciência histórica adequada à nossa modernidade. A história aqui toma o papel do Deus aniquilado e da metafísica moderna na direção de uma ética do “tomar conta” e de uma política de responsabilidade. Essa questão será retomada com mais força no capítulo 3. Ver para essa questão: RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 501-512; WHITE, Hayden. Guilty of History? The *Longue Durée* of Paul Ricœur. In: *History and Theory*. n. 46. May 2007, 233-251.

<sup>23</sup> Este é o célebre trecho do pensador da Grécia Antiga: “*De lo que hemos dicho se desprende que la tarea del poeta es describir no lo que ha acontecido, sino lo que podría haber ocurrido, esto es, tanto lo que es posible como probable o necesario. La distinción entre el historiador y el poeta no consiste en que uno escriba en prosa y el otro en verso; se podrá trasladar al verso la obra de Herodoto, y ella seguiría siendo una clase de historia. La diferencia reside en que uno relata lo que ha sucedido, y el otro lo que podría haber acontecido. De aquí que la poesía sea más filosófica y de mayor dignidad que la historia, puesto que sus afirmaciones son más bien del tipo de las universales, mientras que las de la historia son particulares.*” ARISTÓTELES. *La Poética*. Edição Digital disponível em <<http://www.proyectoespaco.dm.cl>>. (Cap. IX). p. 14.



## 1.1. O particular: Alfredo Varella, historiador da “Grande Revolução”

Essa subseção trata de Alfredo Varella em duas frentes, ambas sintéticas, uma vez que vários dos aspectos aqui mencionados retornam ao longo dos capítulos posteriores. Num primeiro momento, situamos o autor com alguns dados biográficos essenciais e comentamos o contexto geral da publicação de algumas de suas obras, sobretudo a *História da Grande Revolução*. Em seguida, fazemos um apanhado geral do campo das análises da historiografia rio-grandense, tentando perceber como a obra de Varella e o contexto dos debates gerados por ela foi trabalhado. Ao final, mostramos alguns dos trabalhos mais recentes e apontamos as linhas gerais que procuraremos seguir – estabelecendo nossa distância em relação a alguns e a proximidade que almejamos em relação a outros – nesse campo de estudos ainda em vias de desenvolvimento no atual estágio das pesquisas históricas rio-grandenses.

### 1.1.1. Aspectos da trajetória, do contexto e da obra de Varella

*Alfredo Augusto Varella de Vilares* foi, sem dúvida, um historiador peculiar. Nascido em 16 de setembro de 1864, em Jaguarão<sup>24</sup> – município do interior do Rio Grande do Sul que faz divisa com a cidade de Rio Branco no Uruguai –, Varella vivenciara desde cedo as relações que a província sulina mantinha com as repúblicas do Prata. Suas reminiscências escritas sob o título de *Rememбранças*<sup>25</sup> nos permitem acompanhar, com olhar atento e curioso, a admiração que o historiador nutriu, desde criança, pelos movimentos das tropas sempre a varrer a região fronteiriça, fossem estas de soldados brasileiros, fossem de “castelhanos”. As imagens desses homens de armas, verdadeiros heróis que povoaram a imaginação de Varella em seus tempos de menino, parecem jamais terem abandonado o futuro historiador. Essa compilação de memórias, possivelmente seu texto mais carregado de lirismo, mistura essas imagens de infância com muitas outras que ele iria viver ao longo de sua existência. Essas imagens compostas entre fragmentos de uma memória distante, convicções pessoais e experiências do passado por ele pesquisado – a pesquisa historiográfica foi sua mais obstinada e preferida ocupação intelectual – povoaram seus escritos autobiográficos.

Sua vida intelectual começou muito cedo, antes mesmo do golpe militar que instituiu a república no Brasil, em 1889. Varella rumou a Porto Alegre em 1881, para dar seguimento

---

<sup>24</sup> VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de Bibliografia Sul-rio-grandense*: autores. Porto Alegre: A Nação, Instituto Nacional do Livro, 1974, p. 616-617.

<sup>25</sup> VARELLA, Alfredo. *Rememбранças*. Tempos Idos e Vividos. (2 vols.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Agusa, 1959.

aos estudos. Na capital, depois de um período de autodidatismo e consideráveis dificuldades, conseguiu ingressar no Instituto Brasileiro, onde foi influenciado pela propaganda republicana e pelos ideais e ensinamentos de Apolinário Porto Alegre<sup>26</sup>. O ilustre intelectual teria uma influência decisiva sobre Varella, não apenas como exemplo republicano, mas como exemplo intelectual, sobretudo no estudo da história rio-grandense. Assim discorria sobre o egrégio mestre em *Rememorações*:

Entre os estudantes, principalmente, foi extraordinária a ascendência de Appolinário, homem de poucas mas de impressionadoras palavras, na vida ordinária; impressionadoras, com especialidade, quando êle se encontrava no seu recanto favorito, no gabinete de trabalho. Cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução farroupilha, por cima de mesas se estendiam os documentos que estavam em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos, que desgraçadamente se dispersaram, com as adversidades de Appolinário (quem o diria!) sob a República anômala, que subsiste entre nós.<sup>27</sup>

Desde essa época, Varella, que já era afeto das idéias republicanas antes de chegar à capital, já iniciava uma participação ativa na vida intelectual pública, opinando e tomando parte dos assuntos políticos que movimentavam o país no entreato da proclamação da República. No ano seguinte de sua chegada a Porto Alegre, Varella participaria da Convenção de Fevereiro, reunião de líderes e entusiastas republicanos<sup>28</sup>. Terminados os estudos no Instituto Brasileiro, seguiria para São Paulo, para matricular-se na Escola de Direito. No entanto, acabaria retornando a Porto Alegre, decidido a desistir da carreira, mas em 1886 retomaria os estudos em Pernambuco, bacharelando-se em Recife no ano de 1889, com vinte e cinco anos.

---

<sup>26</sup> Lazzari trata do Instituto Brasileiro e de seu fundador e diretor, Apolinário Porto Alegre, em sua tese de doutorado. De acordo com o autor, Apolinário, apesar do reduzido número de alunos em comparação com outras instituições de ensino da época, teve êxito no que diz respeito ao nível de formação e aos ideais difundidos a seus alunos. Contudo, sua influência intelectual acabariam se tornando minoritárias dentre os republicanos, em face do maior êxito da geração de bacharéis em Direito, influenciados pelo positivismo. Ver: LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Tese (doutorado). Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas: 2004, p. 193.

<sup>27</sup> VARELA (1959 – v.1), op. Cit., p. 188. De acordo com Maestri, o “Governicho” foi como ficou conhecido o período em que o governo é assumido por uma Junta Governativa, que logo entrega a Domingos Alves Barreto a presidência do estado. Esse breve governo dos republicanos dissidentes, apoiados pelos ex-liberais, foi assim denominado pelos republicanos então alijados do poder. MAESTRI, Mario. **Uma história do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Vol. 3 - A República Velha. Passo Fundo: UPF, 2005, p.24. Tradicionalmente é imputada a Julio de Castilhos a autoria do termo, mas tudo indica que a denominação é mesmo de Varella.

<sup>28</sup> Ver VARELA (1959 – v.1), op. Cit., p. 189; CHAVES, Tulio. Um Varão de Plutarco. In: VARELA, A. **Ensaio e Críticas**. Rio de Janeiro: Edições Instituto América, 1948, p. 25. Esta obra é uma compilação póstuma de artigos sobre Varella seguidos de dois ensaios do autor, anteriormente publicados. O texto de Tulio Chaves, amigo íntimo de Varella, é um ensaio biográfico bastante completo.

De volta a Porto Alegre e com expressas recomendações do amigo José Martins Junior, literato e advogado republicano, Varella foi nomeado Procurador Geral da República no Rio Grande do Sul em 1890, e logo depois para Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, em agosto de 1891. Tornou-se uma das principais figuras da República no estado, fiel companheiro de Julio de Castilhos. Nesse mesmo período já havia assumido também a direção do jornal *A Federação* (nos anos de 1890 e 1891), órgão de imprensa do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e um dos principais meios de comunicação do sul do país no contexto. É dele, através das páginas desse periódico, a definição “Governicho” para o curto e atribulado governo estabelecido após a derrubada de Castilhos em novembro de 1891<sup>29</sup>. A atividade jornalística acabaria também sendo uma das marcas de sua vida político-intelectual, pois ainda viria a dirigir o jornal *Nova Folha* (fundado por ele), também de Porto Alegre, além do curitibano *Diário da Tarde*, em 1903, e do tradicional *Comércio do Brasil*, da antiga capital federal, entre 1904 e 1905.

Varella foi militante ativo das fileiras republicanas da “velha guarda” no estado, dentre aqueles que estiveram nos momentos iniciais de organização do PRR. Chegou a pegar em armas por ocasião da guerra civil federalista, comandando um corpo da Brigada Militar do Estado. Foi também deputado de 1900 a 1906, mas, logo em seguida ao fim do seu último mandato, abriu mão da militância direta na política do estado. O momento de desarmonia interna do partido representado pelo episódio da candidatura dissidente de Fernando Abbott, em 1907, gerou alterações significativas nos quadros republicanos e Varella foi um dos intelectuais que havia se colocado ao lado da dissidência, já naquele momento discordando dos rumos que a política castilhista tomava no Rio Grande do Sul. Tanto que sua participação direta em atividades político-partidárias encerra-se com o fim do seu mandato de deputado estadual. A partir de então, Varella mudou de ares, e algumas mudanças no curso dos acontecimentos lhe possibilitaram seguir uma carreira diplomática, algo que pode ser visto como um momento de inflexão em sua trajetória como um todo.<sup>30</sup>

Varella ingressou a serviço do Itamarati para ser cônsul do Brasil na Espanha (1909), no Japão (1910), em Portugal (1913) e na Itália (1914). Após esse período, morou em diversas cidades da Europa e, regressando ao Brasil no começo da década de 1920, também trocava muitas vezes de endereço. De acordo com Chaves, teria residido em Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Petrópolis e Porto Alegre. Por último, viria

---

<sup>29</sup> CHAVES, Op. Cit., p. 29.

<sup>30</sup> CHAVES, Op. Cit., p. 38.

a se fixar no Rio de Janeiro, onde falecera em 1943.<sup>31</sup> A carreira de diplomata deu a Varella a possibilidade de consultar arquivos ainda inexplorados sobre o Rio Grande do Sul. Tanto que ele conseguiu montar uma vultosa coleção particular de fontes, principalmente sobre o contexto da guerra civil farroupilha, mas também sobre o período colonial e os primeiros anos do período imperial no sul do Brasil. Os arquivos ultramarinos consultados na Espanha e em Portugal possibilitaram a Varella demarcar, desde o começo de sua produção historiográfica, uma relativa distância ao que vinha sendo realizado entre a plêiade de historiadores regionais. Documentos sobre o envolvimento de líderes farroupilhas com as nascentes repúblicas do Prata iriam endossar uma de suas mais polêmicas teses, a respeito da influência platina não apenas na formação do gentio rio-grandense, mas também na própria gênese e desenvolvimento da Revolução Farroupilha.

Varella foi desde muito cedo um entusiasta das letras, leitor das grandes obras de literatura mundial, e, principalmente, dos estudos históricos. Suas memórias guardam um espaço especial para uma anedota da sua infância, quando conhecera um ilustre político da época, José Affonso Pereira, em um dos tradicionais “serões no lar”, reuniões em que parentes e conhecidos se reuniam para jantar e confraternizar. Nesse dia guardado em sua lembrança, havia aproveitado a presença de vários anciãos ilustres para lhes indagar sobre história, tomando nota de tudo quanto se lhe respondia. Ao fim do encontro, ao acompanhar Affonso Pereira até sua casa, este, na despedida, pôs a mão em sua cabeça e exclamou em tom solene: “— Menino, tu serás historiador um dia!”<sup>32</sup>. Varella conta como essa frase surtira “insólitas repercussões” em seu ser, no estímulo à paixão que já nutria pelas coisas do pretérito e pelas letras de modo geral. Dizia Chaves que seu entusiasmo pela escrita e pela pesquisa refletia-se em um método rígido de estudos e num perfeccionismo obsessivo, de um autor que corrige e recorre incessantemente até encontrar a melhor maneira de ajustar a linguagem para dizer algo.<sup>33</sup>

Varella debutou na seara de publicações com o opúsculo *A Constituição Rio-Grandense*, um pequeno ensaio de apologia ao texto da primeira constituição republicana do Rio Grande do Sul e logo em seguida com *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica* (1897), seu primeiro ensaio histórico propriamente dito<sup>34</sup>. Esses dois pequenos livros

---

<sup>31</sup> CHAVES, Op. Cit., p. 37.

<sup>32</sup> VARELLA (1959 – v.1), op. Cit., p. 176.

<sup>33</sup> CHAVES, Op. Cit., p. 40-41.

<sup>34</sup> VARELLA, Alfredo. *A Constituição Rio-Grandense*. Porto Alegre: Of. Tip. de A Federação, 1986; VARELLA, Alfredo. *Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica*. Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

demarcaram o começo de sua trajetória de escritor, mas é depois de 1914 que ele passa a se dedicar mais detidamente à história e começa a publicar suas principais obras, algumas das quais já vinham sendo construídas há anos, em pesquisa e redação. A primeira dentre estas é *Revoluções Cisplatinas*, de 1915, obra que já tratava da história do conflito farroupilha e que, juntamente com *Duas Grandes Intrigas* (1919) e *Política Brasileira: Interna e Externa* (1929)<sup>35</sup>, formaria a base para a sua obra magna, *História da Grande Revolução* (1933)<sup>36</sup>. Essas três obras anteriores a sua *magnum opus* remetem em grande parte às pesquisas feitas pelo autor nos arquivos da Espanha e de Portugal, tendo inclusive sido publicadas por editoras portuguesas. Se prestarmos atenção no rol de obras do autor, perceberemos que essa é uma característica importante: com exceção da *História da Grande Revolução* e dos dois primeiros livros publicados no final do XIX, suas outras obras foram quase todas publicadas ou por editoras de Portugal ou do Rio de Janeiro. De toda uma vasta produção, apenas a *História da Grande Revolução* foi publicada no estado, pela Livraria do Globo, editora responsável por boa parte das obras produzidas por aqueles que faziam parte do círculo de historiadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS)<sup>37</sup>.

Varella foi membro e sócio-fundador do IHGRGS. Isso, no entanto, não fez dele um historiador dos mais atuantes dentro do instituto. Por conta das teses que defendia desde *Revoluções Cisplatinas* – tendência separatista dos farroupilhas, diferenças marcantes da formação geográfica e sócio-cultural do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e presença platina na sociogênese do *gaúcho* –, o autor tornou-se um alvo de ferrenhas críticas de alguns dos historiadores mais atuantes do instituto e acabaria alijando-se da entidade, tão logo suas obras começaram a provocar contestações públicas.

A consolidação de uma versão mais adequada para a história sul-rio-grandense, em função de um momento político específico vivido pelo estado em sua relação política com país, constituiu um dos mais pantanosos terrenos de disputa intelectual no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. A fundação do IHGRGS, em 1920, foi o ponto crucial da inflexão que deu início a um processo de revisão sistemática das interpretações da obras

---

<sup>35</sup> VARELLA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. A República Rio-Grandense. Porto: Chardron, 1915. 2 vols; VARELLA, Alfredo. *Duas Grandes Intrigas*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919. 2 vols; VARELLA, Alfredo. *Política Brasileira*. Interna e Externa. (Documentos Inéditos). Porto: Chardron, 1929. 2 vols.

<sup>36</sup> VARELLA, (1933), Op. Cit.

<sup>37</sup> JACOBY, Roque. Nós, os editores. In: GONZAGA et. al. (org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994, p. 95.

clássicas da história sulina<sup>38</sup> e releitura das problemáticas consideradas prioritárias para a construção da “verdadeira história” do estado – a questão da formação do “gaúcho” e a do “sentido” da Revolução Farroupilha. O contexto que remonta à década de 20 foi tradicionalmente tratado pelos historiadores da historiografia rio-grandense como o período de construção da visão nacionalista da história sulina, quando o grupo dos mais destacados historiadores gaúchos, congregado em torno do instituto, dedicou-se a pesquisas que viriam a afirmar a brasilidade dos farroupilhas, a raiz fundamentalmente lusitana do gaúcho e a conseqüente predisposição do estado para a integração nacional. Essa tendência, em boa parte controversa às linhas interpretativas defendidas por Varella, afastou-lhe da entidade e possibilitou que o historiador protagonizasse uma contenda aberta com aqueles que se opunham às suas obras, em especial o influente historiador Emilio Fernandes de Souza Docca, um dos mais ativos porta-vozes desta versão da história embandeirada como sendo a do IHGRGS, malgrado fosse este também um espaço de evidentes disputas intelectuais.<sup>39</sup>

A publicação da *História da Grande Revolução*, em 1933, estampada com verba do estado e com o selo do instituto, que publicamente se manifestou rechaçando as teses defendidas pela obra de Varella<sup>40</sup>, é um caso curioso que, tudo indica, tem uma conotação bastante personalista. Os seis espessos volumes da obra deveriam ser revisados e organizados por membros do IHGRGS, conforme solicitação expressa do Governo do Estado, na pessoa do então presidente Flores da Cunha, e então levados para a impressão na editora da Livraria do Globo em 1932. O instituto histórico, ao menos ao longo de suas primeiras duas décadas de existência, era uma instituição amparada financeiramente pelo governo estadual<sup>41</sup> e, a

---

<sup>38</sup> Referimos-nos aqui às primeiras obras clássicas da historiografia sulina. PINHEIRO, José F. F. *Anais da Província de São Pedro*. 5.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; CHAVES, José A. G. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1978. (A primeira edição foi publicada em 2 volumes, o primeiro em 1822 e o segundo em 1823); SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 1820-1821. São Paulo: USP, 1974; BRASIL, J. F. de Assis. *História da República Rio-grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1882; LIMA, Alcides. *História Popular do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1935.

<sup>39</sup> Ver NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da história no Rio Grande do Sul*. In: *Ágora*. Revista de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, n. 1, v. 11, p. 161-183, jan./jun. 2005, p. 171.

<sup>40</sup> A rejeição às teses esposadas por Varella foi feita através de um parecer de contestação redigido por Othelo Rosa e Darcy Azambuja, publicado em 1934, às vésperas da simbólica comemoração do centenário da revolução, na revista do instituto. PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n. 56, p. 267-272, 1934. Comentamos mais detidamente essa questão no *Capítulo 4*.

<sup>41</sup> Conforme o artigo de Caimi e Colussi, o financiamento do instituto era em grande parte de receitas estatais: CAIMI, Flávia E; COLUSSI, Eliane L. *História... Mestra da vida e testemunha dos tempos*. In: *História: Debates e Tendências*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Passo Fundo, n. 1, v. 2, p. 53-70, dez 2001.

despeito de sua relativa autonomia interna, precisava acatar certas propostas, como aquela feita por Flores da Cunha. O então presidente do estado era amigo de Varella e, sabendo da existência dos manuscritos da obra, em conversa com o autor lhe antecipara seu desejo de custear através do estado sua publicação<sup>42</sup>.

A recepção do extenso texto sobre o movimento farroupilha, que recuava a narrativa da guerra até os primórdios da formação espacial e sócio-cultural do estado, acabaria sendo um tanto quanto constrangedora na comunidade intelectual rio-grandense, na medida em que reacendia o debate sobre o separatismo através de um manancial incrivelmente articulado de fontes que respaldavam suas conclusões. Uma das qualificações mais brandas afirmava que o historiador da “Grande Revolução” padecia de um generalizado surto de “brasilofobia”<sup>43</sup> e há várias notas bibliográficas e comentários publicados com qualificações semelhantes, além do já referido parecer de Othelo Rosa e Darcy Azambuja. Alguns como Aurélio Porto seriam mais brandos nas críticas, mas com Souza Docca o debate chegou a proporções maiores, gerou diversos artigos por ambas as partes, um combativo ensaio de Docca e duas obras de Varella que foram uma espécie de rebate às censuras em linguagem muito menos amistosa<sup>44</sup>.

Muitas das obras de Varella continham elementos pretensamente polêmicos. Como veremos nos capítulos subseqüentes, especialmente no *Capítulo 2*, o próprio historiador ousava incitar as contestações, criando armadilhas no texto que pudessem acender a verve dos seus censores. Veremos como ele jogou com essas críticas e como esses outros intelectuais receberam suas obras. Essa análise, contudo, está concentrada no *Capítulo 4*. Na seqüência elencamos algumas das obras consideradas cruciais nos estudos da historiografia rio-grandense, na tentativa de perceber como esse peculiar historiador foi tratado até então e como foi avaliado este intenso debate gerado em torno de sua obra magna.

### 1.1.2. O campo das análises historiográficas no RS e a avaliação da obra varelliana

O debate intensificado a partir da *História da Grande Revolução* foi uma espécie de ponto nodal de reflexão para as análises historiográficas da chamada *historiografia crítica* dos anos

---

<sup>42</sup> A questão é comentada por Varella em uma nota explicativa ao final da obra. Tratamos com maiores detalhes no *Capítulo 4*. VARELLA (1933 – T. VI), op. Cit., p. 514.

<sup>43</sup> DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n. 58, p. 1-147, 1935, p. 26.

<sup>44</sup> O ensaio de Docca é o citado na nota 21. Os livros de Varella são *Res Avita* e *O Solar Brasileiro*, ambos em dois volumes. VARELLA, Alfredo. *Res Avita*. Lisboa: Tip. Maurício e Monteiro, 1935; VARELLA, Alfredo. *O Solar Brasileiro: remate nos muros austrinos*. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. 2 vols.



80. A obra de Ieda Gutfreind é emblemática nesse sentido, tendo sistematizado uma bipolaridade interpretativa da historiografia rio-grandense através das noções de *matriz lusitana* e *matriz platina*<sup>45</sup>. Na primeira, foram classificados os historiadores que defendiam a soberania do elemento português como a essência constitutiva do gaúcho e a subjacente predisposição ao patriotismo/nacionalismo, com a refutação dos argumentos separatistas em relação ao movimento farroupilha; na segunda, tínhamos aqueles que argumentavam a favor da influência do elemento espanhol como parte também integrante da formação sulina e, em geral, a afirmação do separatismo como peculiaridade da Revolução Farroupilha. O debate, que remontava à década anterior, reencenou-se de forma vigorosa na abertura dos anos 30 com a publicação da copiosa obra de Varella, e foi tomado como ponto de apoio da análise de Gutfreind, que se fundamentava nessa dupla conceituação. A autora procurou então perscrutar, ao longo do vasto período compreendido entre 1920 e 1970, a dinâmica entre essas duas matrizes analisando as obras fundamentais de vários historiadores e concluindo pela vitória da matriz lusitana sobre os localizados esforços da matriz platina, representada especialmente por Varella.

A obra de Gutfreind partilha de um momento peculiar do desenvolvimento da ciência histórica no Brasil, e, principalmente, na recente historiografia acadêmica do Rio Grande do Sul, na época ainda em vias de estabilização. Seguiu uma trilha já iniciada por estudos como os de Marlene Medaglia Almeida<sup>46</sup>, em que o objetivo primordial era a análise do processo de consolidação da história rio-grandense em sua relação com o poder político e as ideologias dominantes. Nesse sentido, procuravam dar conta de um conjunto incrivelmente diversificado de historiadores, de maneira que fosse possível traçar tendências gerais da

---

<sup>45</sup> GUTFREIND, op. Cit.

<sup>46</sup> O trabalho de Marlene Almeida, *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense*, de 1983, foi o primeiro trabalho sobre a historiografia rio-grandense realizado no âmbito da pós-graduação acadêmica. ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. Propunha-se, num momento de transição política, que a análise historiográfica teria um papel substancial na tarefa de desnudar a carga ideológica das classes dominantes, que teria sido até então a perspectiva norteadora da escrita da história brasileira. Neste caso, como salientava a própria autora, o objeto da análise não era a historiografia em si, enquanto processo ou discurso, mas sim a “ideologia que impregna a versão oficial da historiografia” (p. 113), tendo o conceito de “*hegemonia como o fundamento natural do estudo da função histórica da historiografia*”<sup>46</sup>. Sua reflexão teórica apoiava-se claramente no influxo de conceitos gramscianos, que povoaram inúmeras outras obras da época. Antes deste trabalho as poucas apreciações em torno das obras da história no estado eram estudos com foco literário, como os textos de Guilhermino César, por exemplo, ou estudos de levantamento bibliográfico, como o de Dante de Laytano e o pequeno ensaio de síntese de Moacyr Flores. FLORES, Moacyr. *Historiografia: Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989; CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul. (1737-1902)*. 2. Ed. Porto Alegre: Globo, 1971; LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Levantamento Crítico. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, IFCH-UFRGS, 1979.

historiografia e estabelecer, assim, as interconexões entre a escrita da história e os projetos sociais, políticos e econômicos inerentes à prática historiográfica<sup>47</sup>.

Entretanto, esse passo decisivo no tratamento das obras historiográficas trazia também, em sua face diametralmente oposta, o risco de um nivelamento excessivo, conseqüência muito comum – mas não necessária – do procedimento de síntese/generalização. Se, de um lado, a análise avançava à medida que procurava desvelar os laços até então encobertos entre determinadas versões da história e as aspirações das classes dominantes, do outro, deixava em aberto inúmeras situações não-padronizáveis, ou circunstâncias peculiares que não podiam ser devidamente explicadas pelos modelos de análise propostos. Uma série de particularidades e várias questões relacionadas à operação de construção do conhecimento histórico permaneceram à espera de estudos que iniciassem a tarefa de investigar de forma mais detida as obras desses vários historiadores.

A trajetória intelectual e a obra de Alfredo Varela podem, certamente, ser listadas como ainda pouco exploradas pelos estudos historiográficos e a singularidade que as envolvem clama por um estudo mais específico. E, nesse caso, não apenas na perspectiva individual, mas também no que diz respeito às dissensões que colocavam frente a frente diferentes concepções políticas, interpretações historiográficas, visões de mundo e predileções intelectuais. A compleição dos projetos políticos que perpassaram o contexto vivido por um autor como Varela é um fator de suma relevância, mas não encerra em si toda a teia de possibilidades de ação e reflexão à disposição do sujeito histórico e nem poderia, por si só, explicar de forma rígida a totalidade de sua história escrita.

A obra de Varela aparecia, nessas análises de cunho mais generalizante, como contraponto à visão considerada vencedora da disputa ideológica travada no contexto de 30. A disputa resumia-se a projetos políticos divergentes sendo defendidos por textos de história. A imagem passada era de que tais histórias eram realmente tão rasas que nenhuma visada epistemológica ou teórica na análise poderia gerar algum resultado, afinal, até mesmo nas condições epistêmicas elas eram semelhantes, porque ecléticas, obtusas, incoerentes e até mesmo ingênuas. Na falta de análises mais detidas do ponto de vista da prática de produção do saber historiográfico, a idéia de *eclétismo teórico* e a de confluência da posição de classes dos autores apareciam como argumentos para endossar a planificação das

---

<sup>47</sup> Esta opção teórica foi bastante recorrente no período, a partir da influência de obras basilares como a de Josep Fontana, publicada no Brasil só no final dos anos 90, mas já muito difundida desde meados dos 80. FONTANA, Josep. *História: análisis Del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica, 1982; \_\_\_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

conclusões em relação à diversidade contida nas obras.<sup>48</sup> Se o aspecto fundamental da disputa entre as tendências “platinas” e “lusitanas” era capaz de elucidar uma série de características das obras e dos autores, em outros planos como o da configuração epistêmica, da construção narrativa e da heterogeneidade teórico-filosófica, ele não era capaz de fornecer explicações.

Tomemos aqui como recorte temporal o contexto dos anos 20 e início dos anos 30 no Rio Grande do Sul (poderíamos estender esse recorte, sem exagero, até o final da década de 60<sup>49</sup>) e veremos que os pressupostos consensuais daquilo que era considerado uma boa história eram definidos de acordo com os parâmetros de cientificidade das ciências naturais – neutralidade explicativa, objetividade e metodização da análise dos dados para alcançar a verdade crua dos fatos –, influência clara do positivismo e das chamadas escolas metódicas<sup>50</sup>. Esse era, geralmente, o discurso ostentado inclusive institucionalmente, por historiadores não-acadêmicos que detinham o respaldo social para adentrarem nos caminhos de busca do passado. Até aí, não podemos impor maiores dúvidas. Mas os complicadores emergem quando passamos a perceber que entre o discurso e a prática havia um sem-número de situações que fragmentavam essa percepção normativa do ofício

---

<sup>48</sup> O termo ecletismo é usado na obra de Gutfreind. GUTFREIND, Op. Cit., p. 29.

<sup>49</sup> SILVA (2008), Op. Cit. A trajetória e a obra de Romeu Beltrão, e sua relação com outros historiadores sulinos entre os anos 50 e 70 nos apresentam alguns indícios sobre esta questão.

<sup>50</sup> Uma pequena digressão ao XIX se faz necessária, na medida em que este ficou conhecido como o “Século da História”. Se a denominação é questionável, não o é o fato de que foi neste século que a história se afirmou enquanto ciência histórica, com pretensão metodológica específica. A história desse século conseguiria romper com as filosofias da história do século anterior através de figuras como Leopold Von Ranke, na Alemanha, e Gabriel Monod e Langlois/Seignobos, na França, decisivos nesse processo de consolidação disciplinar da história como ciência estrita. Naturalmente, essa nova ciência bebia nas fontes de inspiração positivistas, sobretudo no que diz respeito à preocupação metodológica elementar, uma fundamentação “metódico-documental” positiva. Essa influência do positivismo fora mais marcante a partir da segunda metade do XIX, num período em que a influência do romantismo viria a ser, então, minada por essas tendências próximas à filosofia de Augusto Comte. A idéia da história construída com atenta regulação metódica, baseada nos documentos e feita a partir de uma disjunção rígida entre sujeito e objeto do conhecimento passava a ser predominante. Esses ares positivistas influenciaram a historiografia que fundava-se em prerrogativas metódicas determinadas e congregava-se em torno dos arquivos para uma revisão do passado. A fundação da *Revue Historique*, em 1876, é emblemática nesse sentido, pois proclama em seu manifesto de abertura o “método científico” para a história. Historiadores como Fustel de Coulanges, Taine e Monod congregavam-se nesse esforço. A denominação de “escolas metódicas”, na falta de um termo melhor, se refere a este contexto de desenvolvimento desses tradicionais cânones da historiografia metódico-documental. No entanto, ainda que essa história metódica concordasse com muitos dos princípios caros ao positivismo de Comte ou Stuart Mill, não pode ser diretamente confundida com a mesma idéia de história do positivismo, motivo pelo qual se torna imprecisa a pecha indiscriminadamente usada de “historiografia positivista”. A influência desse gênero positivista advinha muito mais de obras como as de Taine ou Buckle, por exemplo, sendo que a formalização metódica posterior acabaria desconfiando cada vez mais de alguns pontos fundamentais tributários do positivismo, como a preocupação com as “leis imutáveis”, a validade universal dos métodos das ciências naturais, e a excessiva ambição sociologizante. Todas essas características acabariam paulatinamente sendo minadas por essa história que agora surgia com um método próprio e negava a busca das leis em detrimento da descoberta e organização “científica” dos fatos do passado. Ver: ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Trad. Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006, p. 100-103; 107-129.

historiográfico, de modo a tornar arriscada a mera consideração dos discursos publicamente proferidos ou presentes nos prelúdios das obras como indícios de uma unidade plena e intacta do autor.

A obra de Alfredo Varella nos demonstra a legitimidade de propor esse questionamento. Se pensarmos em seu meio social e em seu lugar de produção, veremos que estes estavam impregnados das modernas noções científicas de abordagem histórica e que sua experiência individual de inserção social e política foi, durante muito tempo, mediada por um arcabouço teórico que pode ser denominado, não sem o risco de extrapolar o conceito por conta das nuances e divergências que o termo encerra, de *positivismo* – apropriado não só como um mero conjunto de pressupostos científicos, mas também como uma estrutura modelar normativa no sentido de organização sócio-política.<sup>51</sup> No entanto, mesmo tendo defendido pressupostos claramente positivistas, uma análise atenta da sua obra nos mostra o quão mais complexa é a mistura de elementos que compunham o seu repertório conceitual, sua base epistemológica de pesquisa e, principalmente, suas estratégias de escrita da história. Varella não fora apenas um político que, alijado das instâncias de poder público, usou sua historiografia pra defender seus “anacrônicos ideais federalistas”<sup>52</sup> e, ao fim e ao cabo, para legitimar uma visão elitista da história rio-grandense.<sup>53</sup> Essa via monolítica de interpretação, mesmo que não intencionalmente, aplainava uma série de experiências, opções e carências existenciais intrínsecas ao processo de busca do passado e formatação historiográfica, deixando um espaço muito limitado à agência e ao caráter de sujeito do objeto estudado. Além disso, mergulhava esse indivíduo histórico em parâmetros, circunstâncias e exigências que não poderiam ser aquelas do seu tempo, opções que ele não poderia ter feito, características que não estavam disponíveis às condições de sua experiência. Dessa maneira, alguns aspectos apareciam como fatores meramente denotativos de excentricidade, preciosismo ou ecletismo por parte dos autores.

---

<sup>51</sup> Há de se considerar aqui, naturalmente, a grande diversidade com que o positivismo se consolidou no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul, já desde o final da década de 1880. WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1929*. Bauru/Santa Maria: Edusc/Editoraufsm, 1999, p. 35-36.

<sup>52</sup> Essa noção está presente em Gutfreind. “Varella fora um homem do seu tempo, suas idéias eram resquícios de um projeto que não se coadunava com o desenvolvimento capitalista brasileiro.” Dentre essas idéias estariam os ideais federativos de Varella, que em sua argumentação parecem ser o motor central de todo o conjunto de sua obra. Tendo em vista o contexto da década de 30, Gutfreind classifica as idéias de Varella como extemporâneas para tentar explicar seu relativo isolamento. No entanto, a publicação da *História da Grande Revolução* em 1933 parece ser um ponto difícil de ser ajustado nessa opção interpretativa que prioriza a idéia de instrumentalização política das obras. Ver GUTFREIND, Op. Cit., p. 168-169.

<sup>53</sup> GUTFREIND, op. Cit., p. 168, 195. Caracterizações tipicamente unidirecionais como essa serviram para explicar e definir não apenas Alfredo Varella, mas o conjunto que então se denominava de *historiografia rio-grandense*, nas análises historiográficas *críticas* dos anos 80.

O problema da formatação narrativa normalmente foi tratado – até mesmo por conta das preocupações teóricas da época, muito mais voltadas à posição social do autor do que para aspectos relacionados às estratégias de construção da argumentação – como questão irrelevante para a compreensão dos projetos políticos que estariam nas bases das histórias então produzidas por intelectuais politicamente engajados. E é exatamente nesse sentido que a inspiração épica e o cuidado narrativo de Varella não pareceram mais do que uma prosa extravagante e atípica aos olhos de alguns analistas.

Em uma via reflexiva diferenciada, os estudos mais recentes realizados no campo da história da historiografia no Rio Grande do Sul procuraram trabalhar a historiografia e as trajetórias dos historiadores não apenas por um enquadramento político-estrutural ou institucional, mas levando em consideração outras dimensões intrínsecas ao ato de produzir uma história, como o processo de produção narrativa do passado e as operações através das quais os historiadores manipulam seus conceitos e dados para representar as experiências dos homens no tempo.

Pensamos em trabalhos como o de Carlos Armani, que põe em xeque essa imputação programática de pressupostos aos autores, uma vez que sua análise logrou perceber no influente historiador Emilio de Souza Docca – contemporâneo de Varella e um dos seus principais interlocutor no ferrenho debate do início dos anos 30 sobre o nacionalismo da revolução farroupilha, como mencionamos anteriormente – uma multiplicidade de empenhos e características que, a despeito da intenção do autor em ser metodologicamente idêntico a si mesmo, deixava transparecer uma fragmentação até então não considerada.<sup>54</sup> Seu trabalho não se reivindica como propriamente uma análise historiográfica, mas sua contribuição ao campo é significativa justamente por tentar mostrar a multiplicidade contida no espaço de um autor e de uma obra. A dissertação demonstra como o pensamento de Docca, ainda que transitando pelo desejo de uma homogeneidade – percebida em relação à tríade identitária ser nacional, método e temporalidade – insurgia-se, ao final das contas, também numa peculiar dispersividade. O mérito fundamental do trabalho, entre tantos outros, não é fugir da pretensão da busca de identidades, mas, como o autor mesmo coloca, “perceber nelas outros elementos que escaparam a qualquer pretensão classificatória, uma tentativa de não fazer tábula rasa do pensamento intelectual que em muitas ocasiões, foi classificado como ‘positivista’, ‘autoritário’, ‘nacionalista’ e ‘regionalista’.”<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> ARMANI, Carlos Henrique. *Identidade e Fragmentação no pensamento de Emilio de Souza Docca*. Dissertação. (mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

<sup>55</sup> ARMANI, Op cit., p. 10-11.

Consideramos também aqui o trabalho de Mara Cristina Rodrigues<sup>56</sup>, que igualmente faz parte de um novo entendimento do que deva ser uma análise da produção historiográfica. O intuito de averiguar a relação entre o intelectual e o contexto histórico enquanto campo de possibilidades, e não apenas num sentido de direcionamento necessário, baliza seu percurso de investigação sobre as concepções teórico-metodológicas, opções de escrita e convicções sociológicas de Moysés Vellinho a partir de textos de crítica literária e da obra *Capitania d'El Rey*, considerando mais densamente a relação entre os fundamentos teórico-epistemológicos e o lugar social do autor. Nesse sentido, procurou transitar pelo processo de construção das narrativas estabelecendo conexões com as inflexões literárias da época, o ambiente intelectual e as transformações políticas que fizeram parte do conjunto de experiências históricas do crítico literário e historiador. Esse trabalho dá um passo significativo no sentido de ir além dos esquemas que simplesmente articulavam noções estáticas de ideologia/filiação político-partidária e posicionamentos historiográficos. Articulações estas que, muitas vezes, não consideravam as transformações processuais dos contextos políticos aos quais se referiam e muito menos a arena de possibilidades e escolhas do sujeito perante a estrutura. Um dos exemplos mais marcantes é a própria publicação de *Capitania d'El Rey*, obra até então compreendida como anacrônica por defender uma proposta já considerada superada ou fora de contexto no início dos anos 70. A autora reavalia o sentido da obra e leva em consideração as alterações contextuais e individuais que levaram ao seu derradeiro esforço de afirmar a visão nacionalista, lusitana e não-separatista da história sulina, percebendo as estratégias narrativas inseridas na dinâmica das vivências do autor. A relevância dessa perspectiva abre o caminho para investigações sobre os autores em específico, procurando não apagar as dessemelhanças, mas inquiri-las cuidadosamente.

---

<sup>56</sup> RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da Crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação. 1925-1964*. Tese (Doutorado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Em sua dissertação, a autora também trabalhou com uma temática importante para a análise historiográfica sulina, uma vez que procurou investigar o processo de institucionalização da história enquanto área de formação profissional de nível superior, focando, para isso, o curso de Geografia e História da Universidade de Porto Alegre. O processo de formação inicial e consolidação do curso, seleção de professores e perfis dos mesmos, e o direcionamento das atividades do curso foram abordados em um panorama geral do contexto em que essa formação se insere. Também são abordadas algumas das principais discussões e movimentos que influenciaram o campo do ensino (como a questão do escolanovismo e as transformações na legislação educacional que regulamentaram a formação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e Faculdades de Filosofia) e a questão do nacionalismo como diretriz de produção historiográfica a partir da segunda década do século XX, que permanece após o movimento de 30. RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

Finalmente, no que se refere ao próprio Alfredo Varella, há uma importante contribuição de Maria da Glória de Oliveira, num artigo que analisa a obra *Revoluções Cisplatinas*<sup>57</sup>. Ainda que o estudo esteja circunscrito ao espaço de um artigo, as questões propostas são de grande relevância, sobretudo a que diz respeito à formatação de uma identidade regional em relação ao que seria o projeto de consolidação da identidade nacional. Essa polaridade está presente de forma intermitente no trabalho de Varella, na medida em que sua trajetória esteve marcada por alterações políticas sensivelmente relacionadas ou desdobradas em teorizações sociais, como a adaptação política do comtismo e seus conseqüentes desdobramentos e críticas. A autora mostra como Varella estava intelectualmente ligado à primeira geração de republicanos (liderada, dentre outros, por Assis Brasil) que comungou de certos parâmetros de diferenciação regional da província, tidos como inalienáveis e defendidos nos discursos políticos, nas páginas dos jornais e em obras históricas. No entanto, esse vínculo não aparece mais como fator absoluto em sua trajetória, uma vez que o autor passa a ser considerado também em suas opções narrativas e epistêmicas, que implicam diretamente no reconhecimento de certas heterogeneidades, como por exemplo, a sua relação aparentemente contraditória em relação ao positivismo – ele o contesta politicamente em um dado momento, mas ainda comunga dos seus princípios filosóficos até o fim de sua vida. Além disso, a sua opção interpretativa balizada por uma idéia de “movimento sincrônico” entre os acontecimentos do Prata e os do Rio Grande do Sul e a afirmação da especificidade e da originalidade de seu passado não aparecem na análise apenas como desdobramentos de uma vontade política momentaneamente sufocada pelo tempo, mas também como opção de um historiador que se defronta com o passado, defende preceitos metodológicos e teóricos e faz suas escolhas interpretativas.<sup>58</sup>

Malgrado a heterogeneidade de recortes temporais e mesmo temática que marca esse conjunto de obras citadas, as referências se justificam porque demonstram o processo de desenvolvimento desse campo de pesquisa histórica e põem em evidência os aspectos já trabalhados frente às problemáticas ainda à espera de pesquisa. O princípio atraente e ao mesmo tempo perigoso da conexão entre projeto/militância política e posicionamento historiográfico aparece como algo ainda a ser levado em conta, mas sua aplicabilidade enquanto hipótese prévia parece estar, felizmente, sendo permutada pela sua afirmação

---

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Uma identidade platina para o Rio Grande do Sul: análise historiográfica de *Revoluções Cisplatinas*, de Alfredo Varela. In: *Revista Humanas*, Porto Alegre, v. 26/27, n. 1/2, p. 371-390, 2004/2005.

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., p. 387-388.

enquanto aspecto a ser questionado em seus pontos mais frágeis e reinterpretado em face das discontinuidades intrínsecas à busca humana por orientação temporal, no enredamento de fios que tramam a existência histórica.

Não é nossa intenção subtrair do campo da história da historiografia as preocupações sócio-políticas e nem mesmo usar um contraveneno (quase sempre destilado da própria toxina elementar) com o qual poderíamos livrar os autores de todas as pechas até então atribuídas a eles – o que poderia desembocar na indelicadeza de um criticismo às avessas. Todavia, a idéia de que o contexto social do autor pode agir como determinação definitiva para a produção de certas representações do passado – nesse caso consideradas menos como conhecimento histórico do que como ideologias matematicamente convertidas em livros de história – não exprime o intuito da nossa propostas. Nossa empreitada direciona mais sua atenção às conexões entre as dificuldades de orientação existencial/temporal e as dimensões *estética* e *cognitiva* do texto historiográfico. Os elementos estéticos e as preocupações epistemológicas do sujeito que produz uma narrativa histórica não podem mais ser relegados a degraus inferiores na hierarquia de sentido, por mais que estejamos tratando de autores de uma época ainda sem a presença de uma historiografia regional acadêmica. Não raramente o qualificativo “ecletismo” foi usado como sinônimo de nebulosidade teórica a autores em específico ou a grupos definidos e mais ou menos homogêneos de autores, numa tentativa de suspender *a priori* a necessidade de análise das preocupações epistêmicas de um sujeito cognoscente, que, por definição, não possuía um desenvolvimento teórico sólido e “coerente” para compreender a clareza de suas próprias convicções epistêmicas.

Esse argumento acabou sendo uma diretriz comum para saltar a etapa cognitivo-estética e focar diretamente no âmbito da justificação política, o que permitiu passar por cima de importantes questões, como a da relação entre a produção da história e a poética, por exemplo, e das estratégias de agregação de sentido e coerência narrativa à profusão de experiências históricas trazidas à tona por coleções cada vez mais volumosas de documentos e informações. Em certo sentido, toda a riqueza que diz respeito às táticas de composição narrativa em suas interconexões com padrões epistemológicos, o uso de modelos essencialmente poéticos e as opções estilísticas variadas aparece aqui, sobretudo na obra de Varella, como aspectos a serem observados. A sua obra tem sido vista – e por



alguns grupos até mesmo reivindicada<sup>59</sup> – apenas como a defesa de um incontornável separatismo, que facilmente se explicaria por seu posicionamento a favor do federalismo e pela atuação na política positivista da primeira república no Rio Grande do Sul. Nada além de um homem ultrapassado por novas idéias e gerações, alijado do poder e defendendo uma orientação descompassada em relação ao seu tempo e seu espaço. Esse retrato acabou permanecendo ao longo do tempo e é muito sugestivo que ele tenha sido pintado já por seus interlocutores nos anos 30 (como Souza Docca e outros membros do IHGRGS), antes de ser reproduzido em algumas páginas da história acadêmica dos anos 80. Uma pergunta agora se interpõe como uma tentativa de pontapé inicial: seria esse um retrato fiel da obra do polêmico historiador sulino?

Focamos nossa atenção na *História da Grande Revolução*, por ser esta obra a grande síntese de tudo que Varella pesquisara e escrevera ao longo de sua trajetória intelectual até o começo dos anos 1930, além de ter sido, possivelmente, a obra em que o autor mais tenha se esmerado no quesito estilístico. Antes de adentrarmos na obra propriamente dita, trilharemos um rápido percurso teórico a fim de demarcar nossas próprias convicções em torno da idéia de produção do saber histórico e da profusão de elementos que caracteriza sua natureza.

## 1.2. O universal: a escrita do passado e o historiador como *ser-no-mundo*

A reflexão que toma por escopo o próprio conhecimento histórico é de vital importância para o desenvolvimento não apenas do campo específico da história da historiografia e de seus procedimentos e conceitos, mas também elemento fundamental para a reflexão entendida como *metateórica* – ou seja, das inquirições que tentam revelar a ligação existente entre a práxis de pesquisa, a condição histórica desse sujeito que escreve o passado e os fundamentos da ciência histórica<sup>60</sup>.

É exatamente como um conjunto de indagações sobre o ser do historiador que esta subseção se apresenta. A relação triádica entre realidade, linguagem e conhecimento

---

<sup>59</sup> O movimento separatista, que ainda existe e inclusive adquiriu forma de uma entidade autônoma, reivindica as obras de Varella como os verdadeiros panfletos do movimento. Ver: <[www.pampalivre.info](http://www.pampalivre.info)>.

<sup>60</sup> Ver RUSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Teoria da História: Os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Da UnB, 2001, p. 15-16.

histórico nos parece de vital importância, sobretudo se a pensarmos nas duas facetas de operação dessa tríade: de um lado a dimensão epistêmica, que compreende os fundamentos elementares que possibilitam a *operação historiográfica*; e de outro a condição de ser do historiador, que manipula a linguagem para dar formato escrito a espaços e tempos que não mais existem, mas que outrora foram, e que ao produzir sua historiografia também age e sofre, insere-se e experimenta a condição de *ser-no-mundo*.

Ambas essas dimensões nem sempre são pensadas como conjugadas. Nesse caso, normalmente se demarca uma separação entre a teoria da história, enquanto campo de investigação das condições de interpretação e produção do conhecimento histórico, e o que alguns chamaram de a condição histórica e antropológica daquele que profere o discurso sobre o passado no formato de uma historiografia. Questionando a rigidez desse binômio, procuraremos apresentar uma discussão que entrelace o problema encarado pela história ao ficar face a face com a epistemologia com outro problema igualmente importante que é a condição de *ser-no-mundo* do próprio historiador. Nesse sentido, apesar de que faremos referência à hermenêutica tal como fora desenvolvida pela tradição filosófica, podemos adiantar que não pretendemos resolver a aporia da representação do passado colocando a ontologia antes da epistemologia (como em Heidegger) e nem o contrário, que seria como tentar partir de uma base epistemológica para chegar ao mundo (como em Dilthey). Exatamente por isso propomos uma metáfora circular, com uma força motriz dialética que possa, quem sabe, ser uma via mais prudente para pensar a respeito dos enigmas que envolvem a ânsia e a necessidade de se falar sobre o passado.

### 1.2.1. *A epistemologia da história e a aporia da representação do passado*

Não é consenso entre os historiadores a pressuposição de que toda a história comporta uma operação mimética e uma representação narrativa, cuja armação é, em si, a modulação de uma “trama”. Quando este argumento começou a transitar entre os historiadores, certo desconforto se tornou visível no âmbito da historiografia profissional. As acusações variaram desde defesas fervorosas da capacidade referencial do conhecimento histórico – que em muitos casos exalaram o um teor de realismo ingênuo – até acusações de cunho ético<sup>61</sup>. As supostas ameaças do “fantasma do ceticismo” e os múltiplos obituários

---

<sup>61</sup> Como exemplo dos “combates” que têm sido travados contra os “fantasmas do ceticismo” e outras metáforas obituárias em relação ao ofício do historiador, é interessante ver um texto do proeminente historiador Ciro Flamarion Cardoso, que exorta os historiadores profissionais a não caírem nas velhas e novas “armadilhas céticas”, usando inclusive de um argumento desesperado que remete a neurobiologia e a teorias sobre os

declarados amiúde atestaram que, muito mais do que modismo passageiro ou ceticismo, tais desafios teóricos conseguiram tocar no “calcanhar de Aquiles” da História: como esta estranha disciplina pode, através da linguagem escrita e de todas as implicações que esta carrega consigo, querer trazer de volta aquilo que não mais está presente, “re-apresentar” uma realidade outrora viva e que jaz como uma perturbadora ausência no presente?

Os estudos relacionados à linguagem na história traçaram caminhos diversos, mas todos tocaram no âmago da pressuposição tácita de realismo dos historiadores. Isso não significa que tenham conseguido – como talvez alguns tenham implicitamente desejado – deslocar completamente a ânsia referencial do historiador e desabilitar a visada epistemológica. O paradoxo, nesse caso, é a própria operação que transforma um processo de pesquisa sobre vestígios de uma realidade já inexistente em uma edificação lingüística de um sistema de sentidos que torna possível a existência de algo que chamamos “passado”, cuja condição é justamente a não verificabilidade direta, ou seja, a ausência. A unidade do texto possibilita que essa ausência se torne presente na arquitetura textual, ainda que a escrita historiográfica tenha seus limites naqueles acontecimentos que são decompostos e reordenados pelo historiador através dos vestígios. O discurso do historiador não é – e jamais poderia ser – o passado em si mesmo, uma vez que não pode reter a extensão daquilo que representa, mas curiosamente paradoxal é o fato de que ele pode enfim, de alguma forma, *presentificar*. E pelo teor de experiência pretérita que carrega, a estranheza dessa escrita abre ao presente a possibilidade de este efetivamente lançar-se ao novo, como num rito de sepultamento, diria Certeau<sup>62</sup>. Na escrita se constroem modelos e se produzem conceitos organizadores da experiência; mas estes são, por sua vez, ininterruptamente colocados em processo de erosão pelas situações que escapam ao modelamento, pelas fissuras que irão desconstruir as unidades.<sup>63</sup> Nesse sentido, ao invés de uma tácita certeza de fidelidade representacional, temos uma verdadeira aporia potencializadora: ainda que trazer de volta ao mundo do presente um mundo pretérito em sua plenitude seja uma tarefa impossível à razão, esta não recua à necessidade de dar a isso que chamamos passado algum

---

mecanismos fisiológicos cerebrais de percepção da realidade para defender uma teoria da correspondência entre o pensamento, a percepção e o mundo real. CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo contemporâneo. In: *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: Edusc, 2005. Nesse caso, é também interessante notar o ataque de Mario Maestri ao que chama de “irracionalismo da historiografia contemporânea”, fazendo quase que uma apologia de uma concepção iluminista de história num texto com um teor próximo a um maniqueísmo teórico. MAESTRI, Mario. *Luz e sombras: Razão e irracionalismo na historiografia contemporânea*. In: Revista Espaço Acadêmico, n. 86, jul 2008. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86maestri.pdf>>. Acesso em 15 Set. 2008.

<sup>62</sup> CERTEAU, Op. Cit., p. 107.

<sup>63</sup> CERTEAU, Op. Cit., p. 105.

tipo de presença. E tal presença tem um destino, afinal o texto do historiador pressupõe sempre um mundo que vai lê-lo, um campo social no qual será recebido e ao qual pode, inclusive, provocar inquietações e até mesmo mudanças; no fim das contas esse conhecimento retornará, como um texto, – e talvez essa seja a lição crucial de Certeau – ao seu próprio *lugar*.

Negando a assunção de que o sujeito do conhecimento teria possibilidades de ocupar um não-lugar para poder falar objetivamente<sup>64</sup>, Certeau abre a possibilidade de transcendermos a concepção, antes praticamente intocada, de que a objetividade para o historiador poderia equivaler à neutralização do seu lugar de fala, que lhe possibilitaria chegar a uma imagem límpida, translúcida do passado. O desvelamento dessa falácia reconecta a condição sócio-histórica do próprio historiador de volta à epistemologia, o que significa que não será mais possível pensar nenhum mecanismo de explicação e compreensão do passado sem levar em consideração a condição humana de seres que interpretam. E o fio de costura entre a experiência do ser-no-mundo e a sua postura epistemológica não é senão a própria linguagem que o historiador opera, a escrita que lhe atravessa do início ao fim, ao projetar uma obra sobre os tempos pretéritos.

Da configuração tripartite construída por Certeau para definir a operação historiográfica (*lugar de produção, prática “científica” e escrita*), Paul Ricœur retirou a matéria-prima para ensejar uma nova divisão tríplex, dando para a história uma posição diferenciada e autônoma em relação ao fenômeno da presentificação operado pela memória. Ricœur percebe a história como uma disciplina científica e literária que não equivale, pura e simplesmente, à característica tipicamente humana de ter *consciência histórica* e nem a uma mera articulação retórico-tropológica. A história, enquanto um conhecimento, é apenas uma forma de olhar para o passado, dentre as várias possíveis, e está para a idéia de verdade como a memória está para a idéia de veracidade. Mas tal busca da verdade – que em princípio é diferenciada da busca de veracidade testemunhal da memória – só pode ser uma busca efetiva se ancorada epistemologicamente e essa é a principal diferença em relação ao fenômeno mnemônico. Para usar a metáfora de Ricœur, essa diferença é que instaura no historiador a pressuposição de que sua história pode ser a *cura* da memória<sup>65</sup>. E nessa trilha epistemológica a produção da história é dividida por Ricœur, através de uma releitura de

---

<sup>64</sup> Essa foi a principal ressalva de Certeau em relação a Michel Foucault, uma vez que este não anunciara o *lugar* de onde sua *arqueologia* seria capaz de deslindar conexões subterrâneas da intertextualidade. Ver: CERTEAU, Op. Cit., p. 68-69; RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 221-215.

<sup>65</sup> RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 192.

Certeau, em três momentos metodológicos totalmente imbricados: a *fase documental*, a *fase da explicação/compreensão* e a *fase da representação historiadora*.

O percurso tripartite em Ricœur é dialético: todas as fases se misturam, não sendo uma seqüência linear absoluta e irreduzível. Essa dinâmica epistemológica também transborda, como em Certeau, para fora do nível das condições e limites de possibilidade de um conhecimento histórico, uma vez que Ricœur encontra no nível do sujeito que historia o mesmo impulso de representação que constitui a representação enquanto objeto da história. Em outras palavras, para ele o conceito fundamental dessa operação é o de *representação*, mas da representação em dois sentidos, que estão atrelados: a representação como uma prática dentro dos vínculos sociais, que é objeto de estudo do historiador, e a representação como a ferramenta que este pesquisador tem para dar uma forma externa ao seu trabalho, para concluir seu percurso e retornar ao mundo da ação, já que o historiador por vezes abandona esse mundo na reclusão dos arquivos, a fim de selecionar e interrogar os vestígios do mundo pretérito para solucionar seus enigmas ou buscar respostas para suas questões.

Na primeira fase, a documental, Ricœur fala do historiador frente aos arquivos, mas também frente ao problema da temporalidade e da espacialidade, do testemunho e de como este arquivo pode conclamar a si mesmo a capacidade de *provar*. Nessa fase, rastro, documento e pergunta formam o tripé do saber histórico. O documento se distancia do testemunho, pois não é “documento” até que a pergunta do historiador o institua como tal; antes disso é apenas rastro.<sup>66</sup> Na interconexão dessa fase documental com o processo de explicação/compreensão é que começa a surgir o dilema da história em relação à evidência, já que a pulsão veritativa da história traz consigo sempre uma dupla incompletude: o historiador não pode ser testemunha ocular de sua realidade, porque ela já não é presente; e mesmo que pudesse, a experimentação dessa realidade jamais seria, por si mesma, a justificação epistêmica absoluta do seu saber (é só pensarmos em todas as ciências humanas cujos objetos podem ser diretamente abordados ou suscitarmos as aporias da memória, por exemplo). No entanto, ao estar frente a um documento, o historiador está diante do fragmento de uma experiência que, se não pode mais ser alcançada por completo, também não pode ser inexoravelmente negada. O acontecimento permanece aqui no horizonte referencial, ou seja, como um referente último e inquietante, que impede a fuga indiscriminada da historiografia dos meandros de uma epistemologia.

---

<sup>66</sup> RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 189.

A essa complexa dialética, sobrepõe-se a necessidade de articular tais vestígios a determinados modos de explicação/compreensão capazes de determinar quais serão os fatos e como eles serão encadeados para que o documento possa ser, então, prova de alguma história.<sup>67</sup> Nesse caso, modelo e prova andam lado a lado e não há modo de explicação privilegiado em história; há múltiplos, que quase sempre se combinam aleatória e intermediariamente. Se de um lado temos a idéia de causalidade estrutural e quantitativa, de outro temos um modo de interação qualitativa dos sujeitos na história – dois casos limites que se misturam em diferentes níveis explicativos na historiografia. A interpretação está presente em todas as fases, por ser “o componente da própria intenção de verdade de todas as operações historiográficas”<sup>68</sup>. É fundamental atentarmos para o fato de que essa articulação de modos explicativos e de esquemas de causalidade não pode ser absolutamente substituída pela narratividade. O ato de escrever uma história tem em sua raiz uma diferenciação seminal em relação ao ato da memória proferida; a história enquanto conhecimento assume um corte epistemológico em relação à memória e à narrativa comum, não apenas por sua visada referencial e por sua ânsia fiduciária, mas também porque pode, através dessas modalizações explicativas, entrelaçar temporalidades, durações, a natureza das mudanças sociais, escalas a partir das quais a experiência pode ser inquirida e levada ao patamar de uma *cognição*. Ou seja, o historiador está ciente de que por sua intenção de representar a ausência do passado perpassa um desejo epistêmico, que não pode ser sumariamente eliminado pela assunção de que a história comporta uma escrita e uma organização *tropológica*.

Ao contrário do que poderia parecer natural, ao chegar à fase de articulação final da escrita, a história não chega pronta e coesa da fase de explicação/compreensão; percebemos que ela se apresenta ao ato escriturário do historiador como incompleta, quase como um grito que anseia pela coerência e finitude que apenas o texto poderá lhe dar. E é nesse estágio que a aporia do presente-ausente retorna, porque quanto mais adentramos no universo daquilo que Ricœur chamou de fase da representação historiadora, mais percebemos o quanto a representação-operação está irredutivelmente conectada à narratividade, à retórica e, portanto, a elementos que pertencem à poética e à ficção. O rastro e a prova, na medida em que intermediados pelo historiador que retira destes os seus “fatos”, são para Ricœur, sem dúvida, os elementos fundamentais que alimentam a história em sua ambição veritativa. É sabido que a concepção de linguagem ricœuriana toma de

---

<sup>67</sup> RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 193.

<sup>68</sup> RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 196.

Benveniste a crítica ao modelo binominal da lingüística saussuriana (significado e significante) auferindo um papel determinante para o *referente*, elemento sem o qual não poderia existir um saber histórico. Mesmo que a respeito dessa prova documental tenhamos que oscilar se concluiremos ser ela veneno ou remédio (em relação à memória, por exemplo), uma história sem ela seria ficção. Mas como levá-la demasiadamente à risca – correndo o risco de fundir o significado e referente, como nas leituras estruturalistas<sup>69</sup> – se a escrita acrescenta, enfim, inteligibilidade, coesão e mesmo significação à matéria dos “fatos”? Nesse caso como pretender que a supremacia da prova possa ser capaz de fundar um discurso pleno de referência externa se a escrita promove um aditamento cognitivo ao conteúdo e ao conjunto dessa obra sobre o passado? Essa agregação de sentido pode, enfim, desafiar por completo a injunção epistemológica do historiador?

A desocupação dessa operacionalidade epistêmica da história, que foi efetuada através de alguns representantes do *linguistic turn*<sup>70</sup>, aparece com mais força em trabalhos como os de Hayden White. Sob o signo de sua *Meta-história*, White cria um estruturalismo dinâmico entre criatividade e imaginação que visa unicamente à construção narrativa do discurso histórico<sup>71</sup>. Nessa fuga epistemológica, White deixa pra trás qualquer tipo de referencialidade que possa ter sido reivindicada pelas obras, justificando-se com o argumento de que o que pretendia verificar eram apenas as “estratégias para alcançar a impressão explicativa”<sup>72</sup>. Embora sensato e esclarecedor a respeito do propósito do seu trabalho, tal argumento não deixa de ensejar conclusões sobre o que seria o caráter essencialmente poético do ato de configuração topológica de um enredo histórico, de modo que não apenas ignora a epistemologia para analisar a retórica (o que não seria, em si, um

---

<sup>69</sup> RICCEUR, Op. Cit., p. 262.

<sup>70</sup> O conceito de *linguistic turn*, ou *virada lingüística*, se refere a um conjunto de problemas que começaram a ser tratados a partir do final dos anos 60 no sentido de focar a dimensão lingüística da produção do conhecimento. Apesar de que o termo ganhou um uso comum muito rápido, alguns autores chamam atenção para o fato de que entre os historiadores tal conceito começou a ganhar visibilidade só nos anos 80, uma vez que seu surgimento teria sido no âmbito da filosofia e de outras disciplinas envolvidas com estudo da linguagem influenciadas pelo neopositivismo lógico, pela filosofia analítica e pela teoria dos jogos de linguagem, de Wittgenstein. Gérard Noiriel fez um estudo dos artigos e resenhas publicadas em periódicos acadêmicos importantes da área da história e constatou que a expressão passou de uma ilustre desconhecida e de uma mera possibilidade aberta ao campo dos historiadores, no início dos anos 80, a uma realidade já considerada como passado no início dos 90. Sua fama se alastrou mais rapidamente porque foi amplamente adotada pelos estudos de história intelectual norte-americana e rapidamente espalhou-se pela Europa. O contextualismo lingüístico de historiadores ingleses como Quentin Skinner e John Pocock são parte integrante dessa disseminação do giro lingüístico pela historiografia. Cf: NOIRIEL, G., *Sobre la crisis de la Historia*. Madrid: Cátedra/Frónesis (Universitat de València), 1997, pp. 126-149; VILANOU, Conrad. *Historia Conceptual e Historia Intelectual*. In: Revista *Ars Brevis*. Edição Virtual disponível em <<http://www.raco.cat/index.php/ArsBrevis/article/viewFile/65855/76078>>. N. 12, 2006.

<sup>71</sup> RICCEUR, Op. Cit., p. 265.

<sup>72</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 12.

problema), mas parece guardar um anseio de substituir a primeira pela segunda (o que viria a ser, de fato, problemático).<sup>73</sup> Esse seu argumento foi definitivamente abalado por ocasião das contendas surgidas em relação ao Holocausto e o negacionismo historiográfico, na chamada *Historikerstreit*. Assim como outros intelectuais, White havia banido o extralingüístico da terra da análise tropológica e isso acabaria ecoando como uma proposição universal, extensiva, portanto, a eventos como os da *Shoah*, com fortes e vivas implicações morais. White acabou por cair numa sinuca de bico: bloqueou o acesso ao real pela sua tropologia, mas não poderia, frente a acontecimentos como os do Holocausto, afirmar que os mesmos não poderiam ser representados. A tentativa de uma saída heróica, como qualifica Ricœur, é o conceito de “escrita intransitiva” ou “voz média”, que curiosamente acabava por fortalecer a demanda de verdade que, nesse caso, vinha de fora, das implicações morais, dos testemunhos dos que viveram a história como um trauma e que por isso não podiam negar a própria experiência e precisavam exigir sua consideração concreta pela historiografia. O critério, como colocou Dominick La Capra, não deixaria de ser também terapêutico, uma vez que o historiador não pode apenas dizer o Holocausto a partir de um não-lugar, ou de um lugar variável, ora de cidadão, ora de especialista<sup>74</sup>; ele já é o historiador-cidadão, sua posição é irreduzivelmente híbrida, sua responsabilidade vai além da epistemologia porque ele está no mundo também a viver a história, muitas vezes sofrendo ou tendo a possibilidade de ver todos os desdobramentos que as realidades pretéritas (objetos de sua pesquisa) tiveram em épocas posteriores e que continuam tendo em seu próprio presente. Nesse ponto nos deslumbramos, quase sempre tardiamente, ao percebermos que a demanda de verdade não reside tão somente dentro dos limites epistêmicos da disciplina; ela vem do próprio mundo no qual a história é um tipo de representação. Em seguida levamos a argumentação justamente para esse ponto, onde a epistemologia encontra o mundo do historiador.

---

<sup>73</sup> Nesse caso, concordamos com a opinião de Ricœur sobre White. RICŒUR, Op. Cit., p. 264-265.

<sup>74</sup> LA CAPRA, Dominik. Representing the Holocaust: Reflections on the Historians' Debate. In: FRIEDLANDER (Org.). *Probing the Limits of Representation. Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge/ Londres: Harvard UP, 1992, p. 108-127. Para La Capra, a distinção entre história como “reconstituição drástica dos fatos” e memória como “o lembrar teológico e ritualizado” não nos auxilia a perceber que a própria história carrega consigo teores de significação altamente implicados por questões éticas e às vezes até mesmo traumáticas, o que justifica falar até mesmo de um caráter socialmente terapêutico desses saberes sobre o passado.



### 1.2.2. A abertura do homem ao mundo através da história

Quando percebemos que a produção do saber histórico não implica apenas em uma epistemologia, mas que só se efetiva nos momentos em que tal visada epistemológica se vê imersa num mundo que é composto de histórias e ávido por elas, acabamos por retornar ao duplo uso da representação conforme a já mencionada hipótese de Ricœur:

Enquanto fazedor da história, ao levá-la ao nível de discurso erudito, não estaria o historiador imitando, de forma criadora, o gesto interpretativo pelo qual aqueles e aquelas que fazem a história tentam compreender-se a si mesmos e aos seu mundo? [...] Uma história das representações pode por si só atingir um grau aceitável de inteligibilidade sem antecipar abertamente o estudo da representação enquanto fase de operação historiográfica?<sup>75</sup>

Para Ricœur essa hipótese é confirmada. Ao representar o passado (para os outros e para si mesmo) o historiador age da mesma forma que os agentes sociais que estuda, quando estes se representam o vínculo social e sua própria contribuição a esse vínculo, tornando-se implicitamente leitores do seu ser e do seu agir em sociedade, quase como historiadores de seu tempo presente.<sup>76</sup> A sua escrita se direciona, ao final do percurso, de volta ao mundo, abrindo-se para um universo de leituras possíveis. É nesse ponto que chegamos perto dos limites da *representância*. Essa é palavra que o filósofo francês utiliza para tentar explicar, ao menos parcialmente, o pacto que faz o historiador com seu leitor, qual seja, a expectativa de que o conteúdo tratado por sua obra seja de uma realidade que tenha realmente existido anteriormente. A representância guarda em si a aporia da referencialidade, porque a fase da representação deveria cumprir o contrato de fidelidade assinado com o leitor, e, no entanto, quando percebemos que ela também acrescenta modos cognitivos e persuasivos à historiografia, a configura tal como na operação da tríplice *mimese* explorada por Ricœur em *Tempo e Narrativa*<sup>77</sup>, nos deparamos com uma suspeita cada vez maior. As formas narrativas promovem um indesejável enclausuramento textual que alimenta a resistência à referencialidade, com suas figuras de estilo, apresentação das temporalidades vividas em tramas semânticas e as modulações argumentativas tais como as relações entre estruturas, conjunturas e acontecimentos.<sup>78</sup> A representância seria o modo pelo qual procederíamos a uma visada integrada entre as três fases, mostrando a fase escriturária *em relação* à fase da explicação/compreensão e da prova documental. Ela reintegra à arte de escrever as “técnicas de pesquisa” e os procedimentos críticos para além da mera assunção de um realismo

<sup>75</sup> RICŒUR, Op. Cit., p. 241, 245.

<sup>76</sup> RICŒUR, Op. Cit., p. 244.

<sup>77</sup> RICŒUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994, p. 88-131.

<sup>78</sup> RICŒUR, Op. Cit., p. 290-294.

precipitado, pois sua referência se volta ao testemunho e à crítica que dele faz o historiador, nunca num sentido de cópia, imitação ou correspondência, mas de uma *mimesis* que comporta heteronomias, a adequação de um *lugar-tenência* no qual se torna possível uma “*redescricao metafórica do passado pela história*”<sup>79</sup>. Seu referente não é um real absoluto; mas um mundo-da-vida que se torna parcial e precariamente experimentável através do rastro e do testemunho: parcial porque é um real, no sentido fenomenológico, e precário porque seu acesso é fragmentado e seu objeto é absolutamente plurívoco.

Guardadas as devidas diferenças históricas, sociais e culturais das diversas formas de representações, é possível afirmar que o impulso germinal que as constitui é, de certa maneira, tributário da constante antropológica de abertura do homem ao mundo, que desemboca, por sua vez, na idéia de que os homens constroem socialmente seu próprio ambiente e as formas de relacionamento e entendimento desse universo, ao contrário dos outros animais. Respalado em dizeres clássicos da sociologia, Peter Berger e Thomas Luckmann sintetizaram essa característica no ato de *exteriorização humana dos produtos sociais*, ato intrínseco à constituição natural do ser humano sem o qual se tornaria impossível a própria existência de um mundo (interno ou externo) para o homem<sup>80</sup>. Essa necessidade antropológica de exteriorização é o impulso fundamental pelo qual os homens granjeiam uma explicação/compreensão cada vez mais suficiente e socialmente efetiva do universo que os rodeia; é um ato de formação do vínculo social, atrelado diretamente aos processos de institucionalização quando solidificados e tornados uma realidade objetiva através do processo de socialização dos indivíduos. Estes, ao chegarem a um mundo, recebem dele a linguagem e com ela uma série de hábitos e continuidades sociais já estabelecidas, que serão apreendidas e incorporadas nesses novos sujeitos como realidades orgânicas naturais, porquanto recebidas de seus progenitores e de seus meios sociais.<sup>81</sup>

Esse processo fundamental de transmissão dos vínculos sociais, levado a um patamar mais complexo (mas nem por isso distante), é comparável ao processo de constituição narrativa do mundo, ou seja, o ato de refigurar semanticamente ao mundo e a nós mesmos em relação ao tempo, como forma de manter a continuidade e a integridade de nossa própria identidade, tanto a individual quanto a coletiva. Sem embargo, é necessário ponderar que a transmissão como tradição guarda decisivas diferenças em relação ao ato narrativo em si: enquanto a primeira exige unidade e homogeneização para manter sua condição

---

<sup>79</sup> RICŒUR, Op. Cit., p. 294, nota 76.

<sup>80</sup> BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1973, p.76-77.

<sup>81</sup> BERGER; LUCKMANN, op. Cit., p. 84-86.

institucionalizada, o segundo é mais ou menos livre. Ainda assim, não há ordem institucional capaz de se manter integralmente fiel aos seus princípios iniciais ao longo das gerações, pois o instinto de transgressão – ainda que em geral parcial – das tradições está sempre presente no processo de sucessão geracional. Normalmente essa transgressão se dá a partir das fissuras abertas em tradições que não dão mais conta de servir como orientação aos indivíduos frente às mudanças temporais e às metamorfoses reorganizadoras dos cenários. A partir dessas mudanças, as instituições e hábitos consolidados em outras épocas passam a não contemplar os aspectos sociais recriados. Surgem dificuldades de orientação temporal para as quais os sujeitos procurarão encontrar respostas, porque sem elas corre-se o risco de um rompimento da própria identidade, individual e/ou sócio-cultural. Tais respostas não brotam espontaneamente como respostas atemporais ou indiferentes ao passado; pelo contrário, é justamente ao passado que esses sujeitos tendem a se voltar para sanar tais dificuldades, ao seu passado individual, ao de suas famílias, de suas comunidades, ou mesmo, se este for o caso, de seus países ou da humanidade como um todo. Entram em cena aqui os combates pelo passado (o que também significa combater pelo futuro que se almeja em vista do passado), numa guerra que, como sabemos, é travada não apenas com as armas da memória e da tradição, mas também com o *pharmakon* da história<sup>82</sup>. Transmissão das tradições e narrativas sociais são dois lados da mesma moeda: guardam consigo uma proximidade irreduzível com o ato de exteriorização e a necessidade de construção social da realidade, mas ao mesmo tempo podem estar em campos opostos quando o que está em jogo é o conflito entre tradição e transgressão dentro de um determinado espaço social.

Jörn Rüsen toca nessa questão optando por falar sobre o pressuposto primitivo da racionalidade histórica, ou seja, “situações genéricas e elementares da vida prática dos homens (experiências e interpretações do tempo) que constituem [...] a consciência histórica” – pressuposto este que fora tradicionalmente tratado como óbvio ou natural pelos historiadores e pelos demais cientistas sociais. Esses fenômenos estão presentes tanto na forma científica de se pensar a história quanto no mundo em geral, operado pelos seres

---

<sup>82</sup> A expressão é citada por Ricœur e traça uma analogia entre o ato de escrever a história e o mito da invenção da escrita, narrado no *Fedro*, de Platão. No mito de origem, o deus entrega ao rei o que julga ser o remédio (*pharmakon*) para a memória: os *grammata*, os pais da escrita, que trariam consigo a capacidade de tornar indelével, através da grafia, os atos. O rei aceita a oferta, mas o seu julgamento acaba sendo o de que este, na verdade, não seria o remédio para a memória, mas talvez seu veneno, uma vez que aqueles que exercitam sua memória não mais precisarão assim o fazer, em função da possibilidade de escrevê-la. O remédio seria na verdade da rememoração, não da memória. Ao longo de todo o livro, Ricœur usa essa metáfora para refletir acerca da própria história em relação à memória, já que a primeira frequentemente se propõe como cura da segunda, mas pode, em muitos momentos (como no caso dos testemunhos traumáticos, por exemplo) vir a ser seu veneno. RICŒUR (2007), Op. Cit., p. 151-154.

humanos no mundo-da-vida.<sup>83</sup> Tal forma particular de consciência é o conjunto de “operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal do mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”: o homem só pode viver no mundo não o tomando como um mero conjunto aleatório de circunstancialidades; ele precisa desenvolver um *superávit de intencionalidade* na sua relação existencial com seu espaço de experiências e seu horizonte de expectativas. E talvez aqui o exemplo mais interessante seja que os homens projetam o tempo incessantemente como algo para além de sua experiência imediata, constituindo um sentido da experiência no tempo através da narrativa, encontrando-se em meio às mudanças sofridas pelo mundo e por si mesmos.<sup>84</sup>

Assim sendo, essa dimensão da consciência humana se apresenta como fundamental no que diz respeito ao agir comunicativo dos sujeitos no mundo em busca de um sentido para a existência e para a argumentação constituinte das instâncias normativa e moral das sociedades. Esse repertório de operações está igualmente na base da ciência histórica, que aqui é apenas uma das formas de se pensar historicamente, e da mesma maneira está diretamente atrelada e condicionada pelas problemáticas desse mundo vital. Estabelece-se aqui uma interconexão elementar e substantiva para nossa argumentação, quando Rüsen postula a reinserção do conhecimento histórico no espaço da vida prática, que aprimora e potencializa essa consciência histórica humana propondo-lhe respostas. Estas, por sua vez, ao resolverem certas necessidades de manutenção de continuidades identitárias e de fundamentação da existência cotidiana, transformam-se em novos motivos de interesses cognitivos a respeito do passado, num ciclo que se retroalimenta.

Rüsen utiliza a categoria *formação histórica* para se referir ao processo de articulação de certas competências da consciência histórica com níveis cognitivos, e das formas e conteúdos produzidos pela historiografia com a vida prática:

‘Formação’ [histórica] significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade. [...] A categoria da formação refere-se à vinculação entre saber e agir exigida pela carência de orientação do sujeito agente, pois insere-se na representação do todo que constitui a situação em que o agente deve lidar com seus problemas.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> RÜSEN, (2001), op. Cit., p. 41-42; p. 54.

<sup>84</sup> RÜSEN (2001), op. Cit., p. 57-58.

<sup>85</sup> RÜSEN (2007), op. Cit., p. 95.

Essa inserção da historiografia na vida prática não é unilateral. Na análise tipológica de Rüsen, há uma circularidade entre a produção e a ação do saber historiográfico na práxis, pois as carências cognitivas da história vêm vida prática e a ela retornam como resposta historiográfica, fechando o ciclo e ao mesmo tempo reabrindo o percurso com novos problemas, que exigirão novos esforços intelectuais. Em relação ao que comentávamos anteriormente, sobre o impulso de representação, a historiografia pode ser pensada como um dos caminhos capazes de produzir tais representações potencialmente orientadoras em relação ao agir no tempo. O teor dessa orientação transita por entre problemáticas que envolvem relações identitárias e étnicas, de gênero, questões éticas e morais, política, direitos humanos, além de toda uma gama de aspectos existenciais que são tocados pela história, na medida em que essa peculiar ciência lida com conteúdos relacionados à vida humana em sociedade.

Seguindo a linha de reflexão de Berger e Luckmann, podemos dizer que essa questão está também próxima do problema do conhecimento que é admitido em determinada sociedade como conjunto de limites do que é cognoscível do próprio mundo-da-vida, para os homens de uma determinada formação social. A história se propõe como um conhecimento da realidade de um mundo e, como bem definiu Ricœur, quase sempre se apresenta como a cura às intempéries da memória e ao caos epistêmico dos saberes ligados à tradição, que atenderiam às expectativas da identidade social e os projetos de futuro em detrimento da ambição veritativa respaldada por métodos científicos de reorganização das experiências do passado. Tal antinomia, no entanto, é aparente, na medida em que a preocupação epistemológica pode apenas conviver – jamais substituir – os anseios pelo passado que vêm do mundo-da-vida e que são frutos de dificuldades e necessidades de orientação temporal tais como as que abrem os portões da memória, do testemunho e das tradições. Nesse caso, a história entra em debate porque é conhecimento – apreende e produz a realidade social objetivada – mas é também a lição, com um teor terapêutico análogo ao da memória, capaz de engendrar ou fortalecer (e mesmo destruir) vínculos, identidades, costumes, valores, crenças, opções políticas, projetos de humanidade, etc.

O fio de nossa costura nos leva então a reiterar que o impulso de representação do passado que move o historiador partilha também da condição antropológica de seres que vivem interpretando e (re)construindo a própria realidade que experimentam. O que diferencia o produto do historiador e o produto daquele que narra suas memórias (podemos pensar em nossas próprias narrativas cotidianas ou na ostensividade oral daqueles

testemunhos proferidos) é justamente a preocupação epistêmica que lhe alimenta com a ambição veritativa, a busca por uma referencialidade, para que sua história não seja apenas uma trama inventada, ainda que útil para algum fim. E essa pode ser considerada, no contexto historiográfico específico que vamos focar, uma asserção válida. A história está aqui no limiar entre ser uma forma metodologicamente controlada de representação do passado e uma forma antropologicamente humana de representação dos vínculos sócio-culturais e de suas alterações temporais, diretamente afetada pelo jogo entre a experiência e a expectativa – para usar aqui as categorias magistrais de Reinhart Koselleck<sup>86</sup>.

Rüsen usa a categoria *cultura histórica* para definir essa circularidade entre a prática historiográfica e os anseios de orientação temporal vindos do mundo-da-vida. Aquilo que podemos considerar especificamente histórico em uma sociedade “possui um lugar próprio e singular no quadro cultural da orientação da vida prática”<sup>87</sup> Essa articulação do saber com o espaço da vida humana se efetiva em três vetores, associados a três formas correspondentes de racionalidade: o *cognitivo*, o *político* e o *estético*. A cultura histórica é a interconexão dialética entre carências de racionalidade que podem ser supridas pela historiografia: as carências direcionadas a uma racionalidade estética e a uma razão política que, por sua vez, trabalham conjuntamente com a razão cognitiva. A constituição de sentido da experiência do tempo, que traz em seu bojo o gérmen das carências de manutenção e continuidade das identidades e é determinante das consciências históricas humanas, realiza-se dentro desse ambiente articulado entre estes três vetores, e essa amplitude é a própria *cultura histórica*. São estes sentidos que orientam a vida prática em sociedade<sup>88</sup>. Nessa relação dialética que o conceito nos oferece não há como pensarmos que a historiografia, manipulando sua própria capacidade de argumentação racional, possa, justamente por ostentar um potencial cognitivo racional teórico-metodologicamente orientado, escapar de todo o vasto campo de manifestações simbólicas identitárias e étnicas imbricadas com o mundo político e realizadas através de formas estéticas. O ato de representação do passado

---

<sup>86</sup> Na análise da historiografia as categorias históricas definidas por Koselleck como *espaço de experiências* e *horizonte de expectativas* são de grande valor heurístico, uma vez que se constituem em dois universais antropológicos, intimamente ligados a todo o processo de construção cultural do passado pela memória e pela história que mencionamos até então. Relacionadas ao impulso de representação do passado, elas ajudam a entender que a relação do homem com sua própria temporalidade implica sempre numa dinâmica entre o conjunto de experiências que podem ser re-efetuadas da memória para com os sonhos de futuros que se esboçam no presente. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Histórica y hermenéutica*. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997, p. 67-94; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006, 305-327.

<sup>87</sup> RÜSEN (2007), Op. Cit., p. 121.

<sup>88</sup> RÜSEN, Op. Cit., p. 121-122.

está imerso no mundo do presente e os anseios por um saber histórico que possa orientar vêm da vida prática, não apenas de uma vontade de saber individual e descontextualizada trazida a reboque por justificativas epistêmicas.

Assim sendo, a vivacidade dessa história escrita está diretamente ligada não só à efetividade de sua racionalidade metodológica, mas em semelhante proporção às suas dimensões política e estética. A racionalidade, nesse caso, significa uma determinada maneira de assegurar validade. Na orientação da vida prática, a razão operante não pode agir solitária e nem suprimir estas carências estéticas e políticas, apenas oferecendo cognições metodicamente articuladas. Nesse sentido, a racionalidade política pode buscar assegurar a validade de dominação, poder e legitimidade, ou, pelo contrário, tentar desequilibrar tais mecanismos; e a racionalidade estética pode buscar autonomia constitutiva dos aspectos narrativos que formam o sentido na historiografia.<sup>89</sup> Mas uma não pode ser simplesmente instrumentalizada em função de outra. Nesse caso, a retórica, por exemplo, não é empecilho ou frivolidade, uma vez que está diretamente relacionada à dimensão de racionalidade estética:

“Retórica” é toda e qualquer historiografia, uma vez que está sempre determinada pelas intenções de seu autor, dirigidas aos seus destinatários potenciais. Essa intencionalidade pode ser mais bem explicitada: ela se dirige (evidentemente pelos mais diversos graus de mediação) ao ponto da vida humana prática, em que os significados do tempo interpretado exercem uma função de orientação prática da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo. [...]

Estética e retórica são dimensões da formação historiográfica, mediante as quais o saber histórico adquire as propriedades com as quais pode “inserir-se na vida”. [...]

Trata-se da relevância comunicativa da formação historiográfica, com a qual ela vai além das intenções práticas de influir (no mais das vezes politicamente), capacitando seus destinatários a entender as circunstâncias temporais de sua vida prática, que admitem outras intenções práticas.<sup>90</sup>

A intencionalidade referida por Rüsen não é assumida aqui como absoluta do ponto de vista da produção do texto historiográfico. Aqui ela aparece muito mais num sentido fenomenológico, ou seja, ato intencional enquanto ato direcionado a determinado fenômeno ou circunstância, que nesse caso são as carências para a qual a história se volta no mundo-da-vida. Esse conceito não fundamenta a idéia de um autor absolutamente apreensível no texto, posto que a autonomia semântica se preserva, como veremos mais adiante.

“A formação histórica aumenta as chances de racionalidade da cultura histórica pela abertura à experiência, pela sensibilidade estética, pela reflexão política e pelas

---

<sup>89</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 123.

<sup>90</sup> RÜSEN (2007), op. Cit., p. 35-36, 38.

fundamentações discursivas.”<sup>91</sup> Para Rüsen, essa afirmação cabe como uma espécie de meta a ser alcançada pela história. É evidente que a reflexão de Rüsen tem como escopo muito mais uma idéia de historiografia contemporânea do que formas pretéritas de produção de saberes históricos. Entretanto, como um conjunto de ponderações que também são capazes de transitar no âmbito daquilo que o autor chama de metateórico, tais inferências nos abrem diversos caminhos para que possamos pensar distintos contextos historiográficos. Afinal, estes preceitos também foram formulados a partir da questão que se projeta como universalmente válida sobre o porquê de se escrever a história e sobre como esse conhecimento pode ser feito. Permitiremo-nos, portanto, ampliar o alcance da assertiva considerando essas reflexões válidas para nossa análise da obra de Alfredo Varela. Ao considerarmos essa ponderação como apta a fornecer um esquema teórico – mesmo que este seja claramente ideal-típico – estamos habilitados para perceber o processo de formação de um saber histórico por um viés dialético.

Essa reflexão também alude à relação direta do conhecimento histórico com as formas *utópicas* de orientação. O saber historiográfico desponta como crítica à irrealidade da utopia, ou seja, às investidas hiperbólicas em relação ao “ainda não” do futuro, oferecendo a ela a experiência histórica como um contraponto necessário. O superávit de intencionalidade humano é deslocado do campo dos sonhos exagerados para o âmbito da memória histórica, um lugar a partir do qual se pode formular expectativas e projetos para além do espaço de experiências, levando em conta toda a experiência já vivida – tanto no sentido individual, como no sentido da história universal. Esse lugar, contudo, não pode excluir totalmente a necessidade da utopia, pois esta é um elemento essencial da vida humana. A utopia continua fazendo parte da experiência de historiar porque a consciência histórica age sempre com um excedente de expectativa, uma vez que não há história sem deslocamento do presente – tanto em direção ao passado quanto em direção ao futuro.<sup>92</sup> A história injeta na articulação utópica a riqueza da experiência, fazendo com que a esperança vaga se transforme em esperança persistente; por outro lado, a história depende do impulso que vem dessa utopia, matéria viva do superávit intencional do agir humano, do qual falamos anteriormente:

É nessa transposição das expectativas e intenções quanto ao futuro para a experiência do passado que consiste, afinal, a função orientadora da história. Para tanto, são necessários, todavia, modelos de interpretação da experiência do tempo, que o pensamento histórico não tem como extrair somente das expectativas e intenções do tempo presente, ao qual reage. Isso mostra mais do que suficientemente sua função de crítica da utopia. Tais modelos de interpretação

---

<sup>91</sup> RÜSEN (2007), Op. Cit., p. 135.

<sup>92</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 140.



têm de ser construídos no seio de complicados processos de constituição histórica de sentido. É nesses processos que atua argumentação racional, forma constitutiva, por sua vez, da história como ciência. A razão é inserida, pois, como idéia regulativa de uma forma de relacionamento humano, nas perspectivas orientadoras que fazem do passado uma história orientadora da práxis e constituinte da identidade.<sup>93</sup>

Essa relação da história com a utopia e com as carências de orientação, geradas da inquietação proveniente da dinâmica entre experiência e expectativa, faz-nos ver melhor como o trabalho de organização da linguagem feito pelo historiador retira sua energia do mundo e retorna a este, como uma *história viva*. A história oferece uma regulação metódica à memória, através de sua visada epistemológica, mas essa operação epistemicamente articulada não é suficientemente efetiva para oferecer qualquer tipo de orientação temporal. Tal operação regulativa só será potencializada se “se tornar vivaz nas imagens dos acontecimentos do passado, ao se concretizar (como princípio universal) nos conteúdos particulares da experiência da razão concreta, ou seja, ao se constituir em história.”<sup>94</sup> Essa experiência do tempo, que inclui a alteridade do passado como impulso para voltar-se ao futuro, transpondo-se para além das condições dadas no agir presente, é o que Rūsen entende como *kairos*, ou seja, um tempo pleno.<sup>95</sup> Nesse tempo “o ‘não mais’ do passado e o ‘ainda não’ do futuro se superam na experiência elementar do ‘aqui e agora’”<sup>96</sup>. Experiência da alteridade histórica e utopia se encontram na narrativa historiográfica, produzindo um tempo que vai além da simples articulação cronológica e fática do tempo enquanto *chronos*. Para além deste, o *kairos* é um tempo que não pode ser totalmente medido, porque traz em seu bojo a inquietude tipicamente humana de *ser no tempo*, o que também corresponde a integrar no ato da configuração mimética a multiplicidade temporal.

Essa experiência dialética da temporalidade, que atravessa a historiografia quando a linguagem desta procura acessar e fazer submergir o ser do historiador no mundo-da-vida, o põe de frente com anseios que não se resolvem apenas pela expressão das experiências particulares representadas no texto de história. A utopia e a experiência aturdem o historiador, que através delas insurge do seu mundo privado para alcançar a alteridade do passado, não apenas como contingência, mas, tal como se verá claramente em Varela, também em busca de um potencial de universalidade. E esse acesso ele vai obter justamente através da manipulação da linguagem, essa *casa-do-ser* da qual nos falava Heidegger,

---

<sup>93</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 144.

<sup>94</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 146.

<sup>95</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 148.

<sup>96</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 149.

articulando poeticamente esse passado para ensejar a formulação de um texto capaz de projetar-se para além da particularidade da história que lhe fornece matéria-prima. Ele conecta-se ao mundo por essa linguagem organizada como cognição e representação estética do pretérito: o mundo do texto traz algo do mundo-da-vida e retorna para ele, sendo um dos elos desse ser com seu mundo. É sugestivo agora aferir mais explicitamente o que isso deve querer dizer.

### *1.2.3. Linguagem como casa-do-ser; historiografia como linguagem*

Se podemos dizer que a linguagem estruturada nos seres humanos é um elemento que o distancia de outros animais, não é por conta simplesmente da sua capacidade de efetuar a comunicabilidade. Entra em jogo aqui, como bem colocou Hannah Arendt, a linguagem como o único caminho pelo qual pode ser saciada a “necessidade da razão” dos seres pensantes.<sup>97</sup> Pensamentos não podem ocorrer sem passarem pela linguagem e, portanto, há uma interconexão direta entre linguagem e pensamento sem a qual seria impossível a desalienação do mundo no qual o ser humano nasce como um totalmente estranho. A linguagem é uma forma de apropriação desse universo e permitirá que este ser pensante se conecte ao mundo-da-vida.

Assim concebida a linguagem, é necessário fazermos uma rápida apreciação no sentido de mostrar, conforme já explicitamos ao tratar da epistemologia, que o mundo-da-vida está para além da teoria dos dois mundos, que engendram a maquinaria conflitiva da essência e da aparência. Esse binômio, como vimos, é abandonado a partir da fenomenologia, do monismo do fenômeno, como diria Sartre<sup>98</sup>, o que nos coloca diante da necessidade de uma ontologia, ou seja, de pensar a relação do ser com o mundo que este é capaz de habitar. Não o mundo absoluto e revelado da teoria dos dois mundos, mas o mundo que o ser pode experimentar, que aparece ao ser e ao qual o ser também se deixa mostrar. E o elo deste ser com o mundo que se lhe aparece não é outro senão a linguagem: ela propicia a abertura do homem ao mundo e a si mesmo; não é o homem que *tem* a linguagem, como se dispusesse de um mero instrumento de comunicação; nessa concepção

---

<sup>97</sup> ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito*. O pensar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Ed. da UFRJ, 1992, p. 77.

<sup>98</sup> SARTRE, Jean-Paul. *O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica*. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 15. “O fenômeno não indica, como se apontasse por trás de seu ombro, um ser verdadeiro que fosse, ele sim, o absoluto. O que o fenômeno é, é absolutamente, pois se revela como é. Pode ser estudado e descrito como tal, porque é absolutamente indicativo de si mesmo”. SARTRE, Op. Cit., p. 16. Não admite, portanto, qualquer consideração sobre um mundo por detrás, das essências, por isso um monismo.

ontológica, o homem é visto como *sendo* através da linguagem, que é o “modo no qual se manifesta o próprio existir humano”.<sup>99</sup>

No Heidegger de *Ser e Tempo*, a linguagem é o pronunciamento, a exteriorização do que ele chama de discurso, que por sua vez é um dos existenciais que constituem – junto com o que ele chama de disposição e compreensão – essa *abertura do ser-no-mundo*.<sup>100</sup> Nesse sentido, as análises epistemológico-formais da linguagem são colocadas em segundo plano e suas implicações, como a separação entre homem, mundo e linguagem, são abandonadas em favor de uma ontologia fundamental. Não cabe mais a cruel dúvida do saber se a verdade pode estar ou não contida no enunciado (questão que só pode ser colocada a partir da teoria da dualidade do mundo). A verdade só pode ser a existencial, ou seja, só pode estar na existência cotidiana do ser-aí, que compartilha uma totalidade de significações com os outros. Falar da essência da linguagem, portanto, será também falar da própria essência desse ser-aí. Ela não mais será considerada como uma faculdade humana para a comunicação, mas sim seu verdadeiro abrigo, o lar que esse existente habitará. O homem é *no mundo e na linguagem*. A linguagem é a *casa-do-ser*.

Pois bem, ao chegarmos nesse ponto precisamos atentar que foi Heidegger quem iniciou o processo de busca das bases ontológicas que seriam anteriores a qualquer tentativa de teoria do conhecimento. Ao invés de nos perguntarmos como podemos saber da história, perguntaremos qual o *modo de ser* desse ser que só existe compreendendo<sup>101</sup>. O *Dasein*, este lugar de onde brota a questão da manifestação do ser, não é o sujeito para quem há um objeto. Essa relação moderna típica da teoria do conhecimento na qual a medida da objetividade está no próprio sujeito cognoscente não mais interessa aqui, não diretamente, uma vez que Heidegger supera as tentativas da hermenêutica anterior de Dilthey (de buscar uma base epistemológica segura para as ciências do espírito, sobretudo a História) e parte para uma hermenêutica ontológica, arraigada na facticidade.<sup>102</sup> A hermenêutica é o auto-

---

<sup>99</sup> DUARTE, André. Heidegger e a linguagem: do acolhimento do ser ao acolhimento do outro. In: *Natureza Humana*, v. 7, n. 1, disponível em <ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/heidegger-e-prints/v2-n3-2003.pdf>. Acesso em 24 Nov. 2008, p. 131.

<sup>100</sup> Nesse caso, Heidegger separa linguagem e discurso para colocar o discurso como uma “estrutura da existência do *Dasein* [ser-aí]” e a linguagem como sua exteriorização ontológica. O discurso é anterior ao enunciado, e aqui Heidegger bate de frente com a concepção clássica de *logos* e das teorias lingüísticas tradicionais, uma vez que estas tomaram o enunciado (que em Heidegger é a exteriorização, o fenômeno da linguagem) como o próprio discurso (que é esta estrutura existencial anterior ao próprio ato da fala em si). HEIDEGGER, op. Cit., p. 164-168. Em outras palavras, podemos dizer que o discurso, em Heidegger, é a “condição ontológica de toda linguagem ôntica”, ou seja, do ente. DUARTE, op. Cit., p. 136.

<sup>101</sup> RICŒUR (2008), OP. Cit., p. 37.

<sup>102</sup> RICŒUR (2008), Op. Cit., p. 37-39.

esclarecimento desse compreender inerente ao homem e só de forma derivada pode ser considerada uma metodologia da história<sup>103</sup>. Nas palavras de Heidegger:

Así, por ejemplo, lo filosóficamente primario no es la teoría de la formación de los conceptos de la historia, ni la teoría del conocimiento histórico, o la teoría de la historia como objeto del saber histórico, sino la interpretación del ente propiamente histórico en función de su historicidad.<sup>104</sup>

Essa interpretação do ente imerso em sua própria condição de historicidade aparece aqui como um objetivo essencial da ontologia. A teoria da compreensão, nesse sentido, “deve ser precedida pelo reconhecimento da relação de enraizamento que assegura a ancoragem de todo sistema lingüístico”<sup>105</sup>, esse habitar o mundo no qual o sujeito experimenta a tríade situação-compreensão-interpretação. O compreender está antes mesmo da linguagem, tem como primeira função a nossa orientação numa determinada situação. A linguagem aparece no final do percurso, no mesmo sentido que vimos antes, como a enunciação do discurso, sendo este a articulação daquilo que é compreensão. O discurso articula a compreensibilidade e a linguagem o mostra, o manifesta. Esse poder de manifestação da linguagem será essencial para o segundo momento da filosofia heideggeriana, quando esse discurso se constitui, sobretudo, no escutar silencioso, no entendimento e na possibilidade que essa prioridade da escuta oferece de estabelecer uma relação da palavra com a abertura ao mundo e ao outro do ser. É nesse ponto que a mera fala, em seu sentido ôntico, é superada e a linguagem como um todo é liberada em seu potencial de lugar do ser-no-mundo. Rompem-se assim as barreiras que dividiam homem, ser, linguagem e mundo, já que ambos são pensados como co-pertinência.<sup>106</sup> “Tal linguagem, com efeito, não é um instinto da criatura humana constituída”. Também não é uma invenção de nossa subjetividade. “Faz parte da condição humana; [...] é originariamente a experiência que um Para-si pode fazer de seu ser-para-outro.”<sup>107</sup>

Entretanto, tamanho potencial, em Heidegger (sobretudo o tardio), apenas podia revelar-se na atitude do poeta e do pensador filosófico. Estes seriam aqueles capazes de trilhar um caminho para o retorno à experiência original do pensamento, que Heidegger buscou nos pré-socráticos. Para o filósofo alemão, o triunfo da técnica na sociedade moderna e dos vários tipos de nominalismo lingüístico (de Saussure, por exemplo) seriam a

<sup>103</sup> HEIDEGGER, Op. Cit., p. 383.

<sup>104</sup> HEIDEGGER, Op. Cit., p. 21. Citado também por RICŒUR (2008), op. Cit., p. 38.

<sup>105</sup> RICŒUR (2008), OP. Cit., p. 40.

<sup>106</sup> DUARTE, Op. Cit., p. 149.

<sup>107</sup> SARTRE, Op. Cit., p. 465. É interessante lembrar que Sartre toma essa posição heideggeriana, mas sublinhando o papel do reconhecimento da existência do outro que é um potencial da linguagem. A linguagem chega a confundir-se com esse reconhecimento na sua leitura existencialista.

expressão do esquecimento do ser em detrimento à burocratização e tecnicização da existência e da própria experiência lingüística.<sup>108</sup> A poesia (entendendo a prosa filosófica como seu par) seria a única via para se tentar buscar novamente esse ser perdido e é nesse ponto que a linguagem, vista pelo ângulo ontológico, teria esse papel fundamental, na medida em que sendo a casa-do-ser ultrapassaria a condição inerte e viciosa da relação sujeito-objeto e propiciaria, através da poeticidade, uma experiência mais original e verdadeira do mundo. Podemos traçar um paralelo aqui com a visão de Hannah Arendt, da metáfora como o elemento de ligação no qual o mundo torna-se unívoco, impossível de ser separado entre aparência e essência e que também liga o mundo invisível do pensar com o mundo das aparências<sup>109</sup>. Ou igualmente com Ricœur, que inter-relaciona a teoria da narrativa com a teoria da metáfora como modalidades de inovação semântica capazes revelar aspectos do mundo-da-vida e do ser-no-mundo<sup>110</sup>. Ambos nos ajudam a corroborar a tese de que a linguagem é um modo de manifestação desse ser-no-mundo, uma maneira inclusive de ser desse homem, reveladora de sua condição histórica. A arbitrariedade típica da lingüística nominalista é aqui ultrapassada pela metáfora viva, capaz de nos ligar ao mundo fenomênico, assim como a narrativa que nos permite um reencontro mimético refigurativo com a experiência original da temporalidade.

Em Heidegger, como já dissemos, essa linguagem é a do filósofo e do poeta, não a do historiador. O estudioso do pretérito permanece preso às determinações epistemológicas que se lhes apresentam sempre como a luta ineliminável entre a referencialidade do documento e a configuração narrativa de sua representação. Um verdadeiro fauno no limbo entre o que seria uma ciência do tempo e uma arte de representação do passado. A saída para a ontologia nos ajuda a ultrapassar a visão cindida da linguagem, praticada na lingüística tradicional, mas nos leva a um problema: a linguagem do historiador, ao efetuar

---

<sup>108</sup> SANTOS, Ivanaldo. Heidegger e a proposta da poesia como forma de retorno à experiência original do pensamento. In: Revista Travessias. n. 2. Disponível em <www.unioeste.br/travessias>. Consulta em 15 Nov 2008.

<sup>109</sup> ARENDT, Op. Cit., p. 84.

<sup>110</sup> RICŒUR, Paul. Narratividad, fenomenología y hermenéutica. In: *Anàlisi*. Revista del Departament de Periodisme i Ciències de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, n. 25, 2000, p. 199-200; RICŒUR, Paul. Phenomenology and Hermeneutics. In: *Noûs*. Indiana University, n. 9, 1975. Temos aqui a teoria da “referência duplicada”, em que é proposta uma superação da idéia de que para dizer sobre o mundo é necessário ao discurso ter a referência de primeira mão, da referência lateral. Nesse tipo de referência pensada por Ricœur se sublinha a possibilidade do discurso metafórico (e por implicação direta, seu correspondente que é a ficção) dizer alguma coisa sobre a realidade, mas segundo uma referencialidade própria, poética, uma “referência duplicada”, ou “referência metafórica”, que Ricœur posteriormente vai sentir-se tentado a também estender para o discurso historiográfico. RICŒUR, Paul. *Metáfora Viva*. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 13-15; 331-338; 376-389; 465-482. Ricœur, contudo, mantém uma distância de Heidegger no que tange a essa concepção de poeticidade, por ainda sublinhar a capacidade de distanciamento da poesia e do próprio discurso especulativo, ao qual não deixa de também se vincular.

sua representação historiadora, poderia ser considerada nesses mesmos termos ontológicos que vimos com Heidegger? Se sim, sob quais critérios poderia se arrogar tal posição?

A linguagem, no sentido de fala e, principalmente, escuta em Heidegger, não pode ser diretamente considerada análoga, sem ressalvas, à linguagem que forma a escrita da história. Há diferenças elementares entre a linguagem pronunciada, com seu caráter potencialmente dialógico e dialético (ouvir-calar-falar), e a linguagem de um texto, estruturada de uma forma que não pode mais ser alterada uma vez lançada materialmente ao mundo, em forma de livro ou outro formato de escrita, impedindo a mesma dialogicidade.

A aparência de que a escrita é a mera materialização, a fixação em símbolos da fala, é errônea porque o que o texto pode significar não é diretamente proporcional àquilo que foi ambicionado pelo sujeito da escrita; a escrita traz consigo um nível mais expressivo de autonomia, porque a significação mental e a significação verbal não podem ser coincidentes absolutos: há sempre um *distanciamento*, como diria Ricœur. Graças à escrita “o mundo do texto pode explodir o mundo do autor”<sup>111</sup>. Além desse deslocamento psicológico, um texto ao mesmo tempo desloca o aspecto sociológico, pois ao ser lido, já está transcendendo as condições psicossociais diretas em que ele é produzido. A relação entre escrever e ler não é análoga a de falar e ouvir, porque o texto foge à situação dialogal do discurso, não há como interpelar o interlocutor para tentar extrair satisfatoriamente superávits de compreensão. Em termos hermenêuticos, o mesmo distanciamento que produz o texto se repete quando alguém tenta compreendê-lo.<sup>112</sup> O distanciamento aparece aqui como a impossibilidade do texto ser, em si, o mundo do qual fala, impossibilitando uma objetivação direta e dialogal do intérprete em relação à obra escrita. O distanciamento não é produto da metodologia, é constitutivo do fenômeno do texto como escrita e também a condição da própria interpretação.

Isso significa, então, que devemos abandonar a visada ontológica da linguagem historiadora? Por enquanto ainda com Ricœur, diremos que não.

---

<sup>111</sup> RICŒUR (2008), Op. Cit., p. 62. Sobre o mundo do texto, Ricœur afirmava em outra obra: “Se não podemos definir a hermenêutica pela procura de um outro e de suas intenções psicológicas que se dissimulam por detrás do textos; e se não podemos pretender reduzir a interpretação à desmontagem das estruturas, o que permanece para ser interpretado? Responderei: interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto.

[...] de fato, o que deve ser interpretado, num texto, é a proposição de mundo, de um mundo tal como posso habitá-lo para nele projetar um de meus possíveis mais próprios. É o que chamo de o mundo do texto, o mundo próprio a este único texto.” RICŒUR, Paul. (2008), p. 65,66.

<sup>112</sup> RICŒUR (2008), Op. Cit., p. 62-63.

Ricœur admite que a referencialidade, que é viva e ostensiva no discurso verbal, torna-se cada vez mais rarefeita quando se vai até o texto, chegando aos limites da disjunção entre discurso e realidade, operado pela ficção e pela poesia. Elas “destroem o mundo” da referência, porque tratam do *poder-ser*, nunca daquilo que é simplesmente dado ou daquilo que *foi*.<sup>113</sup> Porém, essa referência que destroem é de primeira ordem apenas, da ordem dos objetos manipuláveis, destruição essa que possibilita a liberação de uma referência de segunda ordem, no plano que Husserl chamou de *mundo-da-vida* (*Lebenswelt*) e Heidegger de *ser-no-mundo* (*In-der-Welt-Sein*)?<sup>114</sup> Ao invés de perdermos com a demissão da referencialidade material primária de realidade, acabamos, ao contrário, ganhando, porque se abre uma nova forma de ser-no-mundo na realidade cotidiana, uma forma privilegiada de acesso a uma realidade mais viva do que aquela que pode advir da simples descrição crua. Ricœur, nesse caso, está pensando mais na experiência ficcional e poética e na metaforização que elas operam, possibilitando-nos uma refiguração mais rica do mundo, na medida em que podem revelar ensejos mais universais. Se tratarmos de colocar a história nesse mesmo caldo, percebemos que ela vai, sem dúvida, apresentar diferenças; não pode nem ser deixada de fora como uma prática científica que simplesmente opera no nível do descriçionismo (e, portanto, da referência de primeira ordem) e nem mesmo pode ser tratada como arte ficcional que destrói totalmente a referencialidade primeira para adentrar numa segunda, mais profundamente ontológica porquanto metaforicamente construída.

O mundo do texto da história está nesse meio-fio, sua matéria é irrigada por ambos estes modos de referência. Permanece ela atrelada às chamadas referências de primeira ordem, mas jamais pode lograr exauri-las, representá-las em absoluto, uma vez que toda sua operação de pesquisa, como já vimos, desemboca numa reconfiguração mimética muito próxima daquela que é realizada pela ficção – da qual se distingue unicamente por comportar todo um processo teórico-metodológico complexo que lhe garante viabilidade epistêmica. Contudo, esse pertencimento às referências primeiras – os documentos e o

---

<sup>113</sup> RICŒUR (2000), Op. Cit., p. 199.

<sup>114</sup> Este binômio conceitual, *Lebenswelt* e *In-der-Welt-Sein*, nos remete, respectivamente, a Husserl e Heidegger. Não podemos dizer que ambos têm significação equivalente, mas talvez possamos percebê-los apontando para um território comum. Para usar as palavras de García Gómez-Heras, em ambos os conceitos, mundo “es el Apriori en donde las cosas son vividas de un modo peculiar o son integradas en un proyecto, dotado de un sentido determinado. De ello nos percatamos a través de la comprensión (*Verstehen*) del mundo, de la interpretación que nos descubre sus sentidos y de los lenguajes que nos transmiten su significado.” GÓMEZ-HERAS, J. M. García. Comprender el mundo: La valencia hermenéutica del binomio “*Lebenswelt*” (Husserl) e “*In-der-Welt-Sein*” (Heidegger). In: *Anales del Seminario de Metafísica*. Núm. Extra. Homenaje a S. Rábade. Ed. Complutense, 1992. Ambos os termos estão presentes na filosofia de Ricœur, herdeiro da fenomenologia de Husserl e da ontologia de Heidegger. Não são raras as passagens em que o filósofo francês faz alusão a estes conceitos fundamentais. RICŒUR (2008), Op. cit., p. 65.

mundo ao qual estes se referem – não exclui para a historiografia o acesso a essa realidade referencial ontológica de segunda ordem, como teríamos que aceitar se levássemos em conta a máxima aristotélica – a história é menos nobre porque fala do que aconteceu, enquanto a poesia fala do que poderia ter sido. Ela também pode ser uma via privilegiada a este mundo da vida porque é “feita por” e “se refere a” seres que estão sendo *no mundo* e mais do que se contentar com o dizer particular, a história costuma percorrer trilhas projetando também algo de universal, ao tocar constantemente em aspectos éticos, em utopias futuras, em projeções acerca do que poderá ser ou deveria ser a humanidade e o homem no devir. O trabalho de organização da linguagem que o historiador opera também se faz numa dialética entre articulação interna e projeção externa. De um lado, a dinâmica de estruturação da obra; do outro, sua capacidade de projetar-se fora de si mesma e dar lugar a um mundo, a “coisa do texto”<sup>115</sup> que viabiliza ao si ser constituído pelas proposições de mundo abertas pela obra.

*A obra de história desvela também, portanto, um modo de ser-no-mundo.* Aquilo que apenas ao poeta e ao filósofo era dado como tarefa, o transitar pela universalidade e pela verdade, não está ausente dos mundos dos textos de história. Afinal, a suposta referencialidade de primeira ordem a qual a historiografia estaria eternamente acorrentada, no seu ofício menor e menos sério de dizer o que já aconteceu percorrendo a particularidade em toda sua extensão possível, já não parece ser mais o grilhão do solitário historiador. A mesma “referência duplicada” na qual orbita a poesia, parece também funcionar na história. Afinal, vimos que esta jamais abandona a utopia, joga ininterruptamente com elementos universais, projeta-se para fora da própria experiência através desses impulsos utópicos, e diz tanto sobre o mundo do historiador quanto sobre o mundo do passado que trata em específico. O binômio “o que aconteceu” *versus* “dizer o que pode acontecer” não mais poderia afligir o historiador, porque este sempre está imerso em ambos. Afinal, como ressaltamos, está sempre a rodear as fronteiras da ficção em sua operação de representação, partilhando dos atos de configuração metafórica, tessitura das intrigas, fórmulas de manipulação retórico-estéticas das narrativas capazes de fazer aquilo que o mero ato de descrever fatos particulares do passado jamais poderia almejar, que é projetar-se universalmente ao tocar em nódulos sensíveis da condição de ser no tempo.

---

<sup>115</sup> RICŒUR (2008), Op. cit., p. 68. Essa é uma terminologia Gadameriana. Num sentido bastante semelhante Ricœur fala em “mundo da obra”, ou “mundo do texto”.



A historiografia lida com inúmeros elementos constitutivos essenciais da vida, seja esta tomada como existência individual, seja como experiência social. Os questionamentos que motivam uma busca de respostas no passado são do presente e toda a história, mesmo que seja uma história no singular (como tudo que é historicamente referido o é), também cavalga nos arredores das pretensões universais ou talvez do que pode ser compreendido como um *singular coletivo*<sup>116</sup>. Estão imbricadas aí, queiramos nós ou não, questões éticas fundamentais, a relação com a morte (a possibilidade de morrer e a morte do outro), a construção do cuidado para com o outro, a busca da coerência cognitiva da própria trajetória de vida e do sentido da existência, e a ânsia em pensar sobre o futuro possível – todas ligadas à referencialidade primeira, mas prenhes de um excedente de significação que as remete a uma referencialidade segunda, no campo do *poder-ser*.

Voltam a implicar-se aqui as representações-objetos e a representação-operação do historiador, afinal sua história escrita não deixa de ser uma maneira de dizer o mundo que habita, na medida em que ela responde sempre a coisas do seu presente. O ser do historiador, malgrado todas as advertências plantadas em seu âmago pela ambição veritativa, não tem instrumentos que lhe permitam escapar à sua própria historicidade e sua condição de *ser-no-mundo*. Esse pressuposto, ao contrário de servir como uma desqualificação da historiografia, acrescenta a esta uma vantagem ontológica primordial: a obra de história diz sobre o *ser-no-mundo* e, mais do que isso, é também uma forma de inserção e desalienação desse homem que historia; uma maneira pela qual este faz da linguagem organizada sobre o passado um cômodo de sua morada, uma escrita que é também um ato capaz de ganhar o mundo ao abrir-se para várias leituras possíveis. Um *ser-no-mundo*, constituído pela abertura característica de sua morada, a linguagem, cuja transfiguração em uma modalidade narrativa duplamente referencializada (a história escrita) lhe permite, ao mesmo tempo, uma maneira de expressão do mundo, uma forma de imersão nele e uma intenção projetada para além do seu próprio tempo, para um mundo outro que pertence ao *poder-ser*, instigado pela utopia, mas com os pés no chão da experiência rerepresentada do passado.

---

<sup>116</sup> Koselleck historia as circunstâncias em que a história deixa de ser simplesmente o relato no particular e inicia o processo de profissionalização, na modernização que acompanha o surgimento da noção de história como um *singular coletivo*. O termo *Geschichte*, do alemão, seria a nova palavra para designar essa moderna noção de história. Abre-se aí o espaço para o advento das filosofias da história e, posteriormente, para a própria reavaliação e passagem da idéia de um todo composto por unidades aglomeradas para a noção de sistema em processo. Para isso ver: KOSELLECK (2006), Op. Cit., p. 21-60; 119-132.

A linguagem está imersa e advém dessa realidade ao mesmo tempo em que a configura ininterruptamente. Todas as angústias e inquietudes do ser se revelam na sua possibilidade de presentificar não apenas a ausência do passado, mas também a ausência do porvir, do que ainda não é, graças ao impulso da utopia. O conhecimento histórico é a configuração dessa inter-relação dialética, não como final, mas talvez como um eterno retorno, que ao se tornar vivo no mundo, interpela leitores, desafia e instiga a consciência histórica, provoca, desenvolve e aprimora a relação dos homens com o tempo em toda sua amplitude e, por isso mesmo, gera sempre novas intenções em direção ao passado e ao futuro.

Alfredo Varela é o alvo dessa pesquisa, e a ele nos direcionamos a partir dessa reflexão sugerida. Sabemos, porém, que sua historicidade tende a mostrar fissuras nessas teorias generalizantes. Mas talvez esse seja exatamente o jogo proposto aqui. Está em questão aqui este ser que escreve a história, no caso um peculiar historiador gaúcho do início do século XX; mas sem alarde pode-se proclamar que também está em jogo aqui aquele que, através dessas páginas dissertativas, ambiciona dizer algo sobre este sujeito esquecido nas longínquas paragens de seu tempo pretérito.

## CAPÍTULO 2

---

### EPISTEMOLOGIA, MÉTODO E LINGUAGEM NO CONHECIMENTO HISTÓRICO: A AMBIÇÃO VERITATIVA DE UM HISTORIADOR CIENTISTA

Boa parte do que compõe nossa reflexão teórica até aqui apresentada gira em torno da tese (habilmente desenvolvida por Ricœur) de que a análise das relações entre a história e a ficção não deslegitima o famoso epíteto de Marc Bloch, que anuncia a história como a “ciência dos homens no tempo”, isto é, não desconsidera sua “ambição veritativa” e, portanto, seu recurso ao tratamento epistêmico. Há no célebre filósofo francês a clara consciência de que a história, por mais imersa que esteja nos procedimentos de construção metafórica da narrativa, permanece sendo um saber metodologicamente articulado e dependente de uma referencialidade externa. Este capítulo põe à prova essa tese geral ao confrontá-la com uma historiografia em particular: a de Alfredo Varela.

O historiador da grande revolução reivindicou para si, ao longo de várias de suas obras históricas e, principalmente, na obra que é objeto primordial de nossa pesquisa, uma posição de um historiador cientista. Para isso, destilou ao longo dos seis tomos da *História da Grande Revolução* incontáveis reflexões epistemológicas e metodológicas, citando seus autores de referência, dando exemplos concretos, polemizando com alguns de seus mais impertinentes críticos. Nesse capítulo, procuraremos mostrar algumas dessas situações e assunções teóricas feitas por Varela em duas subdivisões. Para contemplar o que chamamos de sua “ambição veritativa”, achamos por bem apresentar, nesse primeiro momento, o percurso e as escolhas que consolidam no texto a sua visada epistêmica e, ao mesmo passo, mostramos as requisições metodológicas que a sustentam. Ainda nesse sub-capítulo, lançamos um olhar sobre sua arquitetura explicativo-compreensiva, que engloba, naturalmente, as suas estratégias de tratamento, escolha, observação e uso do seu manancial documental, bem como o jogo entre sujeito e estrutura presente em suas cenas históricas. No segundo momento do capítulo, deparamo-nos com a possibilidade de uma inusitada analogia com a obra magna do grego Tucídides, quando Varela nos apresenta seus argumentos axiológicos e sua preocupação com a relação entre a aquisição do saber e a sua

posterior formulação. Tal afinidade entre estes dois historiadores tão distantes temporalmente é levada ao limite, quando a intenção veritativa que ronda a visada intencional ao passado não consegue escapar à tentação da universalidade, essa projeção que se guarda de forma latente e que às vezes desperta para colonizar a linguagem historiográfica com os recursos próprios à poética e à filosofia.

Mesmo sem querer antecipar conclusões, é necessário colocar, desde já, que o historiador de nosso estudo se comporta muito bem diante de uma leitura ávida por encontrar caracteres de uma epistemologia assumida e respaldada. No entanto, trata-se de uma obra que transborda visivelmente ambos os humores: de um lado o requerimento epistêmico, de outro a composição poética. Sem que um se sobreponha ao outro, o texto costura uma intensa dialética que mescla o cientista e o poeta, ambos avidamente conjugados com o mundo-da-vida. Este presente capítulo inicia uma inevitável *epokhé*<sup>117</sup>, um colocar entre parênteses (para usar a famosa expressão da fenomenologia husserliana), que separa essas duas faces da moeda para fins de organização da economia explicativa da dissertação. Não reprimimos, por isso mesmo, inevitáveis antecipações ou repetições de alguns argumentos mais importantes, para tentar justamente demonstrar que no universo do “ser historiador” de nosso protagonista, a epistemologia e a poética são os dois partidos de uma mesma e instigante dialética historiográfica.

## 2.1. O autor assume as prerrogativas epistemológicas de uma história-verdade

### 2.1.1. A “região dos historiadores” e a história científica.

A “região dos historiadores”, no tempo experimentado por Varela, não é povoada por profissionais do passado devidamente regulamentados e instruídos pelas normas de uma profissão acadêmica específica, já bem delimitada na tradição dos saberes acadêmicos

---

<sup>117</sup> A *epokhé* é um conceito central da fenomenologia husserliana que se refere à redução transcendental, ou seja, do ato de colocar em suspensão, pôr entre parênteses, a condição de uma possível realidade objetiva para canalizar o esforço de verificação do fenômeno, ou seja, como as “coisas mesmas” se apresentam à consciência. É uma redução do mundo real e do natural, para que se possa, a partir daí, tentar chegar à essência do fenômeno, ao seu *eidos* – por isso também se fala em *redução eidética*. Há, portanto, a suspensão da concepção ingênua de realidade, aquela para a qual as coisas seriam em sua essência exatamente idênticas àquilo que percebemos sensorialmente. HUSSERL, Edmund. *Logica Formal y Logica Transcendental*. Ensayo de una crítica de la razón lógica. Ciudad de México: Centro de Estudios filosóficos – UNAM, 1962, p. 233-261; CROWELL, Steven. *Husserl, Heidegger and Transcendental Philosophy*. Another Look at the Encyclopaedia Britannica Article. Disponível em <<http://www.jstor.org>>. Acesso em 21 jul 2006. p. 504.

européus. Ser historiador no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX é algo bem diferente. Ninguém se forma historiador, mas se torna historiador, interpelado pelas próprias carências de orientação temporal e ouvindo, ao mesmo passo, os anseios pelo passado que brotam do mundo-da-vida. Nesse mundo despontam carências agudas de orientação temporal que clamam por representações do passado capazes de dirimi-las, que possam sugerir alguns caminhos a serem seguidos, que possibilitem aos homens lembrar, saber de onde vêm e quem são, mas também esquecer. É claro que tais características, se pensarmos em termos antropológicamente universais, não nos remetem exclusivamente a história enquanto campo organizado de produção do saber, uma vez que a memória e a tradição também participam, em doses diferenciadas, desse mesmo jogo de busca do passado. Mas a história, nesse contexto, assume um papel fundamental na medida em que sua ambição veritativa a permite tentar engendrar formas pretensamente mais aguçadas de percepção – e nesse caso isso pode significar mais bem arregimentada tecnicamente, o que lhe conferiria uma maior legitimidade e, ao menos em tese, maior efetividade no retorno ao mundo-da-vida de onde se ouvem as vozes desses *seres afetados pelo passado*<sup>118</sup> que somos. Especificamente neste contexto que abordamos, esse saber não poderia ser produzido por qualquer espírito desinformado; é matéria para os doutos ou ilustres, aqueles indivíduos integrantes do seletivo grupo de intelectuais de um determinado quadro social, que, por sua reconhecida erudição e/ou atuação pública na sociedade (em geral eram profissionais diplomados – médicos ou advogados – e/ou funcionários públicos, clérigos e políticos), angariavam o respaldo necessário para adentrar em questões que diziam respeito ao seu passado e o da sua cidade, ou mesmo do estado e da nação.<sup>119</sup>

A institucionalização da disciplina histórica no estado, no âmbito da academia, é um processo recente, sendo que até meados da década de 1940, a produção historiográfica do Rio Grande do Sul ainda era majoritariamente uma produção de intelectuais sem formação específica em história ou qualquer tipo de envolvimento em ambientes historiográficos universitários.<sup>120</sup> Mesmo no centro do país as primeiras faculdades desse caráter só começaram a ser criadas nos anos 30, o que nos obriga a pensar a tarefa da escrita da história como extremamente diversa da historiografia profissional acadêmica. O núcleo de convergência desses intelectuais diletantes da história, que era capaz de distribuir as

---

<sup>118</sup> Tomamos de empréstimo, adaptando-a, a expressão de Ricœur, em *Tempo e Narrativa III*. RICŒUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo 3. São Paulo: Papyrus, 1997, p. 372.

<sup>119</sup> Ver nesse caso ALMEIDA, op. Cit., p. 150-151.

<sup>120</sup> Somente em 1942 é fundada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, da Universidade de Porto Alegre (UPA), da qual faria parte o curso de História e Geografia. Ver: RODRIGUES (2002), p. 49.

insígnias de respaldo para que espíritos ilustrados pudessem tranquilamente adentrar na mata fechada do passado, era um instituto histórico extremamente recente (IHGRGS), ao estilo das academias ilustradas, financiado diretamente pelo erário estadual e que viria a ser o espaço institucional da pesquisa historiográfica no Rio Grande do Sul, mesmo depois de fundado o primeiro curso acadêmico de história e geografia no estado, em 1942, pela novíssima Universidade de Porto Alegre<sup>121</sup>.

Esse núcleo de congregação de intelectuais tinha, portanto, a legitimidade política ao ser uma instituição diretamente vinculada ao governo estatal. Trabalhos como o de Almeida, que mencionamos na primeira seção, demonstraram com bastante clareza essa ligação<sup>122</sup>. No entanto, essa não era a única garantia de que a história escrita por seus membros seria a história mais “verdadeira”. Esse é um aspecto que toca diretamente o problema epistemológico enfrentado por todo aquele que se considera um historiador, se não de profissão acadêmica (no sentido contemporâneo), ao menos como praticante de um ofício, cuja execução exige o respeito a certas regras e padrões que sejam social e intelectualmente aceitos – sobretudo pelos “pares” que integram o mesmo campo intelectual – como adequados. Seguir determinadas convenções, a despeito da considerável margem de flexibilidade teórica perceptível nas obras, significava, nesse caso, referendar o teor de cientificidade dessas histórias escritas. O conjunto de idéias que denominamos genericamente de *positivismo* foi um dos principais avalistas dessas concepções, ainda que certamente o termo não seja o mais apropriado para designar aquilo que sem dúvida fora uma mescla de diversas escolas históricas preocupadas em estabelecer bases epistêmicas e metodológicas seguras para o conhecimento histórico.<sup>123</sup> No Rio Grande do Sul, em linhas

---

<sup>121</sup> Em sua dissertação de mestrado, anteriormente citada, Mara Rodrigues investigou o processo de institucionalização da história enquanto área de formação profissional de nível superior, focando, para isso, o curso de Geografia e História da Universidade de Porto Alegre, criado em 1942. Uma de suas conclusões se refere ao caráter que esse curso manteve ao longo de bastante tempo, não sendo um espaço de pesquisa, mas eminentemente de formação de professores para o ensino escolar de História e Geografia. O espaço institucional da pesquisa ainda continuaria sendo o IHGRGS, durante um considerável período de tempo. RODRIGUES, Op. Cit., p. 49. Sobre o financiamento das atividades do instituto, de acordo com Gutfreind: “o estado sulino assume um compromisso com a história e financia as pesquisas, delegando responsabilidades a seus funcionários para a execução de trabalhos. O compromisso a que se alude é o do resgate da história do Rio Grande do Sul, em especial o período da Revolução Farroupilha, nos documentos oficiais, guardados nos arquivos nacionais, tarefa que Aurélio Porto realizou com apoio estatal.” GUTFREIND, op. Cit., p. 24. Conforme o já citado artigo de Caimi e Colussi, o financiamento do instituto vinha em grande parte de receitas estatais. Ver nota 56 do *Capítulo 1*.

<sup>122</sup> ALMEIDA, Op. Cit., p. 158.

<sup>123</sup> Conforme alguns autores problematizaram, as matizes desse “positivismo” eram tantas e tão diversificadas que é difícil falar em apenas um positivismo. A perspectiva orientadora do governo era, via de regra, de inspiração comteana, mas as discrepâncias, interpretações diversificadas e incoerências em alguns aspectos eram tantas que seria impossível afirmar isso de forma absoluta: “[...] cada indivíduo adotou os elementos do positivismo que lhe pareciam mais adequados, não havendo coerência necessária entre os princípios

gerais, o positivismo serviu de inspiração para as diretrizes governamentais ao longo de praticamente toda primeira república, tendo sido o arcabouço teórico que moldou a geração de políticos e intelectuais do PRR ao longo das três primeiras décadas republicanas<sup>124</sup>. Entretanto, como filosofia definidora não só de condutas políticas, mas também de parâmetros epistemológicos – e aqui não exclusivamente pela via de Comte, mas também associada a influências metodológicas variadas das escolas historizantes francesa, da linha de Langlois e Seignobos, e alemã, de Ranke, além, é claro, dos muitos discípulos dessas linhagens – teve influência notável no campo intelectual em questão, ao passo que o uso de seus preceitos mais elementares chegou a formar uma espécie de senso-comum sobre como seria feita toda e qualquer investigação científica, o que era extensivo à história. Esse “positivismo difuso” reivindicaria para a história um caráter tão científico quanto de qualquer outra ciência natural e usaria o mesmo rigor metódico, baseando-se na rígida pesquisa documental e principalmente na neutralidade, limitando-se à observação objetiva e explicação descritiva dos fenômenos, sem juízos de valor, preconceitos ou especulações. Essas características gerais, que não pertencem unicamente ao positivismo comtiano, tomaram uma dimensão de “senso-comum da história”<sup>125</sup>, e, durante boa parte do século XX no RS, foram consideradas como as regras legítimas para a produção do conhecimento histórico<sup>126</sup>.

Um indivíduo que ambicionasse ser reconhecido como um historiador, nesse contexto, só assim o seria se considerasse ao menos em parte esses parâmetros e os defendesse, seja

---

comteanos e os ideais defendidos, nem mesmo havendo adoção irrestrita do ideário proposto por Comte ou pelos que se diziam seus herdeiros e seguidores”. In: WEBER, op. Cit., p. 36. No que diz respeito à historiografia, Petersen demonstra que o que se denomina genericamente positivismo é na verdade uma mescla de elementos que vêm não só da filosofia comteana, mas das tendências e/ou escolas históricas. A autora chama atenção para essa simplificação, alertando que o que se entende por historiografia positivista é um modelo de construção histórica “que em alguma medida esteve inspirada na teoria de Comte em busca de um estatuto científico para o conhecimento histórico” e que, posteriormente, recebeu a alcunha de “tradicional” ou “cientificista”. Cf. PETERSEN, Silvia R. Ferraz. *Historiografia Positivista e positivismo comteano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica*. In: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998, p. 44. Ver também nota 28 do capítulo I.

<sup>124</sup> WEBER (1999), Op. Cit., p. 31-41.

<sup>125</sup> O conceito é de E. Carr, e, embora tenha sido cunhado especificamente para o contexto europeu, nos serve para definir como essas influências se solidificam numa composição mesclada de elementos não só do positivismo em si, mas de teorias científicas e empiristas de forma geral, conforme o autor também trabalha em seu texto. CARR, Edward. *Que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 13.

<sup>126</sup> O “positivismo difuso”, de acordo com Boeira e Diehl, estava permeado por um cientificismo adjacente, advindo de “outras correntes filosóficas influentes na época que com ele compartilhavam o mesmo clima intelectual e certos pressupostos básicos”. Teríamos aí não só o positivismo de Comte, mas também as idéias de evolucionistas como Spencer, Taine, ou Buckle. Ainda que entre essas várias formas de cientificismo houvesse diferenças de enfoques, é certo que guardavam semelhanças significativas, um certo “ar de familiaridade”, “com mais nitidez a partir da década de 1920 na produção historiográfica rio-grandense.” Ver: DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: ediupf, 1998, p. 123-124. BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, H. e GONZAGA, S. (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59, p. 45.

publicamente nas inúmeras cerimônias e reuniões que faziam parte do cotidiano do IHGRGS, seja nos preâmbulos de seus próprios escritos. Parece ser ponto de acordo que no contexto vivido por Varella a objetividade narrativa e a isenção completa do autor perante os fatos revelados pelas fontes eram as normas elementares para qualquer um que ousasse se aventurar no campo da história. A fidelidade de um historiador ao passado revelava-se através de sua perspicácia analítica, na medida em que este se mantivesse alerta contra suas próprias paixões e anseios, contra as tentações de modificar ou preencher arbitrariamente os vazios cognitivos em suas narrativas. Não é à toa que ao longo desse período, em especial nas apreciações das obras e pareceres que eram apresentados e comentados nas ocasiões especiais, congressos e reuniões ordinárias, a principal desqualificação que poderia ser proferida a um historiador era a de que sua história sofria de *parcialidade*<sup>127</sup>. Independente dos debates travados e do lado em que se estivesse, a maioria das acusações feitas se concentrava na crítica da suposta parcialidade de uma obra por defender tal ou qual aspecto de uma história, o que denotaria uma filiação ideológica inoportuna ao trabalho científico.

Alfredo Varella não poderia subverter esses pressupostos. O começo do século XX, para esses intelectuais diletantes da história, foi uma demarcação cronológica que não logrou romper com o clima intelectual do século anterior. Na verdade, no Brasil, podemos dizer que foi na virada do século XIX para o XX que o cientificismo atingiu seu ápice. A separação entre sujeito e objeto, a crença na verdade como totalmente externa à subjetividade e a neutralidade axiológica do saber, assegurada por uma abordagem cuidadosamente empírica foram os princípios epistemológicos que fizeram parte da realidade intelectual brasileira desse período.<sup>128</sup> No Rio Grande do Sul, estado que abertamente assumiu uma concepção filosófica positivista em termos de organização sócio-política na primeira república, as marcas desses pressupostos foram profundas, principalmente nos intelectuais preocupados em escrever a história regional. Muitos desses historiadores ou haviam exercido funções ligadas à administração pública ou haviam sido militantes comprometidos ou mesmo figuras de destaque das cúpulas do poder governamental.<sup>129</sup> Varella esteve imerso em ambas essas atividades, na vanguarda

---

<sup>127</sup> No *Capítulo 4* retomamos a questão das acusações de parcialidade direcionadas a Varella por seus críticos e do próprio Varella em relação a seus interlocutores.

<sup>128</sup> ARMANI, Op. Cit., p. 18.

<sup>129</sup> Sobre essa questão da relação dos intelectuais com o positivismo político e com os preceitos metodológicos oriundos de sua versão filosófica ver, dentre outros, SILVA, Jaisson. *A busca da verdade de um passado: na trajetória daqueles que escreveram a história de Santa Maria – João Belém e Romeu Beltrão*. Monografia de Conclusão de Graduação. (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2008, p. 22-53. A trajetória de João Belém é exemplar nesse sentido, assim como de muitos intelectuais que com ele se relacionaram direta e fraternalmente, tais como Aurélio Porto.



republicana no estado, na organização seminal do PRR, como intelectual comprometido e atuante, cuja pena havia produzido pequenos escritos na defesa dos ideais federativos que acreditava, naquele momento, serem a forma política mais adequada não só para o estado, mas para o Brasil como um todo<sup>130</sup>. A cartilha do positivismo, ora através de preceitos difusos, ora a partir de adesões explícitas e teoricamente bem conscientes à doutrina do próprio Comte, estava presente na produção do historiador da “Grande Revolução”.

Contudo, esse conjunto de características normalmente aplicadas de forma indistinta aos historiadores do período, precisa ser examinado mais de perto na produção desse historiador. Desde o preâmbulo da sua obra magna, mas não apenas nele, Varella procura deixar explícito o seu método. A ênfase na documentação, que em sua obra é copiosa e fartamente citada, e a crítica da parcialidade, especialmente no que tange ao movimento historiográfico nacionalista que lhe fez frente no início da década de 1930, é visível. Se sua história se anunciava como verdadeira era porque, de acordo com suas palavras, havia sido construída no firme alicerce dos documentos que coletara ao longo de mais de cinquenta anos de pesquisas e esquadrihada através do princípio elementar da imparcialidade. A atenção ao método, no entanto, não é apenas um simples elogio do empirismo; ao contrário, é uma crítica ao empirismo desorientado, comparado à prática da navegação sem bússola, em alusão à frase célebre de Leonardo Da Vinci:

*Quelli che s'inamorano di pratica sanza scientia son come 'l nochiere che entra in naviglio sanza timone o bussola, che mai hanno certezza dove si vadano.* Desconhecer os princípios que dominam o [campo] da história, como qualquer outro campo de investigação, é mergulhar no empirismo grosseiro, e infertil, dos que tentam sem leme e bitacul, pôr em rumo certo a quilha, para surdir avante, fazer proveitosa viagem, lançar a ancora em calmo surgidouro; o que só nos é lícito depois de bem regrada navegação e com os indispensáveis aprestos.<sup>131</sup> [grifos do autor]

[...] O autor já se desculpou de macula grande, para os ociosos ou inimigos da erudição: a sobrecarga, no texto, de constantes, inúmeras citações. Desculpou-se, com as seguintes palavras: — Onde escriptores outros, com a minguia nos informes, exhibirem o brilho de sua eloquência, o meu labor se há de distinguir, pela nímia exactidão [...].<sup>132</sup>

Aqui se percebe não apenas uma preocupação de unidade metodológica, enquanto coleção de regras para a pesquisa. A *scientia* da citação de Da Vinci, pode ser traduzida também por *teoria* e Varella parecia ter clareza disso. Ilustra nessas palavras iniciais de sua

---

<sup>130</sup> Referimo-nos aqui ao opúsculo *A Constituição Rio-Grandense*, que é sua primeira obra, publicada em 1896 (é na verdade uma compilação de artigos que escrevera no ano anterior para *O Pais*, do Rio de Janeiro) além de um possível livro didático de instrução patriótica, ao qual não tivemos acesso, mas que deve ter sido publicado possivelmente antes de 1900. VARELLA (1896), Op. Cit.

<sup>131</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 13-14.

<sup>132</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 14.

obra a preocupação com pressupostos teóricos elementares à configuração da ação na sua narrativa histórica, da relação sempre tensa e complexa entre a vontade dos sujeitos e a determinação de leis históricas. Tal reflexão pertence às estratégias que o historiador vai lançar mão para efetivar a explicação-compreensão do passado. Se há leis gerais na natureza – e esse preceito é claramente tributário da sociologia comteana – tais leis também tem seus desdobramentos na órbita das relações humanas. Nesse caso, porém, a complexidade da vida humana cria situações que sempre oferecem uma margem ampla de variabilidade, o que o leva a aceitar que tais leis podem não ser definitivamente imutáveis e determinantes da ação espontânea:

Banindo em absoluto aquelle para o qual os phenomenos da categoria dos que se estão a examinar, constituem um producto do arbítrio humano, nunca fora de admittir-se o que interpreta como effeito de um cego determinismo, todos os actos e factos de predicamento individual ou social. A verdade scientifica a encontrareis em um meio termo, *Videlicet*, no processo positivo de investigação, que se apóia em sólidos fundamentos scientificos, genialmente resumidos em profundo conceito philosophico: — As modificações quaesquer da ordem universal se limitam a intensidade dos phenomenos, cujo arranjo permanece inalterável. [...] erra a escola que submete *in totum* aos caprichos da vontade individual, os referidos phenomenos, como erra a outra escola, competidora da primeira, no reduzil-os *in totum* a uma expressão das leis superiores e reguladoras do mundo orgânico e inorgânico. A ellas se acham subordinados, mas indesejavel é, no estado actual de nossos conhecimentos, que as leis naturaes, se são immutaveis, também são modificáveis, o que nos permite uma certa inferência reformadora [...].<sup>133</sup> [grifos do autor]

Note-se que nesta passagem os “sólidos fundamentos scientificos” (que aparentemente nos remetem a uma preocupação metódica) convergem e se explicam por um “profundo conceito *philosophico*”, no caso, originário do pensamento de Augusto Comte. A preocupação metodológica está ancorada num preceito teórico geral que define como se deve tratar a relação entre os fenômenos particulares e as leis gerais. Discorrendo sobre o caráter geral dessa relação, Rösen falou em quadros de referência capazes de emoldurar a interpretação histórica do passado humano, radicados numa espécie de antropologia histórica teórica que dá unidade ao método, isto é, uma dimensão que abarca um conjunto de decisões teóricas prévias acerca do que seja o próprio caráter especificamente histórico do passado humano.<sup>134</sup> Em outros termos, seria a assunção de uma estrutura categorial a partir da qual é abordada a multiplicidade das experiências históricas, sendo que de tal estrutura desdobra-se a própria organização das fontes como conteúdos de histórias. Em Varella, esse processo se realiza na medida em que propõe a regulação metódica das fontes a

<sup>133</sup> VARELLA, (1933, T. I), Op., cit., p. 13.

<sup>134</sup> RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado**. Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Trad: Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. da Unb, 2007, p.109.

partir de um princípio explicativo-compreensivo amplo, que poderia nos remeter inclusive a uma possível inferência sobre a relação sujeito-estrutura na história. A regra comteana é clara ao referir-se à busca das leis como tarefa do homem da ciência, inclusive (ou principalmente) os da “física social”<sup>135</sup>.

Nosso historiador, contudo, titubeia nesse delicado aspecto das “leis imutáveis”. A sutileza da argumentação demonstra certa relativização do imperativo que permite uma flexibilização das leis, tomando aqui uma ligeira distância do conceito de ciência positiva do filósofo francês. Como se pode ver nas seguintes passagens, a variabilidade admitida por Comte diz respeito apenas às chamadas “disposições secundárias”, mas estas não podem alterar o caráter invariável das leis que se busca apreender:

Nossa atividade intelectual estimula-se suficientemente com a pura esperança de descobrir as leis dos fenômenos, com o simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria. [...]. Vemos, pelo que precede, que o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objetivo de todos os nossos esforços [...]<sup>136</sup>

[...] Quaisquer que sejam os fenômenos, sem excetuar os mais complexos, as suas condições fundamentais são sempre imutáveis; mas, por toda parte, também, inclusive nos casos mais simples, as disposições secundárias podem ser modificadas, e amiúde por nossa intervenção. Estas modificações em nada alteram a invariabilidade das leis reais, porque elas nunca se tornam arbitrarias. Sua natureza e extensão seguem sempre regras próprias, que completam nosso domínio científico.<sup>137</sup>

Varella mostra também, em outro momento, que é adepto de um tipo de determinismo, na medida em que para ele o peso das circunstâncias não pode ser superado com facilidade no âmbito da escolha e da ação do indivíduo. No entanto, ele adverte o leitor ao considerar-se dentro de um “determinismo relativo”:

O autor abraça a teoria que tem como fatal a marcha das cousas, tanto no grande theatro dos mundos, como em o mais restricto da ordem collectiva. O seu determinismo, porém, já o disse, é relativo, não é absoluto. Acredita que, assim como na economia planetaria apparecem influencias modificadoras, que nesse vasto ambito se chamam perturbações, na orbita humana figuram outras, de valor equivalente. Pesam outras que, sem alterar fundamental, essencialmente a nossa esphera, contribuem para que haja nella sensíveis mudanças. Fazem variar, em

---

<sup>135</sup> No seu *Curso de Filosofia Positiva*, Comte definia como umas prioridades a fundação da física social, a fim de completar o quadro das ciências de observação. De acordo com Comte, essa ciência deveria fornecer “o único verdadeiro meio racional de pôr em evidência as leis lógicas do espírito humano, que foram procuradas até aqui por caminhos tão pouco próprios a desvendá-las”. In: COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. In: \_\_\_\_\_. *Os pensadores: Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 8, 12.

<sup>136</sup> COMTE (1978), op. Cit., p. 5, 6.

<sup>137</sup> COMTE, Augusto. *Catecismo positivista*. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., p. 143-144.

summa, as directrizes sociaes, abrandam ou precipitam o curso dos acontecimentos.<sup>138</sup>

Desta maneira, Varella conseguia abrir um caminho teórico mais ou menos coerente para dar vazão a um conjunto de personalidades heróicas plasmadas no nível da ação individual, sem que para isso precisasse abdicar da busca pelas leis e pelas estruturas sociais mais amplas e de longa duração. A partir dessa necessidade de arquitetar uma estratégia explicativa capaz de elucidar a dinâmica entre estrutura e ação ao longo dos dez anos da guerra sulina, Varella define dois eixos para seu aparelho explicativo: os “modificadores da acção espontanea” e os “modificadores da acção systematica”. Os primeiros carregam consigo o peso da determinação dos caracteres mais estruturais que disseminam sua influência ao longo de uma temporalidade ampla, como o meio físico e as condições sócio-econômicas constituídas historicamente. Os segundos são aqueles que giram na órbita da ação do sujeito e seu limitado arbítrio na equação dos acontecimentos e das situações estabelecidas.<sup>139</sup>

Em sua opinião, muitos estudiosos pecaram dando uma importância excessiva à ação individual na tarefa de explicar o passado. Sua história haveria de primar por uma teoria mais bem elaborada, na qual era repudiada a forma exagerada de tratar certas figuras ilustres como sendo os principais responsáveis pelos eventos de larga magnitude, como é o caso da Revolução Farroupilha. Ele não poupava críticas àqueles que elevavam ao nível dos deuses as criaturas de carne e osso (muito embora ele mesmo acabasse depois incorrendo em uma quase divinização de certos personagens, como veremos no capítulo seguinte) e não eram capazes de compreender que a história mais verdadeira é a que menos exagera no peso da ação individual:

Até mesmo observadores de grande cultura admittem ainda um império que a vontade não pode ter, “exagerando, do modo mais absurdo, a influencia necessária do gênio individual, sobre a marcha geral dos negócios humanos” [citação de Comte]. Esse commum desacerto sobremodo ha contribuído para mergulhar em trevas o espetaculo histórico, a ele se devendo attribuir, principalmente, as illusões que ocorreram e ocorrem, a proposito dos referidos “negócios”, em a quadra de 1835 a 1845, no Riogrande [sic] do Sul.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> VARELLA, (1933, T. II), Op., cit., p. 84.

<sup>139</sup> VARELLA, (1933, T. II), Op., cit., p. 14. Usamos as noções de ação, sujeito e estrutura num sentido que pode ser contemporaneamente compreendido, mas é importante deixar claro que não verificamos tais conceitos, nesses mesmos termos e diâmetros, no autor. Quando falamos desse sentido estrutural, por exemplo, falamos de fatores como a influência do meio físico, as circunstâncias políticas mais gerais e as manifestações do “espírito coletivo”, todas essas referidas pelo autor como sendo influências determinantes das ações individuais, e, portanto, “modificadores da acção espontanea”.

<sup>140</sup> VARELLA, (1933, T. I), Op., cit., p. 470.

[...] Em resumo, inclinados se mostram os adeptos de methodo há muito obsoleto, a processarem como de effeito absolutamente dominador, exclusivo, no drama social que se desenrola, o capricho de contemporâneos illustres. Para aquelles, tudo faz o arbítrio dos últimos, preponderante o alvedrio dos mesmos, na Genesis, florescimento, extincção, de certos e determinados phenomenos collectivos. O que ora se cogita não foi alheio, não podia ser alheio, por inteiro, ao peso da fantasia ou antojo individual, mas, é indubitabilissimo que se manifestou de accordo com circumstancias, de espaço e tempo, superiores em tudo ás energias effectivas de um ou de alguns seres, cuja influencia ampliamos, graças a errôneo critério.<sup>141</sup>

Ninguém ignora hoje entre intellectuaes, que, se logramos interferir na marcha das cousas, tão somente nos é licito fazel-o em grau minimo, ou infimo, comquanto sonhe o opposto o nosso orgulho. Assim, pois, grandes ou pequenos do globo, restrictissimo é o nosso papel, no humano desenvolvimento; cujo curso pode variar um pouquito, á destra ou sestra, mas, tem itinerario assignalado, por uma fatalidade ineluctabilissima.<sup>142</sup>

Como é possível perceber, tal preceito tem o aval daquela filosofia constantemente presente em sua obra, a comteana. Varella não parece admitir que a história se resolva na ação do sujeito, e para tanto, sua pesquisa vai buscar, nos primórdios da sociogênese do gaúcho, elementos para a compreensão do movimento farroupilha. O acaso não aparece como possibilidade explicativa na coesão de eventos geradores da revolução, na medida em que há toda uma gama de fatores determinantes no surgimento e no desenvolvimento do povo sulino. Tais aspectos abririam caminho para que formas específicas de organização socioeconômica e, conseqüentemente, morais e existenciais, tivessem lugar nesse pedaço de chão peculiar do Brasil – trata-se, neste caso, dos “modificadores da acção espontanea”. Porém, como vimos, o historiador precisaria reservar um espaço à ação individual para que sua argumentação não necessitasse renunciar de vez ao sujeito – o que significaria renunciar, em grande parte, aos próprios heróis da revolução. Os “modificadores da acção systematica” seriam justamente estes coeficientes da ação humana que, apesar do seu papel indubitavelmente limitado, deveriam ser considerados por serem resultantes da articulação universal e atemporal que molda o gaúcho enquanto coletivo.

O positivismo comteano, como já afirmamos, priorizava a busca por leis gerais e determinações em detrimento às teorias individualistas; no entanto, é também relevante em suas proposições o tratamento da personalidade excepcional, isto é, aquela na qual as circunstâncias estruturais encarnam para desencadear as mudanças substanciais que ocorrem na história de uma sociedade. No 7º. Livro, Varella está atento a este preceito do filósofo francês do positivismo: “a boa sociologia ha muito patenteou que taes forças collectivas se agitam inferteis, até que suas energias se resumam ou se encarnam em uma

---

<sup>141</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 472-471.

<sup>142</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 178.

individualidade de compleição excepcional.”<sup>143</sup> Dessa forma, se até mesmo a ação particular estaria indiretamente assentada sobre caracteres estruturais, torna-se então válido considerar a ação de alguns homens dignos de avaliação criteriosa (Bento Gonçalves e outros líderes da República do Piratini, por exemplo). Afinal de contas, segundo afirmava o autor, estes carregavam consigo a essência atemporal definidora do povo sulino.

Para Varella, se o analista pudesse manter-se fiel ao curso dos fatos e à densidade estrutural, poderia inclusive lograr alcançar um entendimento correto da psicologia de uma época, o que por vezes chamou de “psyché da Província extremenha”<sup>144</sup>. Varella, com frequência, anuncia a obrigação de se apurar essa psicologia coletiva, como forma de entender o poder de um ideal sobre um povo, evitando ficar apenas na exegese das manifestações dos líderes militares ou políticos de destaque. Apenas assim seria possível, na sua concepção, compreender com clareza as especificidades do espaço e do homem sulino, originadas da particular conformação do ambiente físico e da relação peculiar desse ambiente com o espaço e com as características sociais típicas da região platina. O homem rio-grandense teria se constituído na confluência dos fatores meio, trabalho (lida rústica e violenta) e guerra (como fator constante), definidores não apenas do seu tipo físico, mas igualmente de suas características psicológicas e sociais.<sup>145</sup>

Podemos perceber que na ordenação dos subsídios explicativos, o ambiente em que a “raça dourada”<sup>146</sup> floresceu é o ponto inicial, já dissecado no primeiro livro. A terra sulina é tratada como rústica, mas ao mesmo tempo desponta como paisagem idílica, cujas marcantes diferenças funcionam como elementos definidores da dessemelhança positiva do povo que aqui viria a se desenvolver, em relação ao resto do país. Toda uma primeira parte é dedicada à descrição minuciosa do espaço e dos caracteres geomorfológicos, hidrográficos, e de aspectos da fauna e flora. Temos aqui o que o autor chama de “Causas Predisponentes”. Todo o esforço de construção narrativa desse espaço converge para o objetivo de demonstrar, respaldado em estudos de cientistas, viajantes, relatos de época e documentação variada (topográfica e cartográfica, em especial), que o Rio Grande do Sul constituía invariavelmente um “todo geographico distinto”<sup>147</sup>. Esse espaço peculiar, apartado do cenário tropical típico do restante do Brasil, lembraria o espaço europeu: o

---

<sup>143</sup> Ver VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 76.

<sup>144</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 372. Varella fala também na “psychè do gaúcho”. VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 95.

<sup>145</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 81-82.

<sup>146</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 125.

<sup>147</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 35.

clima é ameno, no inverno o frio é intenso e o calor, no verão, apesar das altas temperaturas relatadas pelos vários cronistas em diferentes épocas, não causava os mesmos efeitos de “acabrunhamento do organismo”<sup>148</sup> verificáveis em outras regiões.

Entretanto, nenhuma dessas afirmações vem desassociada da presença de figuras “científicas” capazes de endossar o argumento central. Tal esforço por reconstituir o espaço físico da região sulina está carregado de citações de naturalistas e pesquisadores como Herbert Smith, Alexander Von Humboldt, Elysée Réclus, Nathaniel Plant, além de viajantes como os freqüentemente citados Saint-Hilaire e Arsène Isabelle. Até mesmo Charles Darwin entra na plêiade de referências para endossar sua tese<sup>149</sup>. A justificativa para a ênfase na questão do espaço tem, portanto, caráter de princípio teórico respaldado em argumento de autoridade científica:

Não fôra licito a espiritos cultos, forrados com o que tem de mais seguro a sciencia moderna, desprezar no estudo da ordem collectiva, os coefficients de modificação que provêm do habitat do homem, quando para o fim do seculo XVIII já impressionavam a observadores despreocupados, qual se verá no capitulo seguinte.<sup>150</sup>

Um desses espíritos cultos, Herbert Smith, é citado ao final, conectando o princípio da influência do habitat no caráter do homem à proposta de apresentar o espaço rio-grandense como diferenciado, desde os mais elementares aspectos naturais até a sua configuração social:

“Physicamente é aqui o extremo do Brasil, e entramos no Estado oriental. Plantas e animaes, paizagens, a propria vida, industrias e Commercio do Brasil ficaram atraz. Politicamente, o Imperio vai algumas centenas de kilometros adiante: SOCIALMENTE TODO O RESTO DA PROVINCIA GRAVITA PARA AS REPUBLICAS PLATINAS”<sup>151</sup>

Temos aqui uma amostra de como Varella procedeu ao construir esses elementos estruturais em sua narrativa: averiguar as características mais ou menos perenes de um povo, formado ao longo de séculos, era mais importante do que conhecer as filiações ou tendências de alguns homens ilustres. Afinal, se era possível objetar a filiação ideológica de tal ou qual sujeito histórico, era mais complicado contestar características marcantes de um conjunto povo-espaço construído ao longo de sucessivas gerações e conjunturas, tratados

---

<sup>148</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 46.

<sup>149</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 96, 98, 100, 105, 125, 268.

<sup>150</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 46.

<sup>151</sup> SMITH apud VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 46.

como verdadeiros traços sociológicos. Um exemplo disso é a influência platina admitida em sua narrativa como um dos fatores essenciais na eclosão do movimento sedicioso dos farrapos, talvez um dos pontos mais controversos de sua obra histórica.<sup>152</sup>

### 2.1.2. A definição da história no rastro dos princípios metódicos.

Essa dinâmica entre a ação individual e os fatores estruturais, arremetida como um aparato explicativo-compreensivo, sugere a Varella uma interessante distinção entre história e historiografia: na primeira, a legítima, não há separação entre a experiência vivida do passado e a narrativa que se faz dela, ambas estão amalgamadas no conceito de história, que deve, necessariamente, estar atrelado a uma visão estrutural e coletivamente determinada do espaço social. Aquém dessa história que seria a científica, há algo que “não passa de historiographia”, diretamente ligada à personalidade, tendência esta avessa à história, porquanto imersa naquilo que considerava ser um exagerado antropocentrismo:

Não se tem na precisa conta esta circumstancia, no fixar as tradições, e dahi, a triste orientação de nossas letras referentes ao assumpto. Se exceptuádes uma escassa, reduzida serie de monumentos que não usurpam o nome de historia, o mais que se engalana com elle, *não passa de historiographia*, mui chegada ao panegyrico ou ao libelo. Em taes produções culminam dous erros. O vetusto anthropocentrismo e a exegese imperita.<sup>153</sup> [grifos nossos].

É curioso notar a sutil diferenciação do termo. “História” é um conceito realmente polissêmico, que guarda consigo a dualidade entre experiência vivida e a narrativa da experiência. A fusão desses dois sentidos representa a confiança veritativa da pesquisa histórica na concepção varelliana. Dessa maneira, o historiador, desde que atento e despido de paixões, municiado de métodos, teoria, de uma boa lógica e de um senso de análise estrutural, é sim capaz de realizar um relato idêntico ao fato-referência. Tudo quanto fugisse dessas premissas, tratar-se-ia apenas de uma escrita vazia, incapaz de ascender ao referente, portanto uma *historio-grafia*, apenas uma história escrita, não uma história *real*. E a possibilidade concreta de reefetuar o passado, na arquitetura da narrativa, advém justamente dessa presunção metodológica que o municiava no dever de restaurar a verdade histórica, vista por ele como “desfiguradíssima, por obra do tempo e da malícia”<sup>154</sup>. Sua introdução emprega um argumento de autoridade respaldado nos cinquenta anos de

<sup>152</sup> Ver VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 84.

<sup>153</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 159.

<sup>154</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 14.



pesquisa e “meditação aturada e sempre renovada”<sup>155</sup> que teriam permitido a escrita de tão copioso trabalho, isto é, uma carga de pesquisas e um trabalho de décadas coletando fontes e relatos que ele sabia serem únicos em seu contexto, pelo menos no que diz respeito à temática tratada. Esse é um argumento recorrente, além da crítica às histórias produzidas a partir de interesses pessoais e políticos, fatores erosivos da requisição fundamental do ato de historiar: a exigência fiduciária, só adequadamente cumprida se guarnecida pelo império das fontes, pela imparcialidade e pela objetividade.

Temos, dessa forma, uma clara preocupação metodológica que será ostensivamente fundamentada com axiomas presentes em escritos de autores como o emblemático Luciano de Samósata, que no século II d.C. escrevera o tratado *Como se deve escrever a história*<sup>156</sup>. No rastro deste antigo, várias vezes citado com teor de autoridade máxima por Varella, cumpre-se o argumento de que o historiador deve proceder apenas através da observação e da descrição cuidadosa e desapaixonada. Nesse caso, é revelador o fato de que Varella procura demonstrar sua distância em relação aos seus interlocutores, não por uma divergência ideológica específica, mas com um argumento de proficiência epistêmica, criticando ferozmente os métodos dos historiadores de sua época, que considera deficitários. Seu argumento ligeiramente satírico aponta em seus interlocutores diretos (como Souza Docca, Othelo Rosa e Alfredo Rodrigues) preconceitos que nada mais seriam do que fruto de uma parcialidade ingênua e desinformada. Referindo-se a um acirrado debate travado com o Alfredo Rodrigues, a respeito do ideal político de Bento Gonçalves, Varella assume que sua tese em relação ao separatismo intrínseco à figura do líder da revolução advém de uma impetuosa postura crítica, que não se deixa levar por inclinações de quaisquer origens.

A esses [historiadores que considera parciais e de lógica precária] e aos que pretendam fazer da ordem dos acontecimentos o que appeteceriam as idéas e sentimentos dos que a contemplam, atravez dos annos; cumpre advertir, com serenidade, que o annalista procede ao fiel registro e encadeia successos, commentando-os taes quaes os documentos e tradições os revelam, interpretados uns e outras, por via de bom methodo logico.<sup>157</sup>

Aqui já aparece uma alusão aos procedimentos considerados adequados para o trabalho do historiador, com ênfase na isenção da subjetividade. Em outra passagem,

---

<sup>155</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 14.

<sup>156</sup> LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução, introdução, apêndices: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

<sup>157</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 350.

falando sobre as inclinações platinistas e federalistas dominantes da revolução, o autor retoma a mesma crítica, mas agora com o uso de outras referências:

Que este era o criterio dominante [platinismo] no seio della [da revolução], tudo o persuade, se bem que nossos pecos interpretes hodiernos dogmatizem o contrario. Revoltado com as fabulas de alguns, escreve Luciano de Samosate, que “é por sua ignorância, que esses historiadores dizem tantas inepcias, que por isso é que não deitam os olhos sobre o que merecia fixar-lhes a atenção; addindo que se fossem, aliaz, capazes de tanto, não o seriam para o mais, quer dizer, faltar-lhes-ia talento para traduzir, como cumpre, o fructo de suas observações”. Não merecem tamanha severidade de apreço, os que entre nós se accupam de taes letras. Innegavel é, comtudo, que se revelam de uma absoluta impericia nas pesquizas referentes a these versada; impericia que injusto fôra attribuir a pobreza intellectiva, quando provém de outra cousa, que é a persistente sujeição a obscurecedores preconceitos. Bacon muito nos premune contra os apontados fantasmas. Não o ouvem ou não o leram nossos doutos, e dahi o viverem escravizados a superstições, com origem no que o philosopho denomina antro pessoal, ou em perniciosos *idola fori*.<sup>158</sup>

Nesse ponto, surge em sua argumentação uma figura que retornaria com certa frequência à sua história, quando se tratava de repreender as convicções de seus interlocutores. Francis Bacon, o filósofo considerado pai do empirismo moderno, orienta o caminho que leva Varela de uma justificação epistêmica para a exigência incontestada de um método forte e seguro. Afinal, Bacon é um dos pensadores que inaugura o discurso epistemológico da modernidade, com a busca das condições necessárias para a realização de um saber válido, confiável, e, por conseguinte, livre das distorções que nossos sentidos naturalmente são capazes de forjar na relação com um objeto de conhecimento. A teoria dos ídolos do filósofo inglês fala exatamente desses desvios da razão e o colocaria numa espécie de dialética entre o afastamento e a aproximação com o ceticismo.<sup>159</sup>

<sup>158</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 259.

<sup>159</sup> A teoria dos *idola* consiste na definição dos ídolos, ou seja, fantasmas da razão que impedem nosso acesso ao mundo real, cujas características próprias Bacon definiu através da categorização: *ídolos da Tribo*, *ídolos da Caverna*, *ídolos do Foro* e *ídolos do Teatro* (*idola tribus*, *idola specus*, *idola fori* e *idola theatri*, respectivamente). Ver BACON, Francis. **The Novum Organon**, Or a True Guide to the Interpretation of Nature. Fac-simile edition. S/l: Elibron Classics, p. 19-21. Ver sobretudo os parágrafos 39 (no qual menciona os ídolos) e 41 a 44 (nos quais os descreve). Os *idola tribus* seriam as deficiências de nossa própria natureza humana; os *idola specus* seriam aqueles provenientes da educação e dos costumes; os *idola fori* seriam aqueles oriundos dos problemas decorrentes do nosso mau uso da linguagem; e, por fim, os *idola theatri*, que seriam os decorrentes da subordinação às falsas teorias, os falsos sistemas filosóficos. Com exceção deste último, os outros não aparecem como passíveis de serem completamente eliminados, por serem ou inatos (*idola tribus* e *idola specus*) ou fortemente arraigados em nossa condição humana (*idola fori*). Ainda assim, eles poderiam ser limitados por uma “prudência reflexiva” e pela utilização controlada de um *método indutivo*, único instrumento capaz de, ao elucidar e afastar a influência dos ídolos, abrir o caminho à verdade. BACON (2000), Op. cit., p. 19, §40. Aqui Bacon vê a verdadeira indução como o remédio legítimo para os *idola*: “*The raising of conceptions and axioms by means of true Induction is certainly the proper remedy for driving and clearing out Phantoms*”. Ver também: EVA, Luiz. Francis Bacon: ceticismo e doutrina dos ídolos. In: *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas, Série 3, v. 18, n. 1, p. 47-84, jan.-jun. 2008, p. 60, 77.

É sintomático, por exemplo, que a *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant, seja aberta justamente por uma epígrafe baconiana, na qual o filósofo inglês nega estar criando alguma nova seita, para afirmar se tratar de uma verdadeira obra “de fundamentação da utilidade e da grandeza humanas” que seria o fim de um imenso, infinito erro.<sup>160</sup> Neste caso, o erro traduz-se pela inviabilidade ou a face negativa da pergunta pelo que se pode conhecer. Bacon está realmente preso a uma dualidade, já que de um lado sua teoria dos ídolos procura responder tal questão pela via das impropriedades, ou seja, dos impedimentos que se interpõem ao nosso acesso ao conhecimento verdadeiro; e, por outro, propõe uma saída metodológica eminentemente otimista, uma doutrina metodológica que proclamará um caminho de acesso à realidade<sup>161</sup>. A doutrina dos ídolos, na visão de alguns estudiosos de Bacon, é uma tentativa de descrever mais claramente as imperfeições das faculdades cognitivas ainda não percebidas suficientemente na argumentação dos céticos.<sup>162</sup>

Um importante aspecto a ser considerado aqui é o recurso ao chamado *principio indutivo*, que caracteriza uma das principais contribuições de Bacon no processo de construção do que seria o paradigma moderno de ciência. A capacidade de separar um fenômeno de tudo aquilo que não faz parte dele, através de uma minuciosa observação e da inovação representada pela *experimentação*, pode levar a conclusões gerais, à obtenção de axiomas e leis. Não é preciso estender a argumentação para endossar a idéia de que é em Bacon que se localiza um dos principais mananciais da epistemologia moderna, ao que a simbólica epígrafe usada por Kant, em sua obra magna, só tem a reiterar.

O percurso que vai de um arrazoado ceticismo à evidente necessidade de um método pode ser encontrado em sutis passagens espalhadas ao longo da vasta obra de Varela. Aqui o método endossa uma suposição epistemológica da história, recorrendo a esta fonte clássica representada por Bacon. A impertinência de colocar-se frente à questão da viabilidade do saber que se realiza também se justificaria na impropriedade dos estudos de seus interlocutores, insuficientemente orientados para uma empreitada efetivamente científica, na visão de Varela. Na citação anterior nosso historiador juntava a reivindicação milenar de Luciano com a nascente epistemologia moderna para desfechar uma crítica a

---

<sup>160</sup> BACON apud KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valerio Rohden e Udo Moosburger. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 31.

<sup>161</sup> Ver neste caso TURNER, Stephen P. *The search for a methodology of social science*. Hingham, MA: Kluwer, 1986, p. 9. O autor discute aqui a resposta dual de Bacon, entre a negatividade da doutrina dos ídolos e a positividade do método para acesso ao real. A questão colocada por Turner, para a qual Bacon dá esta resposta dupla, gira em torno de como tornar a experiência ordinária uma experiência científica, ou seja, passar da mera experiência à ciência natural.

<sup>162</sup> POPKIN (2000) apud EVA, op. Cit., p. 51.

seus desafetos intelectuais, apontando os seus *idola fori* – os fantasmas da razão que provêm da linguagem, dos preconceitos ou disjunções de sentido aos quais estamos socialmente expostos e dos quais se torna muito difícil renunciar na iniciativa de empreender um olhar científico sobre o mundo. A vulgarização de certos conceitos no jogo da linguagem que dominava as explicações da história sulina fazia, na visão varelliana, com que muitos incorressem na reprodução ingênua de modelos empiricamente vulneráveis, alimentando o uso de uma linguagem historiográfica enviesada sobre a revolução dos farrapos.

É sintomático que seja justamente esse o ídolo apontado por Varella como o ponto fraco de seus críticos, porque é no âmbito das modulações de linguagem que sua obra toma uma diferença considerável em relação a outros historiadores do mesmo período. De acordo com o historiador sulino, é esse olhar deturpado por preconceitos gerados no “foro” da linguagem social que nos impede de ascender à realidade, que não poderia estar radicada senão nas fontes às quais teria dedicado todos os seus maiores esforços de crítica e interpretação<sup>163</sup>. Se voltarmos ao original baconiano, vemos que, no final das contas, “*words clearly put a force on the intellect, disturb everything, and led men on the empty and innumerable controversies and fictions*”<sup>164</sup>; ou seja, são as palavras, cujo uso viciado e vulgarizado no meio social as torna imprecisas, que turbam as passagens de acesso à realidade verdadeira e geram *controvérsias e ficções vazias*. São constantes as digressões condenatórias de Varella àqueles que deixam as verdades históricas serem subjugadas pelos impulsos da ficção. Novamente cita Luciano:

Não se procura, como alguém suppoz, não se procura accommodate os factos a uma idéa preestabelecida: delles, ao contrario, é que brotou a que se exprimiu, de accordo com a verdade historica, que não admite nem de leve a ficção, segundo os ensinios de Lucio de Samosate.<sup>165</sup>

Tal como em Bacon, o cerco metodológico é uma aposta para a viabilidade epistemológica do saber, cuja verdade, essa face perfeita, poder ser almejada e alcançada, desde que com um labor cauteloso do investigador em direção às fontes. Dessa forma, o cientista poderia se salvaguardar dos possíveis enganos e deturpações desses fantasmas da razão, o que em Bacon se faz através do método indutivo. É nesse ínterim que Varella vai da

---

<sup>163</sup> Ver aqui também VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 211.

<sup>164</sup> BACON (2000), Op. cit., p. 20, §43. Segue tradução livre: “*Palavras claramente têm força sobre o intelecto, perturbam todas as coisas, e levam os homens a inumeráveis controvérsias vazias e ficções*”.

<sup>165</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 199.

referência baconiana à figura Luciano e também a Gustave Le Bon<sup>166</sup>, cujas “precisas exegeses” permitiam

fixar em minucioso daguerreotypo, uma época antes de todo impresentida. Mercê da crítica de boa medida, com a sua ajuda tão somente, a história, nobre disciplina, attinge o nível em que a desejou Luciano. Esta segundo o engenhoso grego, “destaca-se por uma perfeição, que é a verdade; cumprindo-nos a nós, conseqüentemente, sacrificar em aras da mesma, sem miramentos obsequiosos a pessoas ou cousas” Ora, a perfeição de que nos fala, nunca a poderá lograr, quem, ao receber tradições escriptas ou oraes, não o faz a beneficio de inventario. [...] Resguardo indispensabilissimo. E a elle convem adicionemos outro. Isto é, uma salutar, circumspecta duvida, em face de toda e qualquer interpretação, com base ou em illegitimas antecipações de nossa mente ou em esgarradoras dilecções do nosso individual sentimento, – prisma gerador de graves enganos, em ambas as hypotheses. Não pesassem tanto, entre nossos estudiosos, esses coefficients pessoases, que tamanhas deformações e tresvairios occasionam, desde muito, ao archivo dos arestos irrecorríveis.<sup>167</sup>

Apesar de amarrar recortes de pensamento tão distintos quanto contextualmente afastados, Varella o faz talvez por uma necessidade constante de explicitar os pressupostos que norteiam suas concepções. A história almejada por Luciano é remetida para a prática de autores modernos como Le Bon, usados para reforçar uma identidade da disciplina histórica como uma ciência que cataloga os acontecimentos através de uma leitura desapaixionada dos vestígios e uma descrição pura dos fatos. A idéia da verdade translúcida e integral, representada inclusive numa acepção mítica, está presente em algumas passagens varellianas:

Manter o embuste na historia, ainda hoje, não passa de uma fraude repugnante e inepta; mais sensato e mais honesto aceitar os factos com a "nudez forte da verdade", sem encobrir torpeza alguma acaso existente, com "o manto diaphano da fantasia".<sup>168</sup>

A verdade tem a virtude mythologica de padecer todas as transformações impostas pelo arbitrio humano, sem alteração essencial da sua natureza intima. Como os deuses do olympto, muda de aspecto sob a influencia de uma volição, muda-o em metamorphoses incontaveis. E quando menos se pensa, resurge diante de nós, *bon gré malgré*, em toda sua apparencia ou integridade primitivas.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> Le Bon foi um cientista francês de obra bastante diversificada, que produziu mais intensamente na segunda metade do século XIX. Realizou estudos que iam da física e da fisiologia até a antropologia e a política, embora ficasse realmente conhecido por seus estudos em torno da psicologia coletiva, ou mais precisamente o que chamou de “Psicologia das Multidões”, além de ser um defensor da diferença e disparidade entre raças (de origem ancestral e hereditária). CONSOLIM, Márcia Cristina. Gustave Le Bon e a reação conservadora às multidões in: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*, ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Versão digital em CD-ROM. Varela usa em alguns momentos essa expressão, embora nem sempre a reporte a Le Bon. VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 246.

<sup>167</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 260.

<sup>168</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 307.

<sup>169</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 491-492.

A correspondência plena da linguagem à realidade empírica é uma premissa epistemológica comum ao contexto historiográfico de Varella. Ela parece não ser obliterada pela operação que transforma os vestígios em uma escrita coerente e fechada sobre o passado. E nem mesmo pela articulação de conjunturas mais amplas ou elementos estruturais no saber histórico. O encontro da narrativa e da interpretação conjuntural num texto não configura um problema capaz de neutralizar essa confiança epistêmica, porque os repertórios e os modos específicos da escrita não, nessa perspectiva defendida, não extravasam a realidade concreta. Varella mostra um discurso de convicção em relação a sua postura de historiador-cientista, inclusive pela atenção especial que dá a extratos temporais mais amplos. Essa última preocupação é um dos pontos importantes que Varella sublinha na diferenciação da sua obra em relação a outros esforços historiográficos do período, já que se tratava não mais de dizer apenas a verdade dos fatos, mas de dizer também a verdade de um tempo, de uma sociedade espalhada em longas durações, para a qual o olhar do cientista se volta com uma ambição em direção às leis gerais.

Foi a partir desse princípio que Varella recriminou duramente os historiadores “míopes”<sup>170</sup> que carregavam o vício de reduzir a análise das relações de causa e consequência e as interpretações mais amplas sobre o passado a alguns fatos isolados, sem levarem em consideração “a larga serie de antedecencias, por vezes seculares”<sup>171</sup> formadoras de determinações estruturais que não poderiam ser desprezadas pelo analista. Talvez aqui pudesse parecer meramente uma reiterada alusão ao seu “comtismo”, como já discutimos anteriormente, mas tal tese também se justificou com uma longa passagem de Fustel de Coulanges, historiador francês conhecido por sua defesa inapelável do caráter científico da história e apresentado por Varella como “mestre de mestres”.<sup>172</sup> Numa passagem clássica de *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*<sup>173</sup>, citada pomposamente por Varella, Coulanges adverte que as instituições políticas jamais são obras de apenas um homem, e que daí advém a necessidade de se averiguar longos espaços de tempo, através da observações minuciosa dos detalhes, para dar conta da complexidade do objeto da ciência histórica, as sociedades humanas. O célebre historiador francês perguntava-se, em sua obra mais conhecida, *A Cidade Antiga*:

---

<sup>170</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 397.

<sup>171</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 260.

<sup>172</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 260-261. Ver também página 419, tomo II.

<sup>173</sup> COULANGES apud VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 261. Referência do original: COULANGES, Fustel de. *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France: Les transformations de la royauté pendant l'époque carlovingienne*. Paris: Hachette et cie, 1892.

Mas que esperanças há de se chegar ao conhecimento desse passado longínquo? Quem nos revelará o que pensavam os homens dez ou quinze séculos antes de nossa era? [...].

Felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo.

Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos. O contemporâneo de Cícero — falo sobretudo do homem do povo — tem a imaginação cheia de lendas; essas lendas lhe vêm de tempos antigos, e são testemunhas de seu modo de pensar. O contemporâneo de Cícero serve-se de uma língua cujas raízes são extremamente antigas; essa língua, exprimindo o pensamento de épocas passadas, foi modelada de acordo com esse modo de pensar, guardando o cunho que o mesmo transmitiu de século para século. O sentido íntimo de uma raiz pode às vezes revelar uma antiga opinião ou um antigo costume; as idéias transformaram-se, e os costumes desapareceram, mas ficaram as palavras, imutáveis testemunhas de crenças desaparecidas.<sup>174</sup>

Essas palavras certamente foram lidas e metabolizadas nas convicções de Varella sobre a disciplina histórica<sup>175</sup>. Nelas revela-se um dos problemas mais gerais sobre a possibilidade de realização de um saber histórico, a saber, o dos rastros que nos levam até passado. No seu rápido prefácio, Coulanges assume a dificuldade de acesso ao passado e ao mesmo tempo abre o caminho à busca de vestígios mais tênues, que remontam às marcas sutis do passado na linguagem, nas lendas e nas crenças, pequenos detalhes que o historiador nem sempre percebe, mas que podem levá-lo às regras gerais que definem uma determinada sociedade humana. Não é gratuita sua alusão à dificuldade de compreensão interposta pelos fortes laços mantidos pelas sociedades presentes em relação ao mundo da Grécia e da Roma antigas. O sentimento de pertencimento impede uma observação clara das diferenças radicais que se interpõem entre o passado e o presente, obscurecendo o trabalho historiográfico. Varella procurou reiterar tais precauções, integrando-as de maneira idiossincrática, naturalmente, à sua concepção geral sobre a feitura da história.

Em sua ânsia por promover uma história até certo ponto deliberadamente determinista, visto que partidária de um modelo de explicação-compreensão balizado por constantes temporais mais extensas em detrimento do papel do sujeito, Varella acaba incorrendo numa mescla entre narrativas extensas de fatos, cronologicamente encadeada, e espaços de apresentação das causas e regras determinantes dos eventos. Volta e meia ele

---

<sup>174</sup> COULANGES, Fustel de. *A Cidade Antiga*. Trad: Frederico Pessoa de Barros. Versão Digital. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadeantiga.pdf>>. Acesso em 11 Nov. 2009, p. 14-15.

<sup>175</sup> Varella cita diversas vezes a clássica obra de Coulanges. Ver, por exemplo, VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 106.

interrompe e depois retoma o que ele costuma chamar de “tecido da narrativa”<sup>176</sup>, para incluir suas teses explicativas generalizantes e discorrer acerca dos princípios gerais que engendram os fatos da narrativa. Há, portanto, a clara assunção de uma intenção narrativa que se complementa – e pode ser explicada inclusive – por regressões estruturais que suprem uma demanda a respeito de caracteres do meio físico, da formação geral do temperamento dos povos em luta, da construção do caráter sulino e dos ideais revolucionários na monta progressiva e lenta das sucessivas gerações. Isso sem mencionarmos toda uma preocupação inicial da obra em fundamentar uma análise minuciosa das temporalidades quase imóveis, como as geográficas, por exemplo, bem como das formações étnicas que dariam forma ao homem que futuramente realizaria a revolução.

Essa aparente ambigüidade, na verdade, nos mostra que a presença da idéia de narrativa no universo desse historiador não é uma transgressão, mas uma parte inerente ao trabalho daquele que dá a ver os fatos pretéritos. Se sua atenção está colocada na dinâmica estrutural, a realização dessa intenção se dá na própria densidade da sua narrativa. Afinal, o povo sulino desponta como um quase-personagem da trama, assim como o próprio sul do Brasil, que carrega consigo fardos ao longo do tempo a despeito da consciência dos homens que se movimentam na sucessão geracional. O sul transforma-se num lugar-sujeito, com uma materialidade consistente que atravessa o tempo cronológico, mas também com um vetor de sustentação moral, um espírito perene que conjuga o tempo dos homens e o atemporal.

Este é um ponto crucial na nossa apreciação da obra varelliana, porque nele se interpolam a ambição veritativa de Varella (enquanto um historiador-cientista) e as marcas narrativas que efetivam a representação do passado. Essa dinâmica da representância guarda em si as diretrizes para o cumprimento de uma árdua tarefa, qual seja, a de ligar o tempo dos homens e o tempo dos mitos, além de costurar a ação dos sujeitos às regras determinantes. Não apenas o jogo tenso entre os fatores definidores e os cortes cronológicos, mas também os elementos atemporais construídos em sua obra, quando a ambição de tocar o universal impele o texto à tentação do recurso épico, que irá agir no limite da construção de sua verdade histórica. Partindo dessa ponderação, logo nos surge uma questão indiscutivelmente intrincada: até que ponto essa narrativa poderia se embrenhar nos tropos típicos da ficção para presentificar este passado? Assumir uma

---

<sup>176</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 325.



intenção narrativa seria o mesmo que optar por uma representação que recorre inevitavelmente ao universo ficcional?

Estas questões abrem passagem para a análise da representação historiadora propriamente dita de Varella. Mas antes de adentrar especificamente nessa problemática, achamos oportuno revisitar a dialética entre universal e particular refletindo acerca da tensão entre o acontecimento e sua representação. Para tal, propomos uma extemporânea e inconclusa relação entre o historiador da grande revolução farroupilha e o historiador da grande guerra da Grécia Antiga.

## 2.2. Varella e Tucídides, a linguagem e o universal na história

Alfredo Varella fez algumas opções que nos pareceram deliberadas no âmbito da configuração lingüística do saber que procurava apresentar. Talvez se torne inevitável aqui pensar de forma subversiva em relação à perspectiva de Hayden White, pelo menos quando este fala nas estruturas profundas que subjazem a produção do efeito explicativo, a partir de critérios que considera sempre puramente estéticos ou morais<sup>177</sup>. Muito pouco ou quase nada nos esclarece essa teoria das estruturas profundas, uma vez que pretende causar uma espécie de disjunção entre mundo do texto e ser-no-mundo, para regionalizar a apreciação das operações historiográficas no espaço de uma tropologia tipológica esquemática. Retornamos ao pensamento de Ricœur para sugerir que a operação de manipulação da linguagem não pode fugir inteiramente do domínio do autor, ainda que do “autor implicado”, definição ricœuriana à qual juntamos a preocupação de reencontro do sujeito com seus próprios modos de ser-no-mundo que se desdobram diante da obra estruturada<sup>178</sup>. A iniciativa do autor em operar certos vínculos textuais se direciona a um momento de uma possível leitura de outrem, mas pressupor um efetivo encontro entre a intenção da escrita e a da leitura seja retornar ingenuamente à hermenêutica romântica. O ambiente intelectual para o qual o texto é lançado faz parte, evidentemente, do mundo do autor, como matéria viva de sua própria experiência, e acaba sendo destilado nas escolhas feitas para a

---

<sup>177</sup> WHITE (1995), op. Cit., p. 18-19.

<sup>178</sup> O conceito de “autor implicado” usado por Ricœur nos parece uma tentativa de deixar um pouco de lado o pressuposto – muitas vezes tacitamente aceito – de que autor real e mundo do texto são idênticos um ao outro, sem dissidências. Ricœur se insurge contra essa afirmação, ao ponderar que esse autor implicado é o que “toma a iniciativa da prova de força que subjaz à relação da escritura com a leitura”. Ver RICŒUR (2008) Op. Cit., p. 65; RICŒUR (1994), Op. Cit., p. 284.

arquitetura da narrativa. Encontrar essas preferências, como dissemos, seria encontrar o outro por detrás do texto. Não há como partilhar dessa pretensão, dentro do quadro que estabelecemos, mas faremos uma breve digressão a respeito de como Varella procurou mostrar vincular explicitamente ao seu texto a preocupação com o efeito que porventura sua escrita poderia produzir. Um episódio pode ajudar a pensar essa relação entre autor implicado e sujeito histórico.

Por conta da publicação de uma das suas obras anteriores, *Política brasileira*<sup>179</sup>, o autor afirma ter usado deliberadamente uma espécie de arcaísmo lingüístico, uma forma de usar o pronome “cujo” como sinônimo para “que” em expressões tais como “Vi o homem cujo fala bem”. Tendo retirado a forma lingüística de um documento de meados do XIX, Varella decide usá-lo ao longo de todos os dois volumes da obra e inclusive passa a utilizá-lo em correspondências pessoais. Sua estratégia – afirmava – era incitar a crítica de “doutos”, por ter convicção de que uma experiência dessas certamente provocaria a ira de muitos, principalmente dos críticos que desde há muito conhecia e que costumava rebater, afirmando serem críticos apenas da forma, não do conteúdo. Dessa forma, lograria obter êxito público com essa sua arapuca textual e ao mesmo tempo, por consequência, obteria reconhecimento e visibilidade (ainda que não pelo lado positivo) para seu livro, inclusive no quesito financeiro das vendas dos exemplares:

Ao estampar a “política brasileira” fui constringido ao uso do que me pareceu boa tática. Muito oneroso para mim o contracto da obra, o apreço dos contemporaneos já não me era cousa de secundaria importancia, visto que muito me convinha fosse compensadora a venda, no mercado de livros. Não podia esquecer a lição e o exemplo de uma das mais rutilas figuras da actualidade, tambem a sofrer, graças ao desamparo que Rocha Pombo condemnara ou comentara. Léon Bloy tambem se queixa do que a conspiração do silencio e reconhece a influencia arruinativa que pode ter, na vida, na actividade de um escriptor. Propenso a evital-a, no que em mim estivesse, decidi-me a provocar a malevolencia alheia, erguendo á face dos profissionaes da critica melindrosa ou puritana, o que tivesse a virtude de os engalispar contra minha imperícia. Não tinha ainda feito a escolha, quando um dia, ao examinar o meu archivo, deparou-se-me o melhor meio de excitar a combate, estimular á diatribe. “Não comprehendo na maioria o Sr. Deputado Jaques, cujo em todas as occasiões tem tido por base a justiça e a rasão”, diz-se no Manifesto de 42; vulgar typo de eloquio em *o Noticiador*, tambem. “Eureka”, bradei em jubilo, num engano aliaz, há de ver-se. Muito satisfeito com a *trouvaille*, aproveitei-a logo. Introduzi o archaismo de ponta a ponta, nos originaes da “Política brasileira” e fazendo-o circular na minha própria correspondência, com homens públicos ou de letras. Como o toureiro, dispunha de uma bandeirilha encarnada, para desadormecer a

---

<sup>179</sup> VARELLA, (1929, 2 vols.), op. Cit.

fúria dos censores. A minha dispendiosa produção havia de ter a saída que me era mister.<sup>180</sup> [grifos do autor]

Logo na seqüência, o astuto polemista afirmaria que essa sua emboscada lingüística também lhe renderia a possibilidade de repudiar a crítica, revelando a cilada e desnudando a frivolidade desses seus impetuosos censores, preocupados apenas com o invólucro e desatentos ao conteúdo. E como resultado, o “tapa de luva” poderia amplificar a circulação dos seus exemplares. Varella afirma não ter sido essa a única vez em que se utilizara de artifícios similares – modulação e criação de termos ou supressão de determinadas formas de expressão em determinadas obras – como forma de incitar julgamentos e angariar, ainda que pela via da polêmica, a publicidade para seus livros. Era uma forma de evitar o silêncio sobre seus escritos, que era para ele o temível prelúdio do esquecimento, a rondar as obras de qualquer escritor.

Embora saibamos que, depois de escrito, um texto se desconecte de seu contexto original, abrindo uma clivagem que o distancia da ostensividade referencial típica de um discurso falado – que permite ressalvas e complementação verbal na dialogicidade do frente-a-frente –, não se pode aludir ao contrato estabelecido entre o leitor e o escritor como um caminho de mão única, no qual todas as significações pudessem brotar unicamente da parte de quem lê ou de quem o escreve. Ao produzir um texto, o autor define certos papéis e é nele que se localiza a origem das estratégias persuasivas; todavia, o seu texto se completa tão somente perante os olhos do leitor, quando o mundo do texto é refigurado.<sup>181</sup> O estilo pelo qual essa obra se desdobra é íntimo ao autor implicado, surgindo e ao mesmo tempo escondendo-se na superfície de uma obra de tamanha extensão como a de Varella. Ainda que o autor decida, o problema da leitura é inelutável, mas retornaremos a ele em momento propício.

As decisões de Varella, assim como de qualquer outro autor, são difíceis de serem exploradas de forma absoluta num percurso hermenêutico, porque orbitam nos círculos estabelecidos pela intencionalidade e exigiriam o esforço – nem sempre compensatório – de uma hermenêutica romântica de busca pela compreensão ampla do outro.<sup>182</sup> Não apenas se

---

<sup>180</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 561.

<sup>181</sup> Ricœur faz essa ressalva, muito embora sua atenção estivesse mais voltada para o vetor da recepção no momento em que pretende desenvolver algo como uma estética da recepção em conjunto com uma fenomenologia da leitura. Ver: RICŒUR (1994), Op. Cit., p. 277-278. Tratamos dessa questão da leitura e da refiguração no *Capítulo 4*.

<sup>182</sup> Essa hermenêutica de reconstrução da produção seria aquela mais próxima do esforço de Schleiermacher, para o qual o objetivo central da interpretação seria entender um autor melhor do que ele próprio teria se compreendido. Em certo sentido, Dilthey é também herdeiro dessa proposta, que, via de regra, é considerada

tornaria um empreendimento arriscado como possivelmente inútil, uma vez que pressupõe a idéia de um autor uno, indivisível e monolítico, que permanece o mesmo a despeito de sua própria temporalidade. O autor que está implicado no texto específico pode ser referido desde que pensemos a partir do princípio das técnicas de comunicabilidade, na medida em que o texto nos apresenta um estilo e caminhos determinados pelos quais uma obra se torna comunicável. Essa complexa dimensão da relação entre a escrita e a leitura pode apontar para algo sobre esse ser que só existe compreendendo e que se compreende em face de sua própria textualidade e em relação às suas próprias metamorfoses ao longo do tempo, embora quase sempre assinale muito mais sobre o próprio intérprete.<sup>183</sup> O sujeito abordado em nossa pesquisa demonstra o quanto parece ser útil o constante jogo de esconder-se e aos poucos revelar-se no texto, com trajetos ora circulares e bem fechados, ora abertos e mesmo aparentemente contraditórios. Na sequência do texto que mencionamos acima, o autor cita “uma das mais recommendaveis figuras da sciencia antiga, Plinio Senior”:

*“Para mim, segundo penso, devem merecer um particular interesse no campo das letras, aqueles que, comquanto vencedores de dificuldades, preferem o mérito de serem uteis, á vantagem de agradar.”*

Desde muito este, em verdade, é o meu critério, e por isso não passou ainda de outro mero artifício, a insistencia com que requeri dos críticos, em epistolas particulares, que se pronunciassem tanto sobre a materia histórica por mim vulgarisada, como sobre o estylo do autor; o qual (addite-se) nunca jamais fez galas de vantagem que não possue.<sup>184</sup> [grifos do autor].

É interessante notar que a citação de Plinio Senior se repete em outros momentos da *História da Grande Revolução* e a insistência do autor em proclamar a modéstia de seu estilo e a contrapartida da atenção maior ao par utilidade/verdade é recorrente. O estilo não pode ofuscar a verdade. Mas não seria esse mesmo estilo o caminho pelo qual se tornaria plausível a representação de qualquer que fosse a “verdade dos fatos”, agindo em inextrincável conexão com a própria ambição veritativa do historiador? Afinal, o próprio autor afirma que solicitou – e os artifícios por ele estrategicamente usados corroboram esse argumento – uma análise da matéria histórica e do estilo de sua obra magna. Ora, ainda que essa ressalva seja recorrente – e entendemos que isso se deve ao comprometimento epistêmico que o autor veementemente defende –, a preocupação que o estilo usado seja percebido, mesmo que pela

---

como uma hermenêutica romântica. Ver: BRITO, Evandro de Oliveira, *Consciência Histórica e Hermenêutica: considerações de Gadamer acerca da teoria da história de Dilthey*. In: *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 28(2): 149-160, 2005, p. 159.

<sup>183</sup> Ver RICŒUR (2008), *Op. Cit.*, p. 67-69.

<sup>184</sup> VARELLA, (1933, T. VI), *op cit.*, p. 560-561. No tomo I, a mesma citação é utilizada, na página 446, abrindo o capítulo 12.

via da crítica, não poderia ser a confirmação de uma ambição estética subjacente ao processo de representação historiadora?

### 2.2.1. *Uma analogia subterrânea: “modernidades tucidideanas”*

Iniciamos a consideração desse problema lembrando que a citação do historiador romano do século I d.C., referenciado acima por Varella, pode nos remeter também a outro antigo, sobretudo mais conhecido. O grego Tucídides, considerado por muito como pai da história científica em vista de sua interessante relação com o compromisso veritativo, aparece apenas pontualmente na *História da Grande Revolução*.<sup>185</sup> No entanto, as características que fizeram do grego um dos historiadores considerados mais exemplares (a ponto de ser alcunhado de ancestral da historiografia moderna)<sup>186</sup> encontravam assíduos correlatos na obra do historiador gaúcho<sup>187</sup>. A constatação de uma ligação direta e deliberada talvez seja precipitada, visto que as evidências são tênues; mas comparando alguns aspectos é possível ver no historiador da guerra “sem precedentes” travada em descampados pampianos um tom que guarda sensíveis semelhanças ao usado pelo grego para narrar a “maior de todas as guerras” helênicas. Parece-nos conveniente evocar aqui uma das mais conhecidas máximas do antigo historiador grego, que lhe possibilitou ser admirado pela plêiade de historiadores metódicos do XIX:

A tal ponto é negligenciada a pesquisa da verdade pela maioria dos homens que se inclinam de preferência para a visão corrente. Com base nos indícios que foram enunciados, entretanto, não erraria quem, de modo geral, julgasse dessa maneira aquilo que eu expus e não desse crédito maior nem ao que fizeram os poetas adornando seus hinos com intuito de engrandecê-los, nem ao que os logógrafos compuseram, visando ao que é mais atraente para o auditório de preferência ao que é verdadeiro, pois não é possível comprovar esses fatos e a maioria deles, sob a ação do tempo, ganhou um caráter mítico que não merece fé. [...] E quanto a essa guerra, embora os homens sempre julguem maior a guerra em que se debatem e depois de seu termino mais admirem as guerras antigas, mesmo assim para quem

---

<sup>185</sup> A citação é na verdade uma comparação feita por Varella entre a perspicácia de Bento Gonçalves e a postura cautelosa de Archidamos, rei de Esparta descrito na história de Tucídides. A sábia precaução de pressupor a inteligência e não a precariedade estratégica do inimigo, iguala os dois líderes. Varella cita: “Cumprir admitir sempre, que nossos contrários se acham bem inspirados, e oppor-lhes reaes preparativos, sem jámais fundar esperanças nos erros que possam commetter, sim na justeza de nossos proprios calculos”, razoou Archidamos, rei de Esparta, segundo Thucydides, ao decidir-se, em pendência de graves reflexos para o mundo hellenico”. VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 10. É curioso que Tucídides apareça em outras obras de Varella, sobretudo *Rememorações*, sendo citado exaustivamente. VARELLA, (1959, v. 2), op. Cit.

<sup>186</sup> Sobre essa questão ver: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. Bauru: Edusc, 2004, p. 79; PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999, p. 264-265.

<sup>187</sup> Sobre a apropriação e as inúmeras leituras feitas ao longo da história sobre Tucídides, ver: PIRES, Francisco Murari. *Modernidades tucidideanas: ktema es aei*. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2007. A expressão que nomeia nosso subcapítulo toma de empréstimo o título dessa importante obra.

examina a realidade dos fatos ela se evidenciará como mais importante que aquelas.<sup>188</sup>

Tucídides coloca aqui claramente suas premissas: sua história se preocupa com a veracidade no que tange à *forma de aquisição do saber* (repreende o ato de narrar fatos apenas através da fragilidade de um “ouvir dizer” não submetido ao exame crítico e a outros indícios), à *composição da escrita* (no que rechaça o embelezamento produzido pelos aedos, que esconderia a verdade) e na sua *função* (não apenas fazer dos fatos monumentos a serem admirados, mas prolongá-los ao futuro pelo que possam exhibir de útil).<sup>189</sup> Luiz Magalhães vai afirmar que a obra tucídideana procurará demarcar sua originalidade no componente da busca humana pelo conhecimento verdadeiro; esta será sua diferença, tanto na busca da informação, quanto na composição e no uso desse saber. Para isso, esse sujeito do conhecimento precisará ser capaz de recolher informações, mas não apenas isso, pois deverá também ter a faculdade de julgá-las com perspicácia intelectual, de maneira criteriosa. Se realizada com inteligência, tal capacidade poderia almejar fornecer “a estes homens a possibilidade de identificar uma dada força motriz que, atuante em todas as ações humanas, a elas confere inteligibilidade e repetitividade.”<sup>190</sup> Nesse caso, o que temos, é uma pretensa luta contra o que seria a *composição poética*, diretamente em seu seio, a retórica. O embelezamento da narrativa sem preocupação com a verdade, cria uma oposição e um mascaramento, assim como a culinária que engana o homem em detrimento da medicina, a indumentária em face da ginástica, a retórica perante a legislação e a justiça, no clássico diálogo *Górgias*, de Platão<sup>191</sup>. Tal embate não seria, no entanto, absoluto, pois afinal a história tucídideana, se estava preocupada com a verdade, não poderia subtrair desta o elixir do qual a poesia tira sua grandeza e esplendor, perante o caótico ambiente da facticidade: a projeção em direção à universalidade. E a universalidade, como atemporalidade, estava na poesia e dela apenas pôde ser herdada à metafísica. A história, no campo das contingências a que estava relegada, não poderia ter substituído a poesia ou mesmo antecipado a metafísica. Se nesse novo gênero de escrita soçobrava, por definição, o anseio pelo universal, não seria justo dizer que os antigos escritores do passado não o almejassem. E em Tucídides, a

---

<sup>188</sup> TUCÍDIDES. *Historia da guerra do Peloponeso*. Trad.: Anna Lia de Almeida Prado sobre texto estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 29.

<sup>189</sup> MAGALHÃES, Luiz Otávio de. (org.). *Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico*. In: JOLY, Fábio. *História e Retórica*. Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007, p. 14-16.

<sup>190</sup> MAGALHÃES, op. Cit., p. 16.

<sup>191</sup> PLATÃO. *Górgias*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Versão digital disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>, Acesso em mar 2008, p. 18.

despeito do que poderia parecer uma flagrante contradição, elementos do chamado *épos*<sup>192</sup> lhe serviriam para este propósito.

De acordo com o historiador da antiguidade Moses Finley, a Grécia Antiga estava profundamente marcada pela presença dos mitos e os “pais da história” não poderiam deixar de respirar essa atmosfera impregnada pelo mítico ao produzirem suas narrativas.<sup>193</sup> O distanciamento que Heródoto e Tucídides assumiram em relação a Homero se apresentava como uma espécie de dialética entre história e mito, uma tensão entre história e poesia que assumia claramente o caráter de um jogo entre a verdade e a contingência, o universal *versus* o particular, que por sinal acabaria sendo evocada durante vários séculos como réplica ao eco da célebre distinção de Aristóteles em sua *Poética*, que já citamos alhures<sup>194</sup>. Na opinião de Finley,

O próprio Tucídides alerta que em seu trabalho que não atenderá aos anseios por exageros e adornos poéticos da parte dos leitores; seu relato dos fatos será objetivo. Mas nem Tucídides, Platão, Aristóteles ou qualquer outro chegaram a

---

<sup>192</sup> O *épos* refere-se aos modos narrativos da epopéia clássica. De acordo com Murari Pires, “a historiografia helênica, nascente com Heródoto e Tucídides, assinala nexos que a vinculam tributária da composição épica, similarmente encetadas por um próêmio. Dessa tradição (dis)posta pela epopéia, ela herda, pois, as convenções de exposição inicial que enunciam os tópicos declarativos de sua identidade de memória narrativa dos acontecimentos passados”. In: PIRES, op. Cit., p. 147, 153.

<sup>193</sup> Nas palavras de Finley, “A atmosfera na qual os pais da história começaram a trabalhar estava impregnada de mitos. Sem o mito, na verdade, eles nunca teriam conseguido iniciar seu trabalho. O passado é uma massa desconexa e incompreensível de dados incontados e incontáveis. Ele só pode tornar-se inteligível se for feita uma seleção em torno de um ou mais focos. [...] Muito antes de alguém sequer sonhar com a história, o mito deu uma resposta. Essa era sua função, ou melhor, uma de suas funções: tornar o passado inteligível e compreensível selecionando e focalizando algumas partes dele, que, desse modo, adquiriram permanência, relevância e significado universal. [...] O mito era o grande mestre dos gregos em todas as questões do espírito. Com ele, aprendiam moralidade e conduta; as virtudes da nobreza e o inestimável significado ou a ameaça da *hybris*; e ainda sobre raça, cultura e até mesmo política.” FINLEY, Moses. *Uso e abuso da história*. Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 5, 6. Sobre a questão do desprezo do mito como a antítese da “história verdadeira”, realizada desde os primórdios da historiografia até a atualidade ver: VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: Anais do VI Encontro Estadual de História. Passo Fundo: UPF/ANPUH-RS, 2003. Também disponível em <<http://www20.brinkster.com/gtantiga/>>. Afirma o autor que: “Na história antiga e na contemporânea, contudo, a definição de verdade histórica não prescinde da apresentação daquilo que é suposto com sendo sua negação: o mito, indistinto e variável conforme as épocas. É como não houvesse outra forma de definir a verdade”.

<sup>194</sup> Finley demonstra como esta assertiva aristotélica, uma das raríssimas dele sobre a história, atravessou séculos, de modo que Luciano, por exemplo, quinhentos anos depois de Aristóteles, ainda estava contrapondo a história à poesia. FINLEY, Op. Cit., p. 5. ARISTÓTELES, op. Cit. Ver nota 23 do *Capítulo I*. Sobre Aristóteles e a história mencionamos também a discussão proposta por Carlo Ginzburg, em *Relações de Força*. Oportunamente, o historiador italiano sugere que a visão de Aristóteles sobre a história está mais próxima das definições da *Retórica* do que da *Poética*, sublinhando uma conexão entre retórica, história e prova na Grécia do século IV. Apresenta, assim, um Aristóteles muito mais propenso a aceitar a viabilidade da história baseada em entimemas de Tucídides do que aquela de Heródoto, que seria o verdadeiro alvo de sua crítica na *Poética*. É difícil supor que essa argumentação possa de fato lançar uma “luz inesperada” (como quer o autor) sobre a emblemática citação de Aristóteles na *Poética*, porque o sentido fundamental da questão é deslocado: a desvalorização da história em relação à poesia concerne à finalidade ou ao caráter geral de ambas, e não à pertinência ou eficácia operativa, como supõe Ginzburg ao sugerir um Aristóteles receptivo à história mais afeita à “prova” de Tucídides. Ver: GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 47-63.

mostrar-se totalmente céticos quanto ao que um escritor moderno poderia chamar de "semente histórica do épico", e certamente não o rejeitaram por completo.<sup>195</sup>

Mesmo a declarada ênfase de Tucídides numa veracidade dos acontecimentos, garantida pela capacidade intelectual de comparar dados e julgá-los corretamente, não o impediu de lançar mão de caracteres do modelo épico-heróico<sup>196</sup>. A superioridade da tríade de personagens composta pela *polis Atenas*, por *Temístocles* e por *Péricles*, cujas virtudes expressas na narrativa sugerem um apelo épico<sup>197</sup>, uma vez que constituem justamente a busca pelo essencial e atemporal, caracteres universais da natureza humana que sua narrativa poderia desvelar e que dariam a ela a possibilidade de servir ao presente, mas, sobretudo, projetar-se em direção ao porvir. Tamanha empresa só poderia se concretizar efetivamente através de estratégias que levassem em conta os modos de composição próprios do épico. Uma suposta narrativa crua dos fatos jamais poderia trazer qualquer verdade, se pensarmos na verdade como o essencial e imutável; quando muito traria acontecimentos, desconexos, empilhados, desnivelados. Ela fracassaria:

A história "continha a verdade" e para Tucídides isso significava que era desnecessário inventar como os poetas o faziam. Mas também era impossível apenas registrar o que já acontecera. Fazia-se necessário compor os discursos que exporiam os argumentos apropriados (apropriados na opinião de Tucídides) dos dois lados de uma questão. [...]. Apenas a narrativa revelou-se um fracasso no fim: ela diz apenas o que Alcibíades fez e sofreu. Esses foram fatos, não verdades.<sup>198</sup>

As condições de composição exigidas para uma narrativa objetiva – as quais os historiadores metódicos e cientistas do XIX reclamavam como necessárias para uma história competente – não poderiam fazer parte de uma história que ambicionasse algo além da descrição de acontecimentos em seqüência cronológica. Entretanto, como sabemos, a busca pelos fatos verdadeiros do passado enquanto regra metódica nem sempre se desdobrou em narrativas puramente descritivas dos fatos pesquisados. Talvez em número muito mais vultoso do que estamos dispostos a admitir tenham sido as obras que,

---

<sup>195</sup> FINLEY, Op. Cit., p. 7.

<sup>196</sup> MAGALHÃES, Op. Cit., p. 18.

<sup>197</sup> MAGALHÃES, Op. Cit., p. 18.

<sup>198</sup> FINLEY, Op. Cit., p. 26. Reiteramos aqui a importante contribuição de Francisco Murari Pires, que postula uma conexão da historiografia helênica em geral (referindo-se tanto a Tucídides quanto a Heródoto, salvando suas devidas diferenças) com a composição épica, na qual o prólogo é o espaço definidor de toda gama de fundamentos que orientam a narrativa. Dentre esses princípios, o autor encontra seis a partir de Tucídides, que são: *Axiológico* – ligado à questão da grandeza da práxis humana e sua portentosidade trágica; *Teleológico* – distingue quais utilidades e valias a narrativa realiza, enquadrando a disputa entre a fruição prazerosa e a perenidade de sua memória celebrante; *Onomasiológico* – aborda a questão do sujeito, na questão do nome a referenciar o autor da narrativa; *Metodológico* – conforma os preceitos pelos quais se fundamenta a veracidade da composição narrativa; *Arqueológico* – refere-se à demarcação do início do episódio narrado e ao mesmo tempo ao que também é o início da narrativa. *Etiológico* – apreende o início do factual como origem de que advém seu desenrolar, ou seja, a causa de sua razão de ser. Cf: PIRES, (1999), Op cit., p. 147-149.



paradoxalmente, inverteram tal princípio na prática e lançaram-se à procura daquelas verdades que só poderiam ser reveladas através de modos de composição inspirados na poesia e na filosofia, por serem estas as tradicionais detentoras da universalidade no pensamento ocidental. Quiçá não seja este justamente o fio que pode conduzir nossa analogia com o historiador gaúcho da “Grande Revolução”?

A tríade tucidideana que enfatizava sua divergência em relação aos relatos anteriores sobre a *aquisição do saber*, a *composição da escrita* e a sua *função* reencontram uma configuração equivalente em Varella. A exigência fiduciária típica do paradigma preponderante da obra de Varella o fez se aproximar das premissas estabelecidas por Tucídides na abertura de sua *História da Guerra do Peloponeso*. A preocupação do autor gaúcho com a coleta e análise minuciosa dos testemunhos e a ênfase na objetividade/imparcialidade do historiador eram prerrogativas reivindicadas por ele para sua obra, não só na introdução como também em muitas passagens ao longo do texto. E em muitos momentos vinham acompanhadas de críticas a outros historiadores cujos métodos deficitários e a falta de indícios – ou indícios mal analisados – faziam com que as histórias fossem incompletas, desarticuladas e – o que podia haver de pior nesse contexto intelectual historiográfico – acabavam tendo as lacunas completadas por preleções políticas dos autores. Ou seja, sua obra acabava também começando por uma crítica e uma tomada de posição necessariamente divergente em relação aos antecessores, no que diz respeito à forma de aquisição do saber. Ao usar as memórias escritas de um testemunho ocular a respeito das relações entre a província sulina e o Prata, diz Varella:

Tem este resumo a virtude de corroborar, em modo inequívoco, indismontável, as inferências, deducções ou induções, penosamente feitas, com base na tradição ou no depoimento dos arquivos, ficando a resultancia, já estampada ou a estampar, da labuta do historiador, sob a égide de uma personalidade insuspeita, alheia a nossas lutas ou pretensões.<sup>199</sup>

A testemunha é indismontável e, portanto, pode afiançar uma aquisição correta do conhecimento sobre o passado. Essa é uma proposição reforçada constantemente pela idéia de que a história “*não pode aceitar os arestos lançados pelo espírito de facção, quando não se fazem acompanhar os mesmos de amplos, seguros fundamentos.*”<sup>200</sup> Esses fundamentos, isto é, os protocolos de confiabilidade dos testemunhos, garantem ao historiador um acesso à história verdadeira.

---

<sup>199</sup> VARELLA, (1933, T. I), Op cit., p. 344.

<sup>200</sup> VARELLA, (1933, T. II), Op cit., p. 512.

Da aquisição do conhecimento à composição da narrativa há uma continuidade no argumento, na medida em que a exigência de crítica dos testemunhos se transmutava na reivindicação de uma apresentação detalhada e fiel dos acontecimentos. Essa mesma continuidade está no preâmbulo da obra de Varella, quando anuncia que o grande trunfo de sua escrita seria o de primar pela “nímica exactidão”, enquanto os outros estavam preocupados em “exibirem o brilho de sua eloquencia”<sup>201</sup>. Afinal, a objetividade não poderia ser completa se apenas se referisse aos procedimentos corretos de pesquisa e à isenção do pesquisador na fase em que busca suas evidências; ela é reforçada também no momento de articulação dos modelos explicativos na composição da narrativa.

A lógica que associa essa percepção dos testemunhos à forma da composição narrativa se desdobra no terceiro aspecto da tríade tucidideana, que é a função da obra. Esse é um apelo que também podemos ver com frequência em Varella: associar a verdade à utilidade e esta, por sua vez, à capacidade de encontrar e dizer algo que pudesse sobreviver ao tempo. É possível observar, em suas freqüentes referências à contraposição entre verdade e beleza, que a sua opção anunciada é também próxima a de Tucídides: em detrimento ao embelezamento produzido pelos poetas – que obliteram o conteúdo daquilo que é narrado e, conseqüentemente, anulam seu real teor de utilidade – Varella sempre apregoa sua inapelável escolha pela primeira porque somente assim sua obra seria proveitosa à ação coetânea e, conseqüentemente, à realização de um tempo futuro menos inglório que o seu tempo presente, ao qual nunca poupava críticas temperadas com um denso pessimismo.<sup>202</sup> O argumento segue então esse último trajeto, já que a composição está diretamente ligada à efetividade dessa narrativa; ou seja, a forma que será dada a estes conteúdos criticamente estabelecidos pela pesquisa e pela análise é que será responsável pela vida do texto ao longo dos tempos. E isso significa falar de sua utilidade para o tempo presente e o futuro. Com o mesmo argumento axiológico usado pelo historiador grego<sup>203</sup>, Varella queria legar a história de uma guerra que era a maior já vista em terras nacionais, para que todos aqueles feitos – que até então estavam, na sua concepção, reduzidos a um triste montante de cinzas em

---

<sup>201</sup> VARELLA, (1933, T. I), Op cit., p. 14.

<sup>202</sup> Varella toca no ponto em vários momentos. No começo da obra já é explícito: o glorioso caminho aberto pela grandeza das gerações do ciclo farroupilha tem sido, em seu presente, “assaz mal trilhado”. A idéia se repete com frequência, num misto entre pessimismo em relação ao futuro político do estado e do Brasil e crítica a política com a qual ele já havia deliberadamente rompido naquele momento. VARELLA, (1933, T. I), Op cit., p. 16. Nas notas finais do apêndice, cita carta de um dos apreciadores de sua obra, que faz uma única ressalva em relação ao autor gaúcho: seu pessimismo. À crítica, Varella logo dá sua réplica: “inútil assinalar que não há pessimismo algum no autor [ele mesmo, no caso]: há tradução mais ou menos fiel de uma realidade.” Retornamos a esse aspecto no *Capítulo 4*. VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 490.

<sup>203</sup> PIRES, Op. Cit., p. 147-149. Ver nota 32.

alguns estudos feitos com documentação escassa e pressupostos frágeis – não fossem totalmente esquecidos pela força avassaladora do tempo e pudessem continuar a orientar os passos presentes e, sobretudo, os futuros:

Nossos "doutores da lei", como os da Judéa, "nada hão querido compreender de tudo isto". Para elles, traduz "uma linguagem absconsa" ou letra morta... Proximo o centenario de Mistral, accentuava um engenho moderno que suas obras-primas nós as celebrariamos porque realçam o que em nossa existencia ha de visceral, *perduravel, caracteristico, exemplar, tipicamente humano* em o mais grado senso. Visinho tambem o centenario do *magno acontecimento da America portugueza*, os extremenhos, "se bem o interpretarem" alfim, quiçá obtenham, por si, o que não logrou insinuar-lhes até hoje o autor. A magestade, imponencia da grande tradição, mal apreciada ainda ou ainda incomprehendida, talvez lhes infunda amanhã o que se torna mister, *para que ergamos bem alto o pensamento e os corações: para que prosperemos amplamente, sobretudo no âmbito moral.*<sup>204</sup> [grifos nossos]

Varella remete à idéia de uma obra imortal, porquanto constituída do tipicamente humano. Reitera o sentido da revolução como o maior ou mais grandioso acontecimento da América Portuguesa e ao mesmo tempo une essas premissas na proposta da utilidade da história: elevar os corações à prosperidade moral. A força de sustentação dessa história seria oriunda da perspicácia daquele que julga os indícios, das exegeses capazes de respaldar a veracidade de cada aspecto de sua narrativa e de uma composição que a imortalizasse através da verdade – não apenas a verdade no sentido epistêmico para a história, mas principalmente aquela que poderia ter a ambição de transitar no domínio do universal, única garantia de sua sobrevivência perante a corrosiva ação do silêncio e do esquecimento.

Quaisquer que sejam os critérios considerados necessários para se chegar a uma verdade no campo dos historiadores, esta precisa ser *escrita*; tornar-se algo de vivo, com uma forma através da qual poderá chegar a outrem. E essa operação é particularmente ligada aos elementos do estilo e da narratividade. Apesar das ressalvas explícitas de ambos os autores (Tucídides e Varella), tão distantes cronologicamente quanto díspares eram seus universos de existência, a narrativa precisou ultrapassar o sinal de cuidado estabelecido em ambos os preâmbulos: algo extrapolava os limites da referência à ordem fática para se fazer presente na escritura. Afinal, é na fase da representação que o historiador logra pôr diante de si e do mundo uma ausência e assim o faz através de uma adequação narrativa e da estruturação de uma obra, atos estes que implicam necessariamente num acréscimo cognitivo feito também no momento da representância.

---

<sup>204</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 16.

O dilema que pode ter sido vivido por Tucídides também acabaria sendo o dilema de Varella? Como construir uma verdade para além do transitório e do caos composto pelos acontecimentos do passado? A sucessão linear de acontecimentos exaustivamente narrados num esforço de objetividade descritiva jamais poderia conter, por si só, aquilo que é essencial, algo de universal capaz de projetar-se para além do frágil tempo dos homens. Esse é o ponto de encontro que talvez nos revele que tal dilema é, em si, um dilema intrínseco ao próprio ato de historiar: seria a verdade a correspondência da narrativa aos fatos ou a apreensão dos sentidos mais amplos que transcendem a caótica unicidade dos eventos? Tucídides precisou reiterar “as convenções originariamente impostas pelo *épos* homérico”<sup>205</sup>, pois a grandeza do episódio a ser narrado por ele foi invocada como princípio axiológico, que se estendeu aos seus personagens. Tudo indica que um problema análogo tenha levado Varella às epopéias homéricas, nas quais acabou encontrando uma fonte inesgotável para a configuração da epopéia moderna dos homens da estremadura brasileira.

### 2.2.2. *Reviver o passado glorioso na escrita*

Se ressaltarmos a crítica de Tucídides aos poetas e atentarmos para o fato de que semelhante condenação se repete constantemente em Varella, teremos chegado novamente a uma possível contradição. Ainda que denegue abertamente o uso de “embelezamentos” e mesmo que recuse inclinações ficcionais e excessos de estilismo, os próceres do estilo dentre os historiadores e literatos estão presentes na *História da Grande Revolução*, volta e meia, regendo sua composição através de comparações e analogias diversas. Um bom exemplo é a presença marcante de Michelet, historiador da revolução francesa, que na visão de Varella era “o maior estilista de quantos se ocuparam da história”<sup>206</sup>. Interessante notar que esse epíteto está diretamente associado ao que Varella viu como sendo a característica épica da revolução historiada por Michelet. O historiador sulino leu a *Histoire de La Revolution Française* como uma obra fiel à portentosidade da revolução de 1789, e é exatamente essa essência grandiosa que legitimava a comparação com a revolução

---

<sup>205</sup> PIRES apud GASTAUD, Carla. *Historiografia grega: Tucídides e a Guerra do Peloponeso*. Disponível em <[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/pdf/Volume\\_07\\_Carla\\_Gastaud.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/pdf/Volume_07_Carla_Gastaud.pdf)>. Acesso em 1 Mar 2009, p. 2. PIRES, Francisco Murari. *Mito e História – Homero, Tucídides e os princípios da narrativa*. Tese de livre docência. São Paulo, USP, 1995 p. 7. Falamos sobre o conceito na nota 192.

<sup>206</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 244.

farroupilha. O mesmo Varella que desconfiava do “estilismo”, conclamava o maior de todos os estilistas da história, inúmeras vezes, para mostrar que<sup>207</sup>

Porquanto no Riogrande immortal, como na França resurrecta, phenix renasce das próprias cinzas, fulgida qual havia sido, a sua plumagem de ouro, púrpura e anil! Depois de uma indescontinua maré vasane, que pareceu dissipar, absconder, sumir o oceano da Revolução; reavultavam súbito as águas, assistindo-se, dentro em pouco, a uma célere preamar, que mergulho no assombro os mais confiantes realistas. [...]

Aqui como acolá, não destoavam as almas, ou, por outra, repetia-se accorde, a musica do civismo reexaltado. [...] parecia que Netto, em seu afã de recongregar as disseminadas legiões dos homeridas redivivos na Pampa, atroava as “quebradas” nativas, com os estímulos da idade clássica: *Ingruite, Trojani magnanimi, stimulators equorum!*[canto V, verso 102 da Iliada] [grifos do autor]<sup>208</sup>

A possibilidade de comparar a história sulina com outras histórias exemplares da humanidade denotava a busca das essências a partir das quais a experiência histórica observada poderia ser descrita, os universais capazes de alinhar e amarrar as peculiaridades das histórias particulares. Estava em jogo não apenas o caráter dos homens do sul, mas o caráter humano no universal, tal como é perseguido na poesia e na filosofia. As grandes máximas orientavam sua interpretação, que por sua vez gerava outras grandes “verdades” gerais projetadas *ad aeternum*. Sobre isso, o autor assumia que os grandes escritores da ficção eram capazes de antecipar grandes máximas filosóficas, grandes e eternas verdades sobre a harmonia das forças humanas em sociedade. Sobre o papel das circunstâncias no arranjo das forças sociais, Varella afirmou que:

Por vezes, nas suas ficções, os magnos escriptores fazem obra de adivinhos. A poesia, *exempli gratia*, antecipa de ordinário, com as suas visões, os ensinios da philosophia. A. Comte, na delle, num capítulo sublime, nos mostra que na trama da vida social, immutabilissima em si, há instante em que nossa vontade pode introduzir, nunca jamais alterações, mas, sim, valiosas modificações. O trágico immortal da Inglaterra presentira, já, também, essa eterna verdade, numa de suas mais estupendas creações dramáticas [refere-se aqui a Julio Cesar, de Shakespeare]. “Dono é por vezes o homem de seus destinos”, manifesta Cassio a Bruto. Dono dos seus não era mais o estrategico supremo dos continentinos. [referindo-se a Bento Gonçalves].<sup>209</sup>

A filosofia e a poesia estão, portanto, conforme na máxima aristotélica, no âmbito do universal. Nesta verdade apresentada por Varella, Shakespeare antecipara Comte. E não houve nesse caso – como também não houve em diversas outras passagens – nenhum tipo de ressalva que impedisse Varella de usar desses artefatos da cultura ocidental moderna para

<sup>207</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 243. Ver também, no mesmo tomo, páginas 312, 412, 413, 414 e 448.

<sup>208</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 244.

<sup>209</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 383-384.

contemplar certos conceitos julgados universais. Comte, como vimos, é amplamente utilizado para endossar suas estratégias explicativo-compreensivas; mas os grandes poetas como Shakespeare, Byron, Victor Hugo e Goethe – para ficar apenas com alguns mais evidentes – além de Homero e dos demais clássicos greco-romanos, povoam suas páginas historiográficas.

Se em diversas ocasiões Varella fez questão de negar as presunções estilísticas, talvez o intuito fosse muito mais transparecer uma intenção de absoluta cientificidade do que realmente caracterizar uma falta de preocupação estética. Afinal, sua obra está recheada de preciosismos literários, inversões e expressões rebuscadas, orações longas e prolixas. E nesse caso, é seguro dizer que não se tratava apenas de meros adornos, mas talvez de um esforço em fazer da linguagem o instrumento adequado para reencontrar a grandiosidade que ele via nos monumentos farroupilhas. Na nota que fecha sua *História da Grande Revolução* ele afirma que uma idéia em específico lhe consolava:

[...] do assombro em que deixarei os nossos orgulhosos cronistas, ao contemplarem o magestoso arcabouço do setembrismo, que ousaram figurar com a ajuda insufficientíssima de alguns magros documentos e esses mesmos aproveitados à la diable ou com o indescortino do sobredito naturalista.<sup>210</sup>

O naturalista a que se refere é na verdade personagem de uma anedota, que fala sobre um paleontólogo que, ao descrever um monstro da fauna terrestre a partir de alguns poucos vestígios, impressiona-se ao vê-lo totalmente reconstituído em um museu, pois o havia representado muito menor do que ele era na realidade. Essa é a comparação que o próprio Varella faz de seu trabalho em relação ao que até então existia sobre a guerra farroupilha, aludindo ao império de fontes que coletara ao longo de uma vida inteira de pesquisas. Assim se expressa o historiador da Grande Revolução:

— Ora, meu amigo [refere-se aqui a Rocha Pombo, com quem debate], se reproduzo com fidelidade um desses grandes arrancos da natureza a que a llude o sublime estatutário, o mais, o que importa? Nada é ou é cousa de somenos. O que tem valor hoje, o que sempre terá, sempre, é o que fica em realce com o bronze immortal de monumentos inderruiveis, constantes de minha colleção particular ou das pertencentes a outrem, intra e extramuros.<sup>211</sup>

Esta asserção complementa-se e justifica-se com a citação de Jean Jaurès, que Varella evoca para logo em seguida vangloriar-se do copioso arquivo que ao longo da vida conseguira reunir e do uso que dele fez ao longo de suas obras:

---

<sup>210</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 559.

<sup>211</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 559.

*“Chacun est libre de ses admirations, mais l’Histoire n’en reste pas moins l’Histoire et les documents irréfutables demeurent pour que la postérité décide”* [citação de Jaurès]. Os [documentos] que reuní, durante 50 anos, em magnífico arquivo, hão de ter no futuro o merecido apreço, meu bom amigo, se ninguém nelle se lembrar do esforço compendiado nos 2 tomos de minha derradeira publicação.<sup>212</sup>

Os documentos, na sua fala, são seus testemunhos e a matéria da qual é extraída toda a magnitude das ações que relata em sua obra. Sugerir que a grandeza dos feitos revolucionários seria oriunda tão somente de uma modulação estilística seria o mesmo que renunciar abertamente à busca da verdade do passado. Por isso mesmo, essa dialética entre a negação da poética e o uso indiscriminado de suas ferramentas é constante. A citação a seguir é um excerto de uma suposta carta aberta aos seus interlocutores sobre a relação entre forma e essência. É longa, mas não merece ser amputada:

*Oh geração frívola, mais vos preocupa o envulcro, do que a substancia nelle contida, por mui preciosa que seja?! Que julgar da multidão romana que assistiu ao desembarque de Agrippina, sobraçando a urna com as cinzas do grande Germanico, se, em vez de volver a mente para estas, se puzesse a considerar a modéstia, nenhum cinzelado, em summa, a arte mesquinha daquela?! Geração em tresvairo, se tem magestade tocante a página de Tacito em que se retraca o sobredito episodio, homens de coração e pensamento nunca assistiram indifferentes á obscura labuta das múltiplas esquadras teimosas que, picareta á mão, nos exhibem, pouquito a pouquito, a sepulta Pompeya. Ora, entre nós, persistiam da grande Revolução, apenas umas pobres, incongruentes lembranças, e, vosso despretençioso coetâneo [no caso, ele mesmo], após meio seculo de solitario esforço, fel-a reviver, nem mais, nem menos. Graças á sua amorosa perseverança, resurgiu a Cidade farroupilha, na plenitude de seu primitivo, assombroso vigor. Descoberta a sacra religião que as lavas de negro olvido recobriam profanadoras, de súbito recobra seus perdidos alentos um povo heroico: ruas e praças vemos, pululantes de animação, a estrindarem com as vozes de um civismo recordativo do que faz a gloria eterna da sábia Athenas, da batalhadora Esparta!! [em itálico no original].<sup>213</sup>*

O passado revive em seu texto, e este parece ser o dever cumprido do qual Varella não se priva da vaidade de tê-lo realizado. A própria citação é um exemplo claro da dialética que nega a poética usando-a. E este é o tom que predomina em boa parte de sua obra. É interessante notar que, apesar de a *História da Grande Revolução* ser tributária de obras anteriores de Varella, em especial *Revoluções Cisplatinas*, nestas outras a licença para o uso de elementos estetizantes é mais controlada, e as referências épicas mais discretas. Ainda assim, a semente que germinaria com força em sua obra magna já podia ser vista nas citações de Homero, que embora fossem bem menos frequentes, permitiam-lhe falar em uma “Troia Gaúcha”<sup>214</sup> em escritos anteriores. Isso nos autoriza a ponderar que a *História da*

<sup>212</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 558.

<sup>213</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 560.

<sup>214</sup> VARELLA (1915, T.II), Op. Cit., p. 816.

*Grande Revolução* não é apenas uma compilação de escritos anteriores, mas fundamentalmente um exercício de reorganização escrita de tudo o quanto o autor já havia pesquisado e reunido em esforços intelectuais precedentes. E nessa nova empreitada – sua única obra de peso que seria publicada em terras rio-grandenses – deveria ser ainda mais cuidadoso o empenho de dar a ver toda a imponência que almejava para a história sulina, o que não poderia ser feito apenas reservando-se à tarefa de compilar os testemunhos de um manancial indiscutivelmente completo e rico de fontes primárias. À crítica ferrenha, lançava-se com clara avidez polemista e parecia ter algumas convicções bem assentadas em relação à maneira pela qual deveria proceder na produção de uma obra para que ela não passasse despercebida. Algumas idéias eram claramente originais nesse sentido, como, por exemplo, o desafio que lança no ajuste de contas da nota final da *História da Grande Revolução*, para com seus escritos e de seus algozes, e para com o silêncio ou indeferimento que reservaram aos seus escritos:

Contra elle [o silêncio da indiferença] hei de valer-me, amanhã, de tática mais eficaz. Hei de pôr por obra uma idéa de Luciano de Samosate. Traçarei uma “Historia das historias”, tal qual a concebeu o engenhoso grego. Transparentará, num austero, quanto expressivo repertório, o que consta da minha e o que figura na de meus antecessores, em o que concerne aos themas que busquei esclarecer ou aprofundar. [...] A crítica indígena prefere [no entanto] a pá do covheiro á vara da mais nobre das magistraturas: considera mais honroso enterrar do que julgar. Questão de gosto: não há matéria para discutir!...”<sup>215</sup>

A provocação é clara, ao propor essa “Historia das historias”, projeto que não chegou a realizar: se comparasse sua história às de outros historiadores que trataram do mesmo tema, não haveria sequer parâmetro possível de comparação, tamanha era a diferença de volume e de fontes recorridas e coletadas para a empresa historiográfica.

Essa percepção que nos indica um cuidado todo especial para com o trabalho de composição e a clareza em relação ao alcance da linguagem, num mundo onde publicar uma obra só não é mais difícil que vendê-la e disseminar suas idéias e propósitos, justifica uma busca mais atenta aos seus parâmetros estéticos. A busca por uma verdade que contivesse algo de essencial e que fosse capaz de tirar das trevas a terra a que tanto havia declarado seu amor fez do seu esforço a tentativa de produzir não apenas uma obra de ciência, mas uma obra de arte. E em seu contexto, muito pouco ou quase nenhum problema havia em percorrer esse caminho duplo. O capítulo a seguir expande a análise justamente da operação de representação metafórica do passado que dá forma a esse ousado projeto intelectual varelliano.

---

<sup>215</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 562.



## CAPÍTULO 3

---

### A POÉTICA DA REPRESENTAÇÃO HISTORIADORA: A MATÉRIA ÉPICA DA GRANDE REVOLUÇÃO

A *História da Grande Revolução* não é apenas um esforço hercúleo de reconstituição histórica de um historiador que justificou sua legitimidade a partir de cânones epistemológicos modernos. Essa extensa e prolixa obra de Alfredo Varella é também particularmente exemplar no que diz respeito ao processo de constituição representacional das ausências do passado pela escrita presentificadora da história. Falaremos dela aqui, portanto, como uma representação historiadora, pensando no momento escriturário que inevitavelmente inscreve a historiografia no emaranhado da poética, num mergulho performático da utensilagem científica do saber no mar heterogêneo dos signos da literariedade.<sup>216</sup>

Mas eis do que realmente se trata: um mergulho, não um afogamento. E a precaução não é sem motivo. A percepção de que havia sim uma rápida vazão das águas da literariedade na disciplina histórica, sobretudo no campo das análises historiográficas e nas formulações metateóricas da história, em alguns momentos parecia sugerir ser dispensável a consideração de uma relação entre esse uso das formas escritas/signos literários e a chamada ambição veritativa do historiador. A tropologia de Hayden White foi alvo de uma série de críticas nesse sentido e a retomamos porque a proposta do trabalho exige essa insistência: procuramos pensar a poética varelliana sem tentar proceder com isso a uma anulação da ambição veritativa, que como mostramos, era fortemente resguardada e regulada pela justificativa epistemológica. Uma empreitada análoga a de Hayden White possivelmente nos retiraria do plano de uma análise da história enquanto proposição referencial, uma vez que para ele a ambição epistêmica do historiador tende a perde-se no emaranhado das variações imaginativas, precariamente controladas por um impulso inconsciente que regula as formas de representação textual.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> RICŒUR (2007), op. Cit., p. 247.

<sup>217</sup> Ver WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad: Alípio de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: USP, 2001, p. 97-101 e 106.

Assim sendo, propomos aqui o segundo momento de interpretação da obra de Varella, que agora se desloca do plano da justificação epistêmica para o ambiente da poética. Não podemos esquecer que a relação entre esses dois termos nos incomodará com uma inevitável questão: de que forma estes dois pólos distintos se relacionam sem criar uma tensão intestina na obra do historiador sulino? A pergunta é crucial, mas por ora ainda não esboçaremos uma resposta. Antes, faz-se necessária uma avaliação mais íntima de como Varella opera esses modos de literariedade dentro de sua narrativa historiográfica, de como organiza seu texto e constrói significados num processo de semiotização discursiva. Este capítulo abre-se como o momento dessa avaliação, enfocando, especialmente, a opção pelos signos do épico usados por Varella para compor os cenários e os sucessos da empreitada sediciosa dos farroupilhas.

Na primeira etapa apresentamos um leque teórico da discussão, na tentativa de abrir uma clareira em direção à poética da obra varelliana. Falaremos das teorizações sobre o *estilo* tentando ampliar o debate ao jogá-lo nos limites da *semiotização*<sup>218</sup>. Logo em seguida apresentamos nossa interpretação, baseada na leitura dos signos épicos usados por Varella na construção do espaço e do povo que daria origem ao processo revolucionário, e também dos heróis que compõe a matéria épica de sua história. No último momento faremos uma breve apreciação de algumas das percepções mais evidentes de Varella em relação à proposta de compor a história com modelos épicos e analogias com as epopéias homéricas, sugerindo uma espécie de dilema que parecia assolar seu texto: ser ou não ser o Homero das façanhas farroupilhas?

### 3.1. Olhares do estilo sobre os signos do épico

“O estilo é o próprio homem”<sup>219</sup>, diz Buffon, realizando uma máxima habilmente retomada por Peter Gay ao definir, na mesma amplitude com que se poderia definir o próprio ser humano, aquilo que concebe como o *estilo*. Na eterna tensão que põe o historiador entre a posição de um cientista e a de um homem de letras, a ambiguidade é uma das marcas essenciais observada por Gay na análise que empreende de grandes nomes da escrita histórica. As janelas que se abrem entre a verdade e a beleza na escrita dos

---

<sup>218</sup> Explicitaremos melhor o uso que fazemos desse conceito na seqüência do capítulo.

<sup>219</sup> GAY, Op. Cit., p. 17.

historiadores surgem aqui como uma metáfora interessante a respeito da obra que avaliamos. Afinal, a obra varelliana nos deixou o testemunho de uma busca pela verdade realizada numa profusão de estratégias narrativas claramente inspiradas nos modelos épicos. Gay sugere que se certas técnicas ou opções por determinadas formas e modulações na escrita são frequentemente vistas apenas em si mesmas, como um invólucro inócuo em relação àquilo que se diz, quando são peculiares e habituais, passam a indicar coisas mais profundas: teríamos, numa definição mais simples, o que seria o *estilo* deste ou daquele autor.<sup>220</sup> Diz Gay:

Em parte idiossincráticos e em parte convencionais, em parte escolhidos e em parte impostos por pressões inconscientes, profissionais ou políticas, os recursos do estilo literário são igualmente instrutivos, nem sempre pelas respostas conclusivas que dão, mas pelas questões fecundas que levantam acerca das intenções centrais e interpretações gerais do historiador, o estado em que se encontra sua arte, as crenças essenciais de sua cultura – e, quiçá, os vislumbres que capta de seu objeto.<sup>221</sup>

Essa caracterização nos pareceu central ao abordarmos uma obra que se revela com instruções claras sobre sua pretensão científica e ao mesmo tempo, como veremos neste capítulo, uma insistência nos efeitos poéticos, em formas literárias de articulação da trama e em estratégias de semiotização que remetem à épica clássica. Proclama-se a abertura de uma janela à verdade pura e inadvertidamente imparcial, mas, ao mesmo tempo, abrem-se diversas persianas para uma escrita que também parece almejar algo de belo, uma beleza das palavras e das metáforas, e uma beleza das paisagens, das situações e da alma de cada um dos personagens da trama farroupilha.

Mas, assim como o homem é feito de uma ampla diversidade de aspectos, o estilo também não é um vetor único, ele tem várias dimensões. Cabe ressaltar, ainda baseando-se nas palavras de Gay, que o estilo aqui perseguido está próximo do que ele chama de “o estilo em sua acepção estrita, o estilo literário”<sup>222</sup>, ainda que as idéias de “estilo emocional” e “estilo profissional” também possam ser instrutivas para o processo interpretativo. Afinal, é a conjunção dessas diversas facetas do estilo que pode nos mostrar nuances da percepção varelliana do passado, bem como das possibilidades e limites dentro dos quais seu texto historiográfico foi produzido. Gay propõe uma análise estilística que nos parece apropriada justamente pela capacidade de abranger a diversificação intrínseca à textualidade. Na sua concepção, a variação das técnicas e das opções por determinados signos da literariedade

---

<sup>220</sup> GAY, Op. Cit., p. 21.

<sup>221</sup> GAY, Op. Cit., p. 21.

<sup>222</sup> GAY, Op. Cit., p. 21.

pode ser expressiva sobre aquele que escreve, a respeito do seu mundo e das suas propostas enquanto estudioso do pretérito. Essa é uma possibilidade de ver a linguagem textual através da sua propriedade ontológica, ou seja, inquirir a linguagem historiográfica também como uma arte capaz de dar a ver o ser, apta a desvelar uma “verdade” do mundo-da-vida que se desdobra diante desse mundo do texto da obra estruturada – entendendo aqui essa verdade não na acepção iluminista, da correspondência ou adequação entendimento-objeto, mas no sentido heideggeriano de abertura, ou “desvelamento do ente na totalidade e ao mesmo tempo retração do ser no abismo de sua diferença”<sup>223</sup>.

Invocando um importante filósofo contemporâneo podemos reencontrar aqui a idéia de que a “a linguagem é um centro em que se reúnem o eu e o mundo, ou melhor, em que ambos aparecem em sua unidade originária”<sup>224</sup>. Desse centro que Gadamer concebe como fundamentalmente especulativo, desponta aquilo que pode vir à fala, anunciando um todo de sentido sobre a constituição ôntica daquilo que se compreende, que nada mais pode ser senão linguagem: “o ser que pode ser compreendido é linguagem”.<sup>225</sup> Com essa afirmação que encaminha o fechamento de *Verdade e Método*, o filósofo alemão encontrou uma saída magistral para a tensão que existe entre a busca da verdade ôntica e a antessala do ser que é a linguagem: a estrutura ôntica do ente, no fenômeno hermenêutico, *é a linguagem e a referência a ele é a própria interpretação*. Aquilo que vem à fala é diferente da palavra que o designa, mas essa diferenciação tem que ser também uma indiferenciação, na medida em que ambos formam uma mesma unidade especulativa. Diz-se então que o algo com que o ente se apresenta, ou seja, o signo, faz também parte do seu próprio ser. Aqui a hermenêutica se desprende do rótulo de uma mera bengala metodológica das ciências do espírito para encontrar-se como “aspecto universal da filosofia”<sup>226</sup>. Essa concepção nos serve diretamente para a compreensão de que a leitura que fazemos do estilo é a leitura da linguagem enquanto modo de ser-no-mundo, o que pode ser buscado através da análise dos processos de semiotização sem que para isso tenhamos que necessariamente estar presos a uma rigidez metodológica e ao esquematismo típico da filosofia analítica da linguagem ou da semiótica tradicional, que, a rigor, sequer teriam sentido a partir da postura gadameriana que apresentamos. Referimo-nos nesse caso, mais especificamente, ao pretense rigor que

---

<sup>223</sup> CASANOVA, Marco Antonio. *Compreender Heidegger*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 237.

<sup>224</sup> GADAMER (2002), op. Cit., p. 686.

<sup>225</sup> GADAMER (2002), Op. Cit., p. 687. Ver também sobre esse aspecto: LAWN, Chris. *Compreender Gadamer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 112.

<sup>226</sup> GADAMER (2002), Op. Cit., p. 688.

determina o procedimentalismo da filosofia analítica e do metodologismo que é alvo da crítica não apenas de Gadamer, mas ainda antes, de Heidegger.

O sentido do *ser-aí*, o *Dasein* que Heidegger aprimora num intenso diálogo com Dilthey, não é senão o próprio *tempo*. Resulta daí uma espécie de transposição da intenção epistemológica moderna, isto é, do fundamento cartesiano do ego como *res cogitans* e do modo de perguntar tipicamente kantiano, que estabeleceram as bases da teoria moderna do conhecimento<sup>227</sup>. A chegada ao âmbito dessa ontologia fundamental é um passo determinante na consideração que aqui fazemos desse ser que escreve sobre o passado porque ele está imerso num espectro de indeterminação próprio da existência. Essa vida do passado jamais poderá ser tomada em seu absoluto, sobretudo quando pensamos nas imagens do mundo que o autor elabora no foro íntimo antes da obra estruturada. É exatamente dessa relação que nos fala Ricœur, ao tomar com apreço essa visada ontológica de Heidegger sem esquivar-se da questão epistemológica: mais do que isso, ele busca encontrar no ato da configuração do mundo do texto – e aqui falamos especialmente, mas não exclusivamente, de suas considerações ao texto historiográfico – a vinculação entre a busca legítima de uma verdade pelo método e a abertura da condição histórica, que, enfim, traduz-se no jogo temporal sobre o qual os conceitos antropológicos de Koselleck nos advertem com maestria<sup>228</sup>. Experiência e expectativa, como duas categorias históricas, nos orientam não apenas enquanto mero instrumento lógico, mas apontam para o caráter eminentemente temporal do *Dasein*; ele é um *ser-tempo* e *ser-com-os-outros*, diria Heidegger<sup>229</sup>; e este ser se desdobra e se compreende diante do mundo do texto, nos diria Ricœur<sup>230</sup>.

Consideramos, portanto, que abordar a linguagem historiográfica sob o olhar do “estilo” não implica necessariamente na negação da ambição veritativa em detrimento a uma análise das figuras poéticas. Peter Gay demonstra isso ao fazer uma leitura apropriada de Ranke. Ao colocá-lo na intersecção entre um dramaturgo, um cientista e um religioso, supera o reducionismo de vê-lo apenas dentro de sua própria autoproposição de historiador-cientista<sup>231</sup>. Uma visada em direção ao estilo nos adverte em relação às sutilezas de algumas estratégias de composição, ao preciosismo na escolha das metáforas, das analogias, das divagações morais escondidas entre um rasgo e outro da narrativa. E

---

<sup>227</sup> HEIDEGGER, Martin. *Tiempo e Historia*. Trad: Jesús Escudero. Madrid: Minima Trotta, 2009, p. 71-74.

<sup>228</sup> KOSELLECK (2006), Op. Cit., 305-327.

<sup>229</sup> HEIDEGGER (2009), op. Cit., p. 84.

<sup>230</sup> RICŒUR (2008), Op cit., p. 65-66.

<sup>231</sup> GAY, op. Cit., p. 64-69.

pensamos que essa proposta nos permite falar da hermenêutica da maneira como nos fala Ricœur, ou seja, como uma tentativa de aproximação, ainda que tênue, a um mundo que se desdobra na narrativa de uma obra estruturada. Visto por este ângulo, o texto é o produtor por excelência do distanciamento na comunicação e por isso mesmo é que revela um caráter fundamental da historicidade da experiência humana, a saber, que ela é *comunicação na e pela distância*.<sup>232</sup> Esse distanciamento é condição da própria interpretação, análoga à mesma objetivação do homem nos produtos de seu trabalho e de sua arte, estando, portanto, anterior a qualquer questão metodológica. A interpretação da obra é a própria réplica do distanciamento fundamental que está na objetivação originária do homem em suas obras de discurso<sup>233</sup>; o distanciamento constitui o próprio fenômeno do texto como escrita, e, ao mesmo tempo, a própria condição da interpretação. Depreende-se daí a impropriedade de uma escolha eliminatória entre objetivação e interpretação, ou em outros termos, a velha dicotomia entre explicação e compreensão. Nesse caso, nossa alusão ao estilo pode ser válida, na medida em que interpretar uma determinada construção textual, uma obra de história nesse caso, também é “explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto”<sup>234</sup>, já que “o estilo é o próprio homem”.

A cena que abre nosso trabalho dissertativo, no *Prólogo*, é extremamente sugestiva. Ela nos apresenta um herói exausto das batalhas na ânsia do retorno à sua estância, que ao reencontrar-se inesperadamente com o próprio passado acaba tomado de emoção, o que o faz esconder-se resolutamente dentro das próprias lágrimas; o herói farroupilha mal podia esconder a comoção que lhe causava ouvir o nome da república, que por muito fora um grande sonho, dissipado como névoa, pelos ares que deram um fim à dissidência farroupilha<sup>235</sup>. A cena é construída junto com a paisagem e a ação é costurada numa narrativa que nada se parece com aquela a qual um historiador-cientista deveria se resignar. Em seguida, a narrativa evoca uma cena análoga, que com sua simples presença na urdidura textual é capaz de conferir um sentido próprio à recém relatada ação que se passara nas terras sulinas: Varella evoca a presença de Ulisses, na corte do rei dos feácios, que chora ao ouvir do aedo os sucessos dos quais fora protagonista, vendo sua própria vida se colocar diante e, portanto, fora dele mesmo. O momento simbólico em que a experiência toma uma forma externa, transformando-se, enfim, em uma história.

---

<sup>232</sup> RICŒUR (2008), op. Cit., p. 51-52.

<sup>233</sup> RICŒUR (2008), op. Cit., p. 61.

<sup>234</sup> RICŒUR (2008), op. Cit., p. 51-52.

<sup>235</sup> Ver *Prólogo*, página 9.

Na visão da filósofa Hannah Arendt, essa cena da epopéia homérica é uma das mais emblemáticas para a História em sua relação com a Poesia, porque é nela que os feitos do herói, até então meramente ocorrências em sua existência, pela primeira vez se tornaram algo como uma “estória”, “algo fora dele próprio, um objeto para todos verem e ouvirem”<sup>236</sup>. Continuando com as palavras de Arendt,

A cena em que Ulisses escuta a estória de sua própria vida é paradigmática tanto para a História quanto para a Poesia; a ‘reconciliação com a realidade’, a catarse, que segundo Aristóteles era a própria essência da tragédia, constituía o objetivo último da História, alcançado através das lágrimas da recordação. O motivo humano mais profundo para a História e para a Poesia surge aqui em sua pureza ímpar: visto que ouvinte, ator e sofredor são a mesma pessoa, todos os motivos de pura curiosidade e ânsia de informações novas, que sempre desempenharam, é claro, um amplo papel tanto na pesquisa histórica como no prazer estético, acham-se naturalmente, ausentes do próprio Ulisses, que se teria enfastiado mais do que comovido se a História não passasse de notícias e a Poesia fosse unicamente entretenimento.<sup>237</sup>

Esse motivo não poderia ser outro que não a possibilidade de conferir uma grandeza e uma dignidade tais que pudessem eternizar as façanhas dos homens, tão efêmeros em sua condição histórica. Essa atitude demasiadamente humana de dar a algo, aos sucessos e acontecimentos de uma vida, uma dignidade capaz de eternizar, possivelmente ultrapasse a relação entre História e Poesia.<sup>238</sup> Todavia, tal reflexão nos é aqui particularmente importante na medida em que ela pode ajudar a explicar a coloração épica que faz da *História da Grande Revolução* um livro tão peculiar na trajetória de Varela e no contexto historiográfico em que estava inserido. “A História acolhe em sua memória” aqueles que são dignos da natureza, dando-lhes a fama pela qual poderão “permanecer na companhia das coisas que duram para sempre”<sup>239</sup>. Tomando as devidas proporções filosóficas do argumento – que permitem, naturalmente, contestações como a de François Hartog<sup>240</sup> –, parece-nos

---

<sup>236</sup> ARENDT, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. 6. Ed. Trad: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 74.

<sup>237</sup> ARENDT (2009), Op. Cit., p. 75.

<sup>238</sup> Em *Tempo e Narrativa*, Paul Ricœur reflete acerca da opção entre a finitude e a eternidade, opondo Agostinho a Heidegger e observa que “só um mortal pode formar um propósito de ‘dar as coisas uma dignidade que as eternize’”. RICŒUR (1994), op. Cit., p.131. Uma vez que a história corre acima da morte refugiando-se como uma própria memória dela, essa reflexão nos ajuda a pensar sobre as vias pelas quais a história poderia lograr então proteger-se do esquecimento. Sobre a questão ver também LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e Ação na Teoria da Narratividade de Paul Ricœur*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p. 104, 192.

<sup>239</sup> ARENDT (2009), Op. Cit., p. 78.

<sup>240</sup> Reportamo-nos aqui à crítica feita por François Hartog a essa afirmação de Arendt. Para o historiador francês não há clareza se de fato, para o público que ouve o aedo a contar as façanhas de Ulisses, a externalização narrativa das ocorrências vividas pelo herói poderia ser vista como algo diferente da crença plena na onisciência das musas, que tudo sopram a Demódocos. Ele se pergunta se de fato haveria ali a consciência desse “nascimento” do relato histórico: “Trata-se do ‘primeiro’ relato histórico? Para quem? Para nós talvez sim, mas na forma de uma cena primitiva. Para Demódocos, seguramente não: ele desempenha o papel do aedo, do modo como lhe é comum. Para os feácios, menos ainda. Eles escutam o seu aedo, do modo que lhes é comum. Para aqueles que vivem

lícito seu uso, uma vez que a tensão dessa relação é uma marca determinante na obra do nosso moderno historiador sulino. A História e a Poesia, ora tão distantes, cruzam-se, às vezes sem trégua, no campo da configuração da experiência dos homens no tempo. E a grandeza capaz de eternizar, comum à História e a Poesia, é justamente uma das principais distinções do gênero épico, que tanto seria explorado nessa obra de Varella.

Ao falarmos do gênero épico, chegamos ao ponto fulcral de nossa reflexão. Como veremos logo em seguida, Varella, ao compor a sua escrita histórica, abusa de uma peculiar manifestação estilística que era apenas latente em algumas de suas obras anteriores: uma clara adesão a modos potencialmente épicos de articulação da narrativa histórica. Para explicarmos melhor o caminho que percorremos para proceder a essa caracterização, é importante frisar que acabamos passando, inevitavelmente, por algumas teorizações sobre os gêneros literários. Mais especificamente nos referimos a uma teoria do gênero épico que marcou uma importante diferença em relação a toda uma tradição dos estudos do campo, por atualizar uma discussão que ainda remontava à autoridade absoluta do texto aristotélico na apreciação do épico. Negando explicitamente a diluição do épico no gênero narrativo, algo que parecia inquestionável na teoria dos gêneros, Anazildo Vasconcelos da Silva sugeriu que o épico, por ostentar-se como uma mescla entre os gêneros narrativo e lírico<sup>241</sup>, jamais fora engolido pelo romance numa espécie de evolução forjada do primeiro para o último. A peculiaridade do épico na cultura ocidental o permitiu ter uma trajetória independente e a teoria de Silva mostra justamente a plausibilidade dessa afirmação.

*A semiotização épica do discurso*, nome dado por Silva a esse conjunto de teorizações, adverte-nos para um aspecto vital em nossa avaliação que é a *matéria épica*, ou seja, a “unidade articulatória que se constitui a partir da fusão de um feito histórico com uma aderência mítica, a qual exerce sobre o mesmo uma ação desrealizadora.”<sup>242</sup> Essa matéria é a fusão das dimensões do real e do mítico, operada de duas maneiras. Na primeira “a matéria épica é uma construção coletiva, gerada no seio de determinada cultura”<sup>243</sup>, ou seja, chega de forma autônoma e mais ou menos completa ao poeta; e na segunda, “é uma construção literária, gerada pela intervenção criadora no seio das representações socioculturais de uma

---

*afastados do resto dos homens, a morte do herói diante de Tróia não significa nada de particular.”* HARTOG, F. A fábrica da História: do acontecimento à escrita da história. As primeiras escolhas gregas. In: *História em Revista*. Pelotas, v. 6, 7-19, dezembro/2000, p. p. 7-19, p. 11.

<sup>241</sup> Ou seja, conserva elementos de ambos, fundindo o narrador à figura de um eu-lírico. RAMALHO, Christina; SILVA, Anazildo V. *História da Epopéia Brasileira: teoria, crítica e percurso*. V. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 46.

<sup>242</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 54.

<sup>243</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 54.



comunidade”<sup>244</sup>, isto é, a ação criativa do poeta é que procede a fusão dos referentes históricos aos míticos, “potencializando a significação simbólica de determinados eventos e/ou experiências existenciais”<sup>245</sup>. Por ora, a primeira via nos interessa apenas de forma tangencial, pois se trata de como essa fusão dos referenciais mítico e histórico é processada e considerada absolutamente legítima no seio da cultura historiográfica sulina que permeia o tempo histórico de Varella<sup>246</sup>. A segunda é a que mais nos interessa nesse momento, uma vez que ela nos ajuda a entender o processo de semiotização épica presente na *História da Grande Revolução*. Veremos, no entanto, que ambas as formas mantêm entre si certa continuidade.

Para Silva, *matéria épica* e *epopéia* não se confundem. A *epopéia* seria a realização literária específica da *matéria épica*, que, no entanto, a antecede enquanto idéia impregnada no imaginário social e potencialmente geradora de manifestações criativas diversas. Nesse caso, podemos dizer que a configuração da *matéria épica* presente em Varella endossa esse pressuposto, uma vez que a fusão mito-história já não era inédita no tratamento dos feitos da Revolução Farroupilha nas primeiras décadas do século (sobretudo a partir dos anos 20), embora isso aparecesse de maneira mais expressiva e evidente nas produções literárias em sentido estreito, especialmente nas produzidas por intelectuais que também eram historiadores.<sup>247</sup> Em Varella, contudo, a *matéria épica* iria ser processada de forma peculiar na *escrita historiográfica*. Com isso queremos dizer que, em sua história, a articulação da revolução farroupilha como *matéria épica* se dá de forma mais clara no sentido da semiotização do discurso, isto é, na apropriação dos signos e na associação textual dos sentidos operadas na estruturação da obra. Ainda citando Silva, é um processo complexo no qual a expressão épica traduz-se como a manifestação de uma experiência existencial compartilhada capaz de definir em seu âmago a identidade de um povo ou uma nação em relação ao mundo.<sup>248</sup> Silva refere-se aqui, mais precisamente, aos poetas. No entanto, a

---

<sup>244</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 55..

<sup>245</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 55.

<sup>246</sup> Esse aspecto toca numa discussão que fazemos mais especificamente no *Capítulo 4*.

<sup>247</sup> Aqui se pode falar da recorrência da inspiração épica e dos exercícios poéticos de construção da história sulina com cores épicas através de poesias como a premiada *Farrapiada*, de Aurélio Porto, iminente historiador rio-grandense da época de Varella e considerado um dos mais ilustres do penteão dos historiadores do IHGRGS. A citada poesia é uma composição épica que venceu o concurso realizado pelo instituto histórico em função das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Ao que tudo indica, a sugestão do título *Farrapiada* veio de uma conversa do autor com Alfredo Varella. Sobre a incursão dos diletantes da história em terras literárias, ver: ZILBERMAN, Regina. História e Literatura no rio Grande do Sul. In: SCHÜLER, Fernando Luis, BORDINI, Maria da Glória. (orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucr, 2003, p. p. 69-80, p. 72-73.

<sup>248</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 58-59.

partir de tudo o que já argumentamos sobre a relação entre discurso histórico e discurso literário, podemos admitir que esse processo é absolutamente possível – e Varella é uma evidência disso – na escrita historiográfica propriamente dita.

O que chamamos aqui de signos do épico são propriamente os elementos considerados centrais que caracterizam uma abordagem épica sem que, necessariamente, estejamos falando da produção de uma epopéia propriamente dita. No caso de Varella, apontamos como fundamental a *estruturação dos heróis*, num sentido amplo, que em sua obra abarca não apenas os sujeitos, mas também representações simbólicas de coletividade. Esse elemento é crucial na medida em que é justamente o herói vinculado ao relato que define a natureza do épico. Apesar de ser uma afirmação bastante vaga, ela tem um pleno sentido quando pensamos na epopéia clássica: o sujeito épico é um sujeito que está em plena ação no mundo, inscreve essa ação no desenrolar das sucessões de acontecimentos e toda essa sua mobilidade lhe permitirá uma experiência histórica abrangente. Não é um mero sujeito vagando sem horizonte ao sabor do acaso. Ele traz em sua própria existência e manifesta na sua ação a marca da sua transcendência, daquilo que o ultrapassa no âmbito do universal e que lhe permite transitar, quase que livremente, entre o mundo histórico e o mundo maravilhoso<sup>249</sup>. O sujeito da ação épica negocia as duas dimensões da matéria épica, e fica atrelado a uma dupla condição existencial: a histórica e a mítica, o homem sujeito ao tempo e aquele que partilha da imortalidade épica. Eis o eixo que centraliza a caracterização heróica operada por Varella em sua história e que veremos logo em seguida.

No mesmo sentido, o heroísmo épico está ligado ao processo de superação desse ser em particular, que rompe com as amarras da temporalidade para se inscrever na imensidão do eterno. E, para isso, precisa conservar em sua personalidade características perenes, impassíveis a qualquer vetor de mudança, que estipulam uma personalidade estável e rígida.<sup>250</sup> Em geral, pelo menos se pensarmos em Homero, essas características são virtudes modelares, como a honra, acompanhada da lealdade e do respeito até mesmo pelo inimigo.<sup>251</sup> São caracteres semidivinos que orientam a formação das gerações, estão acima dos anseios individuais; em nome deles é que os destinos dos conflitos são decididos e é na atividade guerreira que muitas dessas potencialidades são levadas aos seus limites, tanto força e destreza no pelear, quanto a capacidade de discursar. O herói demonstra sua

---

<sup>249</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 223.

<sup>250</sup> FINLEY, Op. Cit., p. 8.

<sup>251</sup> SCHÜLER, Donaldo. *Literatura Grega*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985, p. 15.

desenvoltura, essencialmente, no “destro manejo das armas e na habilidade de falar”<sup>252</sup>. O herói grego é portador de uma *areté*, ou seja, uma virtude em alto grau de excelência, como Aquiles, por exemplo, que é o “paradigma da *areté* guerreira”.<sup>253</sup> No entanto, se esses heróis realizam façanhas portentosas em virtude da ancestralidade divina que carregam, não estão livres da condição de homens, que os leva aos atos desprovidos de nobreza e os mostra a face da finitude, com a morte.<sup>254</sup> Essa face lhes é, no entanto, essencial, já que livres da condição humana (lembramos de Ulisses recusando a oferta feita por Calipso, para que se tornasse um deus imortal<sup>255</sup>) não mais seriam heróis.<sup>256</sup>

Na *História da Grande Revolução*, essas características se apresentam de forma alegórica, mas nas metaforizações operadas por Varella, preenchem de sentido as personalidades históricas. Em duas vias, fortemente amarradas entre si, é possível perceber a estruturação da matéria épica de sua narrativa: em primeiro lugar desponta a “raça dourada extremenha”, epíteto que ultrapassa a mera formulação da trajetória de uma formação étnica para mostrar um povo extraordinário, apto a realizar até mesmo o que pode parecer sobre-humano, e que se funde à própria pátria para se tornar um quase-personagem da saga; em segundo, surge a apresentação heróica enquanto tal, no empenho da construção detalhada de algumas das figuras centrais da revolução, personalidades que foram capazes de interpretar todas as aspirações coletivas, encarnar o espírito de um tempo e de um povo para realizar o seu destino, ainda que isso não significasse dizer que sua ação era inteiramente espontânea<sup>257</sup>. Estes personagens se revelam como presenças excepcionais que lutaram movidos pela fibra atemporal, e por isso mesmo não eram mais do que a manifestação individual da estirpe formadora do povo-herói-coletivo. Aqui, ambas as representações da matéria épica fundem-se como referência histórica dos líderes da revolução e referência mítica das ações sobre-humanas por eles realizadas.

Tal forma de representação dupla do heróico é típica do modelo épico, uma vez que os heróis nunca são apenas indivíduos, e o destino em jogo na trama também não é apenas o de um sujeito em particular. É interessante lembrar a clássica caracterização de Lukács, num livro magistral sobre o tema:

---

<sup>252</sup> SCHÜLER, op. Cit., p. 16.

<sup>253</sup> PESSANHA, Nely Maria. Características básicas da epopéia clássica. In: APPEL, Myrna; GOETTEMS, Míriam. (orgs.). *As formas do Épico: da epopéia sânscrita à telenovela*. Porto Alegre: Movimento, 1992, p. 37.

<sup>254</sup> SCHÜLER, Donald. Definições do Épico. In: APPEL; GOETTEMS, Op. cit., p. 11.

<sup>255</sup> Canto V da Odisséia.

<sup>256</sup> SILVA, Op. Cit., p. 60-61.

<sup>257</sup> Ver VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 28.

O herói da epopéia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopéia que seu objeto não é um destino pessoal, mas o de uma comunidade. E com razão, pois a perfeição e completude do sistema de valores que determina o cosmos épico cria um todo demasiado orgânico para que uma de suas partes possa tornar-se tão isolada em si mesma, tão fortemente voltada a si mesma, a ponto de descobrir-se como interioridade, a ponto de tornar-se individualidade. [...] Quando a vida, como vida, encontra em si um sentido imanente, as categorias da organicidade são as que tudo determinam: estrutura e fisionomia individuais nascem do equilíbrio no condicionamento recíproco entre parte e todo, e não da reflexão polêmica voltada sobre si própria, da personalidade solitária e errante. Portanto, o significado que um acontecimento pode assumir num mundo de tal completude é sempre quantitativo: a série de aventuras na qual o acontecimento é simbolizado adquire seu peso pela importância que possui para a fortuna de um grande complexo vital orgânico, de um povo ou de uma estirpe.<sup>258</sup>

A interpretação e teorização de Lukács é, sem dúvida, referência obrigatória e ainda atual ao falarmos de épica. O que consta acima veremos em sua radicalidade na construção histórica varelliana: essa organicidade determina o caráter, a estrutura, a fisionomia individual do herói, nascido da dialética entre a parte e o todo e carregando o destino de uma comunidade. Os acontecimentos jamais são apenas particulares: eles pesam no todo, porque dele advém e a ele se direcionam. A seção seguinte traz alguns exemplos de como nosso historiador costurou sua história com esses caracteres do gênero épico, sobretudo das epopéias de Homero. Dividimos didaticamente em duas partes algo que está conjugado em sua obra, mas acreditamos assim poder ver de uma maneira mais clara a presença desses signos do épico destilados através do estilo de Varella.

### 3.2. A matéria épica na formação do complexo vital rio-grandense

A idéia da formação de um “grande complexo vital orgânico”<sup>259</sup>, da maneira como teoriza Lukács, recomenda-nos, antes de considerar os próprios heróis da narrativa, a pensar na formação do espaço e do gentio que dão forma à matéria épica da história de Varella. A primeira manifestação dos signos do épico surge quando Varella narra a formação do povo heróico sulino, talvez um dos momentos mais expressivos da opção varelliana pelo *épos*. O complexo vital rio-grandense reúne essa comunidade diante do seu cenário, agrupando os elementos definidores do destino dos personagens à totalidade da trama.

---

<sup>258</sup> LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance*. Trad: José Marcos de Macedo. São paulo: Duas cidades/ Ed. 42, 2000, p. 67.

<sup>259</sup> LUKÁCS, op. Cit., p. 67.

Toda a construção inicial da *História da Grande Revolução* se preocupa em recompor o meio e apresentar o povo nele formado como heróico, desde suas origens mais remotas, origens essas não apenas étnicas e históricas, mas míticas, sobretudo quando o narrador perde de vista as referências históricas e completa a caracterização evocando as ancestralidades gregas e romanas dessa formação gentílica. Na perda do referencial existencial histórico, a narrativa reencontra-se no lírico capaz de apresentar esse coletivo apto a inscrever a ação exemplar no mundo, quando os acontecimentos não são senão o veículo de um ímpeto atemporal que lhe atravessa, pertencente à ordem do imutável e do essencial. Assim como os heróis das narrativas homéricas, esse herói-gaúcho tem em sua genealogia a marca senão divina (como a que acompanha Aquiles, Ulisses e Enéias), ao menos sacralizada: o gérmen imaculado do açoriano, intocado pelas influências funestas de um tempo de degradação moral, que se funde à semente libertária do indígena e à nobreza imperecível e garbosa da verdadeira descendência espanhola. Em sua narrativa essas são as sementes que deram forma ao gaúcho, sempre evocadas desde um momento mítico, que, se inquirido, pode se afastar até os longínquos povos nobres da antiguidade greco-romana.<sup>260</sup>

Quase um terço da obra se dedica à caracterização do espaço e à formação desse povo do sul. Nesse processo de formação, da união dos homens com a terra, teriam surgido as características definidoras da comunidade e que fariam da província um ambiente completamente distinto, permeado por ideais muito dessemelhantes daqueles que eram comuns em outras porções do país. Grande parte daquelas que seriam as condições e causas amplas para o desencadeamento do conflito reside nesse momento peculiar da obra em que o autor pacientemente tece o processo de gestação do “espírito libertário”, na sua visão a grande essência do decênio revolucionário. A magnitude que o autor proclama para os dez anos de guerra civil é defendida na economia do texto, e a estratégia é, antes de narrar os feitos da guerra propriamente dita, dar forma a uma raça extraordinária e descrevê-la no desenrolar de uma era mítica: a despeito do esforço metodológico do historiador em datar e caracterizar esse processo de constituição do espaço e dos homens, em algum momento o horizonte de alcance da descrição historiográfica se eclipsa e o narrador embrenha-se no campo do maravilhoso, rompendo as fronteiras do tempo e do espaço.<sup>261</sup>

A história da revolução farroupilha não se resumiria, assim, a dez anos de uma guerra civil. É uma saga começada muito antes, quando uma comunidade pequena e totalmente desprovida de recursos engendrara a construção de uma província capaz de uma obra de

---

<sup>260</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 66-95, 467.

<sup>261</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 101-105.

incríveis proporções na história do país, sem precedentes, que ainda esperava para ser definitivamente narrada; uma façanha bélica tão virtuosa que jamais poderia ter sido resultado apenas das contingências, daquilo que perece no tempo humano; muito além disso, tamanha empresa despontava aos olhos de Varella como suportada pela assombrosa substância atemporal formada ainda na origem dessas paragens e carregada pela dança sucessiva das gerações. Este é o verdadeiro exórdio de sua epopéia:

Promoveram os continentinos uma assombrosa transformação, de epica belleza, de fama retumbante. O que mais surprehende, na iniciativa delles porém, não é tanto o que ha, na mesma, de meritorio, no senso vulgar, e que tinha, aliaz, em bôa parte, um emprego momentaneo, passageiro, transitorio. O que mais surprehende, é o que persistiu invariavel, e foi como que a substancia immortal do que imperterritos consumaram. <sup>262</sup>

Esses homens surgem na narrativa varelliana como aqueles que ergueram novas instituições e derrubaram as que julgavam velhas e já inúteis. Todavia, isso ainda pertencia ao reino da contingência; o elemento atemporal, essa “substância imortal”, é a própria “fibra moral” que, desde os primórdios da ocupação e formação social do território sulino, permanece intacta. É a herança da linhagem mais nobre dos portugueses, especificamente daqueles que não haviam ainda se poluído pela corrupção política que tomara Portugal como uma “abjeta criação do industrialismo torpe”<sup>263</sup>: os açorianos, preservados em seu pequeno arquipélago da influência corruptiva da metrópole. O açoriano surge como o verdadeiro depositário de um tempo de ouro do reino português (em todos os aspectos – língua, vestimenta, costumes, trabalho, moral, “coragem”) que vem aportar nas terras sulinas. O autor vê como virginal até mesmo a visão sobre a pátria que preservavam na ilha, pois não teriam sido corrompidos pelo que chamou de uma burocracia clientelística e oportunista cheia de políticos profissionais usurpadores da metrópole portuguesa. Os açorianos teriam se resguardado em uma pureza idílica, por carregarem intacta a fibra dos tempos heróicos ao permanecerem imunes nas ilhas à degradação moral que seus irmãos peninsulares viriam a sofrer. Seus núcleos familiares teriam preservado o elo primitivo de pertencimento ao seu meio e o ideal de defesa da pátria e da liberdade; suas aptidões básicas continuaram sendo a lavoura, o marear e a guerra (sendo esta última aquela a que mais eram avessos)<sup>264</sup>. Todas essas características heróicas preservadas que viriam aportar aqui no sul brasileiro – um ambiente de terra virgem no qual precisariam lutar ostensivamente contra as intempéries naturais e a escassez – constituem um eixo fundamental da matéria épica na

---

<sup>262</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 14-15.

<sup>263</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 62.

<sup>264</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 60-70, 134-138.

narrativa. Isso porque é partir dessas características que se formaria uma “raça de ouro”, de caráter bravo e batalhador, de homens detentores de uma fibra ética pura, de estirpe já irreconhecível em comparação com os contemporâneos portugueses da metrópole. Assim se expressava o historiador:

[...] um acontecimento historico introduziu na sociedade que se desenhava, um modificador a cujo peso se restabeleceram, de certo modo, os caracteres intrinsecos da raça. Um novo factor immigratorio: a contribuição açoriana, pelas proporções que teve, retrouxe a caudal ethnica á sua quasi pureza originaria.<sup>265</sup>

E foi esse processo que salvou tudo o quanto existia aqui nos confins do pampa: um escasso povo miscigenado entre lagunenses, paulistas, espanhóis, lusos e indígenas que, na dinâmica da mistura entre raças e sofrendo a influência do meio, formaram novos matizes, os quais, devido às mudanças de ambiente enfrentadas pelos homens que trocavam suas terras natais pelo chão rio-grandense, acabavam por sofrer metamorfoses em seu estatuto moral, subjugados pela rusticidade do próprio meio. A tendência nesse processo, de acordo com o autor, era que se sofresse uma involução dos princípios morais. A estirpe açoriana foi o elemento que impediu que isso acontecesse nas terras rio-grandenses. Era o elemento originário, precisamente o elo inicial de ligação entre o mundo do mito e a história.

Um mundo novo surgindo, uma “manhã da humanidade”<sup>266</sup>: expressão de Garibaldi recuperada por Varella para endossar o argumento de que as circunstâncias do meio somadas à nobreza dos povos que aqui aportavam só poderiam produzir criaturas mais nobres e moralmente diferenciadas (numa analogia com o que ocorre no processo de evolução natural):

As circumstancias em que os homens tinham avultado a sua estatura moral, reencontravam-se agora em ultramar, e até mesmo as aventuras se reproduziam, passando, quasi identicas, das chronicas velhas ás modernas. Em solo propicio se desenvolveram com a máxima largueza os bons costumes tradicionais do Portugal heroico.<sup>267</sup>

Ao entrar em contato com uma natureza bela, mas igualmente rústica, um ambiente adverso daquele em que viviam e muito menos evoluído materialmente, esses “homens de ouro” tiveram diminuídas, de início, as “prendas morais” que conservavam desde tempos imemoráveis. Contudo, o mesmo encontro com a natureza agreste potencializou, logo em seguida, um renascimento dessas “prendas”, que se opulentaram ainda mais com a evolução realizada por estes sujeitos. Se o retorno à natureza permitiu o embaçamento de certos

---

<sup>265</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 60.

<sup>266</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 15.

<sup>267</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 63.

caracteres morais, logo esse meio natural se tornaria um impulso para o aprimoramento e engrandecimento da moral sulina. Sobre a ordem accidental permanecia, portanto, um espírito ordinário, uma “imagem eterna do homem”, inalienável verdade:

Nitida transparece o que constitue, não a mascara, a vera "imagem eterna do homem". Salienta-se o que nelle "é inalienavel ou imprescriptivel", porque superior a frivolas ou secundarias diferenças de raça, nação, atrazo, progresso. Destaca-se o que de ordinario paira acima dos meros accidentes, como o espirito sobre as aguas tenebrosas do abysmo: "Ferebatur super aquas".<sup>268</sup>

"Ferebatur super aquas" é uma referência direta ao Livro de Gênesis, da *Bíblia*, especificamente seu segundo versículo que narra: "*Terra autem erat inanis et vacua, et tenebrae super faciem abyssi, et spiritus Dei ferebatur super aquas.*"<sup>269</sup> Sobre uma terra que era deserta e sem forma, com as trevas cobrindo o abismo, o Espírito de Deus pairava sobre as águas. Um espírito eterno e indivisível, portanto, que, tão logo surge na narrativa, é capaz de fazer emanar luz da imensidão de trevas. O ordinário sobrepõe-se ao accidental. E este mérito “discriminador e sublimador” desse povo de estirpe nobre aqui aportado, na sua jornada árdua rumo a uma evolução impensável em paragens tão distantes quanto desafiadoras, é capaz de trazer à memória do historiador “a chuva de ouro fecundativa dos *mythos* helenos”<sup>270</sup>. Varella apresenta, pela primeira vez no texto, uma analogia direta entre a formação do povo rio-grandense e as epopéias homéricas, logo após caracterizar sua substância como um espírito eterno. A narrativa encontra um ponto de confluência importante, que servirá justamente para enfatizar ao longo de toda a arquitetura da obra a existência de um elemento eterno sobrepondo-se ao perecível: é assim que se configura a essência do heróico, sua imutabilidade, nas narrativas de Homero<sup>271</sup>.

Esse espírito atemporal desenvolve-se em um espaço apresentado como fator determinante na conjugação dos elementos que dariam forma ao povo sulino. Por isso Varella procede a densas e detalhadas descrições do espaço físico, e é um dos momentos em que seu texto transcorre de forma mais prolixa e descritiva, principalmente ao debater as idéias dos diversos autores referenciados, naturalistas, viajantes, cientistas. Seria evidentemente plausível e aceitável que resumíssemos sua fixação pela influência do meio falando do determinismo de Taine, presença freqüente em historiadores do período, ou

<sup>268</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 15.

<sup>269</sup> BIBLIA. *Liber Genesis*. Latim. Bíblia Católica Online. Versão Vulgata Latina. Disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/09/1/1.php>>. Acesso em 26 fev 2009.

<sup>270</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 16.

<sup>271</sup> Diz Finley que os personagens da epopéia homérica “são excessivamente simples, fechados em si mesmos, rígidos e estáveis, excessivamente desvinculados de seus contextos. São atemporais como o próprio poema.” FINLEY, Op. Cit., p. 8.



mesmo pelo uso recorrente dos pressupostos comteanos, cujo uso e apropriação por Varella já delineamos no capítulo anterior<sup>272</sup>. No entanto, estaríamos assim deixando encoberta uma característica recorrente da obra, que era justamente coroar todo um conjunto descritivo e carregado de provas documentais com um momento no qual os signos da literariedade entravam em ação para dar inteligibilidade e sentido ao complexo de dados dispersos. A essas descrições minudenciadas do espaço, por exemplo, se sucede um espaço textual de composição do “espírito mítico” que envolve a terra “extremenha” e a relação dela com seus primitivos habitantes. A passagem a seguir é expressiva, porque justamente complementa uma enfadonha descrição da geografia sulina:

Interessante notar é que o mais bello tempo não no conta a chamada boa estação. Enthesoura-o o inverno, para que lhe perdoem o natural destempero. Como um rosario de gemmas rutilantes, desfiado pelos dedos ignotos de uma fada bemfazeja, se inicia, com a alva por vezes, uma festa no espaço, que dura muitos dias, substituidas pelos mais gratos risos, as sombras tragicas e fuzilantes ameaças. No periodo de que se trata, reinam os ventos do quadrante do sudoeste, como no estio os do quadrante opposto. O pampeiro embrusca o pavilhão das nuvens: toca-as por diante, em cavalgadas loucas, que abalam a gleba e alagam-na com os pesados aguaceiros, rijas bategas ou chuvas torrenciales, desencadeiada em furia a procella. Finda a explosão da colera meteorica, o sol reaponta, mas os seus raios chegam incompletos sobre os planos encharcados: grossas cumulus enluctam a cupula superior ou criva-se ella de cirrus, largas manchas negras ou cinzentas, que mantêm carrancuda a paizagem. Ronda o vento para oéste, firma-se nesse rumo: o espectáculo se transforma: o minuano opera como um fantasioso magico. Gelado no cume dos Andes, sopra um frio picante, mas, desannuvia, dissipa as humidades, afasta os vapores deleterios, subtilisa a atmospheria, então de uma côr igual, matiz uniforme a que nenhum outro se casa, — um divino azul fascinante, de nimia transparencia e limpidez, diluida a casta, intensa claridade, sem sombra que de leve a macule: a luz em sua pureza ideal!<sup>273</sup>

O homem sobre o cavalo, enfrentando o inverno, rebatendo contra um elemento nobre da paisagem, uma das forças edificantes e purificadoras da natureza e do gentio sul-riograndense. O minuano, para o cientista, é um elemento geográfico diferenciador; para o narrador/eu-lírico da composição épica é a magia, o elemento infinito e misterioso do cosmos sulino. Se aos elementos do espaço natural é reservado apenas o comedimento da atitude descritiva, no caso do cientista, ao espírito poético é dada a ver toda uma gama de sinais fabulosos, elementos da alquimia além-tempo capaz de explicar a singularidade desses homens do sul e da terra sem igual em que iriam se aventurar e prosperar. Uma característica heróica fundamental é realizada com a descrição que citamos em parte acima: a instabilidade da relação do homem com a natureza (confundida com os deuses) cuja força sobre-humana afronta os mortais, ao mesmo tempo em que os acolhe. Como afirma Schüler,

---

<sup>272</sup> Ver nota 123 do *Capítulo 2*.

<sup>273</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 45.

A epopéia narra a instável relação do homem com as circunstâncias, que podem assumir função de sujeito. O Universo inteiro, no seu caráter ameaçador ou acolhedor, confronta o homem como outra vontade ou como vontade de outros. O homem luta para emergir no mundo gigantesco e poderoso e se manter de pé. E o faz na infração. Aos poderes opõe um poder que os afronta, haja vista a rebeldia exemplar de Prometeu. Heróis civilizadores, como Teseu e Hércules, afrontando os limites proibidos, alargam o espaço em que se pode viver humanamente. A epopéia se define pelos ajustamentos do homem ao mundo em que lhe compete viver, conviver e sobreviver.<sup>274</sup>

Ela [a natureza] ataca com tempestades, estreitos rochosos, mares desconhecidos, escassez de alimentos. Para vencê-la requer-se inteligência, além de habilidade, coragem e força. Duma frota de doze navios, Ulisses chega a Ogídia como único sobrevivente.<sup>275</sup>

É justamente na relação dos homens com o espaço que habitam que desponta uma espécie de tensão integradora. Em vista de sua luta contínua e incansável, estes homens teriam chegado a um ponto de quase fusão com a terra, gerando um amálgama homem-terra jamais antes visto na história brasileira. A terra gera os frutos, mas é o afã pelo trabalho que faz o homem se entender com o meio indócil. É importante lembrar a ressalva do autor, de que os açorianos aqui aportados já estavam desde há muito acostumados a lidar com os caprichos das intempéries e todos os outros tipos de dificuldades imagináveis. Do mesmo modo, os homens que já estavam aqui também conheciam as agruras do ambiente e dessa forma, misturados aos elementos açorianos portadores da semente heróica, tornaram-se um só gentio, que não poderia ser, portanto, de caráter inferior. Afirma o autor que a “raça” portuguesa, de extrema facilidade adaptativa, mesclada a quaisquer outras raças gera “magníficos espécimes”.<sup>276</sup> Essa capacidade adaptativa teria se manifestado aqui, pois em poucos decênios esses homens já haviam se ajustado totalmente e gerado esse tipo peculiar de gaúcho, mestre no trato com o cavalo bravo no pampa, cuja índole refratária ao serviço militar acabaria virando um entusiasmo guerreiro e o modo de ser pacato se transmutaria num modo alegre e ousado de ver a vida.<sup>277</sup> A mistura com os indígenas é também considerada, mas de forma muito escassa no começo, já que para Varella a população era de imensa maioria latina. Ao longo do processo, essa mistura passa a ser mais freqüente, entre este povo mais primitivo entrecruzado de brancos, índios e negros e aquele que era o português puro dos Açores. Uma divisão entre os “mais cultos e os mais toscos”<sup>278</sup> é estabelecida, mas a combinação entre ambas aparece como benéfica, posto que ambos ostentavam características valorosas. Se a mistura do índio tosco traz rusticidade, ao

---

<sup>274</sup> SCHÜLER (1992), Op. Cit., p. 10.

<sup>275</sup> SCHÜLER (1985), Op. Cit., p. 23.

<sup>276</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 65.

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 68.

mesmo tempo traz habilidades necessárias e uma lição que há muito tempo os lusitanos haviam perdido: o preço e o valor da liberdade. Se os portugueses metropolitanos haviam sido privados de boa parte desse espírito de liberdade e autonomia – pelas forças da teocracia e do regime que se desenrolava então –, os açorianos conservaram no seu isolamento esse germen, que pôde se desenvolver forte aqui no sul, com o contato com a vida selvagem da Pampa que os acordou para a independência incondicional.

Para Varella, a raça aqui formada estava além de uma simples mistura de características peculiares. Ela era fruto de uma mescla daquilo que havia de melhor em cada etnia. Não houve espaço nela para as características abomináveis, porque o meio teve uma influência tão positivamente marcante sobre esses homens que lhes possibilitou ser o melhor que poderiam, uma raça de estirpe tão nobre que jamais o país havia visto. O meio teria atuado de forma determinante sobre esse caráter, como definidor de características sociais, tanto no sentido das dificuldades que interpunha quanto daquilo que provia de recursos e possibilidades concretas para o desenvolvimento acelerado, além do encantamento que sua estética proporcionava a esses indivíduos – na medida em que a beleza extrema das paisagens e da terra haveria de ser absorvida gerando nos homens características positivas<sup>279</sup>. A fibra e a pureza dos açorianos, a doçura e a sede de liberdade dos indígenas, a força e a “graça exótica” dos negros, a galhardia, a nobreza e a virilidade bélica dos espanhóis deram forma a esse homem que logo conheceria uma época áurea. E a liberdade, calcada na honra e no respeito mútuo, surge como o elemento de síntese de todas essas características ao longo da narrativa.

Para Varella, uma província sempre deixada à margem da burocracia central metropolitana, cultivada por raças que prezavam a liberdade, só poderia trazer em seu seio a virtude libertária pela qual seus heróis lutariam até a morte se preciso. A liberdade surge para o autor como mais uma das características universais essenciais ao homem, embora não fosse ela um bem defendido por todos. Aqueles que podem dela usufruir amplamente, logo frutificam, prosperam e enobrecem a própria estirpe. Afinal, ela é um bem divino que, ao ser devolvida aos homens que dela foram privados, estimula uma evolução moral:

Tinha que ser assim, a idade que então floresceu. Illogico fora esperar outra cousa, da passagem dos europeus a estas remotas comarcas, até onde mal chegava, no principio da colonisação, o braço do poder civil, acabrunhante e desmoralizador, na metropole. "O potente Jupiter, arrebatando a liberdade ao homem, despoja-o da metade de sua virtude". Restituindo-lhe, em parte que seja, aquelle divino bem, por força o põe no goso dos attributos moraes que com elle havia perdido [...].<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 56-57.

<sup>280</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 101.

[...] o riograndense constituiu o exemplar mais typico da espécie humana liberta das cadeias e lantejoulas da existencia artificial, nos centros ultra-civilisados.<sup>281</sup>

O espírito de liberdade é, como já aludimos, a perfeita fusão de um homem nobre com sua terra promissora. Não são apenas homens que seguem suas vidas ao longo de gerações que se sucedem, naquilo que a vida tem de mais aleatório e contingente. Ao se fundirem ao meio, estes sujeitos encontram a própria essência do homem sulino, e tal é o critério que revela sua marca épica: o meio que lhes abriga, a fibra moral que lhes antecede e sucede, uma ordem atemporal que lhes permite alcançar a grandeza de ser para além da própria finitude do seu tempo.

Tinha a apparencia da mais impressionante galhardia, este monumento vivo de eugenia apuradissima, de hygiene racional. Tinha no corpo e na alma tudo quanto constitue um HOMEM, e não ha exagero algum no dizer-se que havia nelle extranha e rara formosura. Sim, a lindeza forte, que não ostenta, por certo, as puras linhas classicas, nem é um modelo singular, mas, que surprehende pela relação cabal entre a creatura e o meio, de modo que o ser animado e a paizagem se casam numa harmonia perfeita, indicio de um estado conforme as leis naturaes, um estado de perfeito equilibrio, sadio portanto, e feliz.<sup>282</sup>

Nesse contexto é que o autor vai sugerir que o provincianismo teria sido naturalmente gerado no campo social e político e potencializado pelo entusiasmo pela terra, com o encantamento para com o rincão nativo e pelas recordações dramáticas do passado. Estas últimas são uma referência de Varella à imagem idílica do gaúcho que cresce ouvindo ao redor do fogão, na roda compartilhada de mate, as narrativas que faziam a paixão patriótica se multiplicar. Nesse momento em que o passado e o presente se fundem, “todo segredo histórico de golpe se vos desvenda”<sup>283</sup>. Afinal, em todas as peças da “máquina psicológica” se comprova esse sentimento de amor à pátria rio-grandense, moldado pela própria terra<sup>284</sup>, intrinsecamente distante de tudo o que mais existia nesse vasto país. O Rio Grande do Sul sempre é tratado na sua narrativa como um mundo à parte. Até mesmo um argumento de Capistrano de Abreu, autor geralmente criticado por Varella, serviu-lhe para endossar sua fórmula: o Brasil acaba no planalto do Paraná. Este historiador que, apesar de “moderno erudito”, era seu desafeto intelectual, teria para ele acertado ao menos nesse aspecto, mesmo sem conhecer profundamente o Rio Grande do Sul. Também Euclides da Cunha é citado como um contraponto ideal, já que havia comparado o guerreiro gaúcho ao jagunço nordestino, este último sobrepondo-se em força e resistência àquele cuja bravura seria mais

<sup>281</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 102.

<sup>282</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 104.

<sup>283</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 109.

<sup>284</sup> Reafirma aqui a tese da força da terra sobre o homem referindo-se diretamente a Aristóteles, na *Política*. “A terra não é só a base da estatua humana: em muito é o seu molde.” VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 110.

romanesca e idealizada. Varella o cita para demonstrar – lançando mão de mais uma comparação dos gaúchos aos gregos das narrativas homéricas – que jamais o nordestino, aquele que mata em tocaia desleal, poderia ser mais pujante que o gaúcho, cuja nobreza não permitia a morte pelas costas, mas apenas na batalha que se faz aberta, no peito-a-peito e de maneira teatral, exatamente como as que se passaram na antiga e heróica Tróia. A “Nova Troya” nada ficava a dever para a antiga:

[...] Vereis, entretanto, que a "nova Troya" não desmereceu o nome da antiga, em a nobreza do pugnar. Os plainos em que assentavam os muros de Priamo, se não prestam ao emprego da emboscada, como systema de aggressão favorito, e por igual, já se notou, os que se desdobram na renascida Ilio. Abriam-se lá as portas, voavam os carros de combate, empenhava-se a refrega, como a mutação da scena em theatro aberto: no Riogrande a mesma cousa se presenceava. Se a encosta, além de uma Coxilha, escondia, por minutos, os esquadrões, na abalada offensiva; o terreno, descaindo em longas ondulações aquem, deixava-os logo a descoberto, dentro no tempo sufficiente para a ordenação da contracarga: e affrontavam-se, peito a peito, as hostes contrarias.

[...] os olhares, no ambito da historia; transferi-os ao Riogrande, entre guerreiros de bigode e guerreiros que o baniram, para gravar na face o signo dos idealismos politicos que a timidez ou o interesse recatam e a hypocrisia mascára; transferi os olhares ao Continente e se vos depara o mesmo impeto aventuroso.<sup>285</sup>

Salta aos olhos, nesse momento, a figura do gaúcho heróico; não um ou outro, mas um ser do gaúcho, que transcende a mera causalidade do gênio individual e surge como um herói coletivo, sem um rosto único e com características que pertencem ao todo. A formação desse conjunto terra-homem aparece então como diretamente comparável – sem nenhum decréscimo qualitativo – ao processo que gestou a “idade áurea” da antiga Hélade. A mesma rusticidade, que ao invés de fazer dos homens seres brutos e desapegados ao valor da vida humana, os fez, pelo contrário, de uma amabilidade e hospitalidade ímpares, a serem impressas ao longo das gerações sucessivas, é colocada lado a lado com o exemplo grego. Os reis antigos traziam a mesma marca de simplicidade que definia o senhor da estância e seus próximos:

Os incolas da Grecia primitiva não eram nem mais polidos, nem de apparencias mais ternas ou mais doces. Toscos os rebanhos; toscos os seus guias. Os reis, antes de se apoiarem num aureo sceptro com finas cinzeladuras, traziam ao punho um grosseiro, nodoso cajado, e as filhas delles iam ao lavadouro, com as humildes ancillas.<sup>286</sup>

Essa concepção se repete inclusive nas matérias mais delicadas, como por exemplo, a relação entre senhores e escravos: a lenda do Negrinho do Pastoreio, além de outros diversos

<sup>285</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 111-112.

<sup>286</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 90. Há uma referencia direta ao Canto VIII da Odisséia.

relatos, confirmaria para Varella a intimidade e a benevolência da relação com os cativos, que aqui teriam sido mais felizes e mais bem tratados do que em qualquer outro canto do país.<sup>287</sup> A célebre descrição de Saint-Hilaire, que forneceu substância para muitas das defesas ao argumento da “democracia pastoril”, coroa o intuito do autor em defender o caráter mais humilde, sobretudo dos senhores, em relação a essa parcela do povo sulino: “os senhores labutam a par dos escravos, conservam-se menos afastados delles e lhes mostram menos desprezo. [...] não ha no Brasil terra em que os escravos sejam mais felizes do que nesta Capitania”<sup>288</sup>. Para Varella, a antiga crônica do Negrinho do Pastoreio endossaria o argumento:

Não podia ser dotada da escassez de sensibilidade presumida na antiga chronica, a gente que idealizou a santificação do martyrio da raça preta, nesse tocante episodio. Quando por outras bandas do planeta, assistiam fechados os corações, ás scenas mais duras e crueis do captiveiro, na extremadura se transfundia a exuberancia psychica ou sentimental de um povo, em piedosas narrativas, como a memorada, celebre no agiologio heterodoxo da fronteira.<sup>289</sup>

[...] O invariavel exercicio de uma nobre hospitalidade, em tudo parecida a essa que Homero nos desvenda num de seus mais formosos paineis..<sup>290</sup>

Os painéis de Homero aparecem sempre como contrapesos para Varella. Mas não apenas eles; também os “heróicos romanos” aparecem na narrativa como parâmetros de comparação, embaralhados entre o histórico e o mitológico. Essa relação é natural para Varella, pois para ele o Rio Grande do Sul sempre carregou a insígnia de uma região que ao longo de toda sua história esteve marcada pelo belicismo, um território de absoluta soberania das armas, característica que o colocava lado a lado ao grande Império. Para Varella, este grande império da humanidade teve um modelo de divisão do território separado entre províncias gerais e governos militares, padrão que fora “copiado” pelos portugueses modernos, que ao Rio Grande do Sul ofereceram a última denominação. A Colônia do Sacramento foi, para Varella, a verdadeira Sagunto<sup>291</sup> dos Pampas, uma vez que

---

<sup>287</sup> Essa relação mais “branda” para com o escravo assumida por Varella através do relato de Saint-Hilaire não sintetiza, todavia, a visão que o autor tem da escravidão. Ele não deixa de ver a situação do escravo como um martírio e caracteriza os escravocratas quase sempre de forma pejorativa e moralmente avessa. Ver: VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 420.

<sup>288</sup> SAINT-HILAIRE apud VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 89.

<sup>289</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 90.

<sup>290</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 89.

<sup>291</sup> Sagunto (em valenciano ou catalão *Sagunt*, e historicamente conhecida como *Murvièdro*) é a cidade mais importante da comarca de *Camp de Morvedre*, na província de Valência, Espanha. A cidade é famosa porque, quando do ano 219 a.C., durante a Segunda Guerra Púnica, foi sitiada por Aníbal. Os saguntinos lutaram energicamente e esperaram em vão pelos reforços romanos, que nunca chegaram. Depois de oito meses de resistência, extenuados e diante da iminente invasão dos cartagineses, os saguntinos optaram por queimar a si e ao povoado, para evitar a escravidão. Cinco anos depois, os romanos retomaram a cidade, que foi repovoada pelos escassos sobreviventes. Aqui Varella faz a comparação porque ambas eram cidades que defendiam seus impérios estando encravadas em locais pertencentes a outros domínios ou governos até mesmo rivais. Sobre

os embates por seu predomínio teriam demarcado um ponto de inflexão decisivo na formação *sui generis* da fisionomia moral do rio-grandense. A perda da Colônia “assignalou desde o berço o caracter do povo” e “fixando-lhe as directrizes moraes, pesou em grã maneira, sobre sua existência material.”<sup>292</sup>

O contexto da Guerra da Cisplatina e a conseqüente perda do território da província instituem, para Varella, um momento chave para a compreensão do sentido de autonomia do povo rio-grandense, já que este mesmo em meio às atribulações da guerra por ele considerada sádica entre os dois impérios conflitantes, conseguiu prosperar e tornar-se cada vez mais útil ao conjunto do Brasil e ao mesmo tempo cada vez mais resoluto em sua independência financeira e moral. Os gritos de independência da América Platina são colocados na esteira de influências que fariam a pequena e mais jovem província do império umas das mais conscientes politicamente e que se alinharia definitivamente ao lado da vanguarda do movimento reivindicador e liberal, contra os designios imperialistas e atrasados do império recém emancipado. Enfim, a história parece repetir o mito, além-mar e além-tempo, já que essa raça gaúcha, da mesma forma que Minerva nascendo de dentro da cabeça de Júpiter através do golpe proferido por Vulcano, também nascera de um golpe violento, já tão armada quanto a própria deusa:

Desta sorte, tudo se reuniu para que a synergia do ambiente se não mallograsse, no que era apto a produzir, e produziu. Um golpe de machado na fronte de Jupiter deu nascimento a Minerva; no caso ora em exame, o glorioso parto não se produziu tão summariamente: sem arranques panegyristas é legitimo escrever, entretanto, que a raça guerreira, como a deusa, surgiu de ponto em branco e ainda mais abundante em armas do que ella.<sup>293</sup>

Esse sábio manejo das armas nada mais era que a fibra lutadora portuguesa que reacordava no Brasil “a tenza sobrevivência do que recolhera de mais precioso na herança bárbara e no espolio imenso dos romanos, redivivo o que de melhor deixaram, no Continentista, que a um e outro se parecia!”<sup>294</sup>. Mais do que uma tênue comparação havia aqui uma metáfora bem construída que propunha um laço entre a alma desses continentinos

---

Sagunto ver: TEIXIDOR, Javier. Los cartaginenses entre Aristóteles y Polibio. In: BLANCO, G. et al. *El mundo púnico: historia, sociedad y cultura*. Cartagena: Univ. de Murcia, 1990, p. 143; TIRADO, Jesús Bermejo. *Breve historia de los iberos*. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2007, p. 121.

<sup>292</sup> A primeira citação é de João Ribeiro, de sua *História do Brasil*, que Varella usa para endossar o argumento. A complementação seguinte é do próprio Varella. VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 8. Sobre a questão das relação com o Prata, já desde esse período tidas como intensas para Varella ver, dentre outros: VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 96, 118, 200-217, 333-337; VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 130-140, 170, 500-507; VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 61.

<sup>293</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 125.

<sup>294</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 125.

do sul e a daqueles guerreiros do tempo áureo de Roma e dos impetuosos bárbaros. Aquilo que estas raças históricas haviam deixado de melhor encontrava-se agora como uma semente em plena germinação no caráter gaúcho, através da herança latente que receberam dos ibéricos. Não poderia haver melhor explicação para tantos acontecimentos e tantas semelhanças com os povos gloriosos da antiguidade. Até mesmo a teoria dos metais é retomada por Varella, teoria essa presente em Hesíodo e depois usada por Platão para referir-se às essências presentes nos indivíduos através das gerações. A comparação dessas com os metais sugere que, não havendo uma mescla descontrolada, o ouro não se perde por completo misturado a metais menos nobres, como o bronze e o ferro<sup>295</sup>. É com respaldo do filósofo grego que Varella vai afirmar, partindo de tal teoria de formação geracional, que no Rio Grande do Sul tudo teria convergido para a fundição de uma “raça de ouro”.<sup>296</sup> Esse povo, a despeito da indocilidade do território e das adversidades extremas que poderiam ter gerado um povo inferior, ao contrário, usou as dificuldades ao seu favor, em direção a um desenvolvimento material e moral, liberando a fibra dourada que se escondia por debaixo das peles maltratadas pelo tempo e pela vida rústica do extremo sul do país.

Em face das dificuldades, não só do meio, mas também de toda a conjuntura social, econômica e política a que tal povo acabaria submetido na época colonial, Varella usa um livro inteiro para construir a metáfora do herói coletivo como um “Prometeu nos Grilhões”<sup>297</sup>. Pressionado pela política fiscal da Coroa, que nenhuma reivindicação do sul aceitava e somente se fazia presente para exaurir do povo o produto do seu esforço (através de impostos, taxações e campanhas militares), o povo gaúcho encenaria as agruras vividas pelo titã da mitologia grega, acorrentado ao rochedo para ter o próprio fígado dilacerado por um abutre dia após dia, sob ordem da fúria de Zeus.

No decurso das repetidas guerras, o povo sobredito vivia sob o forçado arrolamento na milícia, como sob as licenciosidades de forçado aboletamento. Precarias antes as garantias individuais, abolidas eram de chofre, e o teu e o meu era distinção nominalíssima, de que se riam os militares de carreira ou mofavam os representantes civis do Estado. Fechava-se o tempo de Janus e por acaso se interrompiam tamanhos abusos? O fisco já se viu o que representava. Os arrematadores, “conculcando as mais sagradas Leis da humanidade”, “não se julgavam responsáveis, nem perante Deus, nem perante o Rei”.<sup>298</sup>

---

<sup>295</sup> Ver: DOBRORUKA, Vicente. *Mito e história na Antigüidade*: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e metahistória. In: < [www.pej-unb.org/downloads/art\\_mito\\_hist.pdf](http://www.pej-unb.org/downloads/art_mito_hist.pdf) >. Acesso em 28 fev 2009, p. 27-28.

<sup>296</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 124.

<sup>297</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 175-237. Livro 4 – “*Prometeu nos Grilhões*”.

<sup>298</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 185.



A nobreza da raça, contudo, impunha-se com tamanha força às adversidades que nada foi capaz de extinguir seu ânimo; pelo contrário, ela cresceu, tanto em aspectos demográficos quanto éticos, configurando “o quadro da elaboração misteriosa que ia a pouco e pouco processando a colectividade”<sup>299</sup>. Ao longo de mais de um século de luta, o balanço final era positivo. A bravura de Prometeu havia conseguido fazer do martírio um elixir para o sucesso:

Computadas as perdas e lucros, se enormes cifras representam aquellas, as que correspondem a estes exhibem, ainda assim, um saldo formoso. Traduzindo-o, licito é dizer, em resumo, que, graças ao estudado concurso de circunstancias; formou-se na extremadura austrina uma comunidade de 1.<sup>a</sup> ordem, notabilissima, no quadro ethnographico da America lusitana, por singulares attributos. Expandia-se acolá uma raça prolifica, robusta, laboriosa, emprehendedora, tenaz, intrepida, esclarecida: pujante, em summa.<sup>300</sup>

Há, dessa forma, um contínuo pacto entre o eterno e o exaurível, capaz de configurar esse herói coletivo que carrega um lastro de humanidade e ao mesmo tempo as insígnias de tempos imemoriais, o que pode ser entendido como uma ancestralidade quase divina. Esse herói é um povo, mas esse coletivo é composto de indivíduos que habitam e compõem esse complexo vital orgânico. O Prometeu agrilhado que aqui é o herói coletivo, também surge como herói singular, configurando aquilo que avaliamos como a forma de apresentação heróica propriamente dita em seu texto, a saber, a narrativa dos feitos daqueles homens que engendraram e lideraram a revolução. Os heróis no sentido literal e singular do termo constituem a matéria da seção seguinte.

### 3.3. Heróis da saga “extremenha”: os semideuses do Pampa

Diz Silva que o sujeito da ação épica, para ser de fato um herói, precisa agenciar as duas dimensões da matéria épica, sua dupla condição existencial que consiste em ser histórico e mítico ao mesmo tempo.<sup>301</sup> Nas palavras do autor:

Sendo o sujeito épico, por suposto, um ser de existência histórica, carecendo ou não de comprovação documental, a condição humana lhe é um atributo natural. Mas ela só não basta para lhe conferir a condição de herói épico. Como homem, ele é apenas um ser histórico, isto é, um mero mortal sujeito a consumação do tempo.

---

<sup>299</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 203.

<sup>300</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 222.

<sup>301</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 60.

Para alcançar o estatuto épico de herói, precisa pisar o solo do maravilhoso, ou seja, passar do plano histórico para o maravilhoso, provando a transfiguração mítica que, resgatando-o da consumação do tempo histórico, confere-lhe a imortalidade épica.<sup>302</sup>

O indício da transfiguração do sujeito épico, do histórico ao mítico, ajuda-nos a pensar sobre a forma de representação das personalidades históricas da revolução usada por Varella. Se o sujeito histórico, que ostenta essa condição de sujeição à temporalidade humana, em um determinado momento da narrativa, passa por uma transposição que o permite comungar do status de ser mítico, através de um processo sutil de redescrição metafórica do passado, podemos falar então do uso de um signo do épico na composição historiográfica. Os líderes da revolução farroupilha desenhados por Varella, ao longo das narrativas das batalhas e sucessos bélicos, passam por essa transfiguração, até chegarem a um ponto de quase indistinção entre a referência ao evento histórico e a referenciação simbólica.

O primeiro exemplo, e talvez o mais esperado dentro da narrativa da Revolução Farroupilha, é a figura do general Bento Gonçalves da Silva, o “Prometeu” em sua encarnação individual, contraponto e ao mesmo tempo parte integrante do herói coletivo em cuja caracterização Varella já havia usado a metáfora de “Prometeu nos grilhões”. O líder supremo da revolução aparece na narrativa em pleno martírio do seu confinamento no presídio *Fortaleza da Lage*, no Rio de Janeiro, já com a revolução em andamento:

Bento Gonçalves, prisioneiro na fortaleza da Lage, não esquecia a Republica, não desistia do combate ao Imperio. Agrilhado a aquelle rochedo, como outro Prometheu, não expandiu as dôres do tormento a que o sujeitavam, em vãs imprecações, contra funesto destino. Rebateu os effeitos da má sorte, agindo como lhe era licito agir, para o serviço da liberdade. De seu estreito calabouço estimulava, com a palavra ou com a Penna, os companheiros, a manterem-se concordes, proseguindo unanimes em a santa cruzada.<sup>303</sup>

O sumo herói da epopéia sulina já parecia guardar em si, desde momentos mais remotos de sua trajetória, a semente de glória que logo frutificaria em um homem de excepcional genialidade. Ainda atuando na guarnição da fronteira provincial, muito antes do processo revolucionário, o herói surge como absolutamente resolutivo para com seus ideais e seu caráter, de maneira que em cada batalha parecia já estar escrito o destino de sua imortalidade épica na história rio-grandense. Era o “baluarte vivo da Pátria”, que numa batalha de 1927, já demonstraria sua bravura e gravaria o nome no coração do povo. Assim Varella narra:

---

<sup>302</sup> SILVA (2007), Op. Cit., p. 60.

<sup>303</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 8.

Enorme peso dellas [cavalarias inimigas], accrescido com as pressões de toda massa bellica adversa, contigua e ameaçadora, Bento Gonçalves, no entanto, não se deixou envolver, nem destroçar, manejando a hoste com a maestria de um consumado capitão. Realizada, sob os auspícios do mais pleno exito, a sua marcha de cobertura, e logrado por maneira brilhantíssima, o seu alto objectivo...<sup>304</sup> [...]

O chefe da unidade [Bento Gonçalves] cujo lendário prestimo o estro gaucho decantaria no mez seguinte, viu seu nome, desde janeiro, bafejado por todos os favores da mais lisongeira, acariciativa aura popular. Admirado, querido, objecto da confiança publica, fez-se o que podia ser e o que todos anhelavam que fosse; o interprete das aspirações collectivas e inilludivelmente se lhe deve o Maximo da iniciativa, na operação que transformaria o calor latente, na comunidade, em vasto incêndio que por completo abrazaria.<sup>305</sup>

Sua fama era tamanha, que sua simples presença bastava para amedrontar inimigos<sup>306</sup> ou apaziguar tensões urbanas<sup>307</sup>, como algumas vezes relatou Varella remontando-se às agitações que antecederam a explosão da guerra civil farroupilha. Nas vésperas da revolução, o “arauto dos propugnadores de uma ordem nova”<sup>308</sup> já gozava de uma incrível popularidade, oriunda de sua benevolência, generosidade e coragem. Para Varella não há lugar para depreciações em relação ao principal líder farroupilha. Tudo do quanto se lhe acusou deveria ser relativizado. Varella exemplifica com o episódio de retaliações cruéis aos portugueses, supostamente por ordem de Bento Gonçalves, quando esse se achava preso na masmorra da ilha da Lage. Qualquer que fosse o ato de intolerância ou descomedimento do herói, não poderia passar de um eclipse momentâneo de sua personalidade, afinal, o destino da totalidade revolucionária estava marcado, como vimos, desde sempre em seu caráter rígido. Assim se refere à questão:

Livres de sua temida presença, os lusitanos, a verdade é esta, entregaram-se a escandalosas demasias, logo depois da queda de Portoalegre, mormente depois do desastre no Fanfa. Disto se lembrava com amargura Bento Gonçalves, ao ver-se, como se via, numa “hedionda masmorra”, em boa parte por obra de gente dessa nacionalidade, e percebeu-se, num relance, quanto uma e noutra cousa devem ter contribuído para irrital-o. Conjectura favorecedora? Não! Que taes pensamentos unicamente os teve, em face da má sorte que lhe coubera e em que os portugueses tiveram tamanha parte; os successos não tardaram a comproval-o. Bento Gonçalves, escapo das garras do despotismo, deu outra vez livre curso á sua magnânima bondade; indicio nenhum indicado o suposto predomínio do jacobinismo, nem nelle, nem em outrem. Ahi está para attestal-o a historia inteira da guerra [...] nem antes, nem após o advento do novo regimen, desaparece a longanimidade ou tolerancia que sempre houve, excepto em passageiros eclypses.<sup>309</sup>

<sup>304</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 27.

<sup>305</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 28.

<sup>306</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 410

<sup>307</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 299.

<sup>308</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 299.

<sup>309</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 369-370; 466-467; 485-486.

Todas as suposições que associavam ao líder a responsabilidade por ações nefastas foram habilmente relativizadas ou contestadas por Varella, que não cansou de repetir diversas vezes a visão que tinha da personalidade do general farroupilha. A passagem a seguir é apenas uma entre várias:

Bento Gonçalves, então no fulgor da existência, era, em verdade de pés a cabeça, o que consta de outro capítulo, retrato se não condigno, fidelíssimo em tudo. Esse getilhomem camponês foi, entre nós, objecto de admiração de quantos nos visitaram na sua quadra. [...] em Bento Gonçalves, ou por disposição innata ou por mérito adquirido, resplandeciam as nomeadas vantagens em grau eminente. O ameno trato seductor que o tinha distinguido sempre, a par da máscula vitalidade impressa no menor de seus gestos, na mais singela palavra sua, attraía para elle as atenções universais; fácil nos sendo aquilatar a extensão que tiveram. Adivinha-se num relance quanto se concentrariam ellas sobre essa pujante individualidade, na hora em que acabava de acaudilhar um movimento político, sem igual na America portugueza, e de êxito magnífico, sem algum similar na de origem hispânica.<sup>310</sup>

O líder máximo da revolução, assim como outros grandes da Humanidade, havia sido alvo de calúnias. Mas a sua narrativa se encarrega de renovar essa imagem, através de mais uma analogia direta com os signos épicos de Homero. Ele é a fusão dos heróis clássicos, no “poema” da revolução:

A calúnia, que feriu a creaturas immaculas, da categoria de Hoche, Carnot, Washington, encarnicara-se tambem contra elle [Bento Gonçalves], e, todavia, quantas virtudes republicanas exhibia! Não sómente pudera hombrear com qualquer dos semi-deuses que o divino épico harmonioso decantou, mas, cousa admiravel, encarna em si as per feições nada menos de tres delles. Em nosso poema, sentido e vivido por dez annos, é Heitor, no fogo, tenacia do heroísmo, na intemerata devoção, que nunca desmaia, até mesmo quando de todo perdidos os esforços do civismo: até mesmo quando entreluz que breve “seus ossos” attestariam “nos campos de Ilio”, que se bateu “por uma empreza inacabada”. É Nestor, bondoso e persuasivo, a apagar querelas, no decurso de um para si ditoso quinquennio, e, no immediato, já menos ditoso para si, foi um vero *enderezador de tuertos*; por isso classificado de impotente “juiz-de-paz”, nos círculos imperiaes. É Agamemnonio, o chefe dos chefes, exemplarissimo quanto este, na estricta observancia do que entre livres se chamam os “direitos do ágora”.

Tumultuam as assembléas, falam os Ulysses ou os Thersitos em meio dos compatriotas, para harmonisal-os ou “mutuamente se combatem deblaterantes, sem proporem uma lembrança util”; nada importa: quem é *primus inter pares* ali, conserva a serenidade de Zeus! Patente por demais tudo que foi exarado nas paginas deste livro sincero.<sup>311</sup>

Heróis dessa envergadura, contudo, não eram dotados de um caráter de genialidade individual totalmente regulado por um livre-arbítrio e pelo acaso; eram aquilo que se poderia esperar, dadas as condições estabelecidas ao longo da formação do conjunto épico da narrativa. O coletivo manifestando-se ao nível do sujeito: a fusão do tempo dos homens

<sup>310</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 520.

<sup>311</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 489-490.

com o fio condutor atemporal da moralidade e da nobreza, legado de muito antes e projetado para muito além. Sujeitos como Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, Antônio de Sousa Netto, Manuel Luís Osório, Onofre Pires, David Canabarro e José Gomes de Vasconcellos Jardim eram apenas a revelação na história daquilo que o povo sul-riograndense era para além dela. Tão logo surgem na narrativa, rapidamente são convertidos em semideuses, com suas personalidades rigorosas e insofismáveis, intrépidos em seu anseio de liberdade, humanidade e honra acima de tudo. Instituem o amálgama do histórico com o maravilhoso, projetando ao infinito seu caráter na realização de feitos que não caberiam nas mãos de homens comuns.

A emblemática figura de Giuseppe Garibaldi, “navegando” pelas planícies do pampa com suas rústicas e recém-construídas embarcações, que mais tarde violariam mares tempestuosos em antológica viagem até Santa Catarina, exemplifica bem esse aspecto. Garibaldi é talvez uma das figuras mais próximas ao padrão de herói épico na narrativa de Varela. Algumas de suas aventuras em meio à revolução são descritas em minúcias, como se o autor tivesse assistido presencialmente os acontecimentos, aparecendo como fatos de uma mais absoluta e fidedigna realidade, não obstante o caráter visivelmente sobre-humano com que são apresentados. O ataque ao estaleiro da estância da família de Bento Gonçalves é um episódio característico: atacado de surpresa por um exército inteiro, Garibaldi, sozinho, consegue escapar e dar combate aos numerosos inimigos a tempo de esperar o retorno de seus homens. Ao avistar as tropas inimigas, o herói voou “lesto como um gan[s]o arisco”<sup>312</sup> para dentro do armazém de ferramentas e armas, e trancado lá dentro começa a atirar com as várias armas já preparadas para disparo com tamanha destreza e furor que fez os inimigos pensarem se tratar de um pelotão inteiro a manejar as carabinas de dentro do galpão; os oponentes logo recuaram, ficaram à espreita, e houve tempo para que chegassem os companheiros do corsário “herói dos dois mundos”. Mesmo em número muito menor e com pouquíssima estrutura, os farroupilhas exterminaram a tentativa de assalto dos inimigos, que bateram em retirada carregando o peso da humilhação de terem sido vencidos por um adversário infinitamente menor e menos preparado.<sup>313</sup>

O jogo narrativo que mescla com maestria o mítico e o histórico aparece novamente. Entre deuses e homens, Varela encontrava a dúvida ao poetizar sobre a figura do legendário italiano:

---

<sup>312</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 295. No original consta a palavra “gano” e não há correção na errata anexa ao livro. O mais provável é que se tratasse da palavra “ganso”.

<sup>313</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 294-299.

Em verdade, parece que, com a presença de Garibaldi, menos tivemos a de um egregio mortal, do que a de um desses deuses benignos deuses do paganismo, cultuados antanho. Dizem vozes remotissimas, que visitavam, não raro, algum recanto do globo terraqueo, para o embellezarem com os traços de sua bemfeitosa passagem transitoria. Para isso ou quiçá para nelle imprimirem, sobre a memória dos viventes, a nitida imagem do que são as naturezas superiores.<sup>314</sup>

O ser semidivino está conectado ao universal. Nele soçobram quaisquer vontades vãs por luxo, riqueza e ostentação particular. Depois de desbravar mundos, lutar em inúmeras batalhas, defender incansavelmente a liberdade humana, o herói jamais quis as honras e benefícios merecidos; resignava-se em modesta residência, quase desprovida de mobília, a pregar botões em velhas pantalonas. O verdadeiro herói quase não pertence ao mesmo mundo mesquinho dos mortais: “o laureado guerreiro, podendo habitar o palacio-real de Napoles, os alcaçares de Turim, Florença ou Roma, preferia albergar-se nesse pobre tugurio, onde se finou como um justo, cercado de respeito universal excepcionalissimo!”<sup>315</sup>

O herói é capaz de realizar o improvável, beirar o impossível. Assim como o Ulisses que sobrevive à tenebrosa fúria do mar, Garibaldi realizara também atos extraordinários como a viagem a Santa Catarina, no início da revolução<sup>316</sup>. Varella torna explícito em seu texto que “com expressões de Homero lícito é pintar, seja o que ocorreu nas ribas de Hellesponto, seja o que se viu nas margens do Camaquã”<sup>317</sup>. É exatamente assim que ele conta a incrível jornada do revolucionário navegando com os lanchões em pleno descampado sulino, sobre rodas de carreta e com a tração de homens e cavalos, um dos feitos mais cintilantes da sua narrativa<sup>318</sup>. Afinal, em tamanha empreitada, em que “jungidos estes, os farroupilhas, com o desenfado jubiloso da troyanna juventude”<sup>319</sup>, “a historia mescla as suas realidades com as fantasias mythicas.”<sup>320</sup> O esforço é sobre-humano. Os acontecimentos são de proporções tão inimagináveis que não poderiam caber no espaço resoluto de uma simples descrição. Necessitam de uma metaforização épica para serem mostrados na plenitude ambicionada pelo autor. Se para ele não é lícito à história fazer de um homem um deus, tal como o seria no mito, ela pode usar as mesmas cores do épico para tornar tais empreitadas inteligíveis, na grandiosidade eternizante que o épico pode oferecer a estes homens e fatos, para que chegassem resguardados aos homens do presente. Toda atitude do herói, fosse ela grandiosa ou cotidiana, inscrevia-se nessa totalidade

---

<sup>314</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 292.

<sup>315</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 296.

<sup>316</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 390-403.

<sup>317</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 295.

<sup>318</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 346-352.

<sup>319</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 249.

<sup>320</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 348.

compartilhada entre o mito e a história. O General Osório, por exemplo, ao tombar do corcel retorquido por um estrondo de canhão, “não se perturba, nem hesita: o semi-deus subordina a si e as circunstâncias adversas... Prisca do chão onde tombara em pé, sobre o lombo do primeiro cavalo que se lhe depara”; “[...] muito embora se lhe faltem sella, freio, etc., isto não o embaraça: manejando tão somente o cabresto com que o detinha alguém”, “[...] gládio em punho, repõe-se á testa da columna, que prosseguia na arremetida. Á frente della, accomente rijissimo o inimigo, e o leva de envolta, até a contigua Villa, – debandando, este, após, em todas as direções!”<sup>321</sup>.

É interessante também ressaltar que a sua narrativa incorpora igualmente a dimensão anti-heróica, ou seja, uma faceta inglória da revolução que pode ser atingida na mesma proporção de grandeza narrativa usada nos heróis<sup>322</sup>. Os anti-heróis são aqueles contra os quais os heróis medem suas forças e usam sua astúcia, numa representação da luta entre a vontade do bem geral que define a essência heróica e os desejos de vantagens particulares que se opõem a ela. Se de um lado Bento Gonçalves surge como a manifestação individual do espírito sobre as águas formador da essência do povo sulino e sua ação se define heroicamente na medida de sua aspiração para o bem comum, Bento Manuel assume na narrativa o papel do anti-herói, e o que o define é a busca incessante por lucros particulares, em estratégias que nunca visam nenhum tipo de bem coletivo ou universal. Apesar de também lutar ao lado dos farroupilhas em vários momentos, ele não assume os ideais da luta, não respeita as alianças e usa de uma brutalidade que é impensável dentro da esfera de ação de homens como Bento Gonçalves, Onofre Pires e Garibaldi:

Comquanto se saiba que "a ambição feliz em todo o tempo encontrou elogiadores", tribunal algum poderá admitir a indulgencia com que se refere ao gesto proditorio, uma calorosa apologia modernissima do guerreiro. O proprio beneficiario da iniqua defeza expende a boa doutrina. Segundo Bento Manuel, "proceder indigno" é a "falta aos empenhos." Ora bem, eram dos mais serios os que assumira, voluntaria e livremente, com seus companheiros politicos do Rio Grande do Sul! No seu referido transito, preponderancia teve a inspiração do interesse privado, nunca a do interesse geral, tudo o comprova.<sup>323</sup>

---

<sup>321</sup> VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 195-196.

<sup>322</sup> Usamos aqui a acepção anti-herói dentro dos limites em que o termo se situa nas tragédias e epopéias tradicionais, ou seja, ostentando qualidades “opostas ao cânone axiológico positivo: a beleza, a força física e espiritual, a destreza, dinamismo e capacidade de intervenção, a liderança social, as virtudes morais.” Nesse sentido, lembramos aqui, de acordo com Antonio Moniz, o anti-herói ilustrado pela tirania de Creonte (*Antígona*, de Sófocles) ou pelo adultério de Clitemenestra (*Agamémnon*, de Ésquilo). O autor também refere-se, por exemplo, à luta entre o Bem e o Mal nas epopeias védicas (*Mahābhārata* e *Rāmāyana*) e na Bíblia (anjos versus demônios). Ver MONIZ, Antonio. **Anti-herói**. In: Meio digital. Disponível em <[http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/anti\\_heroi.htm](http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/anti_heroi.htm)>. Acesso em 22 abr. 2010.

<sup>323</sup> VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 21.

O herói jamais macula sua honra pondo a perder seu ideal; o anti-herói, em nenhum momento é capaz de compreender a luta comum, mas luta apenas porque tem algum interesse particular nos ganhos. A ação de Bento Gonçalves é excessivamente higienizada na narrativa varelliana, uma vez que até mesmo os erros cometidos pelo general não teriam sido cometidos senão em função do próprio ideal transcendente que ele carregava, às vezes, como um fardo<sup>324</sup>. Bento Manuel, por sua vez, era incapaz de lutar por qualquer motivo que não fosse sua ganância ou algum sentimento vingativo.<sup>325</sup> Uma vez traçado o caráter de um personagem, nada mais se podia aditar ou remover, eles tornavam-se fechados, indivisíveis, assim como suas ações e o resultado delas.

Na mesma proporção de heroicidade são narradas as batalhas vencidas e as derrotas, os sucessos e insucessos da república farroupilha. Capítulo a capítulo é possível ler embates fascinantes e densamente descritos, feitos extraordinários que na narrativa de Varela transpõem a condição de meros eventos históricos. A tomada de Porto Alegre, por exemplo, no alvorecer da revolução, é um dos momentos mais dramáticos do texto, bem como a batalha que ficou conhecida como o “Combate do Barro Vermelho”, na qual os farroupilhas tomaram Rio Pardo, umas das principais cidades da província na época e reconhecido baluarte das tropas legalistas. Na tomada da capital, em 1835, a chegada dos farroupilhas às margens do Guaíba, escoltados pelo furor causado pela notícia de que Bento Gonçalves comandava os sediciosos, é absolutamente fulgurante:

Como um longo, soturno rufo de tambor gigantesco, o sussurro do medo pânico dilata-se esquadrihador, desconcertante, das salas do governo, para a contigua praça: desta, para as ruas, visinhas ou remotas. Correm os emissários. Voam os fugitivos. Cerram-se de golpe, portas e fenestras. Tangem os sinos, com o alerta, para que os cidadãos vertiginosos sirvam de escudo, amparo, a seu burgo. Revigoram-se os aprestos internos, enquanto seguem, a passo acelerado, as instruções, para a defeza externa: a que se confiara á gente de armas aquartelada a levante, á beira da Varzea. De repente, amplia-se ainda mais, a nefasta influencia do alarido, com o trágico rodar da artilharia, arrastada a punho, do trem, para o resguardo mais efficaz da pessoa do presidente; quem faz distribuir granadas de mão, pelos que o rodeiam indecisos. As canhoneiras se preparam, no silencio das quietas águas do magestoso Guahyba – caminho único da salvação, horas depois!

[...] A primeira das causas geradoras do terror pânico de que se deixaram apossar em grande parte os amigos da ordem, foi o nome do coronel Bento Gonçalves. [...]

---

<sup>324</sup> Em certo momento, Varela menciona as manifestações de repúdio aos revolucionários, sobretudo às atrocidades e excessos que teriam cometido sob ordens de Bento Gonçalves. Varela relativiza as circunstâncias e tenta provar que na verdade tais atos foram cometidos por alguns “desvairados” que foram “cohibidos imediatamente”. Para endossar a defesa de Bento Gonçalves, na seqüência Varela apresenta algumas cartas do próprio general, defendendo as honras da revolução e condenando os abusos de poder, além de fazer novas alusões ao seu “nobre character e summa bondade” do “primoroso chefe” da revolução sulina. VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 485-489.

<sup>325</sup> Ver VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 438-440.



Passou-se a noute em terrível angustia, na cidade, e em grata esperança, no arraial farroupilha. [...] <sup>326</sup>

Os elementos altruistas, as almas afinadas com as vozes da predica anterior, os corações tocados pela scintilha da propaganda, accorreram velozes ao chamamento dos mentores liberais. Foram-se todos ao encontro de Jardim, para lançarem, com esse Patriarcha, os fundamentos da Cidade futura, emquanto os da antiga se entocavam além, embezerrados, recolheiros, assustadiços. <sup>327</sup>

No segundo episódio, a tomada de Rio Pardo pelas tropas dos generais Netto, Canabarro e Bento Manuel, a narração tem as mesmas proporções dramáticas e partilha da mesma estratégia estilística. Com uma força de fogo consideravelmente inferior e em uma posição desprivilegiada para o combate, o exército farrapo adentra heroicamente nos limites da cidade, transpondo um rio com uma ponte improvisada e tomando de assalto as outrora inexpugnáveis defesas imperiais. Note-se que Bento Manuel, o anti-herói, estando neste episódio ao lado dos liberais, é caracterizado de forma mais branda e colocado lado a lado com os heróis legítimos, em favor do conjunto da cena. Varella assim narrou a entrada e a luta dos generais e suas tropas:

Em meio de seu brilhante estado-maior ia Netto, montado em soberbo corcel, jaezes opulentos, recoberto de vistosos xaireis, recamado de prata luzente, cujas scintillações faiscavam na sombra, como pyrilampos do estio. “Belo como um deus”, “*divina forma praeditus*”, realçava-lhes ainda mais a galharda formosura, a companhia de Bento Manuel, de physionomia rebarbativa e sujeito de innegaveis talentos para a guerra, quanto de physico incondicionado para Ella; [...] Ao vê-los, dir-se-ia que Dionysos e Sileno, ou melhor, Apollo e Vulcano, tinham abandonado os luminosos alcaçares do Olympo. Que á guisa do que soíam fazer seus habitantes, nos prélios da “Iliada”, intervinham em os nossos, compartes ambos na pugna que os dardanos da Pampa se aprestavam a ferir. Na verdade, a scena da vida real que nesse theatro se representava, em tudo lembra outras, da sublime ficção hellenica. Obriga a recordar e comparar, o esforço que desenvolveram na travessia, não homens, os titãs dessa idade. Obriga a assemelhações, parallelas, mormente na phase que subseguiu, na qual os incidentes da peleja moderna, coincidem tanto com os da antiga, que Homero sublime retraça. Idênticas as attitudes e procederes, idênticas as preocupações e falas dos guerreiros, na primitiva, na recente epopéa. Heitor, *exempli gratia*, depois de adiar para a seguinte arraiada a expedição das ordens relativas a novo acontecimento, induz os companheiros a persistirem em ordem de batalha, ao derredor dos fogaréos do nocturno acampamento; mui lesto de vigia, a noute inteira. [...] Netto, por igual, mantém o exercito sobre as armas, com o receio de que o inimigo tente repassar o Jacuhy, única maneira de ser burlado, em parte, “o plano” dos filhos da nova Troya. <sup>328</sup>

[Os farrapos] avançam ambas [colunas] em acelerado, cheias de um nobre ardor, que se lhes foi elevando, nas retesas fibras da alma, até grau sublime. Entre densos turbilhões de poeira adiantam-se com singular firmeza e glorioso desenfado. Ecco no arraial fronteiro, com o tremendo ronco, ora mais baixo, ora mais alto, de uma tempestade; o surdo rumor que despendia o cadenciado passo das formações pedestres, casando-se com o tropel, horrendamente estrepitoso, da numerosa

<sup>326</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 410-411.

<sup>327</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 420.

<sup>328</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 138.

gente montada. [...] neste soberbo conjunto, os descendentes de Troya voam ao assalto, estrugindo, nos arredores da Villa continentina, qual outrora nos lindes famosos da cidade antiga, o tumulto e o terror. Estremeceram, de fila a fila, os defensores do throno. [...]<sup>329</sup>

A tropa farroupilha, entretanto, como se agisse em festiva parada, marcha com garbo, serena, rápida. Apropinqua-se da trincheira, “na melhor ordem, nenhum receio parecendo ter da artilharia” [citação de um documento original], e por fim, á distancia convinável, precipita-se, como rajada cyclonica, a que não se pode resistir. Precipita-se, “como torrente, que empolada com as grandes chuvas de Zeus, transborda fragorosa, do alto das montanhas, na planície, arrasta comsigo os pinheiros mansos e os grossos carvalhos, e deita além no mar, esses destroços” [citação do canto IX da Iliada].<sup>330</sup>

Da construção dos heróis ao estilo e às comparações com os clássicos homéricos podemos ver até aqui a imagem de uma verdadeira epopéia dos titãs pampeanos. No entanto, a seguir veremos que assumir esse papel não é, necessariamente, algo tranqüilo. Na tensão entre o texto que pretende ser um conhecimento científico e a narrativa que age nos limites do épico, nosso historiador não poderia mais escapar à cruel dúvida de ser ou não ser o Homero que, enfim, colocava em narrativa os fatos até então embalados pelos réquiens do esquecimento. Tratamos dessa questão a seguir.

#### 3.4. *Farrapiada*: ser ou não ser o Homero da epopéia sulina?

A *História da Grande Revolução* não é apenas a extensa descrição de uma guerra civil ao longo de uma década. É uma narrativa densa, articulada por temporalidades diversas, mesclando – às vezes indistintamente – o particular ao universal, a história e o mito, tal como no modelo épico. A partir do conjunto de questões tratadas e citações aqui apresentadas – pequenos recortes em face da vastidão de exemplos que poderiam ser trazidos da copiosa obra – é possível perceber que a *História* de Varella não era partidária de um modo de apresentação modesto e econômico. Apesar das ressalvas do autor para com aqueles que deixavam o estilo subjugar o conteúdo das obras, sua narrativa é um exemplo de como o estilo molda e se deixa moldar pelo próprio conteúdo<sup>331</sup>.

---

<sup>329</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 139-140.

<sup>330</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 142.

<sup>331</sup> GAY, Op. Cit., p. 17.

Como um verdadeiro instrumento da razão prática<sup>332</sup>, o estilo é uma via pela qual se pode tencionar provocar no leitor um efeito, sobretudo quando o autor parece estar consciente de algumas das investidas retóricas que utiliza e do modo pelo qual articula os eventos para engendrar uma determinada arquitetura total do texto. Nos clássicos da antiguidade Varella recolhe, dentre outras coisas, maneiras de rondar o universal, experiências de diversificação da temporalidade da narrativa, estratégias explicativo-compreensivas, recursos retóricos e poéticos. E vai empreender essa coleta em muitos autores, historiadores ou não, tendo em Homero uma das principais inspirações – ou talvez a principal – para o projeto da obra como um todo. Seu livro não é a epopéia que talvez julgasse apropriada para eternizar os feitos daqueles rio-grandenses heróicos da revolução, porque precisava continuar atrelada ao fardo da história. Mas toda a grandiloquência das passagens, as intensas adjetivações e “epítetos majestáticos, metáforas que buscam o segundo termo da comparação em elementos da natureza e animais, símbolos de grandeza, de força ou de luz”<sup>333</sup>, características comuns ao estilo épico, são marcas evidentes em seu texto.

Fazendo uma comparação entre *Revoluções Cisplatinas* e *História da Grande Revolução*, vamos perceber que, se muitos dos conteúdos são compilados da primeira para a segunda (com acréscimos de fontes ou supressão de repetições), no quesito estrutural das obras, a diferença é indiscutível. Na primeira, Varella é visivelmente mais econômico, seus capítulos seguem a liturgia escrita de uma história típica: fala do continente e da formação humana, das condições e circunstâncias que levariam a revolução e em seguida abre a narrativa da luta e da formação da república sulina<sup>334</sup>. Na segunda obra, no entanto, desde a articulação dos capítulos e da ligação entre eles há uma forte inspiração na poesia épica, como já vimos. Os vinte e um livros que compõem a *História da Grande Revolução*, distribuídos por seis fardos tomos, não se articulam com uma estrutura cronológica rígida e trazem consigo diversos elementos diretamente colhidos dos modelos de narrativa épica. Os títulos dos livros já são claramente alusivos a essa opção: 1 – O cenário da epopéia; 2 – A raça de ouro; 3 – A saturnia idade; 4 – Prometheu nos grilhões; 5 – Torrentes subterrâneas; 6 – O espírito sobre as águas; 7 – Vesperas continentinas; 8 – Crepitação de accendalhas; 9 – A pralaya redemptora; 10 – O mytho da Pampa; 11 – Patria em perigo!; 12 – Ilio renascida; 13 – A quadra áurea; 14 – O idealismo farrapo; 15 – A encrusilhada lendária; 16 – Primavera sagrada; 17 – A

---

<sup>332</sup> GAY, Op. Cit., p. 27.

<sup>333</sup> PESSANHA, op. Cit., p. 39.

<sup>334</sup> VARELLA (1915), op. Cit.

hibernação dos titãs; 18 – To be or no to be; 19 – Troya em chamas; 20 – Res Gestae; 21 – O crepúsculo dos deuses. Muitos dos assuntos tratados são, basicamente, os mesmos, mas a diferença elementar é a forma pela qual são apresentadas. Se o primeiro tomo de *Revoluções Cisplatinas* trata da formação do espaço e do gentio em capítulos intitulados “O continente”, “A gente” e “a pressão das circunstâncias”<sup>335</sup>, na *História da Grande Revolução* as mesmas matérias surgem como “O cenário da epopéia”, “A raça de ouro” e “Crepitação de accendalhas”, se fossemos estabelecer uma respectiva conexão de assuntos abordados. Na primeira, um trabalho mais denso de descrição; na segunda, a urdidura de uma trama de grande amplitude estética.

Ao longo de todos os livros da *História da Grande Revolução*, as comparações com as epopéias homéricas e com momentos marcantes da história antiga, de Grécia e Roma, são freqüentes, como pôde já ser percebido nas breves passagens que apresentamos. Essas comparações são muitas vezes digressões longas que entrecortam, intermitentemente, as descrições mais pontuais e as apreciações e reflexões do autor em relação à seqüência cronológica de fatos. E, diferente do que poderia se depreender de uma leitura mais rápida, não se trata apenas de um jogo explícito de comparação direta com Homero, como se fosse apenas um adorno gratuito para quebrar a sisudez da narrativa. Trata-se, a nosso ver, de uma escolha marcadamente articulada com a estrutura explicativo-compreensiva da obra. A comparação é um mecanismo textual que se nos apresenta como uma redescrição metafórica. Ela é capaz de imputar um sentido deslocado e infinitamente mais exuberante aos fatos, destilando neles características que estão nos mitos trazidos ao texto através do mecanismo de fundir mito e história, de forma a tornar quase impossível, por vezes, a distinção entre os atributos “reais” e “ficcionalis” dos personagens<sup>336</sup>. A grandiosidade dos personagens, a magnitude das ações do povo sulino, a coragem e a inquebrantável sede de liberdade despontam em proporções que um breve relato descritivo não conseguiria erigir. O mesmo vale para a proeminência do fio atemporal que sobrevive ao fortuito, a fibra moral que vem de tempos áureos e se projeta, ainda que em vários momentos cambaleante, ao futuro. E tudo isso através de um tom imponente, com inúmeras passagens em que a licença poética extravasa qualquer prescrição objetivista ao criar paisagens idílicas, heróis

---

<sup>335</sup> VARELLA (1915), op. Cit., p. 8-30, 31-103, 104-217.

<sup>336</sup> Paul Ricœur busca uma inter-relação entre a teoria da narrativa e a teoria da metáfora como modalidades de inovação semântica capazes revelar aspectos do mundo da vida e do ser-no-mundo, interessantes para se pensar essa profusão da ficcionalidade no discurso historiográfico. RICŒUR (2005), Op. Cit., p. 13-15; 331-338; 376-389; 465-482; RICŒUR (2000), Op. Cit., p. 199-200; RICŒUR (1975), Op. Cit. Ver nota 110 do Capítulo 1.

semideuses, diálogos completos e nutridos de sensibilidade lírica, criados muitas vezes a partir de indícios tênues. Os épicos não apenas subordinam a revolução sulina com suas belíssimas façanhas, como se servissem de adorno estilístico; a revolução é, em vários instantes de divagação do autor, uma verdadeira “*Farrapíada*”<sup>337</sup>.

O sentido dessa opção pelo épico não deixa de ser aqui umas das questões mais inquietantes. Afinal, Varella empreendeu um esforço de recopilação de um gigantesco manancial factual que já estava parcialmente distribuído em obras anteriores, mas repensando justamente suas estratégias de apresentação textual. A variação em relação às obras anteriores não é abissal, mas a liberação da referência metafórica operada na articulação da narrativa da *História da Grande Revolução*, como vimos, pode representar uma alteração decisiva ou talvez uma reafirmação ainda mais explícita de sua concepção a respeito da própria função da história enquanto narrativa. A consciência de que o épico é capaz de produzir fermentações no âmbito social e que a própria narrativa tem um papel determinante de integração e formação identitária pode ser identificada em momentos em que o autor teoriza sobre o impacto das narrativas nos homens, como quando fala nas rodas de chimarrão em que Bento Gonçalves levava aos seus subordinados o deleite das grandes epopéias clássicas de tempos idos, narrando-as com entusiasmo e maestria. Em uma passagem extremamente rebuscada, Varella tece algumas dessas considerações acerca da epopéia e de sua função nos povos:

A narrativa é por excellencia a literatura vulgar. Sofregas pela audição dos contos se mostram as crianças; morrem por elles os povos que conservam a ingenuidade da infância. O nosso tinha embellezos de acendrado amor, quando escutava os mais predilectos, os do período guerreiro, a epopéa a que os prendia uma orgulhosa tradição familiar; epopéa a que iam ter quase todas as palestras, depois de gasto o assumpto da industria dominante, e o das raras noticias correntes. Arrastado pelo geral pendor, o dilecto das multidões entrentinha-as com essas gloriosas histórias. Se fugia ao que mais saboreavam, para não descair em quadros dentro nos quaes já em modesto perfil, se desenhavam os contornos do mais querido heróe popular; infundia-lhes goso parecido, com a menção de outros, duma remota idade. O silencio mantinha-se nos lábios, quebrando unicamente, pelo susurro, quase indistincto, das “cuias”, a serem passadas de um a outro, entre ondas de fumo, com o “chimarrão” a ferver; ou pelo metálico dos freios, que os cavallos, em circulo, ora mastigavam em bufos de anciã pela “querência”, ora deixavam pender immoveis, como se a narrativa acabasse por envolvel-os, no encanto suggestivo, da assembléa semi-paralisada.

Roma nascente em estreito âmbito que o braço latino alarga tenaz, com a ponta dos gládios, tangidos por braços de bronze, ou salva de naufrágio a arca dos penates sobre os escudos invenciveis, que nenhuma calamidade submergia de todo; era espetáculo que sobremodo interessava aos gaúchos, ainda que lhes não causasse grande surpresa, porque algo de parecido encontravam nos dias faustos e infaustos da Colonia, que denominamos do Sacramento, e ainda mais nos embates, tão vários, de aquém da raia. A miniatura caseira, á guiza das egides de Homero,

---

<sup>337</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 58, nota 14. Ver também 470 do *Capítulo 4*.

descobria a olhos desvanecidos, os painéis múltiplos de história ainda palpitante, cujas proezas em nada reputavam inferiores, ao que ouviam. [...] ahi, nesse glorioso ambiente, deparavam-se-lhes os marcos assignaladores de victorias mais ambicionáveis, quando com a fala evocativa, se entranhava a mente de cada um, no dedalo das ruas, que iam ter aos ágoras frementes; ou topavam, numa volta das estradas da Attica fulgida ou da Laconia severa, com as hermas dos varões emancipadores das cidades do sobredito cosmos, todas pullulantes de vida, opulência, renome, jubilo, porque livres.<sup>338</sup>

As façanhas dos heróis de Homero, contadas pelo líder maior da revolução, soavam aos seus homens como a história que pulsava em suas próprias vidas, nas batalhas cotidianas, nas privações, no desassossego, na ânsia por liberdade. Essas narrativas gloriosas eram, de acordo com Varella, também responsáveis pelo ímpeto que se encravava no peito dos farroupilhas, ávidos por reafirmarem as proezas milenares em sua luta diária. Se para Varella era verdade que “os grandes creadores de mythos são os verdadeiros dominadores do mundo”<sup>339</sup>, é compreensível refletir essa sua obstinação em contar os “mitos” sulinos. O historiador, ora tão crítico dos próceres do estilo, não se privou de fazer o “vasto drama raiano”<sup>340</sup> reencenar-se nas páginas de sua história, porque afinal de contas, para ele

O *Fatum* do tablado grego não é para nós apenas uma reminiscencia tragica. É figura obrigada no drama que representam os povos, e não somente tem parte activa: prepondera no enredo, origem e desenvolvimento das situações dos actores. [...] os sobreditos actores interpretam a acção da peça em cujo desempenho tomam parte, de accordo com as variantes suggeridas pelo talento de cada um, sem comtudo violarem o que há de fundamental no pensamento já prefixado na composição. *Mutatis mutandis*, é o que no theatro da historia se tem verificado e se verifica: uma única differença, real, é que o personagem, aqui, não é unicamente um livre definidor do que a natureza das cousas preestabelece como regra: elle é actor e também autor, porquanto, ainda que em diminuta escala, lhe não é de todo vedado modificar o drama social em curso, num grau mínimo, já se deixou ver.<sup>341</sup>

Os povos representam seus enredos, ainda que com algumas diferenças do que acontece na grande épica. A história se faz, metaforicamente, com atores plasmados numa trama que se desenrola, atores estes que são também autores dos acontecimentos, mesmo que não tenham grande inferência sobre o rumo absoluto da história como um todo. E essa proximidade é ainda mais visível quando a narrativa épica se funde à história, quase impedindo o leitor de discerni-las no decurso dos eventos, ou quando Varella narra certos feitos que considera heróicos aludindo diretamente a cenas das epopéias homéricas. O historiador é responsável pela composição textual desses eventos, e sua representação do passado sempre visa um encontro com um mundo de expectadores, como os bravos

---

<sup>338</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 22-23.

<sup>339</sup> VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 211.

<sup>340</sup> VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 128.

<sup>341</sup> VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 33.

soldados que ouviam as estórias contadas pelo general farroupilha. O que vimos foi um autor a operar com signos do épico a semiotização das experiências averiguadas metodologicamente. Antes de fechar o capítulo, comentaremos mais alguns exemplos que consideramos marcantes desse processo de semiotização épica: o relato da morte de Francisco de Paula do Amaral, um dos braços direitos de Bento Gonçalves; a descrição da ação de Bento Gonçalves numa das batalhas mais violentas da guerra civil; e a narrativa da destruição de um pequeno barco farroupilha, comandado por Tobias dos Santos. Talvez eles nos ajudem a finalizar a construção desse argumento.

Numa acirrada batalha campal, os farroupilhas perderam um de seus homens mais importantes, um dos guerreiros mais intrépidos. Francisco de Paula do Amaral Sarmiento Mena era o homem de confiança de Bento Gonçalves. Assim Varella descreve sua queda no campo de batalha:

Eis como ocorreu o infausto successo. Paula do Amaral, “vendo cair ferido seu irmão Antonio Manuel, e suppondo-o morto, corre a vingal-o, matando a quem o ferira”. Mas naquela hora fatal em que lutavam á competência em grande alma, os ardores civicos, os carinhos fraternos, vulnera traiçoeiro golpe, o benemerito riopardense. Viu-se de repente que largava as armas. Que as desampara, quem sempre até ahí se mantivera firme, rijo, tremendo, arruinativo, na vanguarda. Dobra-se inerte para a terra, exangue, frio, sem alguma força, o “braço direito” de Bento Gonçalves!...

Junto aos muros de Ilio, a santa cidade dos dardanos, junto a elles e arrastada por seu próprio peso, “inclina-se a cabeça dum jovem troyano, como em jardim a haste da papoula, com a carga de suas flores e do orvalho da primavera” [citação do Canto VIII da *Iliada*]. Desfallecida pende igualmente a cabeça de Paula do Amaral, rica de galas, em todo o esplendor de sua pujança invulgar, para logo depois abysmar-se o guerreiro em tumulto ignorado, com as melhores promessas de sua geração. Finda assim, o brilhante curso em zona misteriosa do horizonte revolucionário, uma estrella digna de attrair os olhares do mundo inteiro. Termina em episódio obscuro, a dourada existência do vate e soldado que, á guisa de outro de gênio artístico infinitamente superior, também podia gabar-se de haver “braço ás armas feito, mente ás mulas dado”. Sumia-se quem, á maneira do sublime autor de os *Lusíadas*, tivera activa parte nas dos “heroes athleticas façanhas”, como os incruentos, harmoniosos, gratos certamens que

... Outorgam buscar no Pindo ameno,

Das nove irmãs a doce melodia! [versos do próprio Paula do Amaral]

Aqui o uso de Homero opera no soldado tombado a transposição épica que o torna um verdadeiro herói universal. Podemos ver inclusive o clássico exemplo de epopéia moderna, *Os Lusíadas*, de Camões, também usada como ponto de referência na operação de semiotização do evento histórico. Nas batalhas mais difíceis e sangrentas, a fusão entre a história de um homem e de uma narrativa mítica se manifesta de forma ainda mais viva, como na passagem a seguir, em que a transposição acontece com o próprio Bento Gonçalves e “seu cortejo de semi-deuses”:

O generalíssimo farroupilha, que, com o seu estado-maior se havia postado no coração da localidade, ahi conservando-se até o derradeiro minuto da terrível pugna, enviou, acto continuo, ao chefe da praça, uma solemne intimativa para que se rendesse á discricção, com a promessa de recambia, ás suas respectivas províncias, todas as praças que fossem alheias ao Riogrande, também notificando que, em caso de negativa, “arrasaria toda a população”. Nella mergulhara o heroe continentino, “á guisa de uma noute intrépida”, veloz como Heitor, ao invadir triunphante os muros do campo argivo, onde penetra “formidável no aspecto, a resplandecer com o metal das armas”. Como este, “ordenara á multidão dos troyannos que franqueassem a trincheira, no que foi obedecido, subindo á escalada uns, rompendo os baluartes os outros, enquanto os gregos, em meio de immenso tumulto, ganham lesto a banda onde pairam as naves”. “Só um dos immortaes habitantes do olympto fora capaz de o deter!” Só um dos supremos entes, a cujo braço poderoso, no conceito homérico, tudo se move sobre a terra. Ovante seguia Bento Gonçalves com o seu cortejo de semi-deuses, quando um daquelles intervem no pleito, como tantas vezes relata o maior dos poemas. Maligna, impiedosa, intervem a Fortuna, que o desadora e que lhe trava os passos, interrompendo-se, de súbito, a magestosa torrente da esplendida Victoria!<sup>342</sup>

Torna-se quase inseparável a ação de Bento Gonçalves da ação do herói troiano, o que acontece em diversas outras passagens da obra. Tratava-se de encontrar uma forma apropriada para dar continuidade ao fluxo semiotizante da experiência de homens que apareciam como semideuses em batalha, verdadeiros titãs pampianos. Não parecia exagerado utilizar de recursos literários tão eloquentes como os da grande épica. Varella, com freqüência, alude ao fato de que “na galeria da nova Troya se ostentam paizagens históricas de belleza épica, muito equivalentes ás da antiga” e por isso, “com expressões de Homero lícito é pintar, seja o que ocorreu nas ribas de Hellesponto, seja o que se viu nas margens do Camaquã”.<sup>343</sup>

O terceiro caso que mencionamos como interessante ao nosso argumento é o “naufrágio épico” de um barco farroupilha. O “Minuano” era uma pequena embarcação com uma missão restrita: reapresentar-se em Rio Grande, a mando da cúpula dos revolucionários. Tobias dos Santos era o comandante dessa fatídica expedição que ficaria marcada como o “theatro de sublime lance de épica intrepidez”. O barco fora atacado por um navio bem mais aparelhado belicamente, nas imediações da Lagoa Mirim. O teatro épico, Varella se encarrega de representar:

Prolonga-se-lhe, este, e rompe, entre ambos, viva a metralha e as salvas de mosquete, lascando a madeira, rompendo os fios das enxárcias, destruindo em summa as obras mortas, como aniquilando a exígua equipagem insurrecta...

Tão acceso era o incêndio, que, de terra, se podia contemplar á vontade a gloriosa scena da resistência heróica do barquito, e, se em quase todas as casas da contigua localidade, as portas ou fenestras, com o susto imperante, se conservaram cerradas, não succedeu o mesmo, no lar de uma família adventícia acolá. Mais

<sup>342</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 129-130.

<sup>343</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 294. Citamos a mesma expressão na página 131. Varella a repete diversas vezes ao longo da obra.



animosa ou mais curiosa, jovemzinha serritina entreabriu uma janella, podendo divisar o que defronte occorria. Isto é, viu claramente visto, o épico desfecho da pugna desigual, uma como labareda do inferno que se destaca dos planos inferiores e voa e revoa pelos ares! [...]

Junqueira [comandante do navio inimigo] pensou que a rareza dos disparos indicava ser de azo a conclusão do empenho: num bordo que o punha mais rente do inimigo, seguro intimou a rendição.

Engano, o do legalista! A energia que se lhe antepuzera, rija como o vento de que tinha tomado o nome, não se abatera no “Minuano”. Recolhera-se, para a disciplina de grande holocausto, nas aras da Idéa, afinada a combatividade da consciência, afim de produzir um sobrehumano esforço: a bravura em grau sublime. [...]

Tobias, depois de um arranco derradeiro contestar ás vozes de entrega, com os roncões de seus fracos rodízios; Tobias, presentes a querida mulher e os mimosos fructos do casal, magestoso desceu o morrão ao paiol. [...]

[...] Ali estava refulgente em espírito inflexibilissimo e dedicadíssimo, o grande pensamento do nomeado filho da Grecia. [...]

Junqueira [...] aguardava tranquilo o desenlace da façanha liberal, com os olhos na desmantelada coberta, breve sua, não tinha dúvida.

Não havia de ser! Não havia de ser, porque a tinham confiado a uma fidelidade exemplar, de que teve mostras em seguida, que o encheram de assombro. Quando o legalista já preparava os cabos de reboque, fugiu-lhe o “Minuano”, qual se fosse “um baixel de ouro a scintilar sobre águas nocturnas” [citação retirada de *Assim Falou Zarathustra*, de Nietzsche] Fugiu-lhe num relance, como sombra impalpável! Como um navio fantasma, que se ergue no espaço e baqueia depois, e mergulha, nas convulsões dramáticas da subjacente veia caudal! Como Leviathan que deixa em fúria as águas e a ellas prestes reverte, marcando, traz si, larga esteira de chammãs, e o ecco de uma como trovoadas que estruge súbito e emmudece em seguida, — mais imponente o silencio immediato á procella, que o seu próprio bramido, no instante de desencadeiar-se estrondosa...<sup>344</sup>

O herói não se entrega, porque prefere a morte à derrota. Trata-se de um empenho narrativo que transcende, momentaneamente, o cuidado metodológico, porque a ânsia em representar a cena em seus detalhes o lança para fora do âmbito da compilação de informações documentais. Essa narrativa é feita, em boa parte, com base em um relato que Varella tomara de sua avó materna, muito tempo antes da redação da *História*. Algumas outras fontes, também de relatos, auxiliaram-no nesse esforço de detalhamento, mas é visível que a intenção aqui é muito mais criar o ambiente épico do que se resguardar aos relatos possivelmente fragmentados e dispersos sobre um fato que nem sequer é tão conhecido ou comentado na historiografia da revolução farroupilha a que se tinha acesso naquele momento. Os vestígios eram tênues, mas o brilho da cena parece advir de um testemunho ocular, como de fato é uma característica típica da narrativa épica.

---

<sup>344</sup> VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 114-116.

Esse aspecto é bastante significativo na construção da estética épica da grande revolução, o chamado tom onisciente<sup>345</sup> daquele que narra: os detalhes são sempre minuciosos, descrições impecáveis que transitam pela paisagem, pelo espírito revolucionário, pelas paixões, pela psicologia dos sujeitos e situação da coletividade num tom que revela o cuidado em fazer das narrativas imagens perfeitas dos momentos passados a que se referem, quase como numa tentativa de presentificação plena do ausente. O autor narra sempre como se cada fato tivesse sido por ele observado em minúcias, até mesmo a angústia ou a melancolia das personagens que, passados seus tempos gloriosos, sofreriam ao ruminar recordações. Municiado apenas com algumas esparsas poesias autobiográficas do outrora “herói dos dois mundos”, Varella tentou recompor o momento de encontro entre o poeta e o guerreiro, no íntimo do próprio herói, a remoer suas reminiscências lendárias:

Decennios mais tarde, no fulgido retiro, entre as cerules ondas rebrilhantes do lendário Tyrrheno, *Il Grande*, ao vir-lhe á memoria a quadra mais risonha de sua estupenda, sem rival existencia; queda-se em silenciosa melancolia, divinamente fixa no bronze pelo cinzel magnífico de Bistolfi. Recorda-se, com agros espinhos nalma, de seus muitos sacrificios em ambos hemispherios, para logo refrescar-se-lhe ella, com as mais dôces reminiscencias. Ao ingrato pungir succedem as sensações de uma prazer sem igual! “lembrar-se é viver outra vez”, e, invadida a sua natureza por uma torrente de jucundas harmonias, comprehende, quanto Ossian, que se ha dôr, também há encanto na saudade. [...] Garibaldi o imita: o paladino e poeta vibra delle, por igual, para decantar excelsos rasgos, que o porvir terá quem sabe, na conta de pura fabula ou de um rosario de maravilhas, desfiadas, traz de si, por um semi-deus, a peregrinar dadivoso entre os mortaes.<sup>346</sup>

Todas essas são características que nos permitem apenas reiterar a presença de uma forte inspiração épica na construção da *História da Grande Revolução*, não apenas em comparações, mas na economia explicativa do texto, como procuramos demonstrar. Não se trata de afirmar ou negar que a obra seja, em si e literalmente, uma epopéia. Inclusive porque sua narrativa jamais poderia ser, deliberadamente, uma epopéia: ela é *história*. Os acontecimentos narrados não são provenientes das musas que os sopram aos aedos – ou

---

<sup>345</sup> Duas características são importantes para definir esse narrador onisciente-onipresente ao se falar no modo de configuração narrativa da epopéia: a *desembraceagem enunciativa*, que é o uso majoritário da terceira pessoa como forma de produzir um distanciamento da enunciação, uma separação ampla entre sujeito e objeto, que gera um efeito de objetividade no texto; e a *desembraceagem interna*, que é a postura de ceder a palavra a outros interlocutores diretos na narrativa em forma de discurso direto, fazendo com que “através de tal procedimento, o referente fica claro e a verdade garantida, pois o narrador não ‘diz que ele disse’, mas repete as palavras proferidas pelo personagem.” In: ROCHA, Roberto do Carmo. *Epopéias indianas e gregas*: um estudo da construção dos sujeitos. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 116. Em Varella ambas estas características podem ser observadas. Sua narrativa busca esse afastamento da enunciação ao mesmo, dá voz direta a outros interlocutores – sejam testemunhos retirados de fontes, memórias ou de relatos orais que colheu – e mantém-se sempre na condição de um narrador onipresente e onisciente em relação aos sucessos que narra, usando pra isso também o detalhamento psicológico dos personagens e a descrição minuciosa dos cenários e da ação que neles se realiza.

<sup>346</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 287.

seja, ficção. Eles recorrem a uma referência externa à qual prestam um dever de fidelidade, porque afinal, esse é historicamente o ponto de ruptura entre a historiografia e a epopéia, apesar daquela advir em grande parte desta. Não obstante, essa é uma separação que talvez nunca tenha sido absolutamente completada. E esse talvez seja um fardo (ou seria uma dádiva?) que o historiador dificilmente poderá deixar de carregar, a despeito de todas as tentativas de ruptura com quaisquer que sejam os modos ou tropos de composição. Toda a racionalidade estética em sua obra esbarra no fato de que ela não é e nem poderia ser, como ele mesmo sabia, uma verdadeira epopéia. Mas o autor é astuto o suficiente para jogar até mesmo com esse fato. Em vários momentos ele incita a futura presença de um Homero para narrar os fatos gloriosos que, afinal de contas, ele mesmo estava narrando. Temos a dialética de um “ser ou não ser”, que não é resolvida na composição textual, a respeito desse papel de “Homero dos pampas”. A passagem que comentamos a seguir é elucidativa.

Aludindo ao canto XVII da *Odisséia*, Varella se remete ao momento em que Ulisses retorna e é afetuosamente recebido por seu cão, fiel companheiro há muito afastado do amo e que resistia à própria velhice numa esperança de rever o dono. A cena narrada pelo “maximo genio literario da Grecia”<sup>347</sup> encontra uma outra análoga no chão pampeano, protagonizada pelo guerreiro argentino, general Juan Ramon Balcare<sup>348</sup>. Assim, Varella argumenta em favor da comparação:

Pois bem, o Homero que grave amanhã no metro da epopéia, os grandes rasgos da campanha libertadora em que a Argentina se cobriu de louros inexcedidos na America do sul; não necessitará de recorrer á fantasia, para igualar ou transcender o quadro hellenico, a que se faz referencia e que não podemos lêr sem um doce entusiasmo. Ulysses — ainda livre dos perigos da justa indispensavel para a reconquista de Ithaca usurpada, não se nega á commoção que o invade — Ulysses, ante o aspecto do seu antigo favorito, "não pode reter uma lagrima", premio bem merecido pelo velho amigo, que succumbe, ao dar a ultima prova de uma constancia perfeita, "após vinte annos de apartamento! "Aquelloutro guerreiro, é no meio das peripecias de uma vigorosa refrega, que expande as demonstrações de apego, por outro animal de sua confiança e estima; "conta-se delle, que na batalha de Tucuman, chorou, ao vêr agonisante, o cavallo que tinha montado!"<sup>349</sup>

---

<sup>347</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 91-92.

<sup>348</sup> O argentino aqui é uma figura ilustrativa. Ele não é necessariamente o gaúcho, mas é um referencial absolutamente válido na economia da obra porque a argumentação anterior de Varella construiu um terreno comum entre os rio-grandenses e os platinos, colocou-os lado a lado como homens habitantes de um espaço compartilhado e miscigenado, aproximando o gaúcho mais às repúblicas do Prata – em termos sociais mas também no que diz respeito ao ímpeto político e o louvor de ideais republicanos e democráticos – do que dos brasileiros do centro e do norte do país. Tanto é que as batalhas heróicas que deram o exemplo aos rio-grandenses foram aquelas lutas independentistas da América do Sul, sobretudo daquelas vizinhas ao povo sulino. O herói argentino, já nessa altura da argumentação, serve tranquilamente como parâmetro para se pensar também qual seria a atitude análoga de um guerreiro rio-grandense.

<sup>349</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 92.

Varella deixa claro que o fato referido é capaz de se igualar aos feitos narrados por Homero, sem a necessidade de se utilizar, todavia, o recurso à *fantasia*. A menção é esclarecedora: ele reconhece a ficção em seu próprio estatuto, o mito enquanto mito, e, por conseguinte, a história como um algo diverso. Mito e realidade compartilham de status epistemológicos diferenciados, mas no universo da produção da narrativa podem ser intercalados. É só pensarmos aqui na coroação de uma metáfora que atravessa de ponta a ponta sua *História*, a de uma “Nova Troya” a superar a antiga em façanhas heróicas. Talvez tudo que tenhamos aqui citado componha em um nível mais profundo a articulação semiótica dessa metáfora realmente viva da sua composição textual. O mais interessante é que não há receio de que tal jogo de representação possa, efetivamente, causar decréscimo cognitivo à sua obra; pelo contrário, o uso massivo dessas estratégias parece sugerir que tal pacto gerava sim um acréscimo de vivacidade e, destarte, efetividade à obra. É como se ele precisasse jogar com essa comunhão entre razão cognitiva e razão estética para dar à obra a visibilidade e a amplitude almejada, já que a publicação dessa história seria de fato um marco, inclusive comemorativo, para as publicações historiográficas sulinas na época. A citação é reveladora, pois nos deixa antever uma subentendida comparação dele mesmo enquanto autor com um suposto Homero que ainda surgiria para narrar essa epopéia pampiana, já que o que faz não é ficção, é história. Ainda assim, a relação comporta essa espécie de dialética, porque, na prática, o autor oscila perante o insolúvel dilema de ser ele mesmo este Homero dos pampas ou continuar firme em sua posição de historiador-cientista. Declarar-se abertamente o Homero da epopéia rio-grandense seria assumir a arriscada posição (ao menos arriscada se assumida literal e deliberadamente dentro de uma obra que se define *História*) de um poeta, mesmo que poeta da representação do passado. Ainda assim sua *História* acabou sendo temperada ao sabor do épico, talvez para não correr o risco de ser apenas mais um relato, entre muitos, a perder-se no tempo pela precariedade estética. Coube-lhe nesse caso a fugidia opção de deixar que o próprio leitor decidisse se sua obra, ainda que escrita por um historiador-cientista, poderia ser comparável aos veneráveis gênios da literatura épica.

O pendão tricolor tremeluzia nas chammas, para o moço tribuno, como para todas as almas novas, presas á narrativa das façanhas a que faltou até hoje um Homero, para lhe consagrarem o renome, em um poema de dramatica sublimidade, a que nenhum excederia.<sup>350</sup>

Tudo quanto se rememorou não corresponde aliaz senão a muito pouco em verdade. Corresponde á obra de quem tentasse emoldurar no reduzido espaço

---

<sup>350</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 107.

das miniaturas, o que tem proporções de um grande painel historico. Mais tarde, com a arte precisa, um MacPherson, uma Lagerlöf de nossos patrios rincões, ha de representar, em quadro condigno, os heroes fundadores ou defensores da gloriosa extremadura. Hemos de vel-os a traduzirem com emphase, em irisadas sagas continentinas, as gentilezas de nossa primeira idade, como o risco extremo e multiplo de commovida existencia, na Pampa semi-deserta. Commovida, sim, quanto grata, jucunda, com o deleitoso aconchego patriarchal, instituido num meio antes inhospito, agreste sobremaneira. Prosadores e trovadores hão de celebrar o que foi nossa juventude collectiva, soberba, pujante, magnanima, quanto folgazona e ditosa, malgrado o peso de arruinativa, humilhadora tyrannia, a gravitar sobre o Riogrande primitivo.<sup>351</sup>

Se ao começarmos nossa análise sobre o aspecto estético da obra de Varella, havíamos nos deparado com uma aparente incoerência, em que o historiador proclamando-se cientista não poderia, por definição, ceder aos encantos da arte da escrita sob pena de ver sua história desabar como um castelo de cartas, possivelmente, agora nos seja permitido pensar mais em termos de confluência do que de oposição. Percorremos as enfáticas prescrições epistemológicas de Varella ao mesmo tempo em que tentamos trilhar as pegadas estilísticas de sua narrativa. Duas tendências aparentemente contrárias, mas que, no acerto de contas final, parecem se mostrar amalgamadas em nome da necessidade de tornar o passado uma representação efetiva, uma *história viva*. Afinal, a razão cognitiva e a estética, no ofício de historiador, andam lado a lado, por mais que muitos queiram obter um suposto lucro epistêmico separando-as definitivamente em favor da suposta representação da *realidade tal como ela é*, ou, pelo contrário, libertem-se sem escrúpulos através da vastidão interminável dos signos da literariedade. Mais do que nunca, nesse contexto historiográfico que estamos tratando, tal “precaução” não parecia ser algo a se levar em consideração, mesmo dentre aqueles que assumiam o mais ostensivo cientificismo. Tanto que há autores como Varella – e ele parece não ser uma exceção – que não vêm nenhuma vantagem em apagar de sua escrita-ciência os signos da literariedade. Muito pelo contrário, viam (muitas vezes de maneira sub-reptícia, é claro) essa característica como um dom notável daquele que ousava encarar com os cuidados de um homem das letras a árdua profissão de escrever o passado.

---

<sup>351</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 181. James Macpherson foi um poeta escocês do século XVIII, que ficou conhecido como tradutor do ciclo de poemas ossiânicos, épicos antigos da escócia supostamente traduzidos por ele mas que no século XIX foram dados como fraudes, tendo sido criações originais do poeta. Edição original consultada, com pequeno prefácio com informações sobre o autor: MACPHERSON, James. *The Poems of Ossian*. Philadelphia: Thomas Cowperthwait & Co, 1839. Selma Lagerlöf (1858-1940) foi uma escritora sueca que ficou famosa por ser considerada uma narradora que encarnava a arte dos contos populares, recriar a atmosfera ficcional das lendas e relatos populares, com ares de uma espécie de retorno ao romantismo e elementos fantásticos, como duendes, gnomos e fantasmas. In: GUSTAFSON, Alrik. *Six Scandinavian novelists: Lie, Jacobsen, Heidenstam, Selma Lagerlöf, Hamsun, Sigrid Undset, Irene Scobbie*. New York: Biblo and Tanen, 1969, p. 177-225.

Mais do que “uma historiografia defasada do momento histórico nacional” <sup>352</sup>, talvez a história de Varella seja indício de uma racionalidade historiadora preocupada em amalgamar passado, presente e futuro através de um complexo jogo entre o particular e o universal, ou entre a descrição fática e a redescrição metafórica, jogo esse que lograria fazer da Revolução Farroupilha uma espécie de *tempo pleno*, um *kairos* da história brasileira. Mas essas hipóteses apenas encerram essa seção. Constituem o arremate que tornaremos preâmbulo do capítulo seguinte.

---

<sup>352</sup> GUTFREIND, Op. Cit., p. 169.

## CAPÍTULO 4

---

### DO MUNDO DA VIDA E DO MUNDO DO TEXTO: NAS CERCANIAS DE UM KAIROS

Antecipamos já no primeiro capítulo, com algumas considerações teóricas acerca da natureza e da inserção da história enquanto saber escrito e inscrito no mundo-da-vida, o uso de um interessante conceito que opera na compreensão da temporalidade humana. Aludindo a Rűsen, mostramos como *kairos* pode ser entendido como um “tempo pleno”, em que “o ‘não mais’ do passado e o ‘ainda não’ do futuro superam-se na experiência elementar do ‘aqui e agora’”<sup>353</sup>. Em outras palavras, falamos de um conceito que nos permite pensar a reelaboração constante dos critérios de sentido que orientam a ação humana, reelaboração esta produzida no seio da memória histórica.<sup>354</sup> O *kairos* resume a intencionalidade da conjugação que cada presente histórico faz de seus próprios tempos passados e futuros, em que “la memoria de lo acontecido, y la imaginación sobre el destino colectivo, pueden convocar al ayer y al mañana en cada ahora histórico”.<sup>355</sup>

Cada cultura, movimento ou indivíduo carrega consigo as representações de seus próprios tempos “cairóticos”, diz Rűsen. Se para os protestantes o tempo “cairótico” é a fase da formação da Reforma, para muitos marxistas talvez tenha sido a Comuna de Paris ou a Revolução de Outubro; podemos pensar também na forma como o conceito aparece na origem do cristianismo primitivo, como o momento da encarnação de Deus na Terra. Segundo Rűsen, essa seria a representação mais típica do *kairos*,

na medida em que demonstra de modo particularmente marcante a supratemporalidade intratemporal de um momento histórico, ao articular utopia e alteridade em um construto abrangente de sentido do tempo.

Uma narrativa historiográfica, que torna presente a experiência do tempo de um *kairos*, reúne, pois, a alteridade histórica e a utopia que transcende a história. Ela as amalha na unidade de um momento histórico dotado de duas propriedades: de um lado, pode ser rememorado como experiência real do tempo, lastreado pelas

---

<sup>353</sup> RŪSEN (2007-a), Op. Cit., p. 149. Citado na página 54, nota 95, do *Capítulo 1*.

<sup>354</sup> RŪSEN (2007-a), Op. Cit., p. 135.

<sup>355</sup> GARCIA, Guadalupe V. *Entre cronos y kairos: las formas Del tiempo sociohistorico*. Barcelona: Anthropos, 2007, p. 1.

condições do agir que a história evidencia na crítica da utopia. De outro lado, ele vai além desse horizonte experiencial da memória histórica, pois nele se realizam, sob as condições particulares do agir, intenções que as ultrapassam. Nesse superávit de sua efetiva realização, as intenções atuam historicamente e orientam o agir atual como perspectivas de futuro a realizar.<sup>356</sup>

É exatamente esse jogo inescapável entre a experiência do passado e a utopia, praticado nas tramas historiográficas, que nos permite refletir a obra varelliana para além de sua constituição interna. Nesse caso é fundamental pensar a sua linguagem historiográfica concebendo-se como um produto destinado às possíveis leituras de outros sujeitos, realizando-se, portanto, como uma *história viva*, construída, de um lado, sob o respaldo metodológico e epistemológico, e, do outro, por um processo de semiotização discursiva fortemente inspirado no gênero épico. As questões que nos norteiam nesse capítulo passam pela dúvida com a qual já nos deparávamos ao apresentar essas duas faces aparentemente tão diversas desse sujeito que escrevia sobre o passado da sua terra: como essas duas faces podem se conciliar? Não seria exatamente no ponto de transição entre a epistemologia histórica e a ontologia da condição histórica, como nos falava Ricœur?<sup>357</sup> E esse ponto de passagem, marcado pela fase da representação historiadora, não seria em Varela justamente a configuração da Revolução Farroupilha como um momento “cairótico”, um tempo pleno da história brasileira, que ultrapassou os próprios limites da ação possível, resguardando consigo uma alteridade pretérita e o germen do futuro de uma comunidade? Seria então admissível pensar que a opção pelos signos do épico foi um dos caminhos possíveis para a construção de uma narrativa histórica fiel a esse tempo e que fosse capaz, enquanto mundo do texto, de levá-lo ao mundo-da-vida, no horizonte do mundo do leitores?

Até então, refletimos sobre a obra varelliana sob o prisma da sua produção enquanto configuração narrativa textual, um produto historiográfico concebido na intersecção entre uma epistemologia e uma poética da representação do passado. Nesse capítulo, contudo, faremos uma breve incursão também pelo mundo dos leitores, ou pelo menos de alguns interlocutores mais destacados de Varela. Esse recurso se fará necessário para que possamos compreender um processo que não era incomum na época do nosso historiador, qual seja, o “diálogo” que se podia manter com os pares através da publicação de obras de réplica ou ensaios vinculados em periódicos. Vimos no *Capítulo 2* que nosso autor procurava explicitar sua atenção aos possíveis efeitos que seus escritos suscitariam em seus prováveis leitores, o que lhe impelia ao uso de certas estratégias textuais. Essa atenção apenas reforça

---

<sup>356</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 150.

<sup>357</sup> RICŒUR (2007), op. Cit., p. 295.



a interpretação que procuramos fazer da sua opção pelo modelo épico, uma vez que a *História da Grande Revolução* fora talvez a mais comentada e polemizada de suas obras, especialmente, criticada por alguns conhecidos e reverenciados historiadores da época, como Emilio de Souza Docca. Na medida em que pudermos avaliar algumas dessas interlocuções e analisarmos mais de perto a questão da construção do *kairos* rio-grandense, lançaremos algumas conclusões, ainda que provisórias, a respeito da dialética entre a experiência e a utopia que, mediada por uma poética da representação, povoam o saber histórico produzido pelo historiador da “Grande Revolução”.

Ainda não é, facilmente, aplicável aos estudos de historiografia, em alguns contextos de pesquisa, a tese que postula a necessidade de se estudar os processos de leitura/recepção dos artefatos historiográficos. Pelo menos se pensarmos sob uma perspectiva hermenêutica, ou seja, de “tentar reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma obra eleva-se do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada, por um ator, a um leitor que a recebe e assim muda seu agir.”<sup>358</sup> Ricœur nos sugere que tal tarefa, dificilmente, poderia ser levada em conta por uma visada apenas condicionada por parâmetros de uma semiótica propriamente dita, essencialmente, focada nas leis internas da obra literária. Lembremos aqui a tese central de *Tempo e Narrativa* que fala da implicação mútua entre o processo de tessitura de uma intriga – que carrega consigo o par operativo *muthos-mimese* da *Poética* de Aristóteles – e o caráter fundamentalmente temporal da experiência humana. Como aludimos em outros momentos, trata-se aqui de uma conjugação feliz e extremamente funcional para pensar o conjunto epistemológico da história não apenas como o par evidências/vestígios (plano metodológico) e modos de explicação-compreensão da ação humana no tempo (plano teórico), como, normalmente, consideram os historiadores, mas incluindo o plano poético, isto é, o processo de *representação historiadora*<sup>359</sup>. Não é exagero afirmar que Ricœur inova ao incluir essa “etapa” da operação historiográfica no âmbito de uma epistemologia. No entanto, se assim o faz, é para reencontrar, ao final da meditação sobre essa poética historiadora, a dimensão de uma ontologia do ser-no-mundo. Em outras palavras, trata-se da vivência intersubjetiva em que essa escrita sobre o passado adquire uma animação própria, visto que a narrativa (seja ficcional, seja historiográfica) só atinge seu pleno significado ao se tornar uma condição da existência humana.<sup>360</sup>

---

<sup>358</sup> RICŒUR (1994), op. Cit., p. 86.

<sup>359</sup> RICŒUR (2007), op. Cit., p. 294-296.

<sup>360</sup> RICŒUR (1994), op. Cit., p. 85.

Certamente, esse entrelaçamento não é tão simples como pode parecer, sobretudo, se levarmos em consideração a circularidade produtiva da *tríplice mimese* ricœuriana.<sup>361</sup> Numa simplificação que talvez soe infiel à genialidade das meditações de Ricœur, poderíamos dizer que essa circularidade sugere que a história emerge da vida para a ela retornar, sem com isso ser mera repetição; é a chance de um acréscimo cognitivo, estético e político, nas palavras de Rûsen, ou do “acréscimo de ser” (*Zuwachs an Sein*) do qual nos falava Gadamer.<sup>362</sup>

Nesse sentido, poderíamos pensar acerca das possíveis refigurações operadas pelos leitores de Varella, mas não sem sermos rondados pelas armadilhas desse espiral da *tríplice mimese*. Como fazê-lo se dessas refigurações temos somente novas configurações articuladas em textos de réplica à Varella, que, por sua vez, geraram os textos de resposta pelo punho criativo do nosso historiador polemista? E se a questão é relevante, por que não admitirmos também que seu processo mimético se iniciou, do mesmo modo, com uma refiguração das referências abertas pelos textos que ele leu, interpretou e amou, para então fazer emergir a configuração de sua obra histórica?<sup>363</sup>

Poderíamos consentir que nos capítulos anteriores já logamos percorrer algo a respeito do que seriam as *mimeses I e II*, ou seja, a pré-compreensão simbólico-cultural (implicitamente) e a operação de tessitura da intriga (mais explicitamente). Resta-nos a difícil tarefa de tentar esboçar algo a respeito da *mimese III* no percurso de sua obra, ou mais precisamente, do momento em que se torna obra na atitude daquele que a lê.<sup>364</sup> E isso porque apenas dessa maneira podemos voltar a pensar na idéia de uma história delineada no cruzamento das referencialidades ficcionais e historiográficas (A referência descritiva da “experiência real” e a referência metafórica da “experiência ficcional”, respectivamente) no

---

<sup>361</sup> O espaço da *mimese I* comporta a *prefiguração* narrativa, que pressupõe a significação articulada da ação, na relação entre compreensão narrativa e compreensão prática, ou seja, uma relação direta entre teoria narrativa e teoria da ação, realizada com os recursos simbólicos do mundo cultural e com a pré-compreensão da intratemporalidade do agir humano. Já a *mimese II* seria um espaço de mediação, ou seja, implica pensar o “como-se” da operação de *configuração* narrativa que realiza a síntese do heterogêneo, oferecendo a possibilidade de se “seguir uma história”. E por último, a *mimese III* contempla a *refiguração* realizada no âmbito da leitura que atualiza a história ao segui-la com uma imaginação produtora que carrega o fardo de ter de perseguir o mundo que o texto projeta, mundo este que pode fertilizar um agir, “conceder um acréscimo de ser à nossa visão de mundo empobrecida pelo uso cotidiano”. [FINK apud RICŒUR (1994), op. Cit., p. 123]. O que se pode depreender dessa articulação conceitual é que ela parece ser circular, o que para Ricœur, não é o mesmo que ser uma “tautologia morta” (ou seja, uma mera redundância cíclica não-produtiva); é muito mais uma espécie de dinâmica espiralada, um “círculo saudável” que nos remete à “afinidade oculta entre o segredo de onde a história emerge e o segredo ao qual a história retorna” [RICŒUR (1994), op. Cit., p. 117], isto é, a própria vida.

<sup>362</sup> GADAMER, H. G. *A atualidade do belo: a arte como jogo símbolo e festa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1985, p. 55.

<sup>363</sup> RICŒUR (1994), op. Cit., p. 122.

<sup>364</sup> RICŒUR (1997), op. Cit., p. 286-304.

caminho da refiguração da temporalidade humana, feita, em Varella, com a medida de um tempo “cairótico” através da inspiração épica. Começaremos essa última etapa de nosso esforço interpretativo justamente pensando em que medida é possível ver na obra varelliana a Revolução Farroupilha como um *kairos*. Logo depois, nos aventuramos em algumas das leituras que foram feitas da *História da Grande Revolução*, focando, especialmente, no extenso debate travado publicamente com Emilio de Souza Docca e em algumas apreciações feitas sobre o estilo de Varella. Esse rápido passeio pelo mundo dos seus leitores talvez possa nos ajudar a ver com menos opacidade o mundo desse peculiar historiador rio-grandense.

#### 4.1. Varella e a dialética entre a experiência e a utopia no saber histórico

Desde o começo desse trabalho, uma pergunta crucial nos assola e parece agora impreterível o esboço de uma resposta: qual o sentido dessa relação, aparentemente, tão contraditória entre o processo de justificação epistêmica e a poética da representação da experiência pretérita na *História da Grande Revolução*? De um lado, um historiador-cientista, que apresenta inúmeros argumentos teóricos para endossar a cientificidade de sua pesquisa e a, conseqüente, plausibilidade factual do seu empreendimento historiográfico. De outro, um poeta da representação do passado, que faz da experiência histórica uma experiência estética, através da metaforização e da modulação épica na tessitura da sua narrativa. Como ler hoje a *História da Grande Revolução* sem pensar estar à beira de um inexorável paradoxo?

Muitas poderiam ser as leituras possíveis, mas optamos por pensar no par experiência-utopia, que nos alçou até o conceito de *kairos*. Heidegger, certa vez, disse que “nosso futuro vive do passado”, que “arrastamos o passado conosco”<sup>365</sup> e que ele pode ser tomado como o lugar de onde se “intensifica a força vital do nosso próprio presente”, uma vez que “a consciência histórica libera o passado para o futuro [e este] então adquire impulso e se faz produtivo”<sup>366</sup>. Essa maneira de pensar a relação dos homens para com sua própria historicidade é válida, naturalmente, para a operação que produz o saber historiográfico: “dão-se saltos utópicos para o futuro, que superam sempre o conteúdo factual do passado”.<sup>367</sup> Isso implica na assunção dos limites da racionalidade histórica, visto

---

<sup>365</sup> HEIDEGGER (2009), op. Cit., p. 93.

<sup>366</sup> HEIDEGGER (2009), op. Cit., p. 95.

<sup>367</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 136.

que são necessárias “constituições meta-históricas de sentido”<sup>368</sup> – como, por exemplo, a utopia – no processo de transcendência das condições dadas da vida humana. Diz Rösen:

A constituição utópica de sentido pressupõe que as condições atuais do agir são irreais e que é possível imaginar outras condições totalmente diversas. [...] ao neutralizar, ficticiamente, as circunstâncias reais da vida, o pensamento utópico abre uma via para a orientação da existência humana, na qual representações de outras circunstâncias de vida aparecem como expressão de carências de mudança do mundo, motivadoras do agir.<sup>369</sup>[...]

As utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força de seu espírito, para conviver consigo mesmos e com seu mundo, sob a condição da experiência radical da limitação da vida.<sup>370</sup>

Se a historiografia é também uma crítica da utopia, não se pode falar numa cisão completa entre ambas: a história também é “impulsionada pelos mesmos superávits de intencionalidade que funcionam na utopia”<sup>371</sup>, mas “transforma o superávit da utopia no das *expectativas e intenções*, próprio à riqueza experiencial do passado”<sup>372</sup>. Utopia e história são mutuamente críticas, mas mutuamente dependentes numa contradição que só se dissolve na profusão de um *kairos*: a configuração narrativa de um tempo pleno, um “fenômeno temporal no qual a experiência de determinadas circunstâncias de vida transcende a própria experiência”<sup>373</sup>, um tempo que se forma através de um sentido de totalidade, no qual “em um instante do agir de uma geração consolida-se o destino de muitas gerações”<sup>374</sup>.

Com a *História da Grande Revolução*, Alfredo Varela leva ao extremo essa possibilidade de potencialização utópica da experiência do passado ao narrar a “saga continentina” como um verdadeiro *kairos*, apontando para o ideário farrapo como o amálgama entre o passado, o presente e o futuro, a partir do qual poderia ser possível nutrir toda a esperança de um porvir mais promissor. Às vésperas das comemorações do centenário da “Grande Revolução”, os seis monumentais tomos de Varela ganharam vida e alimentaram justamente essa representação “cairótica” da história sulina. Se os sentidos político e ideológico construídos pelo autor a respeito do movimento sedicioso – a influência platina e a tendência separatista – geraram um turbilhão de críticas públicas pelos mais destacados historiadores da época, sua forma de representação, fortemente, ancorada em modelos épicos, foi aceita com naturalidade, como veremos posteriormente.

<sup>368</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 136.

<sup>369</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 137.

<sup>370</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 138.

<sup>371</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 139.

<sup>372</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 142.

<sup>373</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 147.

<sup>374</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 149.

A transcendência que envolvia o conjunto da “Grande Revolução” resumia-se em Varella numa singela, mas emblemática passagem: “*Tinha que ser assim a idade que então floresceu*”<sup>375</sup>. Esse *Es muss sein*<sup>376</sup> é marcadamente assinalado no destino de uma “raça de ouro”, viva em um tempo tão absoluto que possibilitaria a impensável condição de se transpor a barreira da temporalidade, em função de idéias imperecíveis. Assim Varella se exprimia em relação a esse verdadeiro milagre da “gente raiana”:

Se admittimos a theoria platonica, de que as idéas vivem por si, não ha absurdo no acreditar que as emittidas por uma bocca moderna, já abalasses a animos preteritos. Muito antes de surgir na fimbria do horisonte, o Sol o recobre de ricas celagens, nuncias de seu esplendoroso transito ulterior. Mercê de prodigio equivalente ao da luz refrangida na atmosphaera livre, este derradeiro, solemne pronunciamento, antes quiçá de expandir-se, qual vimos nos dias que decorrem; talvez haja produzido mysterioso ecco, atravez dos corações extremenhos. Ou o mecanismo do phenomeno esse foi ou nos achamos em face de outro, de typo inverso. Nossos compatricios quiçá lograram presentir elaborações mentaes porvindouras. Talvez o lograssem, poisque "*vivre c'est respirer l'avenir*"! Graças a tal milagre, como a factores de incentivo, impulso, já estimados, sentiu-se a gente raiana, com alento para se lançar numa empreza, mais de semi-deuses, do que de mortaes; empreza que alvorecera com o seculo, na redesperta consciencia de um "maravilhoso povo".

O sublime emprego que receberam, em dez annos de estupendo sacrificio, o complexo de energias moraes que se estão aqui resenhando, é um esforço magnanimo que jaz incomprehendido ainda, ou mal correspondido, nos melancolicos dias hoje em curso. Nos que sombrios perpassaram, na éra fielmente descripta, as compleições individuaes, menos insensíveis do que as da hora presente ou menos irresolutas não cruzaram os braços, diante de ruina collectiva assaz transparente.<sup>377</sup>

O solene pronunciamento referido por Varella seria de um discurso de Ruy Barbosa, com velados elogios à terra gaúcha. As “qualidades excelsas”, mencionadas pelo ilustre personagem histórico, poderiam ter encontrado esse povo sulino em formação, transpondo o tempo presente para habitar milagrosamente o passado. Aqueles homens de outrora pressentiram as altivas palavras que o futuro os reservaria em discursos e tribunas e delas extraíram a força para as façanhas que empreenderiam. Afinal de contas, “*viver é respirar o futuro*”. E, como o autor deixa claro, seu esforço é para que esse tempo pleno do passado, através de uma história que o seja justa e o corresponda, chegue viva aos “melancólicos dias” do seu presente. As críticas ao tempo presente, aliás, são recorrentes no texto varelliano. Na

---

<sup>375</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 101.

<sup>376</sup> A expressão compõe o último movimento do enigmático *Quarteto de Cordas nº 16* de Beethoven, conhecido pela expressão “*Es muss sein*”, que significa algo como “tem de ser assim”, ou “é preciso”. A expressão é assim explorada por Milan Kundera, no romance *A Insustentável Leveza do Ser*. Ver: KUNDERA, M. *A Insustentável Leveza do Ser*. Rio de Janeiro: rioGráfica, 1986, p.37-40. A usamos aqui para tentar definir esse sentido de inexorabilidade retrospectiva construída por Varella.

<sup>377</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 237.

passagem a seguir, ele se questiona sobre o papel da monarquia sugerindo que as lições do passado podem ajudar a compreender o mundo presente:

Ora bem, se temos em mente estas egregias lições e buscamos interpretar com ellas os factos da orbita collectiva entre nós, como querer, como esperar que medrasse o "entusiasmo nacional", quando patente o desgraçado rumo que seguia a comunidade brasiliense? Quando um príncipe, duas vezes traidor, fraudava todas as suas promessas, delia todas as nossas esperanças? Pudera esculpar-se, justificando a oportunidade, a urgencia de instaurar-se um despotismo illustrado; o que fez, no entanto, foi restabelecer um dos mais broncos ou torpes que hão existido, o de seu deplorando progenitor... Isto se não comprehende, no entanto, ainda hoje, no regressismo imbecil em que nos vamos gradatim suicidando, em que estamos a cavar pouco e pouco a nossa ruina: á guiza do chinez incauto, entregue aos fumos do opio, acaba o Brasil moderno, em verdade, num totalissimo aviltamento. Cultuamos a autoridade, com um tamanho servilismo ou indescortino, que hão surgido em nossos dias, loas até, (loas, quem o diria!!) á quadra brangança anterior a 1820; negrissimo, horribilimo periodo, que nossos maiores tanto anathematisaram ou maldisseram, por saberem assaz o que era ou tinha sido.<sup>378</sup>

A partir daí, Varella desenvolve uma extensa argumentação que cria uma ponte entre o que via como sendo um atroz autoritarismo do regime monárquico brasileiro e o começo das agitações revolucionárias do sul, que inaugurariam um tempo moderno na história brasileira, através da bandeira da liberdade. A província carregava o pesado fardo de ser o braço armado e, ao mesmo tempo, o mais vulnerável do império. O momento histórico de libertação aparece como uma espécie de tempo de redenção capaz de transcender sua própria historicidade. O espírito humano estava em marcha: essa metáfora colhida por Varella nas páginas do *Recompilador Liberal*<sup>379</sup>, de Porto Alegre, abre passagem para o já citado livro 6º, "O espírito sobre as águas", em que o autor trabalha a idéia de uma genuína substância atemporal na constituição desse povo que encetaria movimento revolucionário.

É interessante pensar aqui até que ponto essa sua fixação em um tempo modelar não constituiria o que poderíamos compreender pelo do *topos* da história como *magistra vitae* (mestra da vida). Koselleck demonstra como a clássica fórmula de Cícero atravessou os séculos chegando quase ilesa ao século XVIII, ainda que, seu uso tenha se desdobrado, progressivamente, em diferentes formas, como orientação ou como mera prescrição introdutória de muitas obras – por vezes uma fórmula cega sem uma consequência efetiva<sup>380</sup>. Isso corrobora a longevidade da noção, tamanha flexibilidade com que fora usada. No entanto, a despeito dessas diferenças no seu emprego, algo permanecia comum: seu uso indicava que os pressupostos sobre a natureza humana eram tidos como imutáveis, ou seja,

<sup>378</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 239.

<sup>379</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 467. A edição do jornal citado é a de 12 de Dezembro de 1834.

<sup>380</sup> KOSELLECK (2006), op. Cit., p. 42.

a semelhança humana ultrapassava a contingência histórica e permitia que a história pudesse realmente servir de exemplo para as ações do presente. De acordo com Koselleck, “a estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível”<sup>381</sup>, ou seja, os pressupostos e premissas dos eventos humanos eram vistos como inalterados para que fosse possível conceber o passado como modelo.

Pensando a partir do princípio ciceroniano de que pela voz da história nada é recomendado senão a imortalidade do orador, máxima essa que mantém certa continuidade com o argumento axiológico de Tucídides<sup>382</sup>, encontramos um Varella, claramente, preocupado com o patrimônio intelectual que deixaria à posteridade em sua monumental empresa historiográfica: a ambição metodológica e epistemológica e o preciosismo estético que o levou aos limites do épico coadunavam-se na tarefa de deixar à posteridade rio-grandense o registro verdadeiro e justo de um tempo que poderia tragicamente cair no esquecimento. Varella era leitor não apenas dos clássicos pais da história gregos (leia-se Tucídides e Heródoto), mas um profundo conhecedor dos romanos como Cícero, Tito Lívio, Sêneca, Plutarco e Tácito<sup>383</sup>. Não apenas os conhecia através das leituras renascentistas, mas os havia destrinchado nos originais. Não há dúvida de que as lições ciceronianas atravessavam sua obra de ponta a ponta enquanto uma orientação taciturna para seu empreendimento historiográfico. Embora Varella não cite explicitamente a clássica passagem de Cícero (ainda que o cite inúmeras vezes, especialmente, usando sua história como exemplo ou matéria para analogias), podemos notar nuances do velho *topos* em algumas passagens:

Em os exércitos de Hoche e Bonaparte a historia militar nos apresenta o contraste educativo por excellencia e a mais perfeita das lições. [...] Mostra a referência histórica, poder-se preservar uma cousa, o bem público, sem prejuízo da outra: a acção política e bellica.<sup>384</sup>

Eram os taes, homens de grande mérito e dignidade [refere-se a D. Pedro I e outras figuras da monarquia], mas, desconhecedores (qual muitos de nossos dias que occuparam os mesmos postos) do que uma folha da quadra da independencia qualifica de "axioma politico" e que assim define: “*As nações prosperam na rasão directa do grau de liberdade de que gosam, debaixo dos auspicios da rasão e da moralidade*”. Nem aquelles, nem estes comprehendem a segura doutrina, a que se pode appor, como glosa, a soberba lição constante de uma folha do sul; cujo traslado cumpre fazer, para ensino dos presentes ou vindouros estadistas: “Debaixo de qualquer ponto de vista que se encare o despotismo, tudo nos prova que é o maior dos flagelos do

<sup>381</sup> KOSELLECK (2006), op. Cit., p. 43.

<sup>382</sup> KOSELLECK (2006), op. Cit., p. 43. Ver também debate sobre Tucídides no *Capítulo 2*.

<sup>383</sup> Ver alguns exemplos mais expressivos em: VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 7, 420; VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 183, 223, 287, 481; VARELLA, (1933, T. III), op cit., p. 29, 50, 64, 96; VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 334, 446; VARELLA, (1933, T. V) op cit., p. 22, 286, 485; VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 203.

<sup>384</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 313.

genero humano, e a mais fecunda origem das calamidades duraveis, com que os povos são opprimidos. [...]”. [grifos do autor].<sup>385</sup>

Na primeira, uma lição eterna dada pela história; na segunda, uma lição que pode ensinar os estadistas do presente e do futuro. Precisamos, contudo, relativizar essa sugestão do *topos*, para evitar uma classificação estática e simplificada da obra varelliana. Nosso historiador viveu um período de transição e de intensa profusão intelectual, o que nos impediria de rotulá-lo como um historiador “pré-moderno”.

No Brasil, a prática historiográfica, desde cedo realizada no âmbito dos institutos históricos, esteve marcada pela insígnia ciceroniana. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>386</sup> até as suas “províncias” constituídas nos institutos regionais tais como o Instituto Histórico da Província de São Pedro (IHGPSP)<sup>387</sup> e mesmo nos exemplares mais recentes dessas academias ilustradas, como o já citado Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS),<sup>388</sup> além de uma série de institutos da mesma natureza fundados em contextos locais, a história se anunciava como mestra da vida<sup>389</sup>. Ainda assim, como mostra Hruby, há uma série de leituras que demonstram a possibilidade de pensar também a presença paradoxal de um viés “moderno” na concepção desses historiadores, sobretudo, aqueles localizados no limiar entre o século XIX e o XX<sup>390</sup>. Ainda que, negue ser essa influência um indício claro de um novo regime de historicidade, Hruby não deixa de

---

<sup>385</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 382. A citação feita por Varella é de *Amigo do Homem e da Pátria*, de 12 de agosto de 1830.

<sup>386</sup> Cf: HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação. (mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007, p. 89.

<sup>387</sup> O IHGPSP foi uma experiência de curta duração (1860 a 1864) de um instituto aos moldes do IHGB na província sulina, mas nem por isso foi inócua ou pouco representativa. Ver: LAZZARI, op. Cit., p. 57. Sobre a relação entre o IHGB e o IHGPSP ver também: BOEIRA, Luciana. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 37-42.

<sup>388</sup> O IHGRGS foi fundado em 1920 e existe até os dias atuais. De acordo com Daniela Oliveira “a fundação e a permanência da entidade foi consequência de um momento específico em que, mais do que nas anteriores, havia uma mobilização em prol da construção de um discurso historiográfico uníssono sobre a história do Rio Grande do Sul.” Ver: OLIVEIRA, Daniela. *“O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p.66. A autora também trata de algumas das tentativas fracassadas de fundação de um instituto no RS, antes da inauguração do IHGRGS.

<sup>389</sup> Trabalho em monografia de conclusão de curso o processo de fundação e as premissas basilares do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Maria (1960), a partir da análise da trajetória de um de seus idealizadores, o médico e historiador Romeu Beltrão. Cf: SILVA, Jaisson. *A busca da verdade de um passado: na trajetória daqueles que escreveram a história de Santa Maria – João Belém e Romeu Beltrão*. Monografia de Conclusão de Graduação. (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2008, p. 57-59. É interessante notar que a premissa da história como “mestra da vida” ainda é um dos pilares que orientavam a prática historiográfica, aparecendo clara e pomposamente nos discursos de fundação dessa academia ilustrada tardia do interior do RS. Ver *Ibidem*, p. 69.

<sup>390</sup> HRUBY, Op. Cit., p. 138-139.



ponderar que “a História possuía também, apesar do comprometimento político e da produção de verdades éticas, uma noção moderna, por mais impreciso que seja tal adjetivo.”<sup>391</sup> Ou seja, precisamos entender que a experiência da tradição e sua implicação direta na semeadura das ações presentes já convivia com o impulso de uma história que se abria a um futuro imprescritível, de uma história que passava progressivamente da visada estática em direção ao passado à visada dinâmica direcionada ao futuro. Não apenas a assunção dos preceitos metodológicos modernos apontam pra essa história em movimento, mas também, e talvez principalmente, a “transposição das fronteiras entre história e poética”, quando “passou-se progressivamente a exigir unidade épica também da narrativa histórica”<sup>392</sup>, isto é, uma maior capacidade de representação calcada na ordem interna de um sistema narrativo abrangente. Além disso, no processo de transfiguração da história como relato (*Historie*) à história em si (*Geschichte*)<sup>393</sup> tornou-se comum refutar a idéia de que as premissas passadas pudessem ser as mesmas do presente, de maneira que, se o “acontecimento se mostra como consequência e produto do embate entre forças singulares e genuínas, extingue-se a possibilidade de aplicação imediata de modelos históricos”<sup>394</sup>. O “*wie es eigentlich gewesen ist*” rankeano evidencia a consideração da história não mais como um catálogo exemplar para o presente e para a posteridade, mas como uma empresa cognitiva baseada na inexorável condição da singularidade histórica. Uma passagem peculiar é capaz de esclarecer e, ao mesmo tempo, complexificar a relação de Varella com o *topos* da história *magistra vitae*:

Todo o erro dos homens provém da insuficiência de seus estudos históricos ou sociológicos. Bonaparte, por cego, tentou restabelecer o Imperio carolingio; A. Comte, por igualmente cego, quiz instaurar uma Republica, de typo catholico-feudal: por que? Porque, bem que dotados ambos de phenomenal talento, olvidaram que taes systemas politicos, não podem mais fundar-se hoje em dia, com a devida estabilidade, e, portanto, com a precisa vitalidade. Não é possivel reconstituir, nem o primeiro nem a segunda, porque entrou em jogo no mecanismo social, uma força de novo character, inexcluivel do mesmo; energia de teor particularissimo, a qual interrompeu, quebrou o equilibrio secular até ahi subsistente e abriu caminho a outro.<sup>395</sup>

Nesse caso a insuficiência dos estudos históricos é referida no sentido justamente contrário ao do *topos magistra vitae*, já que querer imitar ou reafetar exemplos passados em épocas com forças sociais distintas soa nessa passagem como o mais elementar erro da ação

---

<sup>391</sup> HRUBY, Op. Cit., p. 140.

<sup>392</sup> KOSELLECK (2006), op. Cit., p. 50.

<sup>393</sup> Ver nota 116, página 62 do *Capítulo 1*.

<sup>394</sup> KOSELLECK (2006), op. Cit., p. 53.

<sup>395</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 462.

humana na história. Como pensar, porém, que elucubrações como essa podem suplantar as inúmeras lições que Varella parecia querer legar com sua *História* e as tantas outras que ele colhera numa grande coleção de exemplos da história antiga? A resposta aponta para o uso que fazemos do conceito de *kairos*.

O *topos* da história exemplar, como considerou Rösen, baseia-se, dentre outros aspectos, na idéia de que podem ser formuladas, a partir das experiências passadas, regras gerais, princípios que ultrapassariam a própria historicidade, para chegarem vivos ao agir humano presente, com um potencial orientador. Ou seja, o tempo é visto como uma unidade, mas uma unidade de princípios gerais, não, necessariamente, de teor factual, e a experiência pode, assim, dimensionar o futuro<sup>396</sup>. A supratemporalidade da história é sua própria “moral”, o que significa que o exemplo universal, dela extraído, pode mesmo ensinar<sup>397</sup>. Uma das questões que cabem aqui é pensar que se a experiência amarrada em regras universais delimita a ação e circunscreve a expectativa, não há espaço para o novo, aquilo que é inadvertidamente um “outro” em relação ao passado, e acabamos nos encontrando num plano em que a utopia torna-se improvável. A transição processada entre essa constituição *exemplar* de sentido e o que Rösen chamou de constituição *genética* poderia ser exatamente a possibilidade conceitual de enxergar o tempo enquanto mudança, como “abertura de perspectivas de futuro, que vão qualitativamente além do horizonte do que se obteve até o momento”<sup>398</sup>. Torna-se evidente, assim, uma tensão estrutural entre a experiência acumulada e a expectativa daquilo que é inteiramente diverso, fazendo com que, nesse caso, a utopia (e sua correlação com o saber histórico) volte a trabalhar repensando possibilidades futuras. A “Grande Revolução” de Varella, nesse sentido, não é uma coletânea de situações exemplares capazes de demonstrar regras eternamente válidas apreendidas da experiência farroupilha, embora o teor de vivacidade e o potencial orientador de identidades desse evento histórico tenham sido trabalhados na obra varelliana, sob o signo da rememoração e da comemoração, como um tempo transcendente. Não cabia e nem se poderia cogitar repeti-la enquanto evento ou mesmo regra geral, mas

---

<sup>396</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 51-52.

<sup>397</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 54.

<sup>398</sup> RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 58. Levamos aqui em consideração a tipologia da historiografia proposta por Rösen, uma espécie de organização ideal-típica das formas de constituição de sentido da historiografia, que canaliza um esforço de síntese em relação ao aspecto comunicativo e, por conseguinte, da capacidade orientadora conferida ao saber histórico. São apontados quatro *topoi* básicos a partir dos quais Rösen almeja alcançar o conjunto das possíveis estratégias argumentativas da história, definidas por ele como constituições de sentido *tradicional*, *exemplar*, *crítica* e *genética*. Ver: RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 43-67, e em especial o quadro-síntese da p. 62.

como inspiração libertária e reforço identitário para as revoluções necessárias ao presente e ao futuro, num processo de “consolidação da identidade pelo reconhecimento”<sup>399</sup>.

É fundamental lembrarmos que exatamente nesse momento – começo da década de 1930 – o país vivia intensas transformações políticas e o ápice da atualização cultural própria ao movimento modernista. O pós-guerra demarca, para alguns autores, um momento em que se torna inadiável o ingresso do país na “modernidade”, e isso exigia, necessariamente, uma reavaliação completa sobre nosso próprio passado, pensando em termos de nacionalidade<sup>400</sup>. O eixo dessa inquietação era exatamente a preocupação para com os sentidos de representação da própria nacionalidade, e o *Manifesto Antropofágico*<sup>401</sup> (1928), de Oswald de Andrade, pode ser elencado como um destacado exemplo. A aglutinação das diferentes culturas e a antropofagia crítica dos valores e influências vindas do Velho Mundo, canalizadas à singularização da nacionalidade brasileira, demarcavam essa posição, que se definia também no seu superávit de utopia. De alguma maneira era preciso reverter os olhares que se tinha do pretérito, que passava a ser visto ora como uma espécie de Eldorado, ora como “uma lição para meditar não para reproduzir”<sup>402</sup>. Varella havia experimentado esse impulso modernizante porque em certo sentido essa parecia ser uma das tarefas de sua geração<sup>403</sup>. Considerando que ele experimentou o turbulento

---

<sup>399</sup> A expressão é de Rösen. In: RÜSEN (2007-a), Op. Cit., p. 60.

<sup>400</sup> VELLOSO, Monica. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil republicano*. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 374.

<sup>401</sup> ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropofágico. In: *Revista de Antropofagia*, ano I, n. 1, Maio de 1928.

<sup>402</sup> ANDRADE, Mário de. *Poesias Completas*. 6. ed. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 23. Essa citação está no “Prefácio Interessantíssimo” da *Paulicéia Desvairada* (1922), que é considerada por muitas a primeira manifestação cronológica do movimento modernista como costumamos definir simplificarmente. Cf: PAES, José Paulo. *A aventura literária: ensaios sobre ficção e ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 69. Ver também: VELLOSO, op. Cit., p. 379. De acordo com Hilda Magalhães, essa relação com o passado demarca uma dialética entre o velho e o novo explicitada por Andrade nessa obra demarcadora do movimento modernista: “Assim também as concepções velho e novo são revistas, uma vez que o primeiro já pressupõe em si o segundo, e vice-versa. Do mesmo modo, o tempo deixa de ser entendido como uma sucessividade passado-presente-futuro para ser concebido como tempo pleno (qualquer uma das categorias passado/presente/futuro contendo as demais), só distinguível em termos de qualitatividade, de diferença, e não mais de progressividade, de hierarquia.” Cf: MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. Tradição e modernismo em Prefácio Interessantíssimo de Mário de Andrade. In: *Revista Polifonia*. Cuiabá, EdFMT, 1997, n. 03, p. 60 – 71.

<sup>403</sup> Veloso considera a chamada “geração de 1870” como uma primeira etapa do que pode ser chamado modernismo brasileiro, sem, obviamente, misturar aqui os dois diferentes momentos históricos referidos. VELLOSO, op. Cit., p. 371. Eduardo Kugelmas vê uma unidade nessa geração intelectual, dentro das propostas do abolicionismo, da modernização econômica e dos ideais federativos. Não se trata de ver aqui uma homogeneidade na diversidade, mas de elencar algumas experiências compartilhadas entre grupos de contextos diferenciados. Afirma que: “Apesar da heterogeneidade de pontos de vista, da diversidade das formas de metabolização dos temas doutrinários e das polêmicas entre os diversos grupos, uma referência comum legitima o uso da expressão “geração”. O que os une é a perspectiva crítica ante o *status quo* da sociedade imperial, sua situação de relativa marginalização em face do núcleo de poder constituído pelos saquaremas - conservadores infensos a quaisquer mudanças - e, como corolário, o papel por eles desempenhado de paladinos de propostas reformistas.” Cf: KUGELMAS, Eduardo. Revisitando a geração de 1870. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 18, n.52, Junho de 2003, p. 208.

processo de transição da república, conviveu por muito tempo nos entreatos da cena política e cultural carioca, além de ter também residido um tempo considerável na Europa e na Ásia, não é aceitável enquadrá-lo apenas na dinâmica das contendas intelectuais locais. No advento do movimento de 1930, Varella não mais participava oficialmente da vida política, mas os debates nos quais se envolvera estavam absolutamente imersos nesse ambiente político-cultural que acabamos de rascunhar. A síntese da nacionalidade que vinha sendo processada política e culturalmente exigia um tenso processo de integração e, no caso do Rio Grande do Sul, houve esforços efetivos no âmbito historiográfico, especialmente na órbita do IHGRGS. Se a obra de Varella fora muitas vezes acusada de ir contra essa corrente, não foi apenas pela complexificação das relações formativas sulinas e pela interpretação peculiar das ações separatistas da guerra civil farroupilha; mas, nomeadamente, porque Varella não demonstrava o mesmo entusiasmo e otimismo em relação ao tempo presente que experimentava, do contrário das eufóricas manifestações de apoio ao novo regime instituído pela cúpula varguista e pela utopia renovadora que as circunstâncias de integração nacional alimentaram em muitos redutos intelectuais. Varella foi lido como um pessimista em relação ao próprio tempo:

Sente-se no seu livro a preocupação exclusiva da verdade, fazendo plena justiça aos que se batiam pela integridade do Império, e pelo princípio monarchico. — Quisera ver o meu ilustre collega um pouco menos pessimista quando compara o presente ao passado. Acredito, porém, que esse pessimismo é mais aparente do que real. Observador arguto como é, não poderia deixar de reconhecer que a gangrena moral que atacou nosso organismo é menos extensa do que poderia pensar quem se limitasse a examinar os chamados próceres da política nacional.<sup>404</sup>

Augusto Viveiros de Castro, colega de formação de Varella e então ministro do Supremo Tribunal Federal, viu no autor da *História da Grande Revolução* um historiador que parecia não ter muito do que se orgulhar em relação ao seu presente, como se orgulhava do passado. Varella comentaria essa opinião:

Não tendo mais, para manifestal-os, uma tribuna em o parlamento ou na imprensa, eu me hei valido de minhas obras historicas, para eternas confrontações, entre a independência de antanho e o servilismo de oganho. Pululam os edificantes paralelos entre os grandes de outrora e os seus mesquinhos herdeiros: entre republicanos do passado e os republicidas que consumaram o cahos em que patinhamos. Em suma, agrade ou desagrade, não perdi ensejo, para acenar em um “deserto de homens e de ideas” com o lisonjeiro, imponente quadro civico de preteritos dias, illustres e saudosos. De tal modo se destaca em quanto hei escripto, um justificadissimo pessimismo, que Viveiros de Castro, plutarchiano ministro do Supremo-tribunal, o comentou, em preciosa epistola...<sup>405</sup>

---

<sup>404</sup> Carta de Augusto Viveiros de Castro a Varella, transcrita no apêndice da *História da Grande Revolução*. In: VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 490.

<sup>405</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 23-24.

São muitos os momentos em que Varella estabelece essas comparações entre o tempo farroupilha e o presente, exaltando o ideal que em sua opinião norteava a verdadeira república criada pelos farroupilhas, em vista das repúblicas superficiais e “nominais” do seu tempo. Apresentava a carta de intenções de sua escrita histórica, que era justamente estabelecer essas relações temporais. No tomo V, quando Varella entra na decadência da república farroupilha, são extensas e ricas as passagens em que tentava fazer um balanço dessa experiência histórica. A passagem abaixo é significativa:

O mais elevado [problema elencado pelos revolucionários] foi esse que os amigos de Bento Gonçalves, por voz de José Mariano, atrevidamente lançaram na arena dos debates e que consummaram no Rio Grande, 46 annos antes, a abolição que impiamente retardamos até 1888. Quer significar, isto, que ao tempo em que a generalidade dos homens no Brasil não lograva conceber um regimen colectivo digno de todos, limpo de iniquidades ou extorsões; esse grupo de videntes ou precusores erguiam o coração e o espírito a níveis taes, que os punham quase na altura do seculo actual, em que o que tem de mais elevado e promissor.

Notareis tanto no que acaba de rememorar-se, quanto no que vai ser exposto, que divisavam o grande problema de sua época e da actualidade, tal qual o maximo pensador da quadra moderna. *“por la première fois, l’humanité ose penser que sa faculté de satisfaire à ses besoins a dépasse ceux-ci, qu’il n’est plus nécessaire d’imposer à des classes entières le fardeau de la misère et de l’oppression pour procurer le bien-être à quelques-uns et leur permettre de poursuivre la culture de leur esprit. L’aisance pour tous — sans que personne se voie imposer le fardeau d’un travail écrasant et annihilant toute personnalité — est désormais possible; l’humanité peut enfin reconstruire toute sa vie sociale sur les bases de la justice”* [citação de Kropotkin]. Com estes fundamentos eternos apontados á maravilha pelo grande encyclopédico, queriam os mentores farrapos instituir a sua república, em nada semelhante a essas com que se illude um vão, esteril nominalismo politico, mas atreito a palavras, do que a realidades que mais valem do que ellas.<sup>406</sup>

A longa citação remete a vários aspectos já tratados sobre a obra varelliana. Em primeiro lugar, nota-se novamente a recorrência da fórmula que faz da Revolução Farroupilha uma experiência única e mais nobre que toda a experiência acumulada da história brasileira. Os homens da “Grande Revolução” não apenas superavam as amarras de seu passado, mas também ascendiam às aspirações que Varella via como além de seu próprio tempo. A experiência republicana farroupilha é legítima na medida em que se baseia na ordem coletiva, na premissa da abundância a todos sem o sacrifício de classes inteiras, para referir-se às palavras do anarquista russo Kropotkin, por ele citadas. A inusitada referência a este que foi um dos principais pensadores políticos do anarquismo, no fim do século XIX,

---

<sup>406</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 477. A passagem citada é da obra “Etika” [Ética], citada por Varella na edição francesa. Segue tradução livre: “Pela primeira vez, a humanidade ousa pensar que a sua capacidade de satisfazer as suas necessidades a ultrapassa, já que não é necessário impor a classes inteiras o fardo da miséria e da opressão para fornecer o bem-estar a qualquer um e permitir-lhe perseguir a cultura de seu espírito. A abundância para todos – sem que ninguém imponha o fardo de um trabalho esmagador e aniquilando qualquer personalidade – é agora possível; a humanidade pode enfim reconstruir toda sua vida social sobre as bases da justiça”.

é marcante na medida em que não é apenas uma exceção ou mais uma demonstração de erudição, já que Varella o citou várias vezes em sentidos próximos aos que havia usado citando Bakunin, Schopenhauer, Nietzsche e Marx. Mais do que um ecletismo obscuro, Varella demonstra-se, claramente, na órbita de uma abertura a uma perspectiva diferente de futuro, seja da nação, seja da humanidade como um todo. Seu pessimismo não parecia ser apenas um capricho de quem já havia sido alijado da práxis política; muito além disso, baseava-se na percepção de um sujeito que assistia aos resultados da guerra, à miséria e às inúmeras atrocidades do seu tempo.<sup>407</sup> Visões negativas a respeito do mundo que pareciam coagir o seu olhar na direção de um passado idílico, épico e transcendente e a um futuro que, necessariamente, teria de ser diverso, revolucionário em relação a esse “melancólico presente”. A evolução histórica brasileira lhe aparece como imperfeita e talvez a memória farroupilha fosse um depósito de esperança frente a uma realidade frustrada:

O Brasil, desde que sentiu no sangue os calores da maioria, aspirou á vida livre, no seio de uma republica federal, mas, não a soube querer. (Não o sabe ainda hoje, transcurso mais de seculo!) Não a soube querer, com alma creadora. O que se declarou vontade, foi apenas a sua apparencia, ou, melhor, um esforço de tom insufficiente, quasi inoperante. Nunca foi uma vontade mercedora de tal nome, sim outra cousa. Mera velleidade, circumstancia que explica as anomalias de nossa evolução historica, em tudo frustra ou imperfeita.<sup>408</sup>

No afã de rotular-se um personagem histórico, corre-se um sério risco de esquecê-lo em sua intestina diversidade e mutabilidade ao longo da sua própria trajetória. Até então Varella era apenas visto como um republicano da “velha-guarda”, que, afastado da política, decide panfletar a favor de antiquados valores federalistas. Talvez nosso historiador se impressionasse ao ler essa descrição estática, já que costumava se colocar como um sujeito sempre em mudança, especialmente quando se confrontava em extensas polêmicas públicas a respeito de seus escritos. Se, como bem vimos nos capítulos anteriores, Varella esposou o positivismo comteano e uma série de outros arcabouços teóricos considerados mais próximos dos homens do seu tempo e convívio, não deixou de transitar por uma série variada e até mesmo contraditória de obras e autores diversos – alguns talvez pouco conhecidos e lidos por seus “pares” –, quiçá numa tentativa de entender melhor o seu tempo e a si mesmo. Os exemplos vindos da história, em sua obra, não se cristalizam como

---

<sup>407</sup> Em *Rememorações*, sobretudo nos dois últimos capítulos do volume 2, há incontáveis referências sobre as guerras, a miséria, a calamitosa situação brasileira nos anos 30, além de várias análises da conjuntura geopolítica da época. O penúltimo texto chama-se “Desaba o triste mundo”, no qual fala sobre as agruras da Primeira Guerra e já antecipa conclusões sobre a Segunda Guerra, ainda em curso no momento de escrita do ensaio. No último capítulo, intitulado “o lance de novembro”, faz uma longa apreciação da situação da política brasileira da época, recheada de comparações entre países, exemplos históricos e opiniões pessoais acerca da problemática situação do país. Ver: VARELA (1959, v. 2), op. Cit., p. 181-237, 237-355.

<sup>408</sup> VARELLA, (1933, T. IV), op cit., p. 433.

normativas irrefutáveis a um futuro cerrado; o historiador sulino afirmava que muitas vezes era necessário “metter o machado nas tradições”<sup>409</sup>, ou seja, romper os grilhões do tempo em direção ao novo e mais justo, tal como fizeram os personagens impetuosos de sua epopéia. Suas referências ao anarquismo e ao socialismo, ainda que viessem entrecortadas por digressões que também desembocavam no pensamento comteano e evolucionista, mostram-nos que, de alguma maneira, ele se lançava em direção a uma superação da experiência acumulada e buscava nessas leituras heterogêneas a orientação existencial.

*“Il est temps qu'un grand souffle d'air pur balaye cette épaisse et lourde brume de petites idées accrochées à de petits faits.”* [citação de Gustave Geley]. Para quê? Para que a política se desmaterialize alfim e suba desbarbarizada às alturas de uma ethica; disciplina que nos assegura soluções para as quaes aquella, sósinha, é de uma visceral incompetência. Nesta alta visão das cousas, as lições dos mais oppostos sabedores modernos coincidem por vezes em modo que sobremaravilha. A. Comte, o grande encyclopédico, *verbi gratia*, de harmonia com outro grande encyclopédico, o príncipe de Kropotkine [sic], partindo aliaz um e outro dos lemmas scientificos mais antagonicos! [...] <sup>410</sup>

Nessa heterogeneidade de pensamentos Varella procurava concluir uma avaliação da “revolução extremenha” com passagens claramente elogiosas à experiência histórica farroupilha, mas sem necessariamente vê-la como exemplo possível de ser copiado. Procura diluir aí suas expectativas e utopias em relação ao tempo porvindouro, pensando sobre transformações que julgava serem absolutamente necessárias e que ainda não haviam sido realizadas:

Com adequado methodo far-se-á comprehender que “o ideal da liberdade, suprema aquisição da consciência individual é inseparável da noção da consciência individual, é inseparável da noção de solidariedade”. Infiltrado nos seres este grande ensino, facilmente admittirão o que as boas luzes do século nos indicam, id est, que estes dous princípios, liberdade e solidariedade, dominarão nas futuras communhões. Permanecem, no entanto, mui longe desse appetecido estado, emquanto despercebam que “para realizar seu ideal de liberdade e de amor universal, a humanidade precisa erguer-se acima dos preconceitos pueris e maléficos, de castas, religiões, de raças, de fronteiras. Com o indicado progresso terá de effectuar outro ainda. Terá depois que desembaraçar-se dos princípios fictícios de autoridade e justiça social.” [...] [as citações são de Gustave Geley]

Para attingir a esta plenitude moral, para attingir a esta “phase de inteira consciencia, isto é, de liberdade e de amor”; indispensável uma pertinaz disciplina, sob guia de um systema de educação ou orthopédia. Com isto, ergueremos o individuo a níveis conspícuos e luminosos, em vez de o deprimirmos, desfibrarmos. Com isto, infundir-lhe-emos nós mais finas, mais talentosas inspirações, capazes de o impellirem ás veras, não falsas rotas do porvir. Com isto, em summa, conseguiremos “modifical-o, por modo a despersonalisar-se, adquirir

<sup>409</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 480.

<sup>410</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 480. Gustave Geley foi um médico e pesquisador espírita francês, também influenciado pelo positivismo comteano em sua trajetória intelectual. Ver comentário biográfico de: O REFORMADOR, Federação Espírita Brasileira, nov. 1971, p. 245. Segue tradução livre do trecho citado por Varella: “É tempo em que um grande sopro de ar puro varra esse nevoeiro espesso e pesado de pequenas ideias agarradas a pequenos fatos”.

mais altas formas”.<sup>411</sup> [a primeira citação é de Gustave Geley e a última remete à biografia de Nietzsche, de Daniel Halévy].

Essa ponderação, a respeito da importância da educação para consolidação da solidariedade e da liberdade, sucede em seu texto uma avaliação do que considera ter sido um dos maiores problemas existentes na província sulina antes da revolução, para o qual a república dos farrapos teria dado especial atenção. É de se notar que Varella não faz uma transposição da solução farroupilha do problema da instrução pública para uma perspectiva de futuro; a experiência do passado é capaz de orientar, mas as utopias abrem-se diante de possibilidades diversas, capazes de criar um futuro verdadeiro, e por definição, melhor, na medida em que pudesse ser livre dos “preconceitos pueris” e do individualismo egoísta, frequentemente criticados por Varella como os males do seu tempo.

Vê-se, portanto, que o velho *topos* da história como mestra da vida já parecia redimensionado na relação que Varella tinha com seus objetos de estudo. A constituição de significados preñes de futuro desse tempo pleno revolucionário não postula a repetição dessa experiência, mas é capaz de orientar utopias futuras em face deste presente tido como caótico e injusto, revelado no seu pessimismo não apenas para com a situação político-social brasileira e sulina, mas do mundo de forma geral. Os dias de hoje jamais devem reproduzir os de ontem; a “jornada libertadora”, enfim, abre o caminho ao futuro, mas não o consome por inteiro:

Não somente imperterritos sustentaram um certamen bellico desigualissimo, (notai bem) como abriram, dilataram um caminho, ainda agora assaz mal trilhado, para um remoto porvir. Com a clara visão das realidades futuras que hoje tanto nos perturbam, conceberam, definiram, com a possível limpidez, a sinthese dentro de cujos postulados hemos de attendel-as. Não queriam os farrapos, a democracia do molde corriqueiro, insufficiente ou obsoleta; sim, outra, que abraçava, implicita ou declaradamente, as multiplas necessidades da vida social e todas as reivindicções das classes opprimidas, expoliadas. Pugnavam, em summa, por uma democracia integral, do modelo mais avançado, mais progressivo, mais sympathico, mais caridoso, mais libertario. [...] <sup>412</sup>

Não era deblaterar ou agitar-se de balde. Sim, paulatina, methodicamente, ultimar a evolução preparatoria; afim de que o dia de hoje nunca jamais reproduza os anteriores, e seja integralmente a radiosa vespera da jornada libertadora! <sup>413</sup>

Os amplos esforços de Varella em construir uma narrativa verdadeira implicavam na feitura de uma obra grandiosa, uma vez que só assim poderia pintar fielmente uma “áurea

<sup>411</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 382-383.

<sup>412</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 16.

<sup>413</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 239.



época”<sup>414</sup>. Nesse quadro, verdade e beleza confundem-se, porque ambas implicam-se mutuamente. A constituição narrativa de um tempo “cairótico” coloca essa relação recíproca em evidência, na medida em que sua extensão representacional se desdobrará perante as carências de orientação temporal do mundo-da-vida, exigências que são não apenas cognitivas, mas também estéticas e políticas. Devemos reiterar que o período e a situação específica que permitiu a publicação da *História da Grande Revolução* foi justamente a comemoração do centenário da Revolução Farroupilha, em atividades que já vinham sendo coordenadas e financiadas pelo IHGRGS. Ao averiguarmos o conjunto de publicações comemorativas que marcaram o entorno dessa celebração da memória e da história sulina, logo vemos que um dos mais simbólicos produtos foi o conjunto de seis tomos luxuosamente estampados da *História da Grande Revolução*. Ainda que, logo em seguida, fosse desautorizada em algumas de suas interpretações, a obra de Varella foi lida e publicada dentro do que se propunha, isto é, uma obra imponente para um feito majestoso.

Uma configuração narrativa de tamanha empresa histórica que fosse talhada de forma desdenhosa ou displicente não poderia ser fiel à verdade daqueles homens e daquele tempo. Ao menos era dessa forma que Varella costumava rebater todos os que porventura desafiassem seus esforços historiográficos. Para ele, muito do que se tinha dito sobre a Revolução Farroupilha até então carecia não apenas de clareza e objetividade metodológica (algo de que acusara não raras vezes seus interlocutores), mas também de civismo para com a memória desses homens “imortais” do passado gaúcho:

Nota-se em alguns de nossos escriptores preparo insufficientissimo de philosophia, para vantajoso exame das tradições da collectividade. Falta-lhes com isso, mais perfeito conhecimento da história. Com a luz daquela, encontrariam nesta o fio do segredo que lhes escapa, no tentarem aprofundar como e porque surgiu entre nós o movimento de setembro. Escapa-lhes o phenomeno principalmente no definirem os seus antecedentes e características. Impressiona-os as palavras estudadas e passa-lhes impercebido o que ellas procuram absconder, quando em situações equivalentes, fixas em chronicas de intra e extramuros, achariam fácil meio de traduzir o que o calculo ou malicia encobre.<sup>415</sup>

Sobre haver defeito no methodo, ha também outra falta mais de notar-se: falta no civismo dos escriptores gaúchos que se occupam da materia. Ha, *exceptis excipiendis*, falta de alentos: commettem o erro de medir a obra dos Immortaes, atravez de si mesmos. Parece-lhes naturalmente absurdo que uma reduzidissima comunidade, que dispunha de mesquinho orçamento, affrontasse impávida, esperançosa, tamanho Imperio, e, desdenhando os ouropeis de uma falsa grandeza, preferisse o seu modesto, honrado, quanto luzido, benemérito insulamento... [...] assim é que lograreis discernir o que fizeram os semi-deuses que, dentro numa aureola de radiosa gloria, eternados subsistem na agradecida memória do gênero humano!! Se há entre nós quem a tal modo de vêr qualifique de “progresso” nos sentimentos ou idéias, se ha “quem se ufane da secular desistencia”, porque “foi corrompido o ar

<sup>414</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 5.

<sup>415</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 10.

que respiramos”; caso ainda é de edificar uma geração desfalecida, com a palavra de uma que viveu e morreu lutando:

*“Virão nossas festas mais solennes  
Myriadas de sombras miserandas,  
‘Scarnecendo, seccar o nosso orgulho  
De Nação; mas, Nação que tem por base  
Os frios ossos da Nação... senhóra,  
E por cimento a cinza profanada  
Dos mortos, amassada aos pés de escravos”*.<sup>416</sup>  
[citação do 3º canto de *Tymbiras*, de Gonçalves Dias]

Trata-se, como já sugerimos, de uma atualização da memória sob a perspectiva de refazer a própria versão de nacionalidade a ser edificada pela historiografia. Nomeadamente porque essa falta de civismo é atribuída àqueles que, diferentemente de Varella, procuravam fugir ou ressignificar o conceito de separatismo e extirpar da sociogênese do povo rio-grandense os elementos e as influências teóricas e políticas dos platinos. Nesse caso, o autor é hábil ao jogar justamente com a dimensão dada aos feitos dos farrapos: afirmava que muitos escritores, sob o que qualificava de “hodierna moda do integralismo”<sup>417</sup>, acabavam subdimensionando os feitos da revolução, retirando-lhes exatamente aquilo que lhe parecia ser sua essência, isto é, o ímpeto para uma luta “titânica” de libertação em relação aos jugos do império. O recorte de *Os Timbiras*<sup>418</sup> talvez seja aqui apenas outro laço de Varella a uma geração de transição, fortemente influenciada pelo pensamento romântico como um todo, mas igualmente abrindo-se em direção aos diversos modernismos que demarcaram o começo do século XX. Os versos da “Íliada brasileira” serviam-lhe num sentido contrário, isto é, para justamente refutar a identidade que então vinha sendo sistematicamente construída através da história pelos autores vinculados às teses da nacionalidade da revolução. Se desse lado a revolução vinha sendo revisitada sob o signo da integração à identidade nacional, Varella procurava, solitário, insistir na tese da desambiguação sociológica e histórica entre o sul e o restante do país:

Decorre de uma lei de mecanica, generalisada para os phenomenos de natureza collectiva, que tende a quebrar-se a unidade de qualquer systema, desde que suas varias partes não operem mutações exactamente communs. Ora, tal era a situação dos elementos componentes do Imperio, com especialidade em o que se refere a elle e ao Riogrande. Tinham deixado havia muito de corresponder-se as curvas

---

<sup>416</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 14.

<sup>417</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 13. Refere-se aos esforços de nacionalização das intenções históricas dos farroupilhas, ou seja, as interpretações que os viam como patriotas brasileiros, o invés de separatistas.

<sup>418</sup> DIAS, Gonçalves. *Os Timbiras*. In: Poesia completa e prosa escolhida. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, p.473-523. Lembramos aqui que o projeto desse consagrado poema épico do romantismo brasileiro fora concebido como “uma Íliada brasileira”, conforme carta do autor a Anônio Henriques Leal. Cf: MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: Das origens ao romantismo*. V. 1. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 343.

representativas das translações que effectuavam, na marcha politica ou espiritual, um e outro. Absolutamente incombinaveis o atrazo do primeiro, com o adiantamento do segundo...

[...] o pendor separatista manifestava-se por fórma inilludível. Não era um simples sonho de ideologos, anhelos de alguns exaltados patriotas ou plano de escondida ambição. Era tudo isso, mas era também uma tendencia profundamente universalisada, que tinha raizes profundas na consciencia popular. Nella se apoiava a solapadissima propaganda subversiva, cujos effectos aponta com uma grande individuação, depois mencionando o grau de energia a que attingira o indicado sentimento publico. Se o examinardes attentamente, descobre-se-vos qual peso tinha, só por si: quanto se achavam enfraquecidos os laços moraes, entre a parte e o todo: quanto aquella se distanciava, já, desta: quanto uma cultivava affectos ou inclinações compromettedoras da existencia integra do outro. [...]<sup>419</sup>

Basilio de Magalhães, com um magnifico, seguro descortino, considera "o Riogrande uma terra saturada de castelhanismo". A proposição, no que concerne ao cyclo farroupilha, é das que a sociologia concreta incorpora por inteiro, como uma das mais solidas e indismontaveis...<sup>420</sup>

A passagem apenas sintetiza essa contraproposta varelliana em relação a uma idéia integradora e historicamente justificada de brasilidade. Se outros autores consideravam a vitória da revolução o ato da “Paz do Poncho Verde”, que simbolizava a reintegração plena ao domínio brasileiro, Varella via o triunfo revolucionário justamente na antítese da rendição, ou seja, na resistência ao poder imperial. Não é à toa que sua narrativa se encerra simbolicamente com o choro de um herói ao ver desfalecida a esperança da república farrapa.<sup>421</sup> E é apenas por esse caminho que o autor é capaz de ver a revolução como um tempo pleno, um *kairos*, já que ela seria justamente o ponto histórico de inflexão e convergência temporal não apenas da história sulina, mas da história brasileira, em vista de seu caráter de ruptura, renovação e modernização. Subestimar o sentimento provinciano dos heróicos revolucionários era não compreender a própria origem e a essência do povo gaúcho e automaticamente defender um falseamento cognitivo e estético do tempo revolucionário, que sua história épica parecia querer reencontrar. A inusitada situação de publicação da sua obra, como coroação das comemorações do centenário farroupilha, cavou uma verdadeira fenda sobre a representação historiográfica nacionalista, mas isso não a retirou o mérito de ter ocupado o lugar da grande representação da “epopéia farroupilha”. Foi lida por diferentes ângulos, mas, para a sorte de um autor que abominava a indiferença, não passou, de modo algum, despercebida. A sessão seguinte trata justamente de algumas dessas leituras da *História da Grande Revolução*.

<sup>419</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 242-243.

<sup>420</sup> VARELLA, (1933, T. I), op cit., p. 249.

<sup>421</sup> Vide Prólogo.

## 4.2. O escrutínio dos pares: o mundo do texto encontra o mundo dos leitores

### 4.2.1. A polêmica ao redor da História da Grande Revolução.

Até onde é possível saber, a *História da Grande Revolução* foi publicada por conta de uma estreita relação fraternal entre o autor e o então interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha<sup>422</sup>. É pouco provável que a obra tivesse sido indicada para a publicação através do IHGRGS, não fosse por esse inusitado detalhe, sobretudo se pensarmos nos custos dispendiosos da produção dos seis fartos volumes e, principalmente, nas teses esposadas pela obra. Não foi por acaso que logo na sequência do lançamento do livro, foram ouvidas vozes de descontentamento, lamentando que o instituto tivesse endossado tal publicação. Na ata da reunião ordinária de 9 de agosto de 1934<sup>423</sup>, há uma alusão à carta de Castilhos de Goycochêa, na época residente no Rio de Janeiro, lamentando ter sido a obra de Varella custeada pelo Tesouro do Estado com a insígnia do IHGRGS. Na carta, endereçada a Eduardo Duarte (secretário do instituto e coordenador do setor de publicações), Goycochêa afirma:

A idéia de lhe escrever foi sugerida por um artigo de Souza Doca, no “Jornal do Comércio”, de ontem, rebatendo afirmativas do dr. Alfredo Varella, na “História da Grande Revolução”.

É uma grande pena que essa publicação tenha sido feita pelo Tesouro do Estado sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do que, creio, o senhor é membro, porque essas credenciais quase que oficializam as teses defendidas pelo autor, teses falsas de “separatismo” e “castelhanismo”. [...]

Será possível que o venerando instituto aceite as aludidas teses?

Não, não creio. Não creio porque todos os documentos publicados sobre a epopéia dos Farrapos desmentem isso. Não creio porque nunca soube de fato ou de simples indício de que na terra pampeana se houvesse cogitado, seriamente de separação. Um ou outro caso isolado de ideal separatista não pode servir para um argumento a ser tido em conta. [...]

---

<sup>422</sup> A informação é dada pelo próprio autor e é repetida em nota do *Jornal do Comércio*, transcrita por Varella nos apêndices, mas sem referência da data. “O centenário que o Riogrande do sul se prepara para comemorar condignamente em 1935, tem já dado lugar a uma serie de livros do maior interesse e importancia. O trabalho formidavel do dr. Alfredo Varela ficará sendo, nesse excellente conjunto, uma das mais altas afirmações de capacidade e de tenacidade realizadora. Esse trabalho representa uma inestimavel contribuição para explicar a prodigiosa formação politica do Riogrande. Nunca será sufficientemente louvado o governo do grande Estado pela decisao espontanea que o seu Interventor tomou de fazer imprimir esses seis opulentos volumes sob os auspícios do Instituto Historico dali. A Livraria Globo, que é hoje sem favor a primeira livraria do Brasil pela excellencia da sua aparelhagem technica e pela superioridade da sua orientação pedagogica, saiu-se muito bem do encargo recebido.” In: VARELLA (1935a), op. Cit., p. 537. A amizade entre eles é também comentada por Chaves, que narra o episódio da reconciliação de ambos, quando do retorno de Varella a Porto Alegre no começo dos anos 30. Ambos haviam se desentendido profundamente em ocasião anterior, mas no seu retorno a capital gaúcha foi chamado pelo então intendente e “ambos com olhos marejados de lágrimas, reataram as relações tão violentamente interrompidas”. CHAVES, op. Cit., p. 54-55. Tudo indica que é nesse momento que Flores da Cunha se encarregaria da publicação dos manuscritos da *História da Grande Revolução*.

<sup>423</sup> SIMCH, F. R. Ata da 36ª Sessão Ordinária. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. N. 15. IV Trim. 1934. Porto Alegre: Livraria do Globo/IHGRGS, 1934, p.326-327.

Porque, pois, consentir, quem tem responsabilidades, na universalização da falsa afirmativa?

Penso que o Diretor do Arquivo Histórico, o pesquisador incansável do nosso arquivo, o historiador ilustre, pode e deve encabeçar um movimento no seio do Instituto Histórico, no sentido de desautorizar a tese defendida pelo dr. Varela, declarando pública e solenemente que o fato de ter sido a publicação da “História da Grande Revolução” feita sob os auspícios e à expensas do Tesouro, não importa em aceitar-lhes os conceitos. [...]

Vivemos tão malsinados — porque desconhecidos — que é patriótico qualquer trabalho no sentido de mostrar quem somos e como somos. [...]

Somos brasileiros de origem lusitana, com todas as qualidades do tipo resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guarani e ao mameluco paulista.<sup>424</sup>

Alfredo Varela e Souza Docca já haviam começado um embate sobre o assunto através de curtos artigos no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, onde ambos residiam naquele momento. Sobre a epístola de Goycochêa é interessante notar que fora intensamente discutida pelos membros do instituto na sessão acima citada, na qual se convencionou que a correspondência ficaria com Darcy Azambuja e Othelo Rosa, para que escrevessem um parecer formal em nome do instituto a ser publicado na revista e veiculado na imprensa como nota oficial a respeito do caso, uma vez que a polêmica havia se tornado pública. A posição de Goycochêa, no que concerne ao sentido identitário da Revolução Farroupilha, é a mesma endossada por grande parte dos membros do instituto, incluindo-se aí alguns de seus mais participativos (e poderosos) sócios, como era o caso de Othelo Rosa. Este último também estava publicamente envolvido na polêmica com Varela e, por isso, pediu, na mesma reunião, dispensa da tarefa de redigir o parecer; a dispensa, contudo, não foi concedida e em pouco menos de um mês o parecer estava sendo enviado ao instituto. Nele, um tom bastante conciliador argumentava a favor da liberdade de opiniões que a casa considerava acima de suas próprias convicções, com ênfase na idéia de que a sua função primordial era apenas divulgar estudos e não selecioná-los conforme orientações ou possíveis divergências.

A finalidade precípua do Instituto é promover e patrocinar a divulgação de estudos históricos; e não é sequer admissível a hipótese de que o fizesse a todos eles enquadrando em orientação determinada e certa. Entre os seus sócios há correntes que divergem em derredor de alguns temas de história; e, não raro, opiniões isoladas, individuais, nem por isso menos dignas de acatamento e de apreço. A função do Instituto é precisamente essa: favorecer a divulgação de todas

---

<sup>424</sup> GOYCOCHÊA, L. F. Castilhos. Carta ao professor Eduardo Duarte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. N. 15. IV Trim. 1934. Porto Alegre: Livraria do Globo/IHGRGS, 1934, p.268-269.

as opiniões, submetê-las à discussão e à crítica, afim de que a análise-histórica se processe em um ambiente arejado, superior, extirpado de preconceitos.<sup>425</sup>

O instituto manifestava-se oficialmente “isento” em relação à contenda, afirmando seu respeito às opiniões diversas e garantindo que costumava avaliar, exclusivamente, o mérito das obras, sem pesar a concordância ou não com as posições porventura contrárias ao seu programa. Entretanto, no mesmo parecer, há uma preocupação em deixar bastante claro que a posição de Varella era uma exceção entre os membros da instituição e que sua posição oficial discordava explicitamente da tese da *História da Grande Revolução*. Ainda assim, isso não o desmereceria enquanto “conspicuo historiador”, um “provetto historiador riograndense”, “ilustre socio correspondente” do instituto e autor de uma “obra de indiscutível valor”<sup>426</sup>. Nesse momento os membros dirigentes do instituto procuravam demarcar uma posição institucional, mas não censurava ou boicotava a participação de Varella, que mantinha uma relação, ainda que discreta, com a instituição.

Apesar de residir longe de Porto Alegre, Varella mantinha um polido contato epistolar com a instituição, enviando cartas com suas opiniões sobre o que se passava nas reuniões e decisões. E costumava ser considerado em suas sugestões e questionamentos, que eram até mesmo incluídos como pautas de discussão e votação dentre os consócios.<sup>427</sup> Inclusive uma proposição de uma homenagem oficial a Varella, a ser lida em sessão solene, pode ser encontrada no registro da ata de uma sessão de 1933<sup>428</sup>. Fica claro que, se, posteriormente, Varella se afastaria cada vez mais da instituição e a relação se tornaria mais áspera, naquele

---

<sup>425</sup> PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1934, p. 270-271.

<sup>426</sup> PARECER, Op. Cit., p. 270-271.

<sup>427</sup> Na ata da 17ª Sessão de Diretoria, de 18 de abril de 1933, comenta-se extensa carta de Varella ao presidente do Instituto, Florencio de Abreu, ponderando acerca da escolha dos nomes a serem homenageados na cunhagem de moedas e selos comemorativos do centenário da revolução. Desde começo desse ano as comemorações do centenário farroupilha vinham sendo organizadas e debatidas entre os membros, seja presencialmente nas reuniões, seja por carta. Na 18ª Sessão de diretoria, aponta-se outra carta de Varella, dessa vez versando sobre as necessárias adaptações da toponímia geográfica e urbana para “glorificação dos principais vultos da revolução”, isto é, modificações estruturais e construção de monumentos em locais considerados importantes para a revolução. Ao que se pode ver a sugestão também é majoritariamente acatada em reunião. Ver: ABREU, F. Ata da 17ª Sessão de Diretoria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1933, p. 297-298; ABREU, F. Ata da 18ª Sessão de Diretoria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1933, p. 299-300.

<sup>428</sup> Na sessão 19ª Sessão de Diretoria, de 16 de maio do mesmo ano, é programada para a sessão seguinte (que seria uma sessão extraordinária na forma de uma solenidade oficial, com vários presentes e representação do interventor estadual) uma homenagem ao “eminente confrade”, Alfredo Varella, que estaria em Porto Alegre. O curioso é que na ata que concerne ao dia em que se realizaria a prevista homenagem, nada é dito sobre ela e o nome de Varella não é citado, o que nos sugere que talvez a honraria possa, por algum motivo, não ter acontecido ou não ter sido registrada. No entanto, não há como afirmar isso com segurança. Ver: ABREU, F. Ata da 19ª Sessão de Diretoria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1933, p. 300-304.

momento ele era uma figura considerada e respeitada e, apesar de suas opiniões quase sempre discordantes, era tratado como um “eminente confrade”, um “homem feito nas letras históricas de nossas terras” pelos sócios da agremiação. Assim se refere a Varella o “secretário perpétuo” do instituto, o prestigiado Eduardo Duarte, no relatório de gestão entregue ao então presidente do instituto, Francisco Simch, em que prestava contas sobre aspectos gerais a respeito da situação do instituto naquele final de 1934<sup>429</sup>. Uma das questões que abre o relatório é justamente a publicação da *História da Grande Revolução*, realizada em cumprimento de determinação do governo estadual. No relatório, Duarte afirma que:

A publicação foi feita e entregue ao governo do Estado, como se vê da correspondência protocolada na secretaria. [...]

Aos sócios efetivos do Instituto foram distribuídas coleções a título de gratuidade, e aos correspondentes um abatimento de 50% nos respectivos preços. Esta distribuição e abatimento foram feitos por determinação de s. ex. o snr. Interventor Federal no Estado, mediante solicitação do snr. presidente.<sup>430</sup>

A obra de Varella, portanto, não foi apenas editada pelo instituto, mas distribuída gratuitamente entre seus sócios efetivos, com custeio do erário estadual. Tratava-se não apenas de mais uma publicação, mas de um marco para um momento de celebração que logo seria vivenciado no centenário da revolução; uma obra de “real valor” que “grande honra adveiu” para o instituto, de acordo com Duarte<sup>431</sup>. Essa forma de apreciação apenas nos mostra o quão difícil é tratar o IHGRGS como um núcleo homogêneo, pensando-o como um centro de onde emanava uma “história oficial” delimitada e inquestionável. Apesar da conformidade de pensamento que havia entre muitos dos sócios, a disputa de opiniões era freqüente e o caso de Varella não é isolado. Nesse contexto dos preparativos das comemorações do centenário, até mesmo o “ilustre confrade” Alcides Maya teve suas palavras contestadas por Othelo Rosa em uma das sessões solenes.<sup>432</sup> Dentro dos padrões respeitosos e com polidos e elogiosos discursos, as críticas e discordâncias se faziam presentes, num espaço de disputa intelectual e institucional.

Após a publicação da obra magna de Varella e passado o episódio do “parecer” do instituto, as outras partes interessadas na polêmica tiveram seus textos publicados pela Revista do IHGRGS. Othelo Rosa lançou, ainda em 1934, um combativo texto intitulado

---

<sup>429</sup> DUARTE, E. Relatório. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1934, p. 316.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> Idem.

<sup>432</sup> ABREU, F. Ata da 19ª Sessão de Diretoria. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1933, p. 303.

*Separatismo entre os farrapos*. O texto, na verdade, foi uma conferência lida em sessão solene em comemoração ao 20 de setembro. Nele, Rosa não cita em nenhum momento o nome ou a obra de Varella, mas todo o argumento do texto é nitidamente um combate às idéias defendidas na *História da Grande Revolução*. Refutava veementemente que os farrapos tivessem desejado a separação efetiva em relação ao Império, e exortava a todos para “limpar dessa mácula a memória do farrapo”<sup>433</sup>. Assim se expressava Rosa, nessa conferência que almejava ser a orientação fundamental das comemorações do ano seguinte:

Eram separatistas os farrapos? No movimento que organizaram e sustentaram, com estóica pertinácia, durante dez anos, inspirava-os uma tendência centrífuga, em relação ao Brasil? [...]

Largo tempo, — um século inteiro — a todas essas perguntas se deu, aqui e alhures, com a displicência de quem repete verdades sabidas, a resposta afirmativa. [...]

A reunião de hoje, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, é um ato de reparação. Queremos, todos nós, que dentro desta casa vivemos no culto quotidiano das tradições da nossa terra e da nossa gente, articular as razões fundadas e lógicas por que recusamos a tese do separatismo farroupilha. Consideramos a arguição improcedente e injusta, em face dos documentos e das provas, que exhibi. E é tempo, senhores, de limpar dessa mácula a memória do farrapo. Comemorando o centenário da revolução de 35, com a intensidade cívica que nos é inerente queremos fazê-lo com a serenidade de espírito que nos vem hoje da certeza de que estamos, os homens de hoje, no Rio Grande, dentro do idealismo soberbo, que foi o apanágio dos homens de ontem, e que lança as suas profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira.[...]

Não fomos, em 1835, nem seremos, em 1935, o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembado dos invioláveis assumidos com a Pátria. [...]

No drama da consolidação da unidade nacional não foi nunca, o gaúcho, um elemento negativo. Ao contrário, ele foi, ele é, ele será, dessa obra magnífica, operário pontual e desprezado.<sup>434</sup>

O pronunciamento de Othelo Rosa tem a clara pretensão de falar em nome do coletivo, de expor uma tendência consensual. Daí em diante, quanto mais se aproxima o momento das comemorações do centenário, esse tom pretensamente consensual sobre o nacionalismo farrapo passa predominar nos textos publicados pela revista. Nas edições de 1935, especialmente preparadas e detalhadamente discutidas em função das comemorações, isso se tornou ainda mais recorrente. A revista do primeiro trimestre de 1935 já abre com uma exaltação ao centenário, com textos de Leopoldo de Freitas, Álvaro de Alencastre, Souza Docca e Fernando Osório, reforçando o caráter nacionalista da “mais Brasileira das

---

<sup>433</sup> ROSA, Othelo. *Separatismo entre os Farrapos*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1934, p. 264.

<sup>434</sup> *Ibid*, p. 253, 264-265.



revoluções”<sup>435</sup>. Começavam a ser sistematicamente fechados os espaços para opiniões que rebatessem o nacionalismo farrapo, e as outras três revistas de 1935 deixam evidente esse programa anunciado “oficialmente” pelo instituto. Inclusive o volume do segundo trimestre seria quase todo composto pelo longo ensaio *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*<sup>436</sup>, no qual Souza Docca rebateu com veemência as teses da *História da Grande Revolução*. Os volumes do terceiro e quarto trimestres também mantêm essa orientação, procurando consolidar a idéia de que “o ciclo farroupilha é a epopéia da nacionalidade”<sup>437</sup>. Isso não significou, no entanto, uma exclusão sumária de Varella. Ele continuava sendo citado nas reuniões do instituto, ainda que de forma cada vez mais lacônica<sup>438</sup>. Da mesma forma, não há nenhum trabalho de Varella no *I Congresso Rio-Grandense de História* e apenas uma menção à sua obra na revista do IV trimestre, numa sessão de comentários bibliográficos assinada por Walter Spalding. Nela, Varella é citado como “erudito historiador”, mas sua obra é avaliada como “parcial”, por “usar fatos alheios à nossa história, [para] provar que o farroupilhismo é obra castelhana e que os farroupilhas eram separatistas.”<sup>439</sup>

Ainda assim, a mais enérgica crítica, que demarcou um afastamento maior em relação a Varella, foi mesmo o ensaio de Souza Docca. *O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha* é uma réplica declarada à *História da Grande Revolução*. Nele, Docca não apenas se insurge contra as idéias de Varella, mas sugere uma falta de originalidade de sua obra (que seria apenas uma compilação de obras anteriores) e denuncia sua suposta vontade sub-reptícia de “platinizar o Rio Grande”, devido ao seu “uruguaiofilismo”<sup>440</sup> e sua “brasilofobia”<sup>441</sup>. Chega até mesmo a acusar Varella de adulterar documentos para endossar suas idéias<sup>442</sup> e o trata como um embusteiro. Pela primeira vez, a discórdia em relação às idéias de Varella alcançava as páginas da revista do instituto com o status de uma polêmica virulenta, já que, até então, a

---

<sup>435</sup> Ver: OSORIO, F. A graça e o lirismo dos Farrapos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, I Trim. 1935, p. 80.

<sup>436</sup> DOCCA, E. de Souza. *O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, II Trim. 1935, p. 165-309. O ensaio seria também publicado em edição separada, pela Livraria do Globo. Ver: DOCCA, E. de Souza. *O Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

<sup>437</sup> COSTA, A. et. al. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, III Trim. 1935, p. 5.

<sup>438</sup> MACEDÔNIA, L. Ata da 43ª sessão ordinária. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1935, p. 315. Macedônia cita uma apreciação de Varella sobre “o valoroso soldado farrapo” João Antônio. Essa é a única citação do nome de Varella nas atas correspondentes ao ano de 1935.

<sup>439</sup> SPALDING, W. *Bibliografia Farroupilha*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1935, p. 284.

<sup>440</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 9-10.

<sup>441</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 26.

<sup>442</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 126.

revista havia procurado vincular críticas às suas concepções sem citá-lo como um confesso desafeto intelectual. Docca tomou para si essa tarefa, que, nas palavras de Armani, alçou a dimensão de uma luta entre o ser e o não-ser do brasileiro, ou seja, entre a identidade nacional e seu “outro”<sup>443</sup>. Sendo o culto ao passado, para Docca, era a “coluna mestra da nacionalidade”, seria preciso, então, manter intacta a sacralidade do passado brasileiro. Para isso, tornava-se imperioso combater aqueles que contestassem a unidade nacional e a brasilidade dos rio-grandenses, isto é, tratava-se de abater de vez os “profanadores das verdades sagradas”<sup>444</sup>. Varella era o principal a ser combatido, por ser uma das únicas figuras notórias a manter-se firme em suas idéias divergentes. Docca usa de várias estratégias retóricas, dentre elas, citar uma infinidade de autores que endossavam a brasilidade dos farroupilhas, tentando demonstrar que o nível de difusão e aceitação do argumento, entre outras autoridades no assunto, era a prova mais cabal da sua consistência. Naturalmente, todos os citados eram membros ativos do instituto e homens que notoriamente partilhavam, desde muito tempo, das opiniões naquele momento esposadas por Docca. O historiador ponderava que “contra essas afirmativas vagas e tendenciosas [de Varella], existe o juízo dos maiores expoentes de nossa história e de individualidades de destaque na política e conhecedores de nosso passado”<sup>445</sup>. Era necessário “arrazar definitivamente a tese separatista”<sup>446</sup> e “nos elevarmos acima das paixões e fazer justiça aos farroupilhas”. Condenando as idealizações exageradas e os conceitos duvidosos de Varella, Docca encerraria seu manifesto de forma visivelmente alusiva ao estilo do seu desafeto:

Evitemos os entusiasmos exagerados e fúteis pelos semi-deuses que a fantasia criou, para não sermos, à luz da verdade histórica, decepcionados, como o visitante dos santuários egípcios, quando o sacerdote, ali, levanta, ante seus olhos curiosos, o véu tecido de ouro, que cobre a imagem do deus lá venerado: um crocodilo, uma serpente venenosa, outro qualquer animal asqueroso que, no dizer de Taine, se arrasta sôbre um tapete de púrpura.<sup>447</sup>

O entusiástico ensaio de Docca foi uma espécie de divisor de águas, pois interrompia, momentaneamente, uma relação de críticas polidas e começava uma guerra declarada de opiniões. Varella não deixaria a crítica sem réplica. Sobre o manifesto de pouco mais de 130 páginas de Docca, Varella rapidamente levou à publicação *Res Avita*, uma obra de mais de 500 páginas, e logo em seguida lançou *O Solar Brasília*, obra em dois opulentos volumes que dava seqüência ao debate. Em ambas, sua verve irônica não poupou nenhum dos que o

---

<sup>443</sup> ARMANI, op. Cit., p. 73-74.

<sup>444</sup> ARMANI, op. Cit., p. 146.

<sup>445</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 48.

<sup>446</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 35.

<sup>447</sup> DOCCA (1935), op. Cit., p. 147.

avaliaram negativamente, dando especial atenção a Souza Docca e Othelo Rosa. Endossou um dos aspectos que já havíamos aqui mencionado e que julgava tocar no âmago das versões nacionalistas então esposadas por Docca:

Andam num tresvario permanente os que me condenam e feracíssimos, porque não escrevi uma HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO, *ad usum delphini*. Isto é, para a leitura aprazível dos principôtes de nossa bastarda, inepta democracia, e da sua aula de incensadores. <sup>448</sup>

Não pratico, é de concluir-se, a historia xenophoba e patrioteira, bastarda e jacobina, faccionaria e prevenida, caolha e impostora, em que se comprazem os reaccionarios, os tardigrados, no trato de uma das mais gradas, transcendentis disciplinas. [...]<sup>449</sup>

Frente ao otimismo daqueles que viam o momento político com extrema positividade, Varella novamente demarcava sua indisposição para com o que considerava a “inepta democracia” brasileira. Em outro momento, havia feito uma longa explanação sobre sua biografia política, no intuito de mostrar o quão falsamente lhe tinham definido. Ali negava não apenas a pecha de “separatista”, mas também aproveitava para afirmar que não era um homem estático, inflexível a mudanças:

Feita esta ressalva, tempo é de considerar o arbitrario, pêco resumo que se ousou publicar, de meu ideal politico. Não tem luzes na mente para definil-o, o meu rabido aggressor. Não as tem. Evidente o deixa na estirada, confusa parlenda com que anathematiza o que intitula de meu separatismo. Não sabe o que diz, mais uma vez affirmo, PORQUE SE AFOUTA A MALDIZER UMA OBRA QUE NÃO LEU DE PRINCIPIO AO FIM, ou que leu com absoluta má-fé, portanto com uma totalissima cegueira. Se a conhecesse na integra, não se manifestaria como o fez. Mórmente, não me classificara de adepto de uma solução do nosso problema interno, a que nao posso dar apoio algum, porque radicalmente fóra de proposito, — na actualidade, comprehende-se. Vibrei já de entusiasmo por ella, sob o imperio de circumstancias inversas das que preponderam agora. Vibrei, não o occulto, a par de Castilhos, Demetrio, Borges de Medeiros, apologistas sinceros, todos nós, da orientação comteana. Esta a verdade plenissima. Nada tenho a esconder; tambem nunca me valho de arditosas restricções mentaes. As idéas que me attribue uma renitente malquerença, não as esposo eu, desde que se alteraram as condições existenciaes do Riogrande, quanto as do complexo em que subsiste. Mudei de opiniões, mudei porque me não alisto entre os que se petrificam, inertes ou contemplativos, á beira do rio da evolução. <sup>450</sup>

Varella demarcava essa sua mudança de concepção tentando mostrar Docca como um sujeito anacrônico nas suas críticas e que padecia de uma “immobilidade religiosa”, esse pecado daquele que não vê a essência das coisas do mundo, o movimento constante<sup>451</sup>. Essa visão empobrecida de quem não consegue acompanhar a mudança é o que Varella anunciava

<sup>448</sup> VARELLA, Alfredo. *O solar Brasileiro*. V. II. Rio de Janeiro: Instituto America, s/d., p. 52.

<sup>449</sup> VARELLA, A. *Res Avita*. Rio de Janeiro: Mauricio & Monteiro, 1935, p.7.

<sup>450</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 9.

<sup>451</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 24-25.

como sendo a fonte da “hermenêutica fantasiosa” usada por seu interlocutor para, às suas custas, ficar em “donairoso postura” perante os leitores<sup>452</sup>.

Se fosse o sr. Docca um sincero cultor de nossas boas tradições, não perturbaria em modo algum a comemoração que o sobredito livro inicia. Levava com reverência á pyra do justo louvor, a sua quota de incenso, em vez de minguar-lhe as chamas, com a cinza de um rescaldo que federalistas e castilhistas extinguímos, ha mais de sete lustros.<sup>453</sup>

É visível nessas obras de tréplica que Varella também tratou de abrir fogo declaradamente contra Docca e contra o instituto de forma geral, por ter seu crítico agido como um dos porta-vozes da instituição. A formulação do programa das comemorações do centenário é que teria desencadeado, para Varella, o começo da contenda e, a partir de então, ele mesmo acabou se afastando cada vez mais dos círculos do IHGRGS, conforme ele mesmo narra<sup>454</sup>. Sua tréplica não ambicionou apenas reiterar a questão do separatismo e do platinismo na formação do movimento farroupilha e na estirpe sociológica do gaúcho, no que seria apenas contra-argumento inócuo; tentava de alguma forma devolver o menosprezo recebido e para isso fez alusões à parcialidade de seus detratores e à forma imprópria com que estariam lidando com a verdade, num tom bem mais afrontoso:

[...] “o que denominamos verdade é simplesmente *a nossa verdade*”, razoava [Protágoras]. “não há verdades absolutas. Unicamente opiniões individuais, consideradas *como verdade*, por quem nelas acredita. [grifos do autor].

Em consequência de tamanho desconcerto mental é que meus dissentâneos (refiro-me aos pequeninos, a meus adversários com voto no Instituto) entendem impor como verdade...<sup>455</sup>

Um aspecto ainda mais interessante é que Varella usou da mesma estratégia de Docca, trazendo ao seu texto os pareceres de outros ilustres contemporâneos a respeito de seus escritos, focando, sobretudo, na crítica ao estilo feita por seus depreciadores. Não admitia que os heróis farroupilhas fossem diminuídos por uma linguagem que não estivesse à altura de sua grandeza moral e estética. Como vimos anteriormente, Varella costumava afirmar repetidamente que o estilo era secundário em suas obras, mas o julgamento negativo de Docca teve sim um impacto considerável, dada a forma como a questão apareceu nas suas obras de resposta. Na subseção seguinte tratamos da maneira como esse estilo foi lido pelos seus pares e as estratégias e argumentos usados pelo autor para combater seus algozes.

---

<sup>452</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 11.

<sup>453</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 26.

<sup>454</sup> VARELLA (s/d), op. Cit., p. 27.

<sup>455</sup> VARELLA (s/d), op. Cit., p. 52.

#### 4.2.2. A leitura de um estilo: a consolidação de uma história épica.

No começo de *Res Avita*, Varella assim se expressava, a respeito da veemente crítica de Souza Docca à *História da Grande Revolução*:

Dizia na mesma [obra *Politica Brasileira*], com Le-Bon, que “o melhor meio de aquilatar o esforço de um investigador é fazer o confronto do que era e do que ficou sendo o objecto, a meta, o alvo de suas cogitações ou labores”. *Observou esta equa regra o meu gratuito desaffecto? PREFERIU EXERCITAR-SE EM MALDADE QUE REPRESENTA O INVERSO!*” [grifos do autor].<sup>456</sup>

A frase nos traz um dos argumentos recursivos de Varella a respeito do sentido de seu monumental empreendimento historiográfico: queria dar outra dimensão a um objeto até então pouco estudado, por algumas pequenas obras isoladas. A comparação sobre o que era a Revolução Farroupilha antes de sua obra e depois dela se tornou a tônica de sua argumentação, quando começava a rebater o turbilhão de críticas que sua *História* vinha sistematicamente recebendo. O argumento que passou a utilizar para defender a importância e o papel da própria obra sustentava-se em dois aspectos: o primeiro, epistemológico, dizia respeito ao percurso metodológico que considerava ter trilhado de forma correta, não apenas pela quantidade e diversidade das fontes usadas, mas também pela forma de tratá-las; o segundo, estético, dizia respeito ao seu estilo que, embora procurasse não exaltar, insinuava ser eficiente para mostrar uma realidade única e majestosa.

A conjugação desses dois esforços, da matéria e do estilo, podem fazer com que uma obra alcance seu objetivo, desde que, evidentemente, o segundo não oblitere o primeiro. É sugestivo que este aspecto seja o motivo de suas primeiras investidas contra o trabalho de Docca:

Invalido o tirocinio, ou incompleto, o progresso que tem effectuado é quasi nullo: pobre de continuo a materia dos rasoamentos, aguadissimo o estylo, sem relevo algum a exposição, que é da mais exasperante monotonia. Fora de perdoar-se-lhe o eterno descolorido ou a baça tonalidade, se alguma idéa original valorisasse a meigengra escriptura; ornando-a, á guisa da violeta sylvestre, em miserrima grama rasteirinha. Mas, qual! Insulso, desenxabido, relamborio, ineficaz, o que engendra a penna conselheira do historiador *manqué*.<sup>457</sup>

Logo em seguida sugeriria ao seu oponente que desfrutasse da leitura de um texto de Felix Pacheco, para que pudesse, quem sabe, aprender um pouco sobre como fazer a linguagem exortar vida:

<sup>456</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p.6.

<sup>457</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 7.

...a sua oração [de Felix Pacheco] em pról de José do Patrocínio reúne todas as vantagens estheticas, para traz memoradas, quando houve ensejo de trazer á memoria a eloquentissima, incomiadissima, do famoso Junio, morto nos campos trágicos de Filippus. Como uma resplandecente constelação esmaltada no velludo negro do firmamento por novilunio tropical, rebrilha archipotente a luz primorosa do estylo, ressaltando o que é vegetação altanada, o que é vegetação cryptogamica, arbustaria, sarça rasteira.

Deixe de parte um minuto o seu vasconço ou aravía, o sr. Docca. Recolhido edifique-se na leitura da mais rutila das paginas immortaes do illustre ex-ministro: aquella que gravou sobre ouro, em caracteres diamantinos, fixando, numa joia cellineana, a mais artistica das antitheses. Corre-lhe o cinzel com perfeição ao entalhar a camilha, para enxerir as gemas; deslisa com vertiginosa mestria, no dispol-as, com um sensivo mimo, com uma exquisita graça, ou no fechar peritissimo as travaduras. Nossa alma, em extasis contemplativo, acompanha vivamente interessada, a labuta em que o prosador-poeta realça a differença que existe entre sêres em verdade desiguallissimos.<sup>458</sup>

O que mais chama atenção nessa e em outras passagens é a maneira de se referir ao patrimônio estético de uma obra, aspecto que, como vimos, Varella prezava com extremo cuidado em seu texto. E não era à toa, posto que Souza Docca havia tocado exatamente nesse delicado ponto, recriminando Varella pelo emprego do

...mesmo methodo expositivo dos [escritos] anteriores: um labyrintho estonteante, onde o assumpto principal, como agulha em palheiro, se perde na torrente das citações eruditas e no cascadear das divagações constantes, ou se occulta como arbusto esmaecido quasi sem chlorophylla, mirrado sob a trama do cipoal immenso, onde vicejam lindos parasitas de variegadas cores.<sup>459</sup>

Varella comentaria de forma bastante irônica essa apreciação de Docca, usando da sua habitual liberdade metafórica. Dizia que não apenas a crítica do seu acusador era sem conhecimento de causa e muito pouco original, mas que também os seus trabalhos eram cientificamente rudimentares e de pouco talento literário:

Ha escriptores de escasso cabedal scientifico ou literario, mas, em cujas locuções cadenciosas achamos um pouquito de musica attractiva. O freiratico Emilio não pertence a essa grey. Na leitura do que expede com a regularidade acabrunhante, diluvial, de uma bem fornecida bomba de incendio, temos extranhas sensações. Mergulha-nos, ella, na esturdia illusão de que um nigromante nos obriga a assistir a sarau apocalypticico, em que se exhibe a Horchestra de gatos azues.<sup>460</sup>

O sr. Docca, repito, nem frue do merito que embelleza nossos lavoires, nem do que lhes garante uma solida autoridade. A sua prestancia literaria é-me lícito comparal-a a uma charneca rasa, habitat da vegetação ericacea, arripiada, cerdosa: da urze ou da urtiga, *exempli gratia*.<sup>461</sup>

Boa parte de *Res Avita* questiona a crítica emiliana especificamente no quesito estilístico. Tratamos com ênfase essa questão porque, até então, muito se disse sobre o

<sup>458</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 15.

<sup>459</sup> Jornal do Comércio, 13-VIII-1933.

<sup>460</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 164.

<sup>461</sup> VARELLA (1935a), op. Cit., p. 165.

caráter ideológico desse debate – a clássica polêmica das matrizes platina e lusitana – mas quase nada sobre a divergência a respeito da operação historiográfica. É elucidativo que essa preocupação esteja sempre presente nas obras de Varella, e natural que ele se insurgisse com tanto ardor contra uma crítica que procurava desqualificar seu estilo, sobretudo porque era na obra em que talvez mais tenha se ocupado dele. Porque afinal, Varella conhecia os grandes estetas do pensamento ocidental, sabia que o estilo era o próprio homem, que o estilo de uma idéia era como o esmalte para o dente. As duas máximas, a de Buffon e a de Victor Hugo, eram bem conhecidas do historiador da “Grande Revolução”.

Victor Hugo fora citado incontáveis vezes por Varella na *História da Grande Revolução*. Docca o cita no fechamento de “Ideologia Farroupilha”. Seria impensável uma extensa exegese dessa utilização do genial poeta francês por estes dois historiadores em pé de guerra. No entanto, uma das citações comumente referida por ambos, numa luta pela leitura mais acurada e mais útil do célebre escritor de *Os Miseráveis*, foi essa: *C'est le style qui fait la durée de l'oeuvre et l'immortalité du poète. La belle expression embellit la belle pensée et la conserve ; c'est tout à la fois une parure et une armure. Le style sur l'idée, c'est l'émail sur la dent.*<sup>462</sup> O estilo imortaliza uma obra e seu poeta, Varella e Docca bem sabiam, embora a abordagem de ambos fosse muito diversa nesse aspecto. Se no nível do discurso sobre si mesmos, ambos diziam combater os que deixavam a forma sobrelevar-se em relação ao conteúdo, sabemos que na composição tínhamos dois escritores diversos: no primeiro todo um cuidado para fazer da linguagem um instrumento de consolidação de uma história épica; no segundo, a postura de quem via no historiador um “artista lógico” que jamais deveria usar de um excessivo estetismo<sup>463</sup>. Não se trata de diferenciar aqui os preceitos gerais por eles anunciados, porque não diferiam em essência, nem entre si e nem em comparação com outros historiadores do período; mas de perceber essa diferença na urdidura das textualidades. O que para Varella era o imperativo de uma linguagem capaz de imortalizar, para Docca tratava-se de uma mitificação imaginativa além do concebível. Armani afirmou que os humanistas, por seu excessivo estetismo na história, eram questionados por Docca por seus “arrebatamentos oratórios e poéticos”<sup>464</sup> que sacrificavam a arte, pensando aí com especial ênfase na promiscuidade entre deuses e homens dos textos homéricos, uma “acentuação radical da

---

<sup>462</sup> HUGO, Victor. *Oeuvres complètes de Victor Hugo*. Vol. 2. Bruxelas: Adolphe Wahlen et C°, 1837, p. 555. Segue tradução livre: “É o estilo que faz a duração da obra e a imortalidade do poeta. A bela expressão embeleza o belo pensamento e o conserva; é ao mesmo tempo um ornamento e uma armadura. O estilo na idéia é o esmalte do dente.”

<sup>463</sup> A referência é de ARMANI, op. Cit., p. 131.

<sup>464</sup> DOCCA Apud ARMANI, Op. Cit., p. 132.

imaginação na história”<sup>465</sup>. Não é preciso muito esforço para demonstrar o quanto esse aspecto demarca a diferença de posições e de “estilos” estabelecida entre os dois historiadores, já que Varella era um entusiasta em relação aos renascentistas e um “aluno de Homero”.

O estilo é o próprio homem, dizíamos com Peter Gay, lembrando a máxima do Conde de Buffon. A seguir a passagem original:

Les ouvrages bien écrits seront les seuls qui passeront à la postérité : la quantité des connaissances, la singularité des faits, la nouveauté même des découvertes, ne sont pas de sûrs garants de l'immortalité : si les ouvrages qui les contiennent ne roulent que sur de petits objets, s'ils sont écrits sans goût, sans noblesse et sans génie, ils périront, parce que les connaissances, les faits et les découvertes s'enlèvent aisément, se transportent, et gagnent même à être mises en oeuvre par des mains plus habiles. Ces choses sont hors de l'homme, le style est l'homme même.<sup>466</sup>

Quantidade, originalidade ou novidade de fatos. Nada disso imortaliza uma obra se essa não for bem escrita. O estilo, então, é que imortaliza uma obra, e não estamos assim tão longe da máxima de Victor Hugo. Buffon não apenas era conhecido de Varella por essa máxima, como também por seus trabalhos como naturalista, citados na *História da Grande Revolução*<sup>467</sup>. No entanto, o que é mais interessante é que pelo filtro dessa frase antológica, Varella também foi lido. Em carta publicada no *Jornal do Comércio* e transcrita por Varella nos anexos de *Res Avíta*, Benedito Costa elogiava a obra, embora discordasse das suas orientações ideológicas:

A linguagem grave e saborosa, medida, jogando com todos os recursos do idioma, sem alteral-o, parece vasada em ouro velho, trabalhado á moda dos ourives vicentinos, em grandes custodias, laborado em taças, em espadins, armaduras e braceletes . . .

Se Buffon já não tivesse dito que o estylo é o homem, eu poderia tentar, á maneira de Freud, um pouco de psychanalyse e mostrar no estylo do notavel historiador, outras qualidades, além das literarias que elle me revela. [...]. O estylo de Alfredo Varela, altivo e distante, não se desata nem se desmancha em exaggeros. [...]

[...] Se politicamente a Revolução de 1835 foi um erro – e disto estou convencido – sob o seu aspecto militar foi uma epopéa: os rasgos mais nobres, as attitudes mais galhardas enxameiam; a bravura é moeda corrente; o desprendimento, o fegoso ardor das bellas cargas; as silenciosas, obscuras, penosas retiradas; os combates ao claro sol, os ataques nocturnos; todo o esplendor das armas-tudo se ve na luta farroupilha! Politicamente foi um erro, porque para que o Brasil existisse na sua feição total, era necessario que os partidarismos regionalistas desaparecessem.<sup>468</sup>

<sup>465</sup> ARMANI, op. Cit., p. 133.

<sup>466</sup> LECLERC, Georges-Louis (Conde de BUFFON). *Discours sur le style*. Paris: J.Lecoffre, 1872.

<sup>467</sup> Ver VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 313.

<sup>468</sup> COSTA apud VARELLA (1935a), op. Cit., p. 541.



A carta de Benedito Costa é apenas um pequeno exemplo de uma tendência das obras de Varella. Em vista das enxurradas de críticas, o autor precavia-se usando uma parte das obras para transcrever pareceres de intelectuais conhecidos que haviam comentado seus escritos (geralmente os que falavam bem, mas não exclusivamente) em artigos publicados ou em epístolas particulares. Em *Res Avita* essa seção é ainda mais volumosa, com dezenas de depoimentos e cartas transcritas. O mais interessante é que muitas delas são de homens que faziam exatamente as mesmas críticas feitas por Docca e Rosa sobre a interpretação do sentido político da revolução. O texto de Costa também traz essa crítica. No entanto, como se pode ver, é um texto que exalta justamente o *estilo* do historiador, sob a evocação do clássico epigrama de Buffon. Muitos desses textos são extremamente elogiosos a uma história que foi lida como uma história épica. As descrições da passagem acima mostram não uma exceção, mas uma generalidade: Varella havia contribuído sobremaneira para a consolidação historiográfica de uma representação do passado sulino que se “imortalizaria”. À exceção de Docca, e talvez algum outro oponente mais dedicado, os “pares” de Varella, se não apreciaram, pelo menos autorizaram essa representação épica da história farroupilha. Dizia Rocha Pombo, no *Correio da Manhã*:

Quanto á guerra dos farrapos, é com effeito o seu trabalho completo e integral, e tão precioso que já lhe fiz de viva voz, e renovo aqui as minhas queixas: não lhe perdoarei nunca o ter-me apparecido tão tarde, quando eu já não podia utilizar-me do seu grande e decisivo concurso para a parte da nossa historia relativa á Republica de Piratinim. Só me consolo disso desvanecendo-me de sentir que, em relação aos pontos capitaes e aos lances mais extraordinários *daquella epopéa*, parece que não andei muito longe dos seus conceitos, da sua orientação e da sua palavra de mestre. <sup>469</sup> [grifos nossos]

Com efeito, no contexto das comemorações do centenário farroupilha, as definições épicas tornavam-se cada vez mais freqüentes, usadas no tom de celebração e ritualização exigido pelo momento. Dizer que esse ensejo metafórico advém de Varella seria um exagero de leitura e a assunção de algo que ainda não foi devidamente pesquisado e que sequer caberia no pequeno espaço de uma dissertação. Mas o que interessa nesse caso não é tanto conceber a origem ou instituir uma exaustiva história semântica, mas sim poder ver que a aplicação de caracteres épicos é ainda, naquele momento, não apenas aceitável como desejável e não fere os princípios da ambição veritativa. Não é à toa que uma das festejadas produções literárias do momento foi escrita por um iminente historiador que, contrário a muitas das idéias de Varella, colheu nele uma inspiração para dar forma ao que o historiador

---

<sup>469</sup> POMBO apud VARELLA (1935a), op. Cit., p. 552.

da “Grande Revolução” a vida inteira havia perseguido: produzir uma *Farrapiada*<sup>470</sup>. Já citamos aqui o poema épico homônimo de Aurélio Pôrto, mas é importante lembrar que a inspiração para o título veio do próprio Varella, em conversa entre eles, na qual este teria confidenciado àquele seu desejo de escrever uma obra dessa envergadura<sup>471</sup>. Dizia Varella em *Rememorações*:

Não houve entre os lidadores, rijos, também longânimes, de nosso magno decênio, quem sobrevivesse com a magia criadora daquele escalda, para traçar-nos o pomposo raconto de estupendas *magnalia* dum ciclo benemérito: para gravar em verso imortal, as jornadas marciais em que tivera parte. Na minha escassa idade, nutri a vã, a tôla esperança de que surgisse, mais dia menos dia, um outro Homero, conterrâneo êste; o qual, atreito a embelêzo idêntico ao meu, puzesse, a la par da *Iliada*, uma sonhada *Farrapiada*, – quadro épico á altura dos heróis arraianos, objeto de culto férvido para mim!<sup>472</sup> [grifos do autor]

Não conseguimos saber se o termo é uma criação de Varella. Talvez ele o tenha colhido dos vários rasgos da poesia sulina contemporânea à revolução que ele encontrara em suas inumeráveis pesquisas<sup>473</sup>. A idéia, no entanto, marca sua trajetória e define a marca do estilo de uma historiografia que contribuiu para a consolidação desses signos épicos da história sulina. E Varella foi lido exatamente na intersecção entre essa inspiração épica e sua aspiração veritativa. Não apenas nós diríamos hoje da sua obra que ela deixa para o leitor a tarefa de decidir se lê ou não um Homero das façanhas pampianas; intelectuais da época também o leram dessa maneira:

Não lhe parecem combatentes comuns aquelles que enterreiraram as forças imperiaes e as derrotaram em lances notaveis, que o fazem lembrar-se dos heroes gregos. A cada instante, saltea-nos o confronto do farrapo com algum vulto immortalisado por Homero. E renova-se, a par e passo, a velha mythologia, a cujo influxo condescendem os deuses em vir auxiliar os guapos peleadores dos pampas, quando não os adversam. [...]

Erudição e conhecimento minudencioso dos fastos farrapos, de cuja epopéa de bom grado seria o cantor, caso não lhe pesasse a transcrição de relatos officiaes.<sup>474</sup>

O livro termina pelo episodio pathetico da paz, quando se desvaneceram os sonhos dos revolucionarios irreductiveis.

---

<sup>470</sup> Sobre esse caso ver um interessante texto em *Rememorações*, em que Varella fala de suas primeiras tentativas de dar forma escrita à “Saga Continentina”. É curioso e sugestivo que em todas elas o caráter primordial era ficcional e/ou lírico. VARELLA (1959, v. 1), op. Cit., p. 177.

<sup>471</sup> Varella cita Porto diversas vezes mencionando o apreço por suas poesias épicas de temática farroupilha. Ver: VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 179, 304.

<sup>472</sup> VARELLA (1959-I), op. Cit., p. 155. Nessa passagem Varella cita sua relação com Lobo da Costa, amigo boêmio e poeta, que um dia aceitara o desafio de escrever a sonhada *Farrapiada*. O projeto, no entanto, não passara de alguns poucos versos rabiscados por conta do sério problema que seu amigo tinha com a bebida. Sobre a questão do nome sugerido a Aurélio Porto, ver nota 3 da mesma página.

<sup>473</sup> Sobre isso ver VARELLA, (1933, T. II), op cit., p. 420-421.

<sup>474</sup> CORREA FILHO apud VARELLA (1935a), op. Cit., p. 562, 564.

Não pareciam vencidos; eram vencedores que abandonavam o campo da luta e das suas gloriosas façanhas para viver da saudade, como os heróis de Homero, depois da eversão de Troya.<sup>475</sup>

Essas são versões de leitores de Varella que são sugestivas pela apreciação que dele fazem, mas também indicam as escolhas do próprio autor, ao dar voz aos depoimentos de outros intelectuais egrégios nos apêndices de suas obras. Em praticamente todas elas, mesmo as aqui não citadas, há sempre uma referência marcante ao estilo e capacidade de Varella em costurar os eventos da história farroupilha aos rasgos das epopéias gregas. Podemos pensar que ele também foi lido como esse possível Homero dos titãs pampianos por alguns homens de seu tempo, que o agradeceram por isso e não cogitaram que essa característica pudesse ter sugado os critérios de cientificidade de sua historiografia.

Dentro dessas circunstâncias adversas, sua obra magna foi lida, do contrário de algumas de suas anteriores, cujo destino foi o silêncio das prateleiras e depósitos de livrarias, distantes dos olhos dos possíveis leitores. Na mira da crítica feroz ou dos apreços elogiosos, Varella havia conseguido que sua *História* repercutisse e alcançasse os anseios de um público. E quiçá mais que isso, conseguiu alimentar um estilo historiográfico híbrido e reforçar uma construção simbólica do povo sulino com marcas épicas que engendraram a representação de um tempo pleno, um tempo de ruptura e de abertura a uma alteridade não apenas do passado, mas do futuro. Uma operação historiográfica partilhada entre a ambição veritativa e a razão estética, coadunadas num amálgama narrativo concebido sob o eternizar da matéria e da forma historiográfica.

---

<sup>475</sup> JOÃO RIBEIRO apud VARELLA (1935a), op. Cit., p. 536.

## EPÍLOGO

---

### ENTRE O SER E O SABER HISTÓRICO

Depois de uma “prolongada, gloriosa, heróica resistência, que se dissera invencível”, vislumbrou-se agora a “Nova Troya” com seus dias contados: “Ai a grande Ilio se desmorona e agora é certa a sua completa ruína!”.<sup>476</sup> Varella cantava com Homero o fim da esperança republicana, o epílogo do drama histórico vivido pelos revolucionários de 35, ao aproximar-se do desfecho de sua narrativa, no tratado de paz selado às margens bucólicas do chamado Arroio do Ponche Verde: “Prestes vêr-se-ia luzir o derradeiro instante de Troya”<sup>477</sup>.

Contrariando a orientação explicativa mais usual dentre os historiadores organizadores das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, Alfredo Varella compreendeu a “Paz de Ponche Verde” não como um ato louvável de reintegração da unidade nacional, mas como a coroação da desistência do sonho áureo da república. O caráter vitorioso da revolução haveria de ser por ele mensurado pela grandeza da luta de resistência desse povo desprovido de recursos, em face da espoliação do que considerava ser um retrógrado império absolutista. A renúncia à república era a agonia de uma luta épica, como a da Tróia homérica. Recorria ao poeta romano Marco Anneo Lucano para encerrar com um ar melancólico o empreendimento intelectual de uma vida em busca de fontes, relatos orais e obras clássicas: “...*Magnusque per omnes. Erravit sine voce dolor!*”<sup>478</sup>

Uma dor muda se irradiou por entre as almas dos titãs farroupilhas, no silêncio e na quietude que sucedeu o fim do decênio revolucionário. O tempo dos heróis sulinos, no entanto, encerrava-se apenas na perspectiva cronológica. Na linguagem varelliana a

---

<sup>476</sup> VARELLA, (1933, T. V), op cit., p. 474. A citação é do canto XVIII da *Iliada*.

<sup>477</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 278. A citação é do canto XVII da *Iliada*.

<sup>478</sup> VARELLA, (1933, T. VI), op cit., p. 305. O original está em: LUCANI, M. Annaei. *Pharsalia*. Notas de Hugonis Grotii e Richardi Bentleyi. Londres: Longman, 1816, p. 72. Edição de referência, em língua espanhola: LUCANO, Marco Anneo. *Farsalia*. Tradução e edição de Dulce Estefanía. Madrid: Ediciones AKAL, 1989, p. 67. Segue tradução da passagem de acordo com esta última edição: “*Un gran dolor sin voz discurrió por el interior de todos.*”

epopéia dos titãs do pampa se fez em prosa historiográfica, mas tingida pelas cores épicas dos versos de Homero. Criava-se, na linguagem de uma história, um tempo unificador, sob o signo do épico.

Varella conseguiu combinar em sua operação historiográfica a ambição veritativa devidamente respaldada em cânones epistemológicos modernos e a intenção poética de um literato obcecado pela beleza das formas da grande épica, amarrando essas suas duas faces para a construção de uma obra que almejava eternizar e ser eternizada. E como vimos, a *História da Grande Revolução* foi lida como o resultado do estilo marcante e impecável de um historiador ilustrado. A sua vasta erudição o permitia encontrar em diversos autores, sobretudo, nos antigos, exemplos, modelos explicativos e estratégias de configuração narrativa para tecer sua *História*. Dentre muitas outras referências intelectuais presentes em seus escritos, Homero e Tucídides, o primeiro abertamente e o segundo de forma velada, apareciam por detrás da arquitetura de sua obra magna, abrindo a ele chances de habitar os mundos épicos das histórias e dos mitos. A intenção de nosso trabalho fora justamente sugerir como essa relação entre história científica e história poética, para Varella, definia-se muito mais em termos de confluência produtiva do que de contradição excludente.

Os modos de explicação/compreensão e as precauções metodológicas rigorosas forneciam a Varella as credenciais para ser devidamente ouvido dentro do seu ambiente intelectual. No contexto do qual fazia parte, historiador algum poderia obter reconhecimento se encarasse a história numa perspectiva especulativa, relativista ou demasiadamente romantizada. Vivia-se ainda o furor do cientificismo, que embora nos pareça já extemporâneo ou excessivo em se tratando de intelectuais do começo do século XX, reinava com certa tranqüilidade no espaço das academias ilustradas ao estilo do IHGRGS. Não é à toa que uma das críticas mais ácidas que podia ser proferida a um trabalho historiográfico nesse momento era a definição de uma história como sendo *parcial*<sup>479</sup>. Varella foi assim julgado, bem como também usou do mesmo veredicto para com seus críticos. A neutralidade era uma das exigências (ainda que muito mais figurativa do que efetiva) do seu lugar de produção.

Mesmo que a vacuidade dessa premissa tão respeitada fizesse dela, na verdade, uma espécie de insígnia retórica de um lugar de produção, não poderíamos tratar de esvaziar toda e qualquer aspiração epistemológica em favor de uma leitura exclusivamente

---

<sup>479</sup> Ver nota 439, do Capítulo 4.

tropológica. O *Capítulo 2* procurou mostrar exatamente a possibilidade de entendermos a ambição veritativa como um dos pilares que sustenta o ato de representação do passado no ofício de historiador. Se ela cumpre ou não o contrato estabelecido com seu leitor, não é um mérito que poderíamos arbitrariamente atribuir. Nosso intuito foi muito mais tentar compreender esse impulso de busca da verdade na medida de sua exigência social e ao mesmo tempo na dimensão ontológica com que um trabalho de pesquisa histórica se apresenta enquanto projeto de vida e uma forma de manifestação da própria condição histórica através da linguagem. Nesses termos, tratar-se-ia para o historiador não apenas de defender a verdade do passado, mas também a verdade de si mesmo. Ignorar, na leitura de um historiador, a sua busca pela verdade do passado, portanto, seria ignorar a possibilidade de *representância* inerente ao ofício historiador.

Da mesma forma, o cuidado para com o estilo – como vimos, uma preocupação dissimulada na proposição das intenções, mas clarividente no resultado da obra – não poderia ser tomado tão somente de uma perspectiva sociologizante, ou apenas como modulação retórica. Mirar o estilo por esse ângulo seria como tentar neutralizar o sentido de ser carregado pela linguagem, se lembrarmos das ponderações teóricas feitas no *Capítulo 1*. Se a linguagem é mesmo a *casa do ser*, analisá-la como mera instrumentalização seria perdermos justamente a possibilidade de entender a linguagem historiadora como uma forma de imersão no mundo-da-vida e abertura às reconstruções dos mundos possíveis de serem habitados pelos leitores que nela puderem ler a si mesmos. Talvez isso explique nossa opção pela leitura dispersa que fazemos do seu estilo, sem um enfoque estrutural, mas voltando o olhar para as obras que leu e amou, e das quais fez não apenas história escrita, mas história viva. É por isso que vemos suas viagens às terras de Homero não apenas como recursos retóricos, mas como verdadeiros mundos textuais habitados pelo autor, em busca de orientação temporal e existencial.

Pensar a produção de uma história dentro do processo mais amplo que Rūsen considerou como a busca de orientação temporal nos ajudou a refletir sobre o sentido mais geral da obra varelliana. Somente nessa busca de orientação um tempo pode se tornar, na visão de um historiador ou de uma comunidade intelectual, um *kairos*, um tempo pleno. Varella conseguiu coadunar habilmente no impulso de representação do passado a ambição veritativa e a imersão poética apenas na medida em que ambas são também aportes intrínsecos à busca de orientação no mundo. A referencialidade descritiva e a referencialidade metafórica da linguagem confluem no ato de representação de um

tempo histórico. O “ver-come” do plano semântico se une ao “ser-come” do plano ontológico, no que Ricœur apontou como “redescrição metafórica do passado”<sup>480</sup>. Abrimos assim a uma perspectiva mais ampla sobre a natureza e o papel da linguagem do saber histórico, como produto intersubjetivo cognitivo e estético e, por consequência, ontológico.

O tempo “cairótico” construído por Varela foi compartilhado por seus pares na medida de sua natureza épica, o que era absolutamente conveniente no cenário das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Vimos, entretanto, que fora alvo de inúmeras críticas justamente por não endossar o mesmo sentido histórico de nacionalidade/brasilidade da revolução que vinha sendo erigido por muitos de seus contemporâneos do IHGRGS, até o ponto de um rompimento intelectual mais incisivo. Fosse através das penas impiedosas dos seus críticos ou dos olhares elogiosos de seus apreciadores, a obra magna de Varela foi lida, analisada, polemizada. O autor havia conseguido o resultado que em obras anteriores não havia logrado obter: dar vida, visibilidade e movimento ao conteúdo de suas histórias, e o estilo talvez tenha sido um dos principais trunfos dessa empreitada.

Nas reflexões feitas por Ricœur, que procuramos acompanhar ao longo desse trabalho, a epistemologia encontra com a ontologia do ser-no-mundo nas fronteiras da condição histórica, “esse regime de existência colocado sob o signo do passado como não sendo mais e tendo sido”<sup>481</sup>. Na percepção do filósofo francês, o itinerário de passagem entre ambas não poderia ser senão a representação historiadora, alocada por ele numa espécie de ponto de intersecção entre a epistemologia e a ontologia históricas. Na caracterização da memória, Ricœur alude ao “milagre do reconhecimento” presente na dinâmica da memória, sugerindo que na lembrança o representado também chega ao seu “ser mesmo”, sofrendo um “acrécimo de ser”. Pois bem, é nesse mesmo percurso que o filósofo se questiona em que medida a representação historiadora não estaria em débito em relação a esse “milagre do reconhecimento”, sendo na verdade um “conhecimento sem reconhecimento”?<sup>482</sup> É aqui que chegamos a um ponto fulcral, já que para Ricœur a resposta é negativa: não apenas a representação historiadora não é ineficiente em relação à possibilidade de acréscimo de ser como é na verdade um ápice dessa possibilidade: o

---

<sup>480</sup> Ver nota 79, página 47 do *Capítulo 1*.

<sup>481</sup> RICŒUR (2007), *Op. cit.*, p. 294.

<sup>482</sup> RICŒUR (2007), *Op. cit.*, p. 296.

acréscimo de sentido é fruto da totalidade das operações historiográficas e nos permite beirar os confins da condição histórica.

A apreciação que até aqui procuramos fazer do peculiar historiador da “Grande Revolução”, tomou exatamente essa reflexão como ponto de partida e é estranhamente sugestivo que seja também uma estação, ainda que transitória, de chegada. O acréscimo de ser realizado pela operação historiográfica de Varella é o amálgama entre sua ambição veritativa e sua intencionalidade poética, confinadas na (re)criação de um tempo pleno, na linguagem de uma história que voltou os olhos ao passado, mas também ao futuro. De um lado um historiador em busca de um saber verdadeiro; do outro um poeta da representação do passado, a tomá-lo como matéria épica. Na conjunção de ambos, um ser histórico, imergindo no mundo-da-vida e emergindo dele através da linguagem estruturada em uma obra de história.

Nessas palavras colocadas a título de considerações finais, permanecemos na esfera do pensamento fértil de Ricœur, ao reiterar que “compreender é compreender-se diante do texto”<sup>483</sup>. Nessa aventura de autocompreensão procuramos ler a obra varelliana também como produto de outras tantas leituras dos “sinais de humanidade”<sup>484</sup> feitas por nosso sujeito-historiador, por dentre as tantas obras que leu e com as quais se compreendeu diante do mundo. Nessa perspectiva, ser e saber histórico não se apartam, não se deterioram; à revelia do tempo, multiplicam-se. Nossa leitura é, portanto, apenas mais uma, e ao mesmo tempo a leitura de nós mesmos. Como problematizávamos desde o começo do trabalho, a leitura de um historiador por outro, a despeito da clivagem temporal que os separa, é sempre um diálogo de pares: tudo o quanto for dito, tudo o quanto for sentenciado, poderá ser reencontrado como um renitente eco, a rebater nossos próprios conceitos, convicções e leituras no espaço do nosso horizonte de saber e de ser.

*FINIS*

---

<sup>483</sup> RICŒUR (2008), Op. cit., p. 68.

<sup>484</sup> RICŒUR (2008), Op. cit., p. 68.



## REFERÊNCIAS

ABREU, F. Ata da 19ª Sessão de Diretoria. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, IV Trim. 1933.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. **Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ARENDT, Hannah. **A Vida do Espírito**. O pensar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/editora da UFRJ, 1992.

ARENDT, Hanna. **Entre o Passado e o Futuro**. 6. Ed. Trad: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARISTÓTELES. **La Poética**. Edição Digital disponível em <<http://www.proyectoespataco.dm.cl>>. (Cap. IX).

ARMANI, Carlos Henrique. **Identidade e Fragmentação no pensamento de Emílio de Souza Docca**. Dissertação. (mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Trad. Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006.

BACON, Francis. **The Novum Organon, Or a True Guide to the Interpretation of Nature**. Fac-simile edition. S/l: Elibron Classics.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BIBLIA. **Liber Genesis**. Latim. Bíblia Católica Online. Versão Vulgata Latina. Disponível em <<http://www.bibliacatolica.com.br/09/1/1.php>>. Acesso em 26 fev 2009.

BOEIRA, Luciana. **Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACNAL, H. e GONZAGA, S. (orgs.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

CAIMI, Flávia E; COLUSSI, Eliane L. História... Mestra da vida e testemunha dos tempos. In: **História: Debates e Tendências**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Passo Fundo, n. 1, v. 2, p. 53-70, dez 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo contemporâneo. In: **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005.

CARR, Edward. **Que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

COMTE, Augusto. Catecismo positivista. In: **Os pensadores: Comte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COMTE, Augusto. Curso de Filosofia Positiva. In: **Os pensadores: Comte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, A. et. al. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, III Trim. 1935.

DIAS, Gonçalves. **Os Timbiras**. In: Poesia completa e prosa escolhida. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira: dos anos 1930 a 1970**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOBRORUKA, Vicente. **Mito e história na Antigüidade: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e metahistória**. In: < [www.pej-unb.org/downloads/art\\_mito\\_hist.pdf](http://www.pej-unb.org/downloads/art_mito_hist.pdf) >. Acesso em 28 fev 2009.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n. 58, p. 1-147, 1935.

DUARTE, André. Heidegger e a linguagem: do acolhimento do ser ao acolhimento do outro. In: **Natureza Humana**, v. 7, n. 1, disponível em < [ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/heidegger-e-prints/v2-n3-2003.pdf](http://ftp.cle.unicamp.br/pub/heidegger-e-prints/v2-n3-2003.pdf) >. Acesso em 24 Nov. 2008.

DUARTE, E. Relatório. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, IV Trim. 1934.

FINLEY, Moser. **Uso e abuso da história**. Trad.: Marylene PintoMichael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, Moacyr. **Historiografia: Estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Trad. Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

GADAMER, H. G. *A atualidade do belo: a arte como jogo símbolo e festa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em Retrospectiva*. V. II – A Virada Hermenêutica. Trad.: Marco Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007.

GARCIA, Guadalupe V. *Entre cronos y kairos: las formas Del tiempo sociohistorico*. Barcelona: Anthropos, 2007.

GASTAUD, Carla. *Historiografia grega: Tucídides e a Guerra do Peloponeso*. Disponível em <[http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/pdf/Volume\\_07\\_Carla\\_Gastaud.pdf](http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/pdf/Volume_07_Carla_Gastaud.pdf)>. Acesso em 1 Mar 2009.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. Rio de Janeiro: Schwarcz, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

HARTOG, F. *A fábrica da História: do acontecimento à escrita da história. As primeiras escolhas gregas*. In: *História em Revista*. Pelotas, v. 6, 7-19, dezembro/2000.

HEIDEGGER, Martin. *Ser y Tiempo*. Trad.: Jorge Eduardo Rivera. Santiago do Chile: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS. Edição Digital disponível em <[www.philosophia.cl](http://www.philosophia.cl)>. Acesso em 7 Jul 2008.

HEIDEGGER, Martin. *Tiempo e Historia*. Trad: Jesús Escudero. Madrid: Mínima Trotta, 2009.

HOMERO. *Ilíada*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HOMERO. *Odisséia*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. Dissertação. (mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

HUGO, Victor. *Oeuvres complètes de Victor Hugo*. Vol. 2. Bruxelas: Adolphe Wahlen et C°, 1837.

JACOBY, Roque. Nós, os editores. In: GONZAGA et. al. (org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

JOLY, Fábio. *História e Retórica*. Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Histórica y hermenéutica*. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997, p. 67-94.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando a geração de 1870. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 18, n.52, Junho de 2003.

KUNDERA, M. *A Insustentável Leveza do Ser*. Rio de Janeiro: rioGráfica, 1986.

LA CAPRA, Dominik. *Representing the Holocaust: Reflections on the Historians' Debate*. In: FRIEDLANDER (Org.). *Probing the Limits of Representation*. Nazism and the "Final Solution". Cambridge/ Londres: Harvard UP, 1992.

LAWN, Chris. *Compreender Gadamer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. *História e Ação na Teoria da Narratividade de Paul Ricœur*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

LECLERC, Georges-Louis (Conde de BUFFON). *Discours sur le style*. Paris: J.Lecoffre, 1872.

LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução, introdução, apêndices: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

LUKÁCS, Georg. *A Teoria do Romance*. Trad: José Marcos de Macedo. São paulo: Duas cidades/ Ed. 42, 2000.

MACEDÔNIA, L. Ata da 43ª sessão ordinária. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1935.

MACPHERSON, James. *The Poems of Ossian*. Philadelphia: Thomas Cowperthwait & Co, 1839.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. (org.). Tucídides: a inquirição da verdade e a latência do heróico. In: JOLY, Fábio. *História e Retórica*. Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.

MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: Das origens ao romantismo*. V. I. 6.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

OLIVEIRA, Daniela. "O passado está prenhe do futuro": a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

OSORIO, F. A graça e o lirismo dos Farrapos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, I Trim. 1935.

PARECER dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sôbre a “História da Grande Revolução”, do Dr. Alfredo Varela. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n. 56, p. 267-272, 1934.

PESSANHA, Nely Maria. Características básicas da epopéia clássica. In: APPEL, Myrna; GOETTEMS, Míriam. (orgs.). *As formas do Épico: da epopéia sânscrita à telenovela*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. Historiografia Positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

PIRES, Francisco Murari. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

PLATÃO. *Górgias*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Versão digital disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad.: Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Trad.: Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008.

RICOEUR, Paul. *Metáfora Viva*. Trad.: Dion Davi Macedo. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RICOEUR, Paul. Narratividad, fenomenología y hermenéutica. In: *Anàlisi*. Revista del Departament de Periodisme i Ciències de la Comunicació de la Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, n. 25, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Trad.: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. Trad.: Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

ROCHA, Roberto do Carmo. **Epopéias indianas e gregas: um estudo da construção dos sujeitos**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Da Crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação. 1925-1964**. Tese (Doutorado em História). IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ROSA, Othelo. Separatismo entre os Farrapos. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, IV Trim. 1934.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad.: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da História: Os fundamentos da ciência histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Da UnB, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul. 1820-1821**. São Paulo: USP, 1974.

SANTOS, Ivanaldo. **Heidegger e a proposta da poesia como forma de retorno à experiência original do pensamento**. In: *Revista Travessias*. N. 2. Disponível em <[www.unioeste.br/travessias](http://www.unioeste.br/travessias)>. Consulta em 15 Nov 2008.

SARTRE, Jeal-Paul. **O Ser e o Nada: Ensaio de Ontologia Fenomenológica**. 13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.



SCHÜLER, Donaldo. Definições do Épico. In: APPEL, Myrna; GOETTEMS, Míriam. (orgs.). *As formas do Épico: da epopéia sânscrita à telenovela*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

SCHÜLER, Donaldo. *Literatura Grega*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1985.

SCHÜLER, Fernando Luis, Bordini, Maria da Glória. (orgs.). *Cultura e identidade regional*. Porto Alegre: Edipucr, 2003.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da; RAMALHO, Christina Bielinski. *História da Epopéia Brasileira: Teoria, Crítica e Percurso*. V.I. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

SILVA, Jaisson. *A busca da verdade de um passado: na trajetória daqueles que escreveram a história de Santa Maria – João Belém e Romeu Beltrão*. Monografia de Conclusão de Graduação. (Licenciatura e Bacharelado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2008.

SPALDING, W. Bibliografia Farroupilha. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, IV Trim. 1935.

TUCÍDIDES. *Historia da guerra do Peloponeso*. Trad.: Anna Lia de Almeida Prado sobre texto estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TURNER, Stephen P. *The search for a methodology of social science*. Hingham, MA: Kluwer, 1986.

VARELLA, Alfredo. *A Constituição Rio-Grandense*. Porto Alegre: Of. Tip. de A Federação, 1986.

VARELLA, Alfredo. *Duas Grandes Intrigas*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919. 2 vols.

VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução. O Cyclo Farroupilha no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 vols.

VARELLA, Alfredo. **O Solar Brasilico**; remate nos muros austrinos. Rio de Janeiro: Instituto América, s.d. 2 vols.

VARELLA, Alfredo. **Política Brasileira**. Interna e Externa. (Documentos Inéditos). Porto: Chardron, 1929. 2 vols.

VARELLA, Alfredo. **Rememranças**. Tempos Idos e Vividos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agusa, 1959.

VARELLA, Alfredo. **Res Avita**. Lisboa: Tip. Maurício e Monteiro, 1935.

VARELLA, Alfredo. **Revoluções Cisplatinas**. A República Rio-Grandense. Porto: Chardron, 1915. 2 vols.

VARELLA, Alfredo. **Rio Grande do Sul**: Descrição física, histórica e econômica. Porto Alegre: Echenique & Irmãos/Livr. Universal, 1897.

VARGAS, Anderson Zalewski. A história e a morte do mito. In: Anais do VI Encontro Estadual de História. Passo Fundo: UPF/ANPUH-RS, 2003. Também disponível em <<http://www20.brinkster.com/gtantiga/>>.

VELLOSO, Monica. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil republicano**. Vol. 1. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de Bibliografia Sul-rio-grandense**: autores. Porto Alegre: A Nação, Instituto Nacional do Livro, 1974.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar**. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1929. Bauru/ Santa Maria: Edusc/Editoraufsm, 1999.

WHITE, Hayden. Guilty of History? The *Longue Durée* of Paul Ricoeur. In: **History and Theory**. n. 46. May 2007, 233-251.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad: Alípio de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: USP, 2001.